UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

PAULA ÉVELYN SILVEIRA BARBOSA

TRAJETÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL (1981-1995):
UMA HISTÓRIA POSSÍVEL PARA (RE)-PENSAR O JORNALISMO

PONTA GROSSA
2019

PAULA ÉVELYN SILVEIRA BARBOSA

TRAJETÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL (1981-1995): UMA HISTÓRIA POSSÍVEL PARA (RE)-PENSAR O JORNALISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Jornalismo. Área de Concentração: Processos de Produção Jornalística.

Orientadora: Dra. Paula Melani Rocha

PONTA GROSSA
2019

Barbosa, Paula Évelyn Silveira
B238 Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo
/ Paula Évelyn Silveira Barbosa. Ponta Grossa, 2019.
279 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Melani Rocha.

1. Imprensa lésbica. 2. História da imprensa. 3. Jornalismo e cidadania. 4. História do possível. 5. História oral. I. Rocha, Paula Melani. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 079.81

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

PAULA ÉVELYN SILVEIRA BARBOSA

TRAJETÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA NO BRASIL (1981-1995):
UMA HISTÓRIA POSSÍVEL PARA (RE)-PENSAR O JORNALISMO

Dissertação apresentada para obtenção de título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos de Produção Jornalística

Ponta Grossa, 13 de dezembro de 2019

Banca Examinadora:

Profª. Paula Melani Rocha – Orientadora
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª. Karina Janz Woitowicz
Doutora em Ciências Humanas
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª. Cicilia Maria Krohling Peruzzo
Doutora em Ciências da Comunicação
Universidade Anhembi Morumbi

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, Paula Évelyn Silveira Barbosa, CPF nº 034428751-37, RG nº 3129600, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado **"Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re) pensar o jornalismo"**, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 13 de dezembro de 2019.

Paula Évelyn S. Barbosa

Paula Évelyn Silveira Barbosa

RA nº 3100118013018

À minha avó materna, Teresa Maria Silveira, sempre
Ao meu amado amigo Luis Felgueira José (*in memorian*)
Às ativistas, pesquisadoras e amigas lésbicas cujo apoio tornou possível este estudo

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível se eu não contasse com uma rede de apoio poderosíssima, rede esta que é composta majoritariamente por mulheres. Assim, inicio esta seção agradecendo, em primeiro lugar, às mulheres que são as primeiras responsáveis por eu ter me tornado o que sou hoje: minha mãe, Iara, e minha avó materna, Teresa. Se a vida e as muitas tramas de desigualdade e injustiça que o envolvem não permitiram à minha avó o letramento, nem à minha mãe uma graduação antes dos 41 anos, sua resistência – que queiram ou não, é feminista – lhes permitiu ter uma filha e neta que se tornou mestre aos 24 anos.

Evidentemente, tudo isso não seria possível também sem os cuidados e o afeto de meu pai, Paulo, meu irmão, Paulinho, além dos meus tios Cácia e Ubiraci, que tanto fizeram pela minha educação, sobretudo na infância. Já na fase adulta, também não caminhei só. Foi graças ao apoio emocional e financeiro de Ingridy que esta pesquisa pode ser construída. Ingridy, a quem tenho o privilégio (e a ousadia) de chamar de esposa, esteve presente na maioria dos congressos nacionais e internacionais em que apresentei resultados da monografia e da dissertação, além de ter, muitas vezes, financiado minha participação nesses eventos e me acompanhado em saídas de campo, mesmo durante suas férias.

Antes de eu me interessar pelo que chamo de Imprensa Lésbica – sim, em caixa alta –, tive um despertar para o mundo acadêmico, ainda na graduação. Márcia Marques, minha orientadora, no TCC e na vida, tornou-se grande amiga e incentivadora. Suas redes foram o que me levaram à pesquisa propriamente dita. Na UnB, também fui muito apoiada pelas professoras Dione Moura e Sandra Machado, que até hoje são minhas grandes referências profissionais.

Durante a execução da monografia, um de meus interlocutores de pesquisa foi o professor Peter Fry, que desde o primeiro contato me incentivou a seguir carreira acadêmica. Sou grata a ele pela gentileza e pela fé que depositou em mim antes mesmo de eu me reconhecer como pesquisadora.

Liliane Machado e Paula Melani Rocha, que participaram da minha banca de graduação, também colaboraram para o meu interesse em formas alternativas de jornalismo, pela comunicação cidadã e democrática e, sobretudo, pela intersecção entre Jornalismo e Estudos Feministas.

Liliane, que além de compor a banca do meu TCC foi minha parceira de pesquisa em algumas oportunidades, é uma das figuras mais importantes na conformação deste estudo.

Numa conversa despretensiosa, durante um recesso do mestrado, um comentário seu me fez reformular a organização da pesquisa. A partir daí, passei a procurar na Imprensa Lésbica um compilado de boas práticas para o jornalismo.

Paula, por sua vez, já estava presente em minha vida antes mesmo de nos encontrarmos. Tendo os mesmos interesses de pesquisa que ela, rapidamente tornei-me leitora ávida de suas publicações. Além de contar com sua colaboração em minha banca de TCC, tive a oportunidade de ser orientada por ela durante o mestrado. Logo que cheguei à cidade, Paula fez o que podia para facilitar minha acomodação, auxiliando, inclusive, na mudança.

Sua paciência e dedicação foram fundamentais nesta jornada, sobretudo quando minha imaturidade acadêmica ainda não me permitia enxergar tudo o que se colocava no horizonte a partir desta pesquisa. Além disso, entre as muitas indicações – que vão de autores a contatos –, uma delas foi a chave que abriu uma série de portas para meu estudo. Trata-se do contato de Amelinha Teles, que dispensa apresentações, e a partir de quem me conectei à Marisa Fernandes.

Desde o primeiro contato, Marisa apoiou minha pesquisa. Colocou à minha disposição parte do seu arquivo pessoal, onde obtive documentos do Grupo Lésbico Feminista, fotografias, quadrinhos e desenhos da militância lésbica e feminista das décadas de 1980 e 1990, além de boa parte dos exemplares que consultei para escrever esta pesquisa – *Deusa Terra*, *GEM*, *Lesbertária*.

A partir dela, também conheci Célia, uma das cofundadoras do Deusa Terra. Como ela não é uma pessoa pública e não usa redes sociais com seu verdadeiro nome, dificilmente a encontraria, não fosse a generosidade e a disposição de Marisa. Também foi graças a ela que conheci Yáskara Kalorri, que, além de ceder sua casa para que eu entrevistasse Marisa e Célia, indicou pistas para que eu completasse algumas lacunas na trajetória da Imprensa Lésbica.

Agradeço muitíssimo a Célia, que se dispôs a falar sobre o Deusa Terra para mim, o que permitiu a ampliação das referências sobre esse grupo e seu boletim, que passou quase imperceptível nos estudos sobre ativismos lésbicos no Brasil.

Nessa mesma categoria, de "periódicos quase imperceptíveis" na literatura acadêmica, encontra-se o *Xerereca*. Contudo, graças à colaboração de Rita Colaço, pude saber mais sobre o boletim. Sou grata por seu testemunho e também pelo convite para um fim de semana em Rio das Ostras que, além de desacelerar a rotina estressante da pós-graduação,

rendeu uma rica consulta a seu arquivo particular. Consulta esta que foi fundamental para encontrar novas fontes.

Este estudo também não seria possível sem a contribuição de Míriam Martinho. Além de ter me concedido entrevista, Míriam desempenha um trabalho importantíssimo de preservação e divulgação dos ativismos lésbicos no Brasil. O site *Um Outro Olhar*, administrado por ela, reúne documentos, fotografias, textos e vídeos de grande valor histórico. Esse trabalho facilita as pesquisas acadêmicas e ainda colabora para a construção de memórias coletivas sobre nosso passado como lésbicas brasileiras.

Agradeço, ainda, a Ann Puncth, Bebeti do Amaral Gurgel, Laura Bacellar, Lourdinha Motta e Yone Lindgren por me concederem entrevista, além de compartilharem contatos e documentos úteis para a minha pesquisa.

Para obter cópias dos exemplares do *ChanaComChana* e do *Um Outro Olhar*, contei com a colaboração de Patricia Lessa, que também me enviou, voluntariamente, artigos pertinentes ao meu estudo. Pela generosidade da partilha, agradeço a ela. O Centro de Informação da Mulher (CIM), ONG feminista coordenada por Marta Baião, também foi um espaço onde encontrei fontes para a pesquisa – boletim *Iamuricumá* e revista *Femme*. Pela hospitalidade e pelo empenho em me auxiliar, agradeço a todos os que constroem diariamente essa organização.

Carolina Maia também foi uma colaboradora deste estudo e alguém a quem sempre vou agradecer. Sua dissertação é uma referência obrigatória para todos os que querem estudar a Imprensa Lésbica brasileira. Mesmo sem se deter sobre o conjunto dos periódicos, ela não se furtou a compartilhar boa parte dos dados que encontrou, facilitando a continuidade de estudos com escopo similar ao seu. A pesquisa de Maia é, portanto, a materialização da generosidade. Atributo tão importante, mas também tão raro neste mundo acadêmico. Além disso, Maia compartilhou comigo *e-mails* de ativistas, exemplares de periódicos lésbicos, além de ter indicado referências e permitido que eu dividisse algumas de minhas angústias de pesquisa.

Também foi por iniciativa dela que se constituiu um núcleo informal de estudos sobre lesbianidades pela internet. A partir daí, ficamos em contato com outras pesquisadoras de diferentes estados brasileiros, com quem estabelecemos trocas acadêmicas e construímos projetos. Por tudo isso e também pela revisão do trabalho, sou muito grata a ela.

Gabriela Coutinho, cuja amizade partilho há dez anos, foi fundamental neste processo. Em meus flertes com a História, tive em Gabi uma grande apoiadora, que contribuiu

com a indicação de fontes e empréstimos de livros. Toda a aventura interdisciplinar foi alimentada por ela. Posteriormente, somaram-se Júlia Kumpera e Larissa Martins. Como historiadoras, elas foram minhas fontes frequentes de auxílio quando a insegurança por adentrar um terreno que não era o meu se fazia presente. Já na universidade, quem me deu suporte nesse aspecto foi o professor Ivan Bomfim, jornalista e historiador. A ele agradeço pela gentileza das trocas acadêmicas, além da presença em minha banca de qualificação.

Ainda no que diz respeito aos amigos historiadores, agradeço aos colegas que integraram o grupo de Homossexualidades e escrita da História no 30º Simpósio Nacional da Anpuh. Por iniciativa de Rita Colaço e Elias Veras, pela primeira vez, o evento contou com uma sessão específica sobre o tema. Como fruto deste corajoso feito, ampliou-se ainda mais o núcleo informal de estudos sobre lesbianidades proposto por Maia. A partir daí, passamos a compartilhar textos sobre lesbianidades e história, criando um acervo colaborativo e muito rico. Assim, agradeço a Ana, Augusta, Camila, Formiga, Jully e Marília.

No PPG Jor, fiz laços que me ajudaram muito nesta caminhada. Agradeço pelas trocas, pelo afeto e pela solidariedade dos colegas André Luz, Regilson Furtado Borges e Vinicius Biazotti. Agradeço especialmente a Nara Souza, que me apoiou no processo de retorno para Brasília, e também a Larissa Cantuária e Ligia Tesser. Além de amigas, essas últimas são minhas colegas de pesquisa e minhas madrinhas de casamento. Esse núcleo de amigos foi minha fortaleza, num lugar não muito afeito a forasteiros como nós.

Minha estada em Ponta Grossa também foi facilitada pelo Clube de Leitura Leia Mulheres, coordenado por Ana Istschuk e Bárbara Popadiuk, ambas estudantes de Jornalismo. Os encontros mensais de sábado eram um delicioso alívio da rotina que eu levava na cidade. Agradeço particularmente a Bárbara, que colaborou diretamente com minha pesquisa, rastreando periódicos em acervos e compartilhando referências.

Outra pessoa a quem devo muito é Debora Chacarski, também estudante de Jornalismo. Acredito que no curto período em que estive em Ponta Grossa ela foi, provavelmente, a pessoa que melhor me compreendeu. Para além das trocas acadêmicas, compartilhamos múltiplos desvios normativos: a pele não-branca, a dissidência sexual, as dificuldades emocionais, a origem humilde e, principalmente, a inconformidade com toda e qualquer injustiça.

No âmbito da UEPG, ainda devo agradecimentos a turma 32 do curso de Jornalismo. Acompanhei este grupo durante meu estágio docência na disciplina de Estudos em Comunicação e Cultura. Dessa experiência, obtive não apenas os créditos necessários para a

conclusão do mestrado, mas também para minha formação acadêmica e humana. Foi apaixonante aprender a ensinar com alunos que, antes mesmo de obter o diploma, já eram ótimos jornalistas – os jornalistas que eu gostaria de ser.

Agradeço, ainda, a todas as pessoas que integram o grupo de pesquisa de Jornalismo e Gênero e que colaboraram comigo, de forma direta ou não. A existência desse grupo foi um fator decisivo na minha escolha pela UEPG como lugar onde eu faria minha pesquisa de mestrado. Sob a liderança corajosa das professoras Karina Janz Woitowicz, Paula Melani Rocha e Graziela Bianchi, o grupo tem resistido a todo o tipo de ataques, internos e externos. De modo que sua resistência sempre foi algo que alimentou meu ânimo para seguir adiante com a pesquisa, a despeito dos obstáculos.

Nesse sentido, também aproveito o ensejo para agradecer as bibliotecas públicas que consultei e onde encontrei espaço para estudar durante o mestrado. Em tempos de valorização do obscurantismo, é fundamental destacar as instituições calcadas na produção e difusão do conhecimento. Sendo assim, agradeço ao corpo de funcionários das seguintes instituições: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Biblioteca do Senado Federal, Biblioteca da Câmara dos Deputados, Biblioteca Nacional de Brasília, Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça e Biblioteca Nacional do Brasil. Agradeço, ainda, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e ao Arquivo Edgard Leuenroth, além do *Sci-Hub* pelo esforço de democratizar o acesso ao conhecimento científico.

Evidentemente, toda pesquisa é lacunar e há pontos da trajetória da Imprensa Lésbica que não consegui explicar por falta de fontes. Contudo, na tentativa de encontrá-las, mobilizei vários colegas, pesquisadores e ativistas, a quem agradeço pela disponibilidade, ainda que eu não tenha conseguido avançar depois de suas dicas. São eles: Cecilia Sardenberg, Júlia De Cunto, Zezé Lima, Eunice Gutman, Maria Angélica Lemos, Rita Quadros, Schuma Schumaher, Madalena Guilhón, Mateus Falcão, Nalui Mahin, Luiz Mott, Marcelo Cerqueira, Tony Reis, Joana Maria Pedro, Maira Abreu, Angela Xavier de Brito e Naty García.

No que se refere ao apoio logístico, agradeço aos amigos da minha turma de graduação na UnB, além dos meus colegas de trabalho na TV Senado. Com seu suporte, foi possível fazer um chá de casa nova virtual, que facilitou minha mudança para Ponta Grossa e diminuiu muito meus custos. Nesse sentido, agradeço especialmente aos colegas de redação Laudeir Borges, Sara Reis, Sabrina Mancio e Eny Monteiro pela confiança e por me incentivarem tanto. Agradeço também ao colega Djalma Gonçalves por me apresentar aos

seus familiares que vivem em Ponta Grossa e que prontamente me acolheram até que meu apartamento ficasse pronto.

Durante minhas saídas de campo, sobretudo em períodos de vacas magras, a solidariedade dos colegas Leonardo Novo, Peter Mattos e Mariana Rossin foi o que me acudiu. Em termos de suporte afetivo, além de alguns já citados aqui, contei com: o humor singular e a resistência anarquista das maravilhosas Carol Oliveira, Luciane Bacellar e Patricia Cunegundes; com a irreverência típica das amigas Luana Patriolino, Duda Nogueira e Elisa Lourenço; com os amigos de longuíssima data Larissa Freire, Maria Léo Araruna e Carlos Roberto; e aos amigos não tão antigos, mas igualmente importantes: Maria Rita Dominici, Sabrina Pereira, Igor Nogueira, Mayara Subtil, Rafaella Panceri, Carlos Ferreira e Nelson Neto. Já na reta final da pesquisa, contei com o apoio de Thais Cruz, que fez os acertos logísticos para que a dissertação chegasse a todas as integrantes da minha banca de avaliação.

Agradeço também as professoras Karina Janz Woitowicz e Cicilia Peruzzo por aceitarem participar da banca, desde a qualificação até aqui. Seus apontamentos contribuíram não apenas para este estudo, como também para minha formação como pesquisadora. A professora Karina, em particular, agradeço pelo compartilhamento de referências e por aceitar que eu fizesse o estágio docência sob sua supervisão.

Finalmente, agradeço ao meu grande amigo Luis Felgueira José, cuja vida foi encurtada antes da conclusão deste estudo. Sua morte interrompeu a euforia que todos nós vivíamos, cada um à sua maneira, em um período em que tudo parecia finalmente ter ficado em seu lugar. Mesmo assim, a tristeza do luto não me parou, amigo. Terminei esta pesquisa por você, por nós, como sei que você gostaria que eu fizesse.

[…] and when we speak we are afraid
our words will not be heard
nor welcomed
but when
we are silent we are still afraid

So it is better to speak
remembering
we were never meant to survive

(Audre Lorde, 1978)

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo principal de compor um histórico sobre a trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil, entre 1981 e 1995, para identificar práticas que podem contribuir para o aprimoramento do jornalismo. Esse recorte temporal permitiu a análise de onze publicações. Parte-se do princípio de que o jornalismo participa da construção social da realidade e, portanto, interfere no exercício da cidadania. Contudo, diante da chamada "crise do jornalismo", que tem dimensões variadas, essa função mediadora encontra-se em xeque. Uma das razões que se coloca para isso é o fato de o jornalismo ter suas práticas assentadas sobre cânones racionais e modernos, que negam a subjetividade e reduzem a compreensão da sociedade a esquemas binários. Por isso, para superar esse impasse, esta dissertação centra sua análise na Imprensa Lésbica, apostando que saberes não-normativos podem ensinar algo ao jornalismo. A trajetória desse segmento é tomado como história possível, desenvolvido sob uma ótica sapatão/lésbica de análise. Esta consiste numa ruptura com os múltiplos sistemas normativos que atravessam a sociedade e, inclusive, a produção do jornalismo e da pesquisa acadêmica. Para viabilizar os objetivos propostos, adota-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevistas de história oral com oito ativistas. Como resultado, tem-se um compilado de práticas que podem ser adotadas pelos meios de comunicação tradicionais para superar os desafios que os assolam.

Palavras-chave: Imprensa Lésbica; história da imprensa; jornalismo e cidadania; história do possível; história oral; pesquisa documental.

ABSTRACT

This dissertation aims at constituting a history of the Lesbian Press in Brazil between 1981 and 1995, in order to identify practices that may contribute to improving journalism. The selected period enabled the analysis of eleven titles. This work followed the principle that states that journalism participates in the social construction of reality, therefore interferes in how citizenship can be experienced. However, in the face of the so-called "crisis of journalism", whose dimensions vary, this mediating function is under risk. One of the reasons for that is the fact that journalism practices are based on rational and modern principles, that deny subjectivity and reduce the understanding of society to binary models. Therefore, in order to surpass this dilemma, the analysis in this dissertation focuses on the Lesbian Press, in the belief that non-normative knowledges can teach something to journalism. The course of this segment through time is taken as a possible history, developed from a *sapatão*/lesbian analytic perspective. Such perspective is characterized by a rupture with multiple normative systems that shape society, including journalism practices and academical research. Those goals are sought by means of bibliographic research, archival research and oral history interviews with eight activists. A compilation of practices that can be adopted by tradicional communication media is offered as a result, proposing ways in which they can overcome the challenges they have been facing.

Keywords: Lesbian press; history of journalism, journalism and citizenship, history and the possible; oral history; archival research.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Mapa da Imprensa Lésbica brasileira (1981-2019).....36
Quadro 2 – Morfologia e temário da Imprensa Lésbica brasileira (1981-1995).....127
Figura 1 – Capa da primeira edição do *Iamuricumá*.....65
Figura 2 – Documento Mulheres Violentadas.....77
Figura 3 – Censura federal ameaça programa de Hebe Camargo.....81
Figura 4 – Protesto no Ferro's Bar estampa capa do *ChanaComChana*.....82
Figura 5 – Surgimento do GLH é noticiado no *ChanaComChana*.....86
Figura 6 – Nota sobre o lançamento do jornal *Amazonas*.....87
Figura 7 – Cabeçalho da primeira edição do *Xerereca*.....89
Figura 8 – Capa do boletim *Um Outro Olhar*, número 1.....95
Figura 9 – Capa do Boletim *Deusa Terra*, número 4.....102
Figura 10 – Cabeçalho do *Lesbertária*.....105
Figura 11 – Capa da edição repaginada da *Femme*, após financiamento externo.....112
Figura 12 – Contracapa do *GEM*.....123

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEL – Arquivo Edgard Leueronth

CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira

CIM – Centro de Informação da Mulher

CFM – Conselho Federal de Medicina

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GALF – Grupo de Ação Lésbica-Feminista

GGB – Grupo Gay da Bahia

GLB – Grupo Lésbico da Bahia

GLH – Grupo Libertário Homossexual

ILGA – International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association

ILIS – International Lesbian Information Service

LF – Grupo Lésbico Feminista

Libelu – Liberdade e Luta

LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LQP – Lésbicas que Pesquisam

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rede – Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Um Outro Olhar – UOO (boletim)

UnB – Universidade de Brasília

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 19
1 INTRODUÇÃO 22
2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS 26
2.1 Considerações sobre produções acadêmicas acerca da Imprensa Lésbica brasileira 28
2.2 Itinerário de análise documental dos periódicos 29
2.3 Considerações sobre história oral 30
2.3.1 Para entender as entrevistas com as fundadoras e/ou colaboradoras de publicações lésbicas 33
3 APONTAMENTOS TEÓRICOS 39
3.1 Sobre uma persperctiva sapatão de análise 39
3.2 Sobre interdisciplinaridade 45
3.3 Sobre histórias possíveis 47
3.4 Sobre a falência do jornalismo como mediador da cidadania 48
4 UM POUCO DE HISTÓRIA 54
4.1 Sobre as disputas em torno da comunicação no Brasil 54
4.2 Sobre os dissidentes da heteronormatividade e suas tentativas de organização no Brasil em meados do século XX 57
5 HISTÓRICO DA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA 62
5.1 Publicações da primeira fase (1981-1987) 63
5.1.1 Iamuricumá 65
5.1.2 ChanaComChana 70
5.1.3 Amazonas 83
5.1.4 Xerereca 88
5.2 Publicações da segunda fase (1988-1995) 92
5.2.1 Um Outro Olhar 93
5.2.2 Deusa Terra 98
5.2.3 Lesbertária 103
5.2.4 Femme 109
5.2.5 Folhetim 117
5.2.6 GEM 121
6 O LEGADO DA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA PARA O JORNALISMO 127
6.1 Limitações 135
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 138
REFERÊNCIAS 141
APÊNDICE A – Íntegra da entrevista com Yone Lindgren 159

APÊNDICE B – Íntegra da entrevista com Célia.....174
APÊNDICE C – Íntegra da entrevista com Marisa Fernandes 199
APÊNDICE D – Íntegra da entrevista com Laura Bacellar.....218
APÊNDICE E – Íntegra da entrevista com Bebeti do Amaral Gurgel 232
APÊNDICE F – Íntegra da entrevista com Míriam Martinho 246
APÊNDICE G – Íntegra da entrevista com Ann Puntch 262
APÊNDICE H – Questionário enviado por *e-mail* para Lourdinha Motta 274
APÊNDICE I – Resposta de Lourdinha Motta ao questionário enviado por *e-mail* 276
APÊNDICE J – Relatório de consulta a arquivos.....278
APÊNDICE K – Relatório das fontes documentais.....279

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As origens desta pesquisa remontam aos idos de 2017, quando eu ainda concluía a graduação em Comunicação Social – Jornalismo[1], na Universidade de Brasília (UnB). Interessada nos modelos de negócio de jornalismo alternativo e independente, adotei o *Lampião da Esquina* como um dos meus objetos de análise na monografia. Trata-se do primeiro jornal gay a ser distribuído em todas as regiões do país. Na busca de informações sobre periódicos similares, encontrei o livro *Imprensa gay no Brasil*, de Flávia Péret. Nesse livro, li pela primeira vez a expressão "imprensa lésbica".

Embora seja sucinto, o capítulo do livro que aborda esse segmento bastou para me instigar a fazer uma pesquisa sobre o tema. Foi assim que, mesmo sem planos de fazer pós-graduação no curto prazo, adiei projetos pessoais e me pus a estudar para a seleção do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O anteprojeto da pesquisa apontava como objetivo principal a investigação sobre os periódicos editados pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) – posterior Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar. Essa é a organização lésbica de trajetória mais longeva de que se tem registro no Brasil. Além do inegável pioneirismo do grupo, a disponibilidade de fontes sobre ele o colocava como objeto de estudo "mais fácil" de ser analisado.

Entretanto, os planos de pesquisa se alteraram tão logo se deu minha aprovação no mestrado, em dezembro de 2017. Os vestígios, ainda que raros, sobre outros periódicos lésbicos me fizeram ver que experiências tão importantes como as do GALF e da Rede também mereciam uma análise mais apurada. Também contribuiu para a ampliação dos periódicos de análise a minha relação com o objeto de pesquisa. Como lésbica, a ideia de "produzir" novamente o apagamento de iniciativas lésbicas sempre me incomodou. Tal questão, por muitas vezes, fez com que eu esquecesse que a história – tal como as pesquisas acadêmicas – é lacunar, por definição.

Dessa forma, cheguei à soma de onze periódicos lésbicos como objeto de estudo[2]. Esse é o número de publicações cujo surgimento está situado entre 1981 e 1995. O ano de 1981 é apontado como aquele do surgimento das primeiras publicações lésbicas do Brasil.

[1] Sempre que me referir ao campo disciplinar uso a inicial em caixa alta; em caixa baixa, emprego o termo para tratar da prática noticiosa.
[2] Considero o *ChanaComChana* em sua fase como jornal e depois como boletim como projetos distintos.

Pelo menos dos que se tem registro até então, os pioneiros são: o paulistano *ChanaComChana* e o carioca *Iamuricumá*, cujas primeiras edições datam de janeiro de 1981.

O recorte temporal escolhido para a pesquisa relaciona-se ao contexto político no qual surgiu a Imprensa Lésbica brasileira. Embora em 1981 o Brasil já vivesse a chamada "abertura política", o enfrentamento ao regime ditatorial ainda pautava a sociedade civil organizada em ações de resistência e, inclusive, em meios de comunicação alternativos. Evidentemente, havia questões específicas sobre as lesbianidades que careciam de discussão, sendo elas as razões principais para a fundação dos primeiros periódicos lésbicos do país. Contudo, como produto de seu tempo, esses veículos refletiram a reorganização política do Brasil. Tanto é que, após a promulgação da Constituição Cidadã, os movimentos sociais, de maneira geral, adquiriram novas dinâmicas de atuação. Isso se deve não apenas à conjuntura da política nacional, mas também ao próprio amadurecimento dos militantes que compunham essas organizações.

A partir desses elementos, dividi a narrativa sobre as publicações entre os períodos pré-constituinte (1981-1987) e pós-constituinte (1988-1995). Essa seleção permitiu a análise da Imprensa Lésbica desde sua origem até os primeiros anos após a transição democrática.

Também é importante destacar as subjetividades envolvidas na concepção e no desenvolvimento da pesquisa. Como lésbica brasileira, a visão sobre meu passado histórico sempre foi um tanto quanto turva – elemento que permeava, ainda que não tão explicitamente, o meu fazer acadêmico. Posteriormente, com a minha atrasada conscientização sobre minha identidade racial, passei a articular as particularidades que me atravessam com o olhar analítico sobre a Imprensa Lésbica[3]. A partir daí, passei por uma nova "saída do armário", abandonando qualquer formalidade burocrática que tentasse ocultar a obviedade de que todos os saberes são situados.

Sem pedir licença nem me desculpar por estudar lesbianidades, assumi a relação de afetividade com o campo de pesquisa. Nesse sentido, é pertinente dizer que, mais do que objeto de análise, a Imprensa Lésbica foi tomada também como formadora acadêmica. Não raro, os debates que se colocaram nesses periódicos guiaram minhas escolhas bibliográficas – o que também se aplica para as entrevistadas que colaboraram comigo. Independentemente de serem pesquisadoras ou não, todas elas exprimiram, em suas falas, elementos muito pertinentes para pensar o jornalismo, as lesbianidades e todos os demais campos que

[3] O nome do segmento está em caixa alta porque o considero uma estrutura de comunicação autônoma – o que será melhor detalhado nas seções a seguir.

perpassam esta pesquisa de alguma forma. Finalizados esses apontamentos iniciais, passo ao capítulo introdutório da dissertação.

1 INTRODUÇÃO

O que justifica a pertinência de um estudo sobre a Imprensa Lésbica sob as lentes do jornalismo? Antes de responder a essa pergunta, é preciso delimitar a que me refiro quando menciono tal perspectiva. O jornalismo, como instituição social, tem como atribuição orientar a opinião pública e mediar a comunicação entre os setores sociais – o que interfere na participação social e no exercício da cidadania. Essas atribuições foram colocadas para o jornalismo a partir de um pacto social, sobretudo a partir do século XX, com a crescente integração econômica mundial, potencializada pelo avanço do capitalismo (SCHUDSON, 2010).

Contudo, é importante destacar que o jornalismo é feito por pessoas, cada uma com visões políticas, valores e crenças particulares (GENRO FILHO, 2012). Essa questão implica que o jornalismo, em suas múltiplas formas, apresenta vieses e abordagens que não são neutras – constatação amplamente discutida por teóricos construtivistas, a partir de estudos sobre discursos, representações e imaginários midiáticos (ALSINA, 2009; BERGER; LUCKMANN, 2008; TUCHMAN, 1980).

Na perspectiva dos estudos construtivistas, entende-se que a neutralidade e a imparcialidade completas não são alcançáveis. Ainda assim, deve-se pontuar que a produção jornalística possui princípios éticos que devem ser obedecidos. Esses preceitos foram colocados como uma espécie de freio para modular possíveis desvios e abusos, resultantes das subjetividades dos profissionais da imprensa (SCHUDSON, 2010).

Além desse obstáculo, há uma dificuldade de ordem estrutural no jornalismo, que, por vezes, o impede de avançar. Como bem pontua Genro Filho (2012), o que se entende sobre a necessidade social do jornalismo resulta da expansão do sistema capitalista –, elemento que força a produção de "um volume de informações que corresponda a essa integração universal dos indivíduos e dos grupos sociais" (GENRO FILHO, 2012, p. 142).

Faço essa ponderação não por endossar a visão determinista que coloca o jornalismo como incapaz de se comprometer com interesses divergentes dos grupos dominantes. Trata-se apenas do reconhecimento de que os desafios são múltiplos, complexos e perpassam diferentes níveis do jornalismo – tais como a gestão, os modos de financiamento, os modos de produção, entre outras questões (MICK; TAVARES, 2017; ZELIZER, 2014).

Entretanto, a despeito desses obstáculos que atravancam o caminho do jornalismo em direção à cidadania, acredito que há possibilidades de resistência interna. Exemplo disso é a criação de editorias específicas para tratar das questões de gênero em publicações da chamada

grande imprensa[4]. Esses são passos ainda tímidos, mas que já revelam que, em sua lida de reportar a realidade, o jornalismo pode reportar, igualmente, as contradições daquela, instigando transformações (GENRO FILHO, 2012; PONTES, 2017).

Como a conscientização em relação às questões de gênero ainda não se ampliou de maneira significativa, seguimos identificando a produção e reprodução de assimetrias sociais no jornalismo. Nesse aspecto, destaco o estudo de Marcia Veiga (2010) sobre a produção noticiosa de uma emissora de TV do Rio Grande do Sul. A partir de uma incursão etnográfica, a autora constatou que a heteronormatividade[5] é um valor que estrutura o jornalismo. As desigualdades de gênero observadas na redação, tanto no trato interpessoal como na estrutura de carreira da empresa, refletiram-se na produção noticiosa – desde a concepção da pauta até a apresentação do produto final.

Esse é apenas um exemplo de estudo recente que mostra o distanciamento do jornalismo de seu *ethos*. Tomo o estudo de Veiga (2010) como referência pelo fato de a autora concentrar sua análise na questão da heteronormatividade, diferentemente da tendência majoritária das pesquisas em Comunicação, que valoriza apenas o gênero e desconsidera outras categorias de análise igualmente relevantes (ALMEIDA, 2018; MARTINEZ; LAGO, C.; LAGO, M., 2016).

Apesar desta limitação, podemos considerar que contamos com uma produção robusta, desenvolvida sob a luz dos Estudos Feministas e de Gênero no Brasil, problematizando as produções jornalísticas. Seu mérito maior está na constatação de que que o jornalismo tem se afastado de seus propósitos fundamentais e contribuído para a manutenção das desigualdades e assimetrias de gênero (BUITONI, 1986; MIGUEL; BIROLI, 2011; ROCHA; WOITOWICZ, 2013; CAMPOS, R., 2014; ANDRADE, 2015).

Para subverter a heteronormatividade na produção da notícia ou ao menos obter pistas de como fazê-lo, esta dissertação propõe um olhar para fora das redações tradicionais e que extrapole o Jornalismo. **Parto da hipótese de que talvez seja na interface entre diferentes disciplinas e saberes que poderemos obter uma compreensão mais completa de nossos desafios como jornalistas e de como superá-los** (BRAGA, J. L., 2011; LAGO, 2010; ZELIZER, 2004).

---

[4] No âmbito internacional, destacam-se pela iniciativa os jornais *New York Times* (ver "'NEW…", 2017) e *El País* (ver "EL PAÍS…", 2018). No Brasil, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* têm projetos similares. Para saber mais, ver "O GLOBO…" (2019) e "FOLHA…" (2019), respectivamente.

[5] Segundo a cientista política Cathy Cohen (1997), a heteronormatividade consiste na visão da heterossexualidade como natural e necessária para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse movimento interdisciplinar[6], também proponho que ousemos observar práticas alternativas à imprensa tradicional[7], considerando outros saberes, para além daqueles produzidos na academia. Afinal, entendo que a própria existência de meios que se colocam como alternativos já é um indicativo explícito de que boa parte das empresas de comunicação e seus profissionais não estão desempenhando bem a sua função social (PARK, 1940; PERUZZO, 1998). E, talvez, mesmo aqueles que se dão conta dessa questão, não estejam conseguindo desenvolver estratégias para superar o problema.

Diante desse cenário, volto-me para as experiências de periódicos lésbicos brasileiros, sobre os quais pouco se discutiu no âmbito dos estudos em Jornalismo, conforme será demonstrado no capítulo subsequente. E proponho as seguintes **perguntas de pesquisa: Como se desenvolveu a Imprensa Lésbica no Brasil? Que contribuições esses meios de comunicação podem oferecer ao jornalismo?**

Sendo assim, pontuo que **esta dissertação tem como objetivo principal compor um histórico sobre a Imprensa Lésbica brasileira, no período de 1981 a 1995**. Embora haja registro de publicações que surgiram em períodos posteriores – algumas ainda em circulação –, adotei esse recorte temporal, considerando o período pré e pós-constituinte e a viabilidade da pesquisa no tempo regulamentar do mestrado[8].

Evidentemente, o histórico que proponho não deve ser visto como fim em si mesmo. Afinal, uma versão complementar da história da imprensa, sob uma ótica lésbica, não tensiona a epistemologia do jornalismo. Vejo a Imprensa Lésbica brasileira como uma crítica ao jornalismo – aqui entendido como instituição social. Por isso, **a dissertação tem como objetivo secundário a sistematização de práticas da Imprensa Lésbica que podem orientar o jornalismo no reencontro com sua função social**.

Destaco, ainda, que os meios de comunicação carregam em si uma complexidade de aspectos que demandam técnicas de análise plurais, se quisermos evitar uma visão superficial e reducionista de suas dinâmicas (BONIN, 2008; BRAGA, J. L., 2011). Dessa forma, foi

---

[6] Sublinho que a mescla disciplinar dos aportes teórico-metodológicos é traço comum em estudos sobre meios de comunicação alternativos. São exemplos as pesquisas de: Araújo (2000); Cardoso (2004); Lessa (2007); Peruzzo (2004); Woitowicz (2008; 2016). Especificamente sobre a interdisciplinaridade em pesquisas desenvolvidas sob a ótica feminista, ver Machado (1992).

[7] Alguns exemplos de estudos com abordagem similar – e nos quais me baseio neste estudo – são: Park (1922), Buitoni (1986), Peruzzo (1988), Woitowicz (2008) e Duarte (2016).

[8] A escolha da Assembleia Nacional Constituinte de 1985 como marco organizador da narrativa será melhor explicada nos capítulos seguintes.

adotada a combinação de três técnicas para compor a metodologia de investigação: a pesquisa bibliográfica, a entrevista de história oral e a pesquisa documental.

Embora não seja usual a explicitação da pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa em estudos de pós-graduação, opto por fazê-lo diante da escassez bibliográfica referente à Imprensa Lésbica. Mais do que um procedimento padrão, nesta dissertação, fazer esse levantamento foi o que possibilitou a indicação de informações básicas para viabilizar o estudo. São elas: nomes de publicações lésbicas e suas dinâmicas de funcionamento, locais de edição e distribuição, objetivos dos grupos responsáveis por esses meios, nomes de ativistas envolvidas na produção, arquivos onde é possível encontrar exemplares e dados afins.

A entrevista de história oral, por sua vez, foi escolhida não apenas como alternativa material, mas também como forma de colocar as agentes dessa Imprensa Lésbica em lugar de protagonismo. Entretanto, é importante destacar que a memória é operada de forma criativa e constitui uma fonte instável (HALBWACHS, 1990; JOUTARD, 2007). A fim de conter esses abusos da memória, o filósofo Paul Ricoeur (2007) recomenda uma postura intermediária. Ou seja, o pesquisador rejeita a sacralização da escrita como única fonte de pesquisa confiável, mas também alerta para a não romantização dos testemunhos orais, cuja fidedignidade – como a de qualquer relato, independentemente de suporte – pode ser questionada.

A proposta de abordagem da Imprensa Lésbica nesta dissertação já indica um olhar acadêmico implicado com o objeto de estudo – questão que ficará ainda mais evidente no capítulo em que discorro sobre o que chamo aqui de **perspectiva sapatão/lésbica de análise**. Essa perspectiva é meu ponto de partida neste estudo e, em linhas gerais, consiste numa ruptura com os múltiplos sistemas normativos, para além das questões relativas à orientação sexual (ANZALDÚA, 2005; BACHETTA, 2009; BUTLER, 2004; CLARKE, 1983; LORDE, 1983; NAVARRO-SWAIN, 2009; RICH, 2010; SAUNDERS, 2017).

2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Como destaquei anteriormente, os objetivos desta dissertação consistem em compor um histórico sobre a Imprensa Lésbica brasileira e, posteriormente, sistematizar práticas desse segmento que podem contribuir para o aprimoramento do jornalismo. Para isso, a metodologia da pesquisa é composta por **pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas de história oral**.

Embora o volume de publicações sobre lesbianidades venha crescendo nos últimos anos, aqueles que decidem abordar essa temática ainda enfrentam dificuldades para encontrar informações primárias. É o caso desta pesquisa. Por exemplo, ao buscar pelo termo "imprensa lésbica" no portal de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)[9], o único resultado exibido é a dissertação de Carolina Maia (2017a).

Inicialmente, o propósito era delimitar melhor o meu campo de pesquisa, observando os metadados das teses e dissertações publicadas até então. Realizei esta busca no período anterior ao ingresso no mestrado em Jornalismo – mais especificamente em janeiro de 2017, quando eu trabalhava em minha monografia de graduação[10], e a pesquisa de Maia (2017a) ainda não havia sido disponibilizada. Repeti o procedimento até a redação final da minha dissertação, mais precisamente em 29 de agosto de 2019. O resultado era sempre o mesmo. Destaco também que essa busca não teve filtros em relação às disciplinas a que os estudos se vinculavam e nem recorte temporal específico.

É verdade que há estudos que colocam publicações lésbicas no escopo da categoria "feminista", sem explicitar isso nos resumos de apresentação ou nas palavras-chave. O mesmo ocorre com estudos que se debruçam sobre a chamada "imprensa homossexual" ou "imprensa gay". Entretanto, salvo duas exceções[11], essas pesquisas terminam por abordar de forma superficial[12] os periódicos lésbicos ou se detêm sobre o *ChanaComChana* – provavelmente, a

---

[9] Base de dados que reúne teses e dissertações de pós-graduação desenvolvidos no país. Para consultar, deve-se acessar o endereço: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

[10] *Modelos de negócio na Imprensa Alternativa e Independente*, defendida em 28 de junho de 2017, para obtenção do diploma de bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo, na Universidade de Brasília.

[11] São elas: as pesquisas de Elizabeth Cardoso (2004) e Patricia Lessa (2007). Embora esta última não explicite os termos "imprensa feminista", "imprensa homossexual" ou "imprensa gay" entre as palavras-chave nem no resumo, o corpus de análise é composto majoritariamente pelas publicações periódicas do GALF e da Rede Um Outro Olhar. Além disso, os termos supracitados são usados como categorias guarda-chuva no tópico em que Lessa (2007) discorre sobre a escolha dos objetos de análise.

[12] Por superficial, quero dizer que há apenas a citação do *ChanaComChana* como parte de publicações alternativas da década de 1980, sem mencionar sua dinâmica de atuação e caracterizando-o simplesmente como

publicação mais conhecida do segmento, já que se encontra disponível em arquivos públicos. Algumas das edições são encontradas até mesmo em formato digital na internet. O mesmo não ocorre com outros títulos da Imprensa Lésbica, que pelas fontes que obtive, somam 22 em todo o Brasil[13].

Essa escassez bibliográfica foi o que me levou a assumir a pesquisa bibliográfica como parte do tripé metodológico deste estudo. Os trabalhos considerados nesta etapa, no sentido de oferecer um panorama histórico, além de indicar arquivos e ativistas que poderiam colaborar para esta pesquisa são: as dissertações de Elizabeth Cardoso (2004) e Carolina Maia (2017a) e as teses de Patricia Lessa (2007) e Zuleide Paiva da Silva (2016)[14].

Mas, de que forma se deu a seleção dessas pesquisas? Como descrito na seção introdutória, o primeiro contato que tive com a temática da Imprensa Lésbica ocorreu a partir do livro de Flávia Péret (2011). Após a leitura dele, tomei conhecimento dos boletins *ChanaComChana* e *Um Outro Olhar*. Numa busca de informações mais detalhadas sobre eles, encontrei os estudos de Cardoso (2004) e Lessa (2007) nos repositórios acadêmicos.

Meses depois, entrei em contato com a pesquisa de Maia (2017a), apontada como único resultado da busca pelo termo "imprensa lésbica" no portal de teses e dissertações da Capes. Posteriormente, em agosto de 2018, quando iniciei o curso de Pensamento Lésbico Contemporâneo na UFBA[15], soube das pesquisas de Zuleide Silva, que figurava como uma das autoras indicadas na bibliografia obrigatória da disciplina. Dessa forma, conheci sua tese sobre as organizações lésbicas da Bahia, o que completou os estudos que compõem meu ponto de partida para a dissertação.

---

publicação focada na "especificidade lésbica" – fato que desconsidera o caráter político da lesbianidade e a mobilização do GALF em torno de outras temáticas.

[13] Ressalte-se que a somatória refere-se às publicações nos formatos tradicionais da imprensa analógica – jornal, revista e boletim. Com a expansão do acesso à internet e, mais especificamente, das novas redes sociais, seria difícil, para não dizer inviável, mapear informativos lésbicos em forma de página virtual.

[14] O estudo de Cardoso (2004) foi desenvolvido na Escola de Comunicação e Artes da USP; o de Lessa (2007) no Departamento de História da UnB; o de Silva (2016) no programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da UFBA; e o de Maia (2017a), por sua vez, no programa de Antropologia Social da UFRJ.

[15] Curso oferecido anualmente pelo Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA) em parceria com o Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia (LesbiBahia). O programa disciplinar a que me refiro consta no endereço: <http://generoesexualidade.ffch.ufba.br/edital-de-inscricao-para-o-curso-pensamento-lesbico-contemporaneo-edicao-2018/> Acesso em: 2 set. 2019.

2.1 Considerações sobre produções acadêmicas acerca da Imprensa Lésbica brasileira

Antes de tratar especificamente das pesquisas que serviram de base para esta dissertação, é preciso elucidar o que chamo de Imprensa Lésbica. Trata-se de uma estrutura autônoma de comunicação, desenvolvida de lésbicas para lésbicas. Embora cada periódico do segmento tenha especificidades próprias, todos eles compartilhavam uma perspectiva de politização da condição lésbica e buscavam romper com os estigmas e apagamentos aos quais as lésbicas brasileiras foram historicamente submetidas. Destaco ainda que cunhar o nome dessa imprensa em caixa alta é uma posição política de reivindicação do reconhecimento desses meios de comunicação e suas particularidades como objeto de estudo acadêmico, diante da escassez bibliográfica sobre o tema.

No que se refere às pesquisas de pós-graduação no Brasil, o trabalho de Elizabeth Cardoso (2004) oferece um breve histórico do GALF e do *ChanaComChana*. No estudo, são descritas as características morfológicas do boletim (como formato, tiragem e tecnologia de produção) e algumas das tensões entre o movimento feminista e o movimento lésbico na década de 1980. A reorganização das ativistas do GALF, que resultou na formação da Rede Um Outro Olhar, por sua vez, é discutida com mais detalhes na tese de Patricia Lessa (2007).

Além disso, como esta última autora se ocupou em analisar as autorrepresentações das lésbicas em periódicos lésbicos – e outras mídias –, seu estudo proporciona uma boa descrição dos temas de interesse das lésbicas brasileiras[16], ou ao menos, do segmento de lésbicas envolvido na produção e na leitura do *ChanaComChana*, que depois deu lugar ao *Um Outro Olhar*.

Anos mais tarde, uma nova fonte de estudo sobre lesbianidades se coloca com a publicação da tese de Zuleide Silva (2016). Embora não se detenha sobre publicações lésbicas, mas sim sobre organizações de militância lésbica, incluí a pesquisa de Silva (2016) entre minhas fontes primárias. Essa escolha se justifica pelo fato de o estudo ser pioneiro na descrição detalhada dos ativismos lésbicos na Bahia, fugindo da tendência majoritária que centra suas análises no eixo Rio-São Paulo[17]. Além disso, a entrevista que Silva realizou com Lourdinha Motta, uma das fundadoras do Grupo Libertário Homossexual (GLH), oferece

[16] Por exemplo, as dinâmicas dos grupos de militância feminista e homossexual, transição democrática, denúncias de discriminação, saúde sexual e literatura lésbica.

[17] O estudo de Lenzi e Silva (2018) sobre sociabilidade lésbica na Florianópolis da década de 1980 pode ajudar a compreender por que havia dificuldade de organização lésbica em lugares que não estavam nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

algumas informações sobre o *Amazonas* – o jornal editado pelo coletivo na década de 1980 (SILVA, Z., 2016). Ainda que os dados sobre o periódico sejam incipientes, já que este não era o foco da pesquisadora, a tese acabou se tornando a fonte mais detalhada que encontrei no que se refere ao *Amazonas*, pois aponta as temáticas de interesse da publicação e discorre sobre a recepção do periódico entre as leitoras.

O último estudo no qual me baseio nesta etapa é a dissertação de Carolina Maia (2017a). Para a abordagem que proponho nesta dissertação, a pesquisa de Maia (2017a) é a mais rica em informações, pois tem o mérito de sumarizar e descrever brevemente boa parte das organizações lésbicas brasileiras e seus periódicos, entre os anos de 1981 e 2016. Embora o objetivo da autora seja a análise de textos enviados por leitoras ao boletim *Um Outro Olhar*, sua dissertação indica o nome de arquivos e de ativistas com os quais se pode encontrar fontes sobre outros 18 periódicos lésbicos. O mapeamento realizado pela autora apresenta, ainda, o ano ou a década em que esses títulos circularam, as organizações envolvidas em sua edição, além da cidade onde eram produzidos.

Foi a partir desses quatro estudos de pós-graduação que pude delimitar melhor meu objeto de pesquisa e obter informações que preencheram algumas lacunas na trajetória de periódicos lésbicos no Brasil. De posse desses dados, investi na aproximação da disciplina histórica e realizei entrevistas de história oral e pesquisa documental, tanto de periódicos como de documentos relacionados a eles. É sobre a escolha dessas técnicas e os critérios de análise que discorro a seguir.

2.2 Itinerário de análise documental dos periódicos

A primeira etapa da análise documental levou em consideração os elementos morfológicos dos periódicos. São eles: nome, organização responsável, periodicidade, expediente, editorias, preço, anúncios, período de circulação e formato[18]. Evidentemente, essas tipificações não abrangem a complexidade desses periódicos, mas constituem um panorama básico de análise para os objetivos propostos nesta dissertação. Foi a partir delas que obtive informações sobre as condições produtivas dos periódicos e sua interlocução com o campo jornalístico.

[18] Nesta etapa, também considerei a inserção da categoria "tiragem" no plano de análise. Contudo, como esse dado não foi disponibilizado na maioria dos periódicos analisados, explorei a questão na fase de entrevistas.

Posteriormente, fez-se necessária uma segunda leitura, dessa vez atenta aos conteúdos publicados. Nessa fase, obtive informações sobre o contexto histórico em que os veículos circularam e a recepção das leitoras, além das dinâmicas internas das organizações responsáveis pelos títulos. Esses dados possibilitaram a compreensão sobre o processo de formação e também de desmantelamento dos periódicos, sua relação com outras publicações e movimentos sociais. Essas informações também subsidiaram o roteiro de entrevistas com as ativistas a que tive acesso.

É importante destacar que o acesso às fontes documentais não ocorreu de forma separada das entrevistas[19]. Diante da dificuldade de consulta a elas, não foi possível uma divisão explícita dos procedimentos. Não raras vezes, foi só após realizar algumas entrevistas que uma de minhas interlocutoras se lembrava onde deixou determinado documento ou periódico de interesse da pesquisa. Outro exemplo nesse sentido refere-se à disponibilidade de consulta aos arquivos – tanto os públicos como os particulares – questão relacionada não apenas à dinâmica de cada instituição/pessoa responsável, mas também às minhas condições logísticas de deslocamento. A consulta ao cartório, a arquivos públicos e particulares e a realização de entrevistas implicaram a realização de múltiplas viagens: uma para Campinas (SP), uma para Curitiba (PR), uma para Recife (PE), duas para o Rio de Janeiro (RJ) e duas para São Paulo (SP).

Para amenizar os impactos que essa mescla de processos poderia trazer ao estudo, segui em contato com as ativistas, tanto por *e-mail* como por redes sociais, para reportar questões que surgiam à medida que o acesso às fontes documentais foi viabilizado.

2.3 Considerações sobre história oral

A literatura acadêmica mostra que há diversas possibilidades de genealogia da história oral (TREBITSCH, 1994). Entretanto, há um ponto consensual entre essas correntes, que é a oposição à "história oficial", materializada numa história "vista de baixo". Além disso, aqueles que optam por essa metodologia compartilham da postura de insurgência em relação ao que chamam de "mito da objetividade científica" (QUEIROZ, 2011, p. 13), produzindo uma ciência engajada – algo que coincide com o meu olhar nesta pesquisa.

[19] Nos apêndices, encontra-se a lista completa dos documentos obtidos, com a identificação das datas e arquivos em que foram disponibilizados para mim.

O desenvolvimento dessa metodologia foi visto com desconfiança no meio acadêmico. A crítica mais comum dos que se opuseram a essa ferramenta é a de que seu uso resulta na produção de uma ciência subjetiva. Sobre essa questão, Alessandro Portelli, historiador reconhecido por seu trabalho na reconstituição de memórias do massacre nazista em Roma, sublinha que as fontes orais não são objetivas e alerta que isso se aplica para qualquer fonte, ainda que "a sacralidade da escrita sempre nos leve a esquecer isto" (PORTELLI, 1997, p. 35). No entanto, acredito que é de Paul Thomspon (1992), outro expoente na pesquisa histórica com fontes orais, a resposta mais contundente a essas críticas.

> […] A evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atos da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os "objetos" de estudos em "sujeitos", contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira* (THOMPSON, 1992, p. 137, grifo do autor).

Ainda nesse sentido, destaco a reflexão de Portelli, para quem a mudança mais importante desencadeada pela história oral se dá na figura do narrador. Ou seja, agora ele é "empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história" (PORTELLI, 1997, p. 38). Essa proposta de análise torna-se ainda mais interessante se considerarmos o histórico apagamento das memórias lésbicas (NAVARRO-SWAIN, 2000; 2007).

Norma Mogrovejo (2000) chegou à mesma conclusão, ao escolher as entrevistas de história oral como técnica para sua tese de doutorado. Nesse trabalho, em que a pesquisadora relata a trajetória dos ativismos lésbicos na América Latina, são destacados três elementos que justificam o uso da história oral e que se assemelham aos motivos que me levaram a adotá-la aqui. São eles:

1) As informações encontradas sobre lésbicas e homossexuais geralmente não foram escritas por eles;
2) Essas informações transmitem uma visão homofóbica de lésbicas e homossexuais;
3) As escassas informações escritas pelos próprios homossexuais geralmente são editadas de forma clandestina, de difícil acesso e fora de bibliotecas e centros de documentação (MOGROVEJO, 2000).

Também é importante destacar que o desenvolvimento da história oral guarda relação com os Estudos Feministas, sobretudo com aqueles que buscam recuperar a participação das

mulheres na construção da sociedade. A partir dessa constatação, Sherna Gluck (1977) classificou a história oral das mulheres como um encontro feminista – o que coincide com a abordagem proposta neste estudo.

Contudo, a despeito das possibilidades abertas a partir da história oral, devemos ponderar sobre seus limites. Michelle Perrot, historiadora reconhecida por seus trabalhos sobre mulheres e outros segmentos marginalizados (PEDRO, 2003), realizou um balanço crítico sobre pesquisas com essa temática após uma década da inauguração acadêmica da chamada "história das mulheres".

No texto, desenvolvido em conjunto com estudiosas do *Centre de Recherches Historiques*, vinculado à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, as autoras consideram que, embora os estudos tenham sido exitosos em visibilizar questões não abordadas academicamente, ainda é possível avançar (PERROT et al., 2001). Afinal, uma versão complementar da história, ou ainda uma "história vista de baixo", por si só, não tensiona a epistemologia científica. Ou seja, essa narrativa não instiga a uma reflexão crítica a respeito das condições que produziram o apagamento ou o negligenciamento de determinadas temáticas.

E essa não é a única armadilha. Há, ainda, o perigo do isolamento acadêmico daqueles que se dedicam a essa abordagem, além do risco de sacralização da narrativa sobre o apagamento das mulheres, sem considerar o potencial criativo dessas sujeitas em diversos momentos históricos. Nas palavras das autoras do ensaio, há: "uma inflação de estudos sobre os discursos normativos que mal levam em conta as práticas e os *modos de resistência* a estes discursos, e que induz, algumas vezes, a uma espécie de autofascinação pela infelicidade" (PERROT et al., 2001, p. 9, grifo meu). Embora esse apontamento tenha sido apresentado originalmente em 1986, este é um problema que ainda paira sobre estudos relacionados às mulheres (MUNIZ, 2015; NAVARRO-SWAIN, 2014) e, mais especificamente, às lésbicas (MAIA, 2017a).

Outra ponderação pertinente a respeito da história oral é a atração desmedida pelo vivido. Na ânsia de se contrapor à sacralização das fontes escritas, há o risco de supervalorização dos testemunhos orais, repetindo o vício daqueles que escrevem a "história vista de cima", que tanto criticamos (ALBERTI, 2003; REIS, 2010; RICOEUR, 2007).

Em uma postura intermediária entre esses dois pólos, há quem defenda a conciliação entre Memória e História[20]. Desse modo, seria possível obter o melhor dos dois campos: as emoções envolvidas em eventos passados – a partir da operação da Memória – e o registro científico daquilo que se foi – a partir do rigor analítico da História (JOUTARD, 2007; RICOEUR, 2007). A união dessas diferentes instâncias é o que proporcionaria o "milagre do reconhecimento" (REIS, 2010).

Essa conciliação é viabilizada pela análise conjunta dos testemunhos orais e das evidências documentais. Entretanto, como já mencionado anteriormente, as referências ao passado de alguns periódicos discutidos nesta pesquisa só estão disponíveis na forma de depoimentos isolados. A preocupação com a manutenção do rigor metodológico, por diversas vezes, me fez hesitar em incluir determinados títulos da Imprensa Lésbica em minha análise.

Entretanto, optei por abordar todos os veículos cuja origem foi registrada entre 1981 e 1995, mesmo incorrendo num dos chamados "abusos da memória" (AMADO; FERREIRA, 1998; RICOEUR, 2007; REIS, 2010). Entendo que a exposição das fontes, por mais limitadas que sejam, servirá como subsídio para pesquisas posteriores à minha. Ocultá-las poderia colocar este estudo como novo produtor de deslegitimação e apagamento de iniciativas lésbicas.

Além disso, a despeito das críticas à fragilidade metodológica que possam surgir, a análise científica com base em fontes tão limitadas pode instigar um debate sobre a preservação de memórias em arquivos e entre as próprias ativistas lésbicas – algo que acompanha a perspectiva política sob a qual esta dissertação foi desenvolvida. Feitas essas considerações, passo a tratar dos critérios de observação dos periódicos que compõem este estudo.

2.3.1 Para entender as entrevistas com as fundadoras e/ou colaboradoras de publicações lésbicas

Como descrito na seção introdutória, os periódicos que compõem o *corpus* de análise não foram investigados exatamente da mesma maneira. Afinal, ao passo que alguns

[20] Os conceitos de Memória e História trabalhados aqui têm como base os estudos de Joutard (2007), Le Goff (1990) e Ricoeur (2007). Em linhas gerais, a Memória carrega em si relações afetivas, é marcadamente individual, além de ser estruturada pelo esquecimento. A História, por sua vez, pressupõe a cientificidade e uma tendência universalizadora, além de ter como objetivo o combate ao esquecimento. Como bem pontua Marialva Barbosa (2004, p. 10), "[…] estamos falando sobretudo da vida, por mais paradoxal que seja, pois estamos ao fazer história o tempo todo querendo exorcizar a morte".

tiveram todos os exemplares localizados, há outros cuja única fonte de informação são as memórias das mulheres envolvidas em sua produção. Sendo assim, parte das entrevistas acabou sendo mais longa e minuciosa, pois não se dispunha de dados primários dos periódicos em questão. A duração das conversas variou entre 50 minutos e 2h30.

Apesar disso, tentei manter os mesmos eixos temáticos em todas as entrevistas – que somam oito[21]. Esta foi a maneira que encontrei para driblar as dificuldades metodológicas, ou seja, para amenizar as discrepâncias de análise entre as publicações. Para tornar mais didática a leitura e compreensão dos resultados da pesquisa, listo abaixo os eixos temáticos das entrevistas:

a) trajetória individual das interlocutoras;
b) dinâmica das organizações lésbicas em que atuaram;
c) características das publicações lésbicas para as quais contribuíram.

Inicialmente, abordei a trajetória individual de cada interlocutora. Nessa etapa, fiz perguntas a respeito de sua formação profissional e de sua iniciação nos movimentos sociais. Posteriormente, no tópico sobre organizações lésbicas, foram feitas questões sobre sua entrada nesses grupos (ou sobre a fundação deles, no caso das que participaram desse momento), seus objetivos, suas referências (práticas e teóricas), além das formas de articulação. Nessa fase, também conversamos sobre a relação de seus grupos com outros movimentos sociais e, em alguns casos, sobre as tensões internas que levaram ao racha ou ao fim das organizações que atuavam.

Finalmente, no eixo sobre as publicações lésbicas, foram colocadas questões sobre o motivo da criação dos periódicos, as referências adotadas, a divisão de tarefas, a recepção das leitoras e as razões que levaram ao encerramento da publicação. Nos casos em que não havia exemplares disponíveis para consulta, também perguntei sobre as características morfológicas dos periódicos: editorias, temáticas de interesse, tiragem, formas de distribuição e dados afins.

É importante destacar que esse temário funciona apenas como dispositivo organizador do texto. Evidentemente, como é típico de entrevistas de história oral, a estrutura das questões foi flexibilizada. Algumas respostas que obtive acabaram tangenciando mais de um eixo temático simultaneamente. Também ocorreram, como seria natural, comentários que deram origem a novas questões, alterando o roteiro inicial da entrevista.

---

[21] Além desses, há um outro depoimento – o de Lourdinha Motta. Contudo, como essa interlocutora pediu para responder às perguntas por *e-mail*, incorporei seu testemunho como fonte documental e não como entrevista, já que os procedimentos técnicos foram distintos.

Inversões também se deram a partir da percepção que tive das emoções de minhas interlocutoras. Memórias que causavam algum desconforto nelas foram abordadas de maneira mais espontânea, com menos intervenções de minha parte. Entendi que, nesses momentos, uma postura objetiva e pragmática poderia romper a confiança estabelecida com as entrevistadas e inviabilizar a continuidade da investigação.

Destaco, ainda, que todas as entrevistas foram transcritas e submetidas à avaliação de minhas interlocutoras. O objetivo era que elas identificassem informações que, porventura, não gostariam de tornar públicas, corrigissem dados dos quais não tinham certeza no ato da entrevista e, em alguns casos, respondessem questões que estavam pendentes.

Além dessas edições, suprimi trechos que identificavam nominalmente algumas ativistas. Essas ocorrências se deram nos casos em que não consegui contactar as pessoas citadas e confirmar se poderiam colaborar para a pesquisa. Adotei essa postura por considerar o fato de que nem todas estão "fora do armário" e que a prática do anonimato nos periódicos consultados era uma tática corrente para evitar possíveis retaliações. Nesse aspecto, também é importante dizer, que, com apenas uma exceção, todas as minhas interlocutoras concordaram com a divulgação de seu nome completo nesta dissertação. Nos apêndices do trabalho, estão disponíveis as transcrições de todas entrevistas[22].

Adotei essa prática visando à transparência e à obediência ao rigor científico, para que as falas de minhas interlocutoras sejam compreendidas exatamente no contexto em que foram feitas. Além disso, pontuo que diante da visibilidade restrita que as produções lésbicas possuem, meu compromisso como pesquisadora lésbica é difundir as descobertas que empreendi e não monopolizá-las. Afinal, tendo em vista a finitude e as limitações de todos nós, entendo que facilitar a continuidade de pesquisas com escopo similar às nossas deve ser nossa perspectiva primeira.

Como resultado preliminar da aplicação desses procedimentos metodológicos, apresento aqui um mapa de publicações lésbicas, que circularam entre 1981 e a atualidade. Embora o recorte temporal que proponho para análise aqui seja até 1995, acredito que o compartilhamento desses dados pode colaborar com outros estudos, assim como esta dissertação foi subsidiada por mapeamentos similares feitos por outras pesquisadoras e ativistas.

[22] A única exceção é a entrevista de Rita Colaço, que optou por não disponibilizar a íntegra do material para evitar a exposição de outras integrantes do coletivo de redação do *Xerereca*.

Quadro 1 – Mapa da Imprensa Lésbica brasileira (1981-2019)[23]

(continua)

Nome	Período estimado de circulação	Responsável pela publicação	Sede
Iamuricumá	1981*	As Iamuricumás	Rio de Janeiro/RJ
ChanaComChana (jornal)	1981	Grupo de Ação Lésbica-Feminista	São Paulo/SP
ChanaComChana (boletim)	1982-1987	Grupo de Ação Lésbica-Feminista	São Paulo/SP
Amazonas	1983-1985**	Grupo Libertário Homossexual da Bahia	Salvador/BA
Xererecа	1987	Rita de Cássia Colaço Rodrigues, Ana Rita Lugon e outras colaboradoras anônimas	Rio de Janeiro/RJ
Um Outro Olhar (boletim)	1987-1994	Grupo de Ação Lésbica-Feminista/ Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Deusa Terra	1991-1994	Deusa Terra	São Paulo/SP
Lesbertária	1993	Míriam Bottassi e Ann Puntch	São Paulo/SP
Femme	1993-1996	Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos	Santos/SP
Folhetim	1993-2008	Movimento D'Ellas	Rio de Janeiro/RJ
GEM	1994-1995***	Grupo Estação Mulher	São Paulo/SP
Um Outro Olhar (revista)	1995-2002	Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP

[23] Publiquei uma versão preliminar desse mapeamento em artigo recente na revista *Aedos*. Contudo, como ainda não havia concluído as análises, havia algumas imprecisões temporais que corrigi e apresento nesta dissertação. Para a versão anterior do mapeamento, ver Silveira-Barbosa (2019).

Quadro 1 – **Mapa da Imprensa Lésbica brasileira (1981-2019)**

(conclusão)

Nome	Período estimado de circulação	Responsável pela publicação	Sede
Ousar Viver	1997-2002	Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Ponto G	1998-2002	Grupo Lésbico da Bahia	Salvador/BA
Visibilidade	1998; 2001-2004	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ
Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul	2004-2006	Liga Brasileira de Lésbicas	Porto Alegre/RS
O L	2005	Beijo Livre	Brasília/DF
Sobre Elas	2006	Nina Lopes	São Paulo/SP
Alternativa L	2013-2019 (em circulação)	Equipe Alternativa L	São Paulo/SP
Brejeiras	2018-2019 (em circulação)	Camila Marins, Cris Furtado, Laila Maria, Luísa Tapajós e Roby Cassiano	Rio de Janeiro/RJ
Léssica	2018-2019 (em circulação)	Cristiane Schwinden	Salvador/BA
Tia Concha	2018-2019 (em circulação)	Coletivo 44 – Ana Clara Travassos, Andressa Habyak, Giovanna Guedes, Inessa Silva e Mariana Pacor	São Paulo/SP

Fonte: Fernandes (1994); Cardoso (2004); Lessa (2007); Péret (2011); Selem (2007); Campos (2014); Zuleide Silva (2016); Maia (2017a; 2017b); boletim *ChanaComChana* (n. 6, Novembro/Dezembro/Janeiro de 1994/1995); *Deusa Terra* (n. 4, Outono de 1993; n. 5, Primavera/Verão de 1993/1994); boletim *Um Outro Olhar* (n. 16, Outono de 1992); *Femme* (n. 9, 1996); *GEM* (n. 2, 1995); *Brejeiras* (v. 2, n. 4, 2019); *Tia Concha* (n. 1, 2018); pesquisa da autora (2019).

(*) O período de circulação desse boletim é incerto. Até o momento, os estudos que abordam publicações lésbicas registraram apenas uma edição, publicada em janeiro de 1981 (MAIA, 2017a; PÉRET, 2011; LESSA, 2007). Em minha pesquisa de campo, identifiquei a segunda e a terceira edição do *Iamuricumá*, disponibilizados pelo acervo do CIM, em São Paulo.

(**) Estimativa baseada no registro de Maia (2017a) e na aparição do periódico no boletim *ChanaComChana*, que registrava a lista de publicações lésbicas recebidas, com data e origem do envio.

(***) A indicação de 1995 como ano de encerramento da publicação é uma estimativa. Em comunicação pessoal com a editora do *GEM*, Regina Macedo, soube que ela não tem mais exemplares do periódico, mas acredita que sua circulação não durou mais do que um ano[24]. Na nona edição da revista *Femme*, publicada em 1996, Macedo assina um artigo no qual demonstra interesse em reorganizar o grupo. Contudo, nos documentos que consultei, não encontrei menções ao jornal do GEM, assim acredito que seu fim tenha ocorrido de fato em 1995.

[24] Comunicação realizada em 03 de abril de 2019 por telefone.

3 APONTAMENTOS TEÓRICOS

3.1 Sobre uma persperctiva sapatão de análise

"Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias."
(Djamila Ribeiro)

Neste capítulo, discuto as características particulares do meu olhar como pesquisadora negra e lésbica. Como lembra Marialva Barbosa (2007), a história da imprensa é normalmente a história das organizações, das profissões ou das tecnologias de informação e comunicação. Com isso, perde-se de vista a apreensão dessa história numa perspectiva que considere a relação dos veículos comunicativos com o desenvolvimento social.

É importante destacar que outros pesquisadores já se detiveram sobre produções alternativas de mídia, especialmente aquelas cuja autoria é de mulheres. É o caso de estudos como os de Buitoni (1986), Duarte (2016), Teles e Leite (2013), entre outros. Embora essas produções sejam relevantes no sentido de valorizar as ações de grupos considerados subalternos, ainda é possível avançar.

Conforme apresentado na seção introdutória, meu objetivo geral é sistematizar a história da Imprensa Lésbica, considerando que os veículos que a compõem são estruturas formadas quando o jornalismo falha na produção de esquemas de interpretação da realidade social e de mediação no exercício da cidadania. Assim, uma **perspectiva de análise sapatão/lésbica**[25] pode contribuir para enxergar e compreender essas estruturas, além de produzir uma visão crítica sobre os encontros e desencontros do jornalismo com sua função cidadã.

Utilizo o termo "sapatão" como referência às mulheres lésbicas que são atingidas por um grau particular de discriminação, já que fogem aos padrões hegemônicos de raça, classe e feminilidade – grupo no qual me incluo. A escolha dessa nomenclatura é, antes de tudo, uma provocação. Afinal, busco esvaziar o sentido pejorativo que o termo tinha inicialmente e elevá-lo a um espaço de potência criativa para a produção do conhecimento. Trata-se, portanto, de uma visão política e feminista da lesbianidade, articulada de maneira plural.

[25] Eventualmente, nesta seção, a palavra "lésbica" pode aparecer como sinônimo de "sapatão", apenas para melhor fluidez do texto.

Nesse sentido, alerto para a necessidade de romper a lógica da visão unitária de análise sobre a sociedade. Da mesma forma que o patriarcado exerce poderes opressivos em diferentes níveis, as pessoas atingidas por esse sistema devem ser vistas em toda a sua complexidade. Afinal, se apenas o aspecto de gênero for considerado, outros esquemas repressivos tão perversos quanto o sexismo permanecerão intocados.

Ainda sobre esse aspecto, destaco que há um número importante de estudos, desenvolvidos na esteira da tradição marxista, que atribuem ao sistema político-econômico a maioria, senão todos, os problemas que envolvem o jornalismo. Sendo assim, vale retomar a contribuição da historiadora feminista Tânia Navarro-Swain.

> De fato, as relações entre sexos, raças, grupos, não se modificam, necessariamente, se as relações de classe, por exemplo, forem subvertidas. Ou seja, *nunca é demais sublinhar que, se uma parte do dispositivo simbólico se esfacela, isto não leva à sua decomposição global*. Assim, a transferência dos pólos de poder político não acarreta uma transformação global das tramas do imaginário social (NAVARRO-SWAIN, 1994 p. 54, grifo meu).

O mérito da abordagem que proponho é também uma ruptura com o modo de fazer ciência na pesquisa em Jornalismo. Contaminados pela ideal da objetividade científica[26], muitos estudiosos do campo insistem em apresentar suas produções científicas como desinteressadas, neutras e apolíticas. Embora não seja meu objetivo discutir detalhadamente sobre a "neutralidade" da ciência, destaco que colocar em evidência uma posição de subalternidade – na qual as lésbicas frequentemente são situadas – e elevá-la a um *status* de produção do conhecimento é uma ação eminentemente política, de modo que as reflexões aqui apresentadas não têm qualquer intenção de parecerem isentas.

Como lembra o historiador James Green (2018), muitos pesquisadores apresentam suas implicações pessoais com o estudo que desenvolvem quase como um ritual na seção introdutória de seus trabalhos. Segundo ele, essa conduta é adotada como forma de prevenção diante de possíveis críticas, considerando o rigor requerido no campo científico. Embora compartilhe do mesmo entendimento que o autor apresenta, acredito que há dimensões mais profundas nesse "ritual" de autoapresentação nas pesquisas.

O movimento que proponho, de envolver explicitamente as subjetividades pessoais na construção da pesquisa, tem lastro nos Estudos Feministas, sobretudo aqueles

[26] Aqui, refiro-me aos preceitos estabelecidos com o advento da modernidade, que pressupõem que as produções científicas podem ser objetivas, neutras e imparciais, desde que sejam adotados os procedimentos adequados. Ou seja, trata-se de uma visão que nega a dimensão relacional e subjetiva dos pesquisadores e seus respectivos objetos de estudo (LERNER, 1990).

desenvolvidos por teóricas negras. Trabalhos pioneiros como os de Angela Davis (2016) e Sueli Carneiro (2002) demonstram que os postulados do discurso científico, que envolvem a postura de distanciamento do pesquisador e uma suposta neutralidade, constituíram-se como mais uma forma de estigmatização de determinados grupos sociais. Afinal, as narrativas autodenominadas neutras e universais resultaram em produções que ocultam diversas perspectivas e na distorção da história.

Nesse sentido, destaco que a simples adoção de um objeto de pesquisa "não-normativo" não é o suficiente para propor perspectivas de transformação. Mesmo porque, como bem pontua Audre Lorde, "as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande" (LORDE, 2019, p. 135). Essa colocação, que acompanho inteiramente, reforça que, para desfazer o apagamento que se nota sobre as lésbicas nas produções científicas, é necessário que tenhamos novas abordagens. E é nesse sentido que proponho uma perspectiva sapatão neste estudo.

Mas, afinal, em que isso consiste? Para explicar essa perspectiva, retomo as contribuições de pensadoras pioneiras no que se refere ao tema das lesbianidades. Uma delas é Adrienne Rich (2010), que no clássico artigo sobre heterossexualidade compulsória demonstra que a existência lésbica transcende o aspecto da preferência sexual. A teórica compreende o reforço da heterossexualidade para as mulheres como "um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas" (RICH, 2010, p. 34). Ao elaborar o conceito, Rich questiona não apenas a ordem heterossexual, como também alfineta teóricas feministas que não enxergam a heterossexualidade compulsória como uma fonte de opressão para *todas* as mulheres e não apenas para as lésbicas.

Segundo autora, a perversidade desse regime se nota em questões diversas, como na obrigatoriedade do casamento e da maternidade, no controle sobre os corpos, na violência sexual, entre outros aspectos. Dessa forma, Rich pontua que a "teoria feminista não pode mais afirmar ou meramente declarar uma tolerância ao 'lesbianismo' como um 'estilo de vida alternativo', ou fazer alusão às lésbicas" (RICH, 2010, p. 22)[27].

Esse ponto de vista é similar ao de Monique Wittig (2006), que vê na existência lésbica uma ruptura com a ideia de que as mulheres pertencem aos homens. Sublinho que as

[27] É importante destacar que, em 1980, quando o artigo foi publicado pela primeira vez, ainda não estava colocado o uso do termo "lesbianidade". A problematização em torno da palavra "lesbianismo" só se deu anos mais tarde, após o questionamento de ativistas que lutavam pela despatologização da homossexualidade. Sendo assim, pontuo que, sempre que o termo aparece nesta dissertação, ele está dentro desse contexto pré-mobilização pela mudança de nomenclatura.

propostas teóricas de autoras como Rich e Wittig demonstram como *todas* as mulheres, independentemente de sua orientação sexual, são atingidas pela heterossexualidade compulsória. Não se trata de proselitismo em relação à condição lésbica, mas tão somente de uma visão mais ampla e complexa sobre as dinâmicas que perpassam os relacionamentos (NAVARRO-SWAIN, 2010).

As contribuições dessas autoras nos permitem ampliar os objetivos das lutas feministas, já que deslocam a discussão sobre igualdade ou equidade para a desconstrução da heterossexualidade. Afinal, como lembra Wittig (2006), formas de vivências livres de opressão só são possíveis se pensarmos a partir de uma perspectiva que rompa com o binarismo no qual o referente é sempre o masculino. Isso é o que aconteceu, por exemplo, com a primeira geração de pesquisadoras feministas, que, a despeito de seus importantes estudos, continuaram presas na armadilha da visão binária. Sendo assim, destaco que:

> Analisar o gênero na representação binária não é suficiente, pois o processo não está interrompido; enquanto que a diferença seria colocada entre mulher e homem no cultural e no biológico, o referente será inevitavelmente o masculino e a cadeia de representações continuará a se desenvolver. Certos feminismos se esfalfam assim em um imaginário social que muda as posições das cartas, mas mantém seu valor intrínseco. E os estudos de gênero continuam a reproduzir o binário, reinstituindo na história a recitação do masculino dominante (NAVARRO-SWAIN, 2009, p. 32).

Esses pressupostos são muito valiosos tanto para as teorias como para as práticas feministas. Contudo, ainda é possível avançar na ruptura das assimetrias sociais, se incluirmos as discussões sobre raça, classe social, deficiência, entre outros aspectos. Uma abordagem fundadora, nesse sentido, é a de Gloria Anzaldúa (2005), autora de origem chicana, lésbica e não-branca. Ao dissertar sobre os diferentes níveis de subalternidade aos quais é colocada, a depender de sua posição social e também geográfica, a autora defende que “precisamos nos encontrar em bases mais amplas” (2005, p. 174). A importância de desconstruir, de forma concertada, os mais diversos esquemas normativos reside no fato de que os poderes opressores podem ser exercidos de diferentes formas, mas possuem uma origem comum: a falsa premissa de que uma pessoa pode se sobrepor a outra, relegando-a a um local de marginalidade.

> Assim como a fundação do capitalismo ocidental dependeu do tráfico de escravos no Atlântico Norte, o sistema de dominação patriarcal se sustenta pela sujeição das mulheres por meio da heterosexualidade. Sendo assim, os patriarcas têm de cultuar o par homem-mulher como algo “natural”, a fim de nos manter heterosexuais e obedientes, da mesma maneira que o europeu teve que criar o culto da superioridade

> caucasiana para justificar a escravidão dos africanos (CLARKE, 1983, p. 130, tradução minha)[28].

A partir dessa breve retomada teórica, pontuo que uma perspectiva lésbica ou sapatão consiste numa ruptura com a dominação masculina, em todos os níveis. Ruptura essa que não pode nem deve se encerrar em si mesma. Ao contrário, deve acompanhar uma outra, mais ampla e radical, que compreende outros aspectos da existência humana em que se observam relações assimétricas de poder e cuja consequência é a criação de diversas subalternidades. Afinal, "é impossível desmantelar a homofobia sem desmantelar o racismo, que, por sua vez, não pode ser desmantelado sem desmantelar o sexismo, e assim por diante" (EL-TAYEB, 2016, p. 163 *apud* REA; AMANCIO, 2018, p. 22).

Uma pesquisadora cujos estudos têm privilegiado essa perspectiva na atualidade é Paola Bachetta. Leio as produções dessa autora como uma atualização daquilo que Clarke (1983) e Anzaldúa (2005) já discutiam no fim do século XX. Na teorização de Bachetta (2009), destaca-se o que ela chama de co-formação, conceito que define o micropoder[29] como algo que opera em eixos variados, produzindo condições materiais, sujeitos ou condutas. Em suas palavras, o poder é "sempre múltiplo, mesmo quando não está visível dessa forma" (2009, p. 56). Além disso, atribuo particular importância ao apontamento destacado acima, pois, ao tratar dos ativismos lésbicos e da Imprensa Lésbica brasileira, é imperativo retomar as tensões existentes entre esses grupos e outros movimentos, como os de gays e feministas – esforço a que me dedico nos capítulos seguintes.

A pertinência de uma abordagem como a proposta por Bachetta (2009) também encontra respaldo no apagamento sobre as memórias lésbicas, que se traduz, por exemplo, no silêncio tácito sobre periódicos lésbicos em obras que tratam da imprensa alternativa e até mesmo da imprensa feminista e homossexual no Brasil. Como se vê, mesmo as produções que têm a intenção de democratizar o acesso à memória e tensionar as narrativas históricas terminam por reproduzir assimetrias de poder, desigualdades e o silenciamento que tanto criticam.

Mas o que uma perspectiva lésbica pode legar ao estudo da imprensa? Essa abordagem possibilita a ampliação do debate sobre alteridade no jornalismo. Um debate

---

[28] Texto original: "And just as the foundation of Western capitalism depended upon the North Atlantic slave trade, the system of patriarchal domination is buttressed by the subjugation of women through heterosexuality. So, patriarchs must extoll the boy-girl dyad as "natural" to keep us straight and compliant in the same way the European had to extoll Caucasian superiority to justify the African slave trade" (CLARKE, 1983, p. 130).

[29] A autora refere-se ao conceito cunhado por Foucault no volume 1 de *História da Sexualidade* (1988). Nessa obra, o pesquisador sofistica a definição que havia iniciado anos antes, ao pesquisar o sistema prisional.

profundo, com vistas a transformar a prática da reportagem; distante, portanto, de discussões superficiais baseadas em paradigmas obscuros de afirmação da "inclusão" ou da "valorização da diversidade"[30]. Afinal, sem repensar e refazer nossas bases de trabalho, corremos o risco de "incluir" novos atores na dinâmica da notícia apenas para não parecermos politicamente incorretos. Ou seja, isso resultaria em nada mais do que uma tolerância cínica à heterogeneidade dos grupos sociais. Contribuições interessantes, nesse sentido, têm sido desenvolvidas pela pesquisadora Paula Melani Rocha (2004), que verifica um processo de precarização do trabalho jornalístico associado às questões de gênero. O trabalho da autora confirma que a mera inclusão de novos atores nas redações não configura, por si só, uma modificação positiva no campo[31].

Marcia Veiga (2015) apresenta, em sua tese de doutorado, uma reflexão que acredito ser complementar às ideias que discuti até aqui. Para ela, a problematização do ensino do jornalismo sob uma perspectiva que considere a alteridade, pode oferecer compreensões mais fidedignas sobre a construção da realidade pela imprensa.

> Perceber a subjetividade como partícipe da construção do conhecimento, repassando o próprio conceito de objetividade, por certo ajudaria a ponderar sobre os possíveis motivos pelos quais a realidade vem sendo etnocentricamente narrada. Entretanto, o que ainda tem sido recorrente em algumas teorias do jornalismo parece ir noutra direção (VEIGA, 2015, p. 49).

Dessa forma, ao propor uma abordagem lésbica para estudar a imprensa, coloco-me ao lado daqueles que buscam se distanciar das falsas ideologias da objetividade e do universalismo, que nada mais são do que um eufemismo usado para ocultar os sujeitos que não se encaixam na fórmula do masculino universal.

---

[30] Sobre o assunto, ver, por exemplo, Mogrovejo (2008). Nesse texto, a pesquisadora retoma o desenvolvimento de estudos sobre a sexualidade e demonstra como o termo "diversidade" se constituiu como categoria apolítica e problemática para se pensar as dissidências sexuais e, em especial, as lesbianidades. Outro teórico que oferece contribuições valiosas para este debate é Tomaz Tadeu da Silva (2000). Para ele, mais do que reconhecer as possibilidades identitárias, é importante pensar sobre a produção social de cada uma delas. Nesse sentido, Silva (2000) critica de forma contundente o conceito de "diversidade". Diz o autor: "Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é um fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico" (SILVA, T., 2000, p. 100-101).

[31] Uma perspectiva mais atual desse tópico é apresentada no artigo *O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional*, de Rocha e Woitowicz (2017).

Além disso, traço essas reflexões porque compartilho da visão que coloca o jornalismo como elemento fundamental para a transformação da sociedade (GENRO FILHO, 2012). E aqui, refiro-me à "imprensa de massa", chamada "tradicional". Embora periódicos de natureza contra-hegemônica sejam resultado do que chamo de falha no funcionamento da imprensa, eles não podem se sobrepor aos meios de comunicação tradicionais. Afinal, há limitações basilares. São exemplos o financiamento colaborativo; certo nível de amadorismo, especialmente quando seus produtores não possuem qualificação na área da Comunicação ou do Jornalismo; circulação reduzida e a rotatividade no seu corpo de funcionários e/ou colaboradores, sobretudo naqueles relacionados aos movimentos sociais (PERUZZO, 1998). Assim, não acredito que formas alternativas de jornalismo ou comunicação sejam a resposta para os problemas do jornalismo, mas podem oferecer pistas de como superar seus impasses.

Dessa forma, pontuo que, ao propor uma perspectiva sapatão para o estudo da imprensa, estabeleço que o meu ponto de vista materializa uma ruptura com as múltiplas co-produções de poder (BACHETTA, 2009). E sublinho que **não estou em busca de um modelo de "jornalismo lésbico", mas de uma crítica sapatão do jornalismo**. Nela, acredito haver pistas que possam reorientar a imprensa no exercício de sua função essencial: a de refletir a sociedade em todos os seus níveis e contribuir para o exercício da cidadania. Afinal, um jornalismo que falha em sua finalidade mais básica precisa urgentemente se reinventar.

3.2 Sobre interdisciplinaridade

Em *Taking Journalism Seriously*, pioneiro trabalho de sistematização de pesquisas em Jornalismo considerando múltiplas disciplinas, Barbie Zelizer (2004) demonstra o elevado grau de complexidade desse campo. Com isso, a autora defende a tese de que não é possível estudá-lo sob uma única ótica disciplinar e propõe cinco lentes distintas, porém inter-relacionadas, para o estudo do jornalismo e dos meios de comunicação. São elas: a Sociologia, a História, os Estudos da Linguagem, a Ciência Política e os Estudos Culturais (ZELIZER, 2004).

A escolha dessas disciplinas não impede que outras se relacionem a nosso campo. Segundo a autora, essa divisão reflete apenas uma expressão maior dessas disciplinas, encontrada no levantamento de pesquisas a que ela se dedicou. Justificativa plausível, já que ela não compactua de uma visão fechada em relação ao jornalismo.

Tomo Zelizer (2004) como referência, pois trabalhos de sistematização de nosso campo se observam, majoritariamente, em artigos e ensaios – o que limita a reflexão

(MOHERDAUI, 2006). Entretanto, é pertinente dizer que outros pesquisadores articulam ideias parecidas com a da autora estadunidense. É o caso do português Jorge Pedro Sousa (2005) e dos brasileiros Felipe Pena (2006) e Gislene Silva (2009b).

O mérito do trabalho de Zelizer (2004) está na demonstração das descobertas de perspectivas que só foram possíveis graças a uma abertura interdisciplinar. Zelizer aponta, como referência dessa perspectiva, o livro *Descobrindo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, do sociólogo Michael Schudson. Nesse trabalho, o autor realiza uma profunda análise social e histórica, que une elementos econômicos, políticos e culturais na conformação do campo jornalístico e de seus atores (SCHUDSON, 2010). Zelizer situa essa obra ao lado de outras importantes contribuições ao Jornalismo, como aquelas de Gaye Tuchman (1972, 1980) – pesquisadora que, a partir de uma matriz sociológica, realizou estudos inovadores sobre a dinâmica da produção noticiosa.

No entanto, Zelizer (2004) diz que é preciso ir além dessa perspectiva – que já é muito valorizada. É assim que, na esteira da proposta dessa autora, assumo a combinação de lentes entre Jornalismo e História como guia desta pesquisa. Ressalto que o conceito de interdisciplinaridade adotado é aquele que consiste num "espaço nítido de interface, em que um determinado âmbito de conhecimentos se faz na confluência de duas ou mais disciplinas estabelecidas" (BRAGA, J., 2011, p. 63). Trata-se de uma proposta que considera a natureza plural do jornalismo e da notícia. Estes, embora tenham especificidades técnicas e teóricas, relacionam-se, inevitavelmente, a outros campos (SILVA, G., 2009b, PONTE, 2005).

Entretanto, proponho-me o desafio de mesclar as disciplinas de forma distinta daquela descrita por Zelizer. Em seu levantamento, a autora concluiu que a ótica histórica sobre o jornalismo se organiza de três formas: estudo de personalidades e organizações, estudos sobre marcos históricos, e estudos sobre a histórica relação do jornalismo com o desenvolvimento do Estado (ZELIZER, 2004). Nesse ponto, minha visão se afasta dessa pesquisadora e acompanha a perspectiva de Marialva Barbosa (2007a; 2007b), outra pesquisadora de trajetória notável e que se tornou referência na pesquisa em história da comunicação. Para ela, já é chegado o momento de investigar a história da imprensa em interface com o desenvolvimento social. E é isso o que proponho nesta dissertação, mas de uma forma particular, já que meu olhar não está voltado para o jornalismo em si, mas sim para os modos de aprimoramento dele, a partir da observação da Imprensa Lésbica. Afinal, vejo a existência desses meios de comunicação como uma crítica ao jornalismo – aqui entendido como instituição social.

3.3 Sobre histórias possíveis

"No horizonte, a subversão".
(Tania Navarro-Swain)

Do ponto de vista histórico, este trabalho é construído a partir de lentes feministas. Como já discutido em seções anteriores, os Estudos Feministas estabeleceram um novo campo de investigação, chamado de história das mulheres, ainda no fim do século XX. Entretanto, embora ofereça novas possibilidades de pesquisa, essa categoria termina por reiterar o discurso de uma cultura/biologia que define os indivíduos. E, além disso, fixa essa definição em categorias binárias – as mesmas que se pretendiam combater quando da fundação dessa tendência de pesquisa.

A partir desta constatação, a historiadora Tania Navarro-Swain estabeleceu a definição de "história do possível". Nas palavras da pesquisadora, trata-se de uma história que "busca o desconhecido" e tem a multiplicidade como "premissa básica" (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 613). A elaboração desse conceito se deu a partir de um reexame da construção da disciplina histórica, em que Navarro-Swain (2014) verificou a supervalorização, nas narrativas históricas, dos sujeitos identificados como homens, não somente a partir do genital, mas também de um modelo de masculinidade calcado no autoritarismo, na agressividade e na capacidade de dominação. Segundo a historiadora, essa mentalidade afetou, inclusive, os marcos nos quais a história é organizada e contada:

> A própria divisão temporal de períodos arbitrários já deveria ter sido abolida há muito tempo das escolas e da academia, pois demonstra apenas o etnocentrismo e o sexismo/racismo contidos nessas narrativas. Antes dos gregos, nada. Mil anos de Idade Média como se fossem dez, sem levar em conta as particularidades temporais e espaciais. E assim por diante… (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 614).

Levando isso em consideração, a pesquisadora conclui que o papel dos historiadores não é afirmar tradições, mas sim "destruí-las para reviver o frescor da multiplicidade, a pluralidade do real", construindo assim uma história do possível, "de um humano que não se conjuga apenas em sexo, sexualidade, dominação, posse, polarização" (NAVARRO-SWAIN, 2006, s. p.).

Como esta dissertação tem o objetivo de compor um histórico da Imprensa Lésbica brasileira, talvez o uso dos aportes teóricos oferecidos por Navarro-Swain possa soar contraditório. Em outras oportunidades, essa mesma historiadora já discorreu sobre sua

recusa em se assujeitar à categoria lésbica (NAVARRO-SWAIN, 2000, 2002, 2016). Afinal, essa expressão carrega em si valores de sexo/gênero e de sexualidade.

Nesse ponto, passo a divergir da pesquisadora. Se retornarmos alguns tópicos, veremos que o entendimento a respeito da "lésbica", que adoto aqui, consiste num devir subversivo, resultado de uma consciência feminista. Para mim, essa é a matriz na qual se assenta a lesbianidade. A recusa à norma é o que a define. Sem ter pretensão alguma de incluir à força, neste grupo, todas as múltiplas formas que cabem neste devir lesbiano, reivindico o uso desta categoria como estratégia política.

Como destacam Hall (2000) e Spivak (2010) em suas respectivas teorizações, trata-se da adoção de um essencialismo estratégico, posicional e momentâneo, para obter avanços básicos.

> Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos (HALL, 2000, p. 108).

Dessa forma, se me ocupo de encontrar formas de subverter a heteronormatividade engendrada no fazer jornalístico (VEIGA, 2010), e a lesbianidade representa uma força de resistência a esse sistema, um histórico sobre a Imprensa Lésbica deve ser considerado uma possibilidade.

3.4 Sobre a falência do jornalismo como mediador da cidadania

A ideia de que o jornalismo é uma forma de conhecer a realidade já vem sendo trabalhada pelo menos desde o início do século XX. Exemplo disso são os estudos de alguns dos pioneiros de nosso campo disciplinar, como Robert Park (1940) e Walter Lippmann (2008)[32]. Suas obras demonstram como o jornalismo opera na mediação entre os diversos grupos sociais, podendo contribuir para a tomada de decisões e orientar a opinião pública.

Esses pressupostos foram aplicados e validados anos mais tarde em pesquisas que levaram em conta diferentes etapas do processo de comunicação. É o que se nota, por exemplo, nos estudos sobre agendamento (MCCOMBS, 2009), sobre recepção (BRAGA, A.,

[32] Seu livro *Public Opinion* foi publicado pela primeira vez em 1922.

2009) e, inclusive, sobre a dimensão pedagógica dos meios de comunicação (MEDITSCH, 2003).

Diante disso, chamo atenção para a responsabilidade social do trabalho jornalístico. O protagonismo que a imprensa e seus profissionais detêm na configuração política da sociedade demonstra a particularidade do jornalismo em relação a outros campos. Alguns autores, como Luis Felipe Miguel (1999), consideram, inclusive, que o jornalismo é um sistema perito nas sociedades democráticas. Barbie Zelizer (1993), por sua vez, classifica o conjunto dos jornalistas como comunidades interpretativas, já que estes colaboram para um dos modos de assimilação da realidade, com rotinas e procedimentos próprios. Tais constatações indicam que, no jornalismo, um desvio pode afetar todo o processo de compreensão da realidade por parte do público e, consequentemente, sua conduta.

Essas colocações não devem ser lidas como reflexo da visão frakfurtiana, que entende os meios de comunicação como manipuladores e essencialmente ruins para o desenvolvimento social. Do ponto de vista teórico, acompanho os estudos construtivistas. Estes se situam numa posição que rejeita o entendimento do jornalismo como reflexo perfeito da realidade, assim como se opõe àqueles que vilanizam a imprensa.

A lente pela qual observo e compreendo o jornalismo é aquela que o vê como um processo complexo de comunicação no qual vários fatores podem influir. Entre eles destaco: a política editorial dos meios de comunicação, os valores e crenças dos profissionais de imprensa, a dinâmica da produção noticiosa, a disponibilidade temporal e orçamentária para executar uma pauta, as tecnologias envolvidas na produção da notícia, além das preferências de cada público (HACKETT, 1984; TUCHMAN 1972, 1980; ALSINA, 2009).

Nessa perspectiva, assume-se que, ainda que os jornalistas sofram interferências em seu trabalho, existe um grau de autonomia que pode ser mobilizado (LAGO, 2003). Adelmo Genro Filho (2012) mostra que o jornalismo, em sua lida diária de reportar a realidade, tem potencial para publicizar as contradições sociais – algo que pode colaborar na superação de desigualdades e assimetrias de poder. De outro modo, uma postura acrítica e conformista, por parte do repórter, pode igualmente favorecer a permanência de estigmas, invisibilidades e desagregação social.

Algo que ilustra essa questão é a pesquisa desenvolvida por Miguel e Biroli (2011). Os autores realizaram um mapeamento da presença das mulheres nos principais telejornais e revistas semanais brasileiros entre 2006 e 2007. Com isso, os pesquisadores identificaram que a sub-representação das mulheres no noticiário político, à época, era ainda maior do que nos espaços de política institucional. Além disso, quando apareceram no noticiário, as mulheres

foram frequentemente associadas a temas considerados de menor interesse. Nas palavras dos pesquisadores: "[…] os meios de comunicação, e mais especificamente o jornalismo, confirmam e neutralizam a exclusão de alguns indivíduos e grupos sociais, como as mulheres, mesmo quando não os discriminam e estigmatizam abertamente" (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 2).

A produção e reprodução de estigmas também foi trabalhada por Fausto Neto (1999). Interessado na cobertura midiática sobre a Aids, o pesquisador se deteve sobre os discursos presentes nos jornais impressos que circularam entre 1982 e 1995 no Brasil, e constatou a prevalência dos discursos médicos e do Estado em detrimento daqueles enunciados pelas pessoas diagnosticadas com a síndrome. Tal fato evidencia não só a antiga problemática do jornalismo de valorizar fontes consideradas oficiais (MEDITSCH; SEGALA, 2005), mas também reitera a posição de subalternidade à qual as pessoas diagnosticadas com Aids foram colocadas – algo que o autor considera como uma das muitas formas de morrer dentro das páginas e hierarquias editoriais dos jornais.

> O tom da fala das vítimas da AIDS é de recusa aos estigmas, de denúncias contra as formas de discriminação, de avaliação sobre suas práticas (o caso dos homossexuais) diante dos perigos de contaminação, de registros sobre as terapias a que muitos se submetem para enfrentar a doença, além de atos que ultrapassam os limites dos cuidados a que estão submetidas. Observa-se que, neste caso, destacam-se estratégias enunciativas que se caracterizam pela fala dos atores na forma do discurso direto. Ou, ainda, pela manifestação na forma do discurso indireto. Ou seja, são vozes que, de uma forma ou de outra, estão articuladas e subordinadas à própria cena enunciativa engendrada pelo discurso jornalístico (FAUSTO NETO, 1999, p. 141-142).

Estudos como os de Miguel e Biroli (2011), assim como o de Fausto Neto (1999), revelam a presença de estereótipos nas mídias jornalísticas. Entretanto, ainda é possível aprofundar a discussão se considerarmos as subjetividades dos profissionais que produzem as notícias e não apenas o produto final de seu trabalho. Esse foi o desafio no qual Marcia Veiga (2010) se colocou em sua dissertação de mestrado.

Ao acompanhar o funcionamento de um programa jornalístico de TV, a pesquisadora obteve dados sobre a hierarquia profissional da empresa (incluindo as diferenças salariais entre homens e mulheres), além de traçar uma espécie de perfil que incluía o comportamento, gostos e preferências de cada jornalista. No estudo, a autora também observou reuniões de pauta e os processos de edição de texto e vídeo das reportagens – etapa em que verificou explicitamente como as subjetividades dos profissionais interferem na construção da notícia.

> Entre os interlocutores da pesquisa, não apenas o masculino, mas também os valores classe média e geração (meia-idade), brancos, heterossexuais, entre outros, estavam mais valorizados, tanto nos atributos pessoais e profissionais como nas características das notícias. E a percepção da reprodução da heteronormatividade nas notícias foi melhor explicitada no acompanhamento dos processos de produção em que os estranhamentos e juízos de valor dos interlocutores, expressos frente aos grupos diferentes, considerados à margem da norma, recrudesciam. Estes estranhamentos eram fundados nos valores mais gerais da sociedade da qual os jornalistas são parte, e são estes mesmos valores que atribuem um lugar social hierarquicamente inferior àqueles que se diferem e se desviam da norma, produzindo representações sociais capazes de colocar tais sujeitos nas bordas (VEIGA, 2010, p. 199-200).

Outra constatação importante verificada pela autora é a resistência dos jornalistas em atuar a partir de novas abordagens e se aproximar de indivíduos e contextos diferentes daqueles com os quais estão familiarizados – o que mina o conhecimento e assimilação de determinados segmentos sociais. Essa incapacidade de dialogar, de perceber as diferenças sem hierarquizá-las, coloca o jornalismo na contramão do papel que deveria desempenhar socialmente[33]. Ou seja, ao invés de mediar as relações e contribuir para o exercício da cidadania, o jornalismo termina por produzir informação limitada aos interesses da própria tribo jornalística (TRAQUINA, 2005).

Por tudo isso, considero o estudo de Veiga (2010) como fundamental não apenas para a argumentação que desenvolvo aqui, mas também pelo fato de sua análise evidenciar como as normatividades estão fortemente relacionadas em sua construção. Atribuo tal fator ao referencial teórico trabalhado pela autora, que inclui os estudos feministas pós-estruturalistas e os estudos *queer*. Desse modo, Veiga demonstra a possibilidade de uma virada epistemológica na produção de estudos em Jornalismo. Também acompanho a colocação da autora (VEIGA, 2010), quando pontua que uma ação mais reflexiva dos jornalistas, no sentido de reconhecer que a notícia é uma forma de construção social da realidade, poderia modificar positivamente suas práticas profissionais. Nesse sentido, Veiga sugere que essa consciência seja mobilizada já na formação dos jornalistas, quando os profissionais ainda estão aprendendo o seu ofício.

Em minha leitura, essa é uma provocação da pesquisadora que nos instiga a repensar não apenas as práticas jornalísticas, mas também o processo de aprendizagem das mesmas.

---

[33] O trabalho de Tuchman (1972) sobre a construção da objetividade no jornalismo nos instiga a pensar em como determinadas rotinas e procedimentos dos jornalistas se tornaram formas de proteção contra questionamentos críticos, muitas vezes perpetrados por seus superiores na hierarquia da empresa. Tal constatação revela, em certa medida, que os jornalistas tendem a escrever para si e seus pares. Uma perspectiva que atualiza, aprofunda e complexifica esse debate tem sido trabalhada por Cláudia Lago. Exemplo disso é o seu texto sobre os benefícios da capacidade do jornalista de estranhar a si mesmo no processo de se aproximar e compreender o Outro – em analogia com o ofício dos antropólogos (LAGO, 2010).

Em artigo recente, produzido por Fabiana Moraes e Marcia Veiga (2019), as autoras avançam nessa questão a partir de uma crítica à epistemologia do jornalismo. No texto, elas demonstram que os saberes jornalísticos foram desenvolvidos sob as bases da racionalidade moderna, que é positivista e binária (AGUILAR; GONÇALVES, 2017) e que, durante muito tempo, serviu para validar "cientificamente" estigmas e preconceitos, além de sedimentar discriminações de gênero, classe e raça (SAUNDERS, 2017).

A crítica de Moraes e Veiga (2019) se relaciona com meu estudo na medida em que assume a notícia como uma forma de construção social da realidade, rejeita a negação da subjetividade no fazer jornalístico – e também na produção científica – e reconhece a necessidade de construir saberes outros – que se opõem às simplificações objetivas e à visão dos meios de comunicação como estruturas estanques e monolíticas, onde não haveria espaço para mobilizar resistências[34]. Dessa forma, considero que a tão alardeada crise do jornalismo tem uma dimensão subjetiva e reconheço a falência dessa instituição como mediadora da cidadania. E, para superá-la, proponho um olhar que extrapola o jornalismo e seus cânones (MORAES; VEIGA, 2019), um olhar para a comunicação de grupos auto-organizados. Afinal, como nos lembra Peruzzo, "a participação ativa na comunicação em sua diversidade de práticas, no bojo da mobilização social mais ampla, contribui para a ampliação do *status* da cidadania" (2010, p. 6).

Também encontrei bases para a proposta desta dissertação na pesquisa de Peruzzo (1998) sobre meios de comununicação alternativa. Depois de analisar as dinâmicas de rádios comunitárias na América Latina, a pesquisadora propôs um modelo de participação popular na comunicação. Outro estudo que fortalece meus propósitos de pesquisa é o minucioso estudo de Cristina Câmara (2002) sobre o Grupo Triângulo Rosa e sua contribuição para a cidadania de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Um dos feitos do grupo, que surgiu em 1985 no Rio de Janeiro, é a contribuição no processo que incluiu o respeito à orientação sexual no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Tal conquista, alcançada em 1986, é resultado de mobilizações de grupos homossexuais ao longo de toda a década de 1980 e em particular do Triângulo Rosa. A organização foi responsável pela compilação de matérias discriminatórias, publicadas na imprensa, e criticadas no boletim do grupo – o que deu origem à minuta da emenda de redação que alteraria o código dos jornalistas.

[34] Nesse sentido, é interessante consultar o estudo de Marialva Barbosa (2014), no qual a autora retoma as estratégias desenvolvidas por jornalistas da grande imprensa para driblar a censura durante o período da ditadura civil-militar no Brasil.

Sendo assim, na história possível da Imprensa Lésbica brasileira, procuro ensinamentos para repensar e refazer o jornalismo.

4 UM POUCO DE HISTÓRIA

4.1 Sobre as disputas em torno da comunicação no Brasil

Historicamente, a relação entre imprensa e público no Brasil é marcada por assimetrias e desigualdades. Desde a invasão europeia, em 1500, até a chegada da família real portuguesa em 1808, não se identificou a consolidação de nenhum tipo de imprensa no território brasileiro. Tal fato está relacionado à proibição da produção de periódicos, estabelecida pelos colonizadores e que permaneceu até 1821 (MARQUES DE MELO, 2003). Além disso, quando esse cenário mudou, os periódicos informativos se desenvolveram a partir das elites políticas e econômicas, situadas principalmente no estado do Rio de Janeiro (LUSTOSA, 2003).

Embora a concentração de mídia também se note no desenvolvimento da imprensa em outros lugares do mundo (MATTA, 1981; SCHUDSON, 2010), aqui, tínhamos como particularidade uma população majoritariamente analfabeta. Essa questão, somada a outros fatores como os impasses envolvidos no reconhecimento de uma identidade brasileira, o atraso na implantação de universidades e o desenvolvimento tardio de escolas de Comunicação, explica por que a própria ideia de comunicação como um direito pelo qual se deve lutar (ONU, 2009) demorou tanto para se fazer presente em nosso território[35] (MARQUES DE MELO, 2003).

Nos espaços acadêmicos, a reflexão sobre democratização dos meios de comunicação só ganha atenção a partir da década de 1970 (MATTELART, 2009). No Brasil, em particular, a discussão foi mobilizada de forma mais intensa somente na década seguinte, já no contexto de transição do regime militar para o governo democrático. Ainda assim, essa pauta não avançou na Assembleia Constituinte e, atualmente, ainda se registram organizações da sociedade civil voltadas para o tema da democratização dos meios de comunicação (GUARESCH, 2013). Não apenas em termos de concentração política e econômica, mas também no que se refere ao conteúdo produzido.

[35] Embora a implantação da imprensa no Brasil tenha ocorrido tardiamente, é importante destacar que houve movimentos de resistência. Sobre as tentativas de introduzir a imprensa no Brasil durante o período colonial, ver, por exemplo, Marques de Melo (2003, p. 142-149). Já no que se refere às rachaduras provocadas no sistema por iniciativas de mulheres e negros, ainda nos períodos colonial e imperial, destaco os estudos de Duarte (2016) e Pinto (2006), respectivamente. Outras estratégias de resistência construídas em cenários adversos podem ser encontradas na obra de Carneiro e Kossoy (2003). No livro, os autores examinam a ação do Estado brasileiro para minar a liberdade de expressão e de imprensa entre os anos de 1924 e 1954.

O fato é que, mesmo sem a consolidação dessa agenda no plano da política institucional, o Brasil registrou várias experiências e tentativas de comunicação – e de jornalismo – mais democráticas. O auge dessas iniciativas ocorreu durante a ditadura civil-militar, sobretudo após a edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho, a partir daí "as margens de liberdade e de críticas políticas [foram] reduzidas a zero" (2014, p. 74). Foi esse instrumento que consolidou o estado de exceção, pois permitiu o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, o exercício da censura prévia nas artes e nos meios de comunicação, além de ter suspendido o *habeas corpus* para presos políticos[36].

Os periódicos que surgiram nesse contexto foram classificados por Regina Festa como realizadores de uma "comunicação de resistência" (1986, p. 10). Ainda de acordo com a autora, essa tônica se manteve até 1978, quando as forças de oposição se ocupavam de denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Estado e, ao mesmo tempo, organizar formas de enfrentamento ao regime. É a partir desse cenário que foi formulado o que hoje se entende por comunicação alternativa.

> Ela [a comunicação popular] não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que *emerge da ação dos grupos populares*. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação.
> […] A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas *necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social* (PERUZZO, 2009, p. 47, grifos meus).

A partir da elaboração de Peruzzo (2009), é possível inferir que a imprensa alternativa foi concebida como parte de um processo de luta mais amplo, relacionado à realidade política e econômica do Brasil e de outros países da América Latina que também viviam sob governos autoritários e com altos índices de desigualdade socioeconômica. Nesse sentido, a convulsão social vivida pelo país a partir de 1978 pode ser explicada, em parte, pela conduta da imprensa alternativa, que conseguiu se configurar como difusora de contrainformação dos discursos hegemônicos (FESTA, 1986; TELES; LEITE, 2013; WOITOWICZ, 2009). Tanto é que passou a ser considerada inimiga direta do governo

[36] Íntegra do ato disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 11 nov. 2018.

militar, tendo sido perseguida com censura prévia, prisões arbitrárias de seus colaboradores e atentados em suas redações e pontos de distribuição (CHINEM, 2004; KUCINSKI, 1991).

Já na década de 1980, a imprensa alternativa havia entrado em declínio. Não é possível afirmar que iniciativas de comunicação popular desapareceram, mas a atuação tal como ocorreu nos anos anteriores mudou, refletindo a realidade política do país (FESTA, 1986; KUCINSKI, 1991; CHINEM, 2004). Na literatura acadêmica, as alternativas de comunicação desenvolvidas nesse novo momento são tidas como a emergência de um jornalismo especializado e/ou institucional, decorrente da institucionalização dos movimentos sociais (FESTA, 1986; KUCINSKI, 1991; CARDOSO, 2004).

O surgimento da Imprensa Lésbica brasileira se dá em 1981, num contexto social com características distintas do período anterior. Embora compartilhe semelhanças com os alternativos que o precederam, seria um desvio historiográfico, isto é, um anacronismo afirmar que esse segmento acompanha o que ficou conhecido como imprensa alternativa no contexto pós-1964.

Na discussão proposta aqui, acredito que o conceito de comunicação comunitária, na definição de Peruzzo (2009), é a mais adequada. Para a autora, o conceito é uma vertente da ideia de comunicação alternativa[37], que ganhou expressividade no fim do século XX.

> A comunidade se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros. […] Assim sendo, à comunicação comunitária são reservadas exigências de vínculos identitários, não possuir finalidades lucrativas e estabelecer relações horizontais entre emissores e receptores com vistas ao empoderamento social progressivo da mídia e ampliação da cidadania (PERUZZO, 2009, p. 58).

Evidentemente, como se verá nos próximos capítulos, não se pode dizer que há uma única "comunidade lésbica brasileira" ou mesmo que as múltiplas organizações eram homogêneas, tanto em termos de características socioeconômicas das integrantes como também das perspectivas políticas delas. Contudo, havia, sim, um ponto comum, observável em todos esses grupos: o reconhecimento da lesbianidade e as implicações sociais e políticas desta condição. Para compreender a conformação dessa imprensa, faz-se necessária uma breve discussão sobre as iniciativas de auto-organização que precederam os grupos e periódicos que escolhi como objeto de estudo nesta dissertação.

---

[37] Sobre a noção de imprensa e/ou comunicação alternativa que emergiu no contexto da ditadura civil-militar também é pertinente revisitar a classificação feita pela historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, no dicionário do CPDOC/FGV (ARAÚJO, 2019). Nesse texto, a autora mostra a variedade de publicações que surgiram naquele período, ampliando ainda mais o que se entende por comunicação alternativa.

4.2 Sobre os dissidentes da heteronormatividade e suas tentativas de organização no Brasil em meados do século XX

Embora a literatura acadêmica situe o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em 1978, a partir do surgimento do núcleo que daria origem ao Somos/SP, e da criação do jornal *Lampião da Esquina*[38], há registros que indicam uma onda crescente de politização e auto-organização do segmento nas décadas de 1950 e 1960 (MÍCCOLIS, 1983; FIGARI, 2007; PÉRET, 2011; COLAÇO, 2012; FERREIRA, V., 2017; MORANDO, 2018). Ao fazer essa pontuação, não quero diminuir a importância que o Somos/SP e outros grupos que se organizaram a partir dele tiveram. Busco apenas contribuir para a pluralização das narrativas, reconhecendo que não há uma única genealogia possível desse passado. Além disso, retomar tais experiências permite compreender melhor a divisão entre os períodos pré e pós-constituinte, que adotei para organizar o histórico da Imprensa Lésbica brasileira nesta dissertação.

As experiências de ativismo ou "protoativismo", nos termos de Colaço (2012), não tiveram o mesmo êxito que aquelas registradas a partir de 1978 por uma junção de fatores. Além da repressão moral e sexual característica da cultura brasileira à época, havia as limitações impostas pelo aparato policial do Estado brasileiro.

Embora haja elementos contundentes que comprovem o conservadorismo moral do regime militar instalado em 1964 (OCANHA, 2014; QUINALHA, 2017), a repressão à sexualidade e o controle do espaço urbano no Brasil tem suas origens muito antes do golpe. Essa moralidade, que sustentou ações e políticas discriminatórias, esteve presente em diversos momentos da história brasileira. Perpassa os valores cristãos, impostos depois da invasão colonial (BELLINI, 1989; TREVISAN, 2018), a visão higienista das elites do império e da velha república, além dos ditames autoritários da Era Vargas – inspirados no fascismo italiano (GREEN, 2000; OCANHA, 2014). Deste conjunto de heranças históricas, modelou-se, por

[38] Trata-se de uma publicação gay, que circulou entre 1978 e 1981. Embora não seja a primeira publicação do gênero no Brasil, o jornal ganhou notoriedade porque era distribuído em todas as regiões do país e em algumas cidades do exterior. Embora dirigido ao público gay, abordava pautas de interesse dos movimentos antirracismo, de feministas e de trabalhadores. Ainda que tenha surgido no contexto da "abertura política", o *Lampião* sofreu perseguições por parte do Estado. Exemplo disso é que em junho de 1979, os editores do jornal foram alvos de investigação federal por terem, supostamente, violado a lei de imprensa (PÉRET, 2011; GREEN, 2018).

exemplo, a legislação de combate à "vadiagem", usada reiteradamente para perseguir, entre outros grupos, os dissidentes da heteronorma[39].

> A Lei de Vadiagem pressupõe que todos os trabalhadores possuam recursos financeiros que comprovem sua subsistência, mas não deixa claro como se dará essa verificação. Esse artifício transferiu para a prática policial a verificação e exigência de documentação, ficando a cargo de cada delegacia estabelecer comprovação de trabalho. Mais do que isso, a lei deu autoridade à polícia para regular os vadios no espaço público da rua. No caso de os vadios incomodarem os ditos *cidadãos de bem* representaria uma perda de autoridade da polícia sobre o espaço público (OCANHA, 2014, p. 56, grifo do autor).

Exemplo dessa vigilância moral é o levantamento feito por Luiz Morando (2018), que indicou tentativas frustradas de organização de travestis e homossexuais – tanto para fins culturais como políticos. O autor revela que, entre agosto e dezembro de 1964, existiu em Belo Horizonte o Entend's Bar. Contudo, após denúncias de vizinhos, o local foi fechado e o dono, Geraldino Chamarmum, foi processado por corrupção de menores. Morando (2018) registra, ainda, que ao depor para a polícia, Chamarmum revelou a intenção de transformar o bar em uma associação, que se chamaria Entend's Club. A manutenção seria feita a partir de cotizações de associados.

Em 1968, tentou-se realizar um "congresso de enxutos" em João Pessoa. A partir de reportagem publicada no *Diário de Pernambuco*, Morando (2018) identificou que o evento tinha os seguintes objetivos:

> a) reconhecimento do 3° sexo;
> b) permissão para casamento e divórcio entre homossexuais;
> c) reivindicação de melhor tratamento por parte da sociedade;
> d) fundação do **Clube dos Enxutos**, que deverá ter funcionamento livre, onde quer que seja implantado (*Diário de Pernambuco*, ano CXLIII, n. 118, 22/05/1968, 2° Caderno, p. 5, grifo do jornal *apud* MORANDO, 2018, p. 69).

O evento não saiu como o planejado, pois houve perseguição. O secretário de Segurança da Paraíba impediu a realização do evento e, semanas depois, cinco travestis que tentavam chegar à cidade para participar do congresso foram presas. Posteriormente, a organização tentou promover o evento em Fortaleza, mas a polícia local barrou a investida. Ainda assim, o grupo voltou a se organizar, já que muitas pessoas haviam se deslocado para a capital cearense. Morando (2018) reporta que havia delegações de Minas Gerais, Bahia, São

[39] Os depoimentos de algumas de minhas interlocutoras de pesquisa detalham episódios de perseguição policial contra lésbicas. Destaco os relatos de Marisa Fernandes, Yone Lindgren e Célia, disponíveis nos apêndices desta dissertação.

Paulo e Rio de Janeiro mobilizadas para o congresso. Contudo, mais uma vez, a tentativa foi reprimida pelas forças policiais.

Em 1972, também registrou-se a tentativa de um evento sobre homossexualidade em Caruaru (PE). Entretanto, o padre Henrique Monteiro, responsável pelo encontro, recebeu uma negativa da Delegacia de Costumes. Inconformado, Monteiro continuou a levantar recursos para a realização do evento. Numa dessas ocasiões, em Vitória de Santo Antão (PE), o padre foi preso. Numa reportagem, outro padre, que também participava da organização, disse que o evento deveria sediar a criação da Sociedade de Proteção das Bonecas[40] (COLAÇO, 2012). O objetivo dessa instituição seria a proteção social de homossexuais e travestis na velhice.

Ao revisitar as memórias de gays que viveram sua juventude no Rio de Janeiro entre 1950 e 1970, Figari (2007) também mostra que as associações, ou "turmas", como se dizia na época, embora não contassem com uma reflexão política aprofundada, já tinham um papel relevante. Para esses homens, as turmas eram uma espécie de família. Nesse aspecto, é importante dizer que, desde o início do século XX, os grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, foram tidos como refúgio de muitas pessoas que queriam viver livremente sua sexualidade (GREEN, 2000; FIGARI, 2007).

Além de funcionarem como espaços de sociabilidade gay, esses grupos também se articulavam em torno de projetos maiores. Acredito que o exemplo mais evidente disso seja a criação de jornais especializados. Antes mesmo do surgimento do *Lampião da Esquina* em 1978, surgiram no Brasil pelo menos onze jornais voltados para o "público homossexual". Essas iniciativas foram registradas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (FERREIRA, V., 2017).

Num mapeamento detalhado sobre a imprensa homossexual das décadas de 1960 a 1980, Vinícius Ferreira (2017) constatou que esses periódicos se tornaram parte da cultura homossexual de grandes centros urbanos. Já nos idos da década de 1960, havia preocupação com a criação de uma visibilidade positiva sobre o grupo e o envolvimento de sujeitos subalternizados na edição desses jornais, com o objetivo de conferir legitimidade às práticas homossexuais, segundo o autor.

[40] Termo utilizado para se referir às travestis. É importante destacar que, naquela época, o debate sobre identidade de gênero não estava colocado nos mesmos termos em que se observa atualmente. Daí a imbricação das questões homossexuais com as das travestis em eventos e grupos homossexuais, como citado acima.

A profusão de periódicos homossexuais naquele período ensejou, inclusive, a criação da Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG) em maio de 1968, no estado da Guanabara – atual Rio de Janeiro (MÍCCOLIS, 1983). A criação dessa entidade refletia a tentativa de união de grupos e periódicos homossexuais do Brasil, já que pouco após o registro dos primeiros periódicos, ocorreram disputas entre os articuladores desses veículos – o que ameaçava a continuidade desses projetos (FERREIRA, V., 2017). Contudo, vale destacar que essa imprensa homossexual ainda não dava visibilidade para as questões lésbicas. Seu foco eram os homens homossexuais e as travestis. Assim, ainda que haja alguns paralelos nas trajetórias dos periódicos gays e lésbicos, o histórico de cada um desses segmentos é distinto.

Se na década de 1970 os gays já viviam a profissionalização dos periódicos voltados para eles (FERREIRA, V., 2017), nesse período, as lésbicas ainda faziam suas primeiras aparições na forma de cartas abertas e manifestos enviados a periódicos alternativos. A partir dos registros e evidências coletadas até o momento, entende-se que foi só em 1981 que se instalou no Brasil a chamada Imprensa Lésbica.

Antes desse período, dados sobre sociabilidade e articulação política de lésbicas no país são escassos. Um estudo que oferece algumas pistas nesse sentido é a tese de Nadia Nogueira (2005). Ali, a autora discorre brevemente sobre a sociabilidade de mulheres que se relacionavam afetivamente e/ou sexualmente com mulheres na noite carioca, entre as décadas de 1950 e 1960. A partir de entrevistas com pessoas que transitaram nesses espaços, Nogueira afirma que não havia lugares declaradamente feitos por e para lésbicas. Na verdade, havia, inclusive, uma certa insistência dessas mulheres em se "camuflar" para não serem reconhecidas. Códigos de vestimenta bem específicos, como o uso de sapatos *mocassim*, era o que as identificava. Uma das entrevistadas de Nadia Nogueira revelou que, na década de 1960, era "pelos pés que uma lesbiana reconhecia a outra" (2005, p. 59).

Outra similaridade entre as frequentadoras desses espaços era a admiração pela escritora Cassandra Rios, conhecida pelas tramas com personagens lésbicas, além de carregar o título de "escritora mais proibida do Brasil". O epíteto era um trocadilho que mesclava o conteúdo das obras de Cassandra com o fato de ela ser a autora com maior número de livros censurados pela ditadura (VIEIRA, 2014).

Diante de toda essa repressão, os pontos de encontro eram, frequentemente, espaços privados. Em sua tese, Nogueira (2005) identifica de maneira mais detalhada dois espaços: o Bar da Fernanda, que era a casa de um casal lésbico no bairro da Tijuca, e o Clube das Doze, em Jacarepaguá. Até o momento, não há indícios de que havia algum nível de articulação política nesses espaços. O que se sabe é que eles eram pontos de encontro, sociabilidade,

namoro e diversão restritos a grupos de amigas e/ou conhecidas cujo valor comum era o amor entre mulheres.

5 HISTÓRICO DA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA

Embora os primeiros periódicos lésbicos – de que se tem registro até o momento – tenham sido publicados pela primeira vez em 1981, a trajetória dos grupos que os idealizaram remonta aos idos da década de 1970. Assim, relembro que em 1974, o governo brasileiro iniciou um processo de "abertura política", liderado pelo militar Ernesto Geisel, que à época respondia pela presidência da república. Ainda que a flexibilização do regime possa ser questionada, já que documentos descobertos recentemente revelam o envolvimento de Geisel em execuções sumárias[41], é fato que houve um arrefecimento nos ânimos da oposição, materializado na desarticulação da resistência armada à ditadura (ARAÚJO, 2000).

Foi partir desse ano que também se organizaram novas formas de oposição, expressas no surgimento de grupos mais heterogêneos cuja pauta de reivindicações ia além do fim do regime[42]. Obviamente, a entrada dessas organizações na disputa política não foi pacífica. Afinal, ainda havia uma esquerda ortodoxa, incapaz de enxergar outras dimensões da política além do sistema econômico e do autoritarismo político.

Havia também aqueles que, apesar de notarem essas dimensões, consideravam-nas pautas secundárias, "identitárias", que ofuscavam a luta contra o "inimigo maior": a ditadura e o capitalismo. Essa trave nos olhos dos que pensavam dessa maneira gerava uma nova forma de opressão, às vezes, até de si mesmos. Afinal, os Estudos Feministas, de perspectivas diversas, têm nos mostrado que não é possível discutir temas como a desigualdade social sem considerar questões de gênero e raça, por exemplo. Mesmo porque esses elementos estruturam toda a sociedade e são muito mais complexas do que um simples marcador identitário.

Dessa divergência, surgem novos movimentos sociais, organizados em torno de pautas como o feminismo, a igualdade racial e também a livre orientação sexual. Em minha pesquisa, privilegio este último, na expressão dos coletivos de lésbicas. Mas destaco que, especialmente para os grupos que surgem no período pré-constituinte, houve uma forte politização da condição lésbica, vista como algo que transcendia a preferência sexual. Por

[41] Conforme destaca reportagem exclusiva do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada em maio de 2018 (VALENTE; URIBE, 2018). Recentemente, o *UOL* também publicou uma reportagem que expôs os arroubos autoritários que pairavam sobre o Brasil mesmo após o fim do regime militar (MADEIRO, 2019).

[42] A entrada de novos atores na cena dos movimentos sociais foi favorecida pela Lei de Anistia, editada em 1979. No mesmo ano, foi decretado o fim do bipartidarismo – o que mudou a relação do Estado com a sociedade brasileira já nas eleições de 1980.

essa postura progressista, diante do conservadorismo à esquerda e à direita, os grupos homossexuais que atuaram nessa época foram classificados como libertários. Suas ações tinham ares anárquicos e eram alicerçadas, principalmente, na contracultura e na autonomia. Dentre as organizações do chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) da década de 1980, as lésbicas foram as mais que valorizaram essas máximas. E a trajetória dos boletins editados por elas nesse período são reflexo disso, como se verá a seguir.

5.1 Publicações da primeira fase (1981-1987)

As publicações lésbicas que compõem essa pesquisa não devem ser vistas como uma estrutura homogênea. O mesmo vale para os grupos que as editaram. Cada título apresenta especificidades relativas às subjetividades das mulheres envolvidas em sua produção, ao local em que foram concebidos e ao público que alcançavam. Sendo assim, para que essas nuances sejam claramente expostas, opto por contar a trajetória de cada periódico separadamente. As trajetórias de cada um deles se dá em intervalos de tempo diferentes ao longo da década de 1980. Assim, para guiar melhor a leitura da pesquisa, sumarizo alguns acontecimentos que, de algum modo, impactaram os grupos lésbicos e suas publicações nesse período.

1978

Surgimento do Somos/SP
Surgimento do *Lampião da Esquina*
Surgimento da International Gay Association (IGA)

1979

Surgimento do Somos/RJ
Surgimento do Grupo Lésbico Feminista (LF) em São Paulo (SP)
Surgimento do Grupo Libertário Homossexual (GLH) em Salvador (BA)
Surgimento do Grupo de Atuação Gay (GAAG) no Rio de Janeiro (RJ)
Surgimento do grupo Auê, no Rio de Janeiro (RJ)

1980

Duplo racha do Somos/SP
Racha do Somos/RJ
Surgimento do Grupo Gay da Bahia em Salvador (BA)

Fim do GAAG

IGA incorpora as lésbicas em sua sigla, tornando-se ILGA

1981

Criação do boletim *Iamuricumá* no Rio de Janeiro (RJ)

Criação do *ChanaComChana* (jornal) em São Paulo (SP)

Fim do *Lampião da Esquina*

1982

ChanaComChana volta como boletim em dezembro

Criação do Somos/Auê no Rio de Janeiro (RJ)

1983

Criação do boletim *Amazonas*, vinculado ao GLH

Descoberta da Aids

1984

Fim do Somos/SP

Fim do Somos/Auê

1985

Rosely Roth vai ao programa da Hebe Camargo

Criação do Atobá no Rio de Janeiro (RJ)

Criação do Triângulo Rosa no Rio de Janeiro (RJ)

Despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Medicina (CFM)

Início da Assembléia Constituinte

1986

Fim do GLH

1987

Criação do *Xerereca* no Rio de Janeiro (RJ)

ChanaComChana é substituído pelo boletim *Um Outro Olhar*

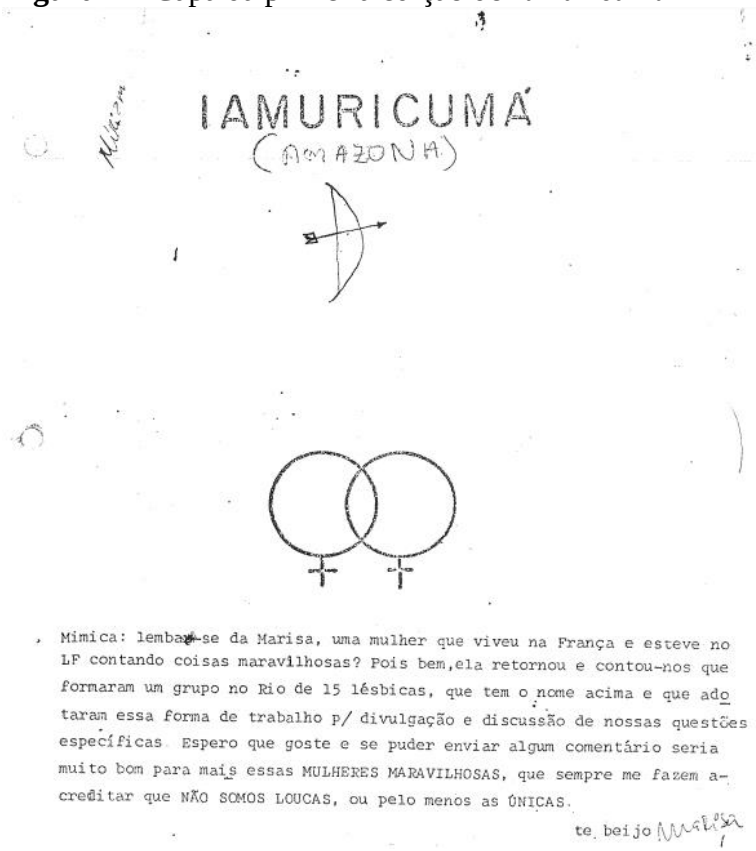
1988

Promulgação da nova Constituição Federal

5.1.1 Iamuricumá

Pouco referenciado na literatura acadêmica, o boletim *Iamuricumá* integra a geração de periódicos pioneiros que abriram caminhos para outras publicações lésbicas. O *Iamuricumá* entrou em circulação em janeiro de 1981 na cidade do Rio de Janeiro. As mulheres que o editaram assinavam apenas como "As Iamuricumás". A exceção é um texto publicado no segundo número, cuja autoria é atribuída a "MF". Hesitei antes de incluir este boletim no rol de publicações lésbicas, pois as próprias autoras escrevem no número 1 que existia a intenção de produzir um jornal ou revista posteriormente – o que indica que, para elas, o *Iamuricumá* ainda era uma experiência limitada. Entretanto, diante da escassez de dados sobre esse título e considerando o relevante conteúdo que publicava – próximo do que outros periódicos produzidos posteriormente apresentaram, considero pertinente relatar sua trajetória.

Figura 1 – Capa da primeira edição do *Iamuricumá*


IAMURICUMÁ
(AMAZONA)

Mimica: lembam-se da Marisa, uma mulher que viveu na França e esteve no LF contando coisas maravilhosas? Pois bem, ela retornou e contou-nos que formaram um grupo no Rio de 15 lésbicas, que tem o nome acima e que adotaram essa forma de trabalho p/ divulgação e discussão de nossas questões específicas. Espero que goste e se puder enviar algum comentário seria muito bom para mais essas MULHERES MARAVILHOSAS, que sempre me fazem acreditar que NÃO SOMOS LOUCAS, ou pelo menos as ÚNICAS.

te beijo Marisa

Fonte: Cópia cedida pela pesquisadora Patricia Lessa

Por intermédio da pesquisadora Patricia Lessa, obtive uma cópia do primeiro número do *Iamuricumá*. Nela, há uma anotação que nos dá pistas sobre a origem do boletim e do grupo que o organizou.

Atribuo as anotações da capa a integrantes do Grupo Lésbico Feminista, que atuava em São Paulo. Não apenas pela menção ao LF, como também pelo fato de a cópia feita por Patricia Lessa ter como orginal os arquivos da Rede Um Outro Olhar, coordenada por Míriam Martinho. De fato, como indica a anotação, há um grupo de brasileiras lésbicas que atuava de forma conjunta no Rio de Janeiro. Algumas delas tinham vivência no exterior, para onde foram durante os anos mais duros do regime militar.

Em *off*, Marisa Fernandes indicou nomes que poderiam estar envolvidos no boletim. Para confirmar a informação, busquei ajuda de pesquisadoras que estudaram o Círculo de Mulheres de Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, assim como sondei pessoas que eram próximas a essas mulheres quando elas retornaram ao Brasil[43]. Duas das fontes indicadas não puderam ser contactadas; uma faleceu em 2018 e a outra encontra-se com problemas graves de saúde. Já a "mulher que viveu na França", que também se chama Marisa, não foi encontrada. Como nenhuma das mulheres supostamente envolvidas na publicação falou abertamente sobre o boletim e não tenho certeza sobre a publicidade de sua orientação sexual, opto por manter sigilo quanto aos nomes.

O *Iamuricumá* introduz sua primeira edição da seguinte forma:

> Somos muitas: Somos poucas? Pensamos todas da mesma maneira? O que querem dizer as ideias feministas, têm elas alguma coisa a ver especificamente com as homossexuais? O que temos nós a ver com os homossexuais/homens? Só mesmo perguntando umas às outras poderemos nos conhecer melhor. Daí partiu essa ideia de reunir artigos e para começo de conversa distribuí-los do Oiapoque ao Chuí (IAMURICUMÁ, 1981, n. 1, p. 2).

Feitos esses apontamentos, a equipe do boletim coloca o endereço de sua caixa postal. Compreendo, portanto, que o objetivo do grupo era abrir uma discussão sobre feminismo e lesbianidades com a colaboração das próprias leitoras. Para isso, as organizadoras traduziram o texto de um grupo de feministas radicais francesas cujo nome não

[43] Pela ajuda nessa etapa da pesquisa, agradeço especialmente a Marisa Fernandes, Carolina Maia, Maira Abreu, Schuma Schumaher, Cecília Sardenberg, Joana Maria Pedro, Karina Janz Woitowicz, Júlia De Cunto, Zezé Lima, Madalena Guilhón, Maria Angélica Lemos, Rita Quadros, Eunice Gutman, Naty García, Ângela Xavier de Brito, Claudia Prado e Marta Baião.

foi publicado. As iamuricumás afirmaram que não endossavam todas as posições do texto, mas o julgaram provocativo o bastante para iniciar uma discussão entre as lésbicas brasileiras.

Ainda no editorial, o coletivo orienta que cada leitora faça cinco cópias do boletim e passe-as adiante. A intenção de dar continuidade à publicação fica explícita no seguinte trecho do editorial: “a ideia dum jornal, duma revista, existe também para mais tarde. Essa forma de ‘corrente’ nos parece mais barata e permite o anonimato a quem dizer, e criaremos uma Rede Nacional” (IAMURICUMÁ, 1981, p. 2). O plano de seguir adiante com o boletim também foi corroborado pelo aviso final das organizadoras, que convidam o público a enviar “comentários, críticas e colaborações” para seu endereço postal.

O boletim carregava uma identificação sugestiva em seu nome: dois símbolos do sexo feminino entrelaçados na capa. Mas o que significa a palavra iamuricumá? Segundo Orlando e Cláudio Villas-Bôas (1990), essa expressão quer dizer “mulher sem o seio direito”. O termo é parte do vocabulário dos Kamaiurás, grupo indígena que habita o Parque Indígena do Xingu. Alguns dos mitos que envolvem essas mulheres revelam uma postura insubmissão ao poder masculino, o que as levou a serem expulsas da tribo.

> As Iamuricumá continuam viajando, viajando sempre. Caminham dia e noite sem parar. As crianças de braço foram jogadas nas lagoas e se transformaram em peixes. Até hoje as Iamuricumá caminham, sempre enfeitadas e cantando. Usam arco e flechas e não têm o seio direito para melhor manejar o arco (VILLAS-BÔAS, O.; VILLAS-BÔAS, C., 1990, p. 111).

Acredito que essa marca de rebeldia é o que faz com que o termo iamuricumá seja associado às amazonas, conforme anotação no exemplar digitalizado e que apresentei acima. Com essas informações, leio o apelo ao termo no título do boletim como um chamado à insurgência contra o patriarcado, que alcança sua expressão maior na existência lésbica (RICH, 2010; WITTIG, 2006). Conforme discutido anteriormente, essa ideia foi trabalhada intensamente por diversas feministas nos Estados Unidos e na Europa. Na França dos anos 1970, em particular, desenvolveu-se um feminismo identificado como radical, pois descrevia o trabalho doméstico e a criação dos filhos como um regime de dominação política das mulheres (ABREU, 2018). Essa corrente articulava elementos oferecidos pela teoria marxista com as questões colocadas pelos Estudos Feministas realizados até então. Alguns de seus principais referenciais são os estudos de Monique Wittig (2006) e Christine Delphy (2015). O reflexo das ideias dessas pensadoras fica evidente no seguinte trecho do texto traduzido na primeira edição do boletim:

> […] O heterossexualismo é uma estratégia do patriarcado. Heterossexualismo, aliás, é uma palavra ambígua: designa uma forma de sexualidade, mas o poder da Diferença não termina aí. Implica num hetero-poder, numa hetero-socialização, numa hetero-estratégia e numa hetero-opressão.
> […] O lesbianismo é a resistência à hétero-opressão. É antes de tudo uma prática de solidariedade fundamental entre as mulheres. Toda a nossa afetividade se volta em direção às mulheres, para as mulheres, com as mulheres: nenhum benefício para o opressor. (IAMURICUMÁ, 1981, n. 1, p. 3-4)

A partir das pesquisas realizadas até o momento, acreditava-se que o *Iamuricumá* não teve continuidade. Contudo, em buscas empreendidas no Centro de Informação da Mulher (CIM), em São Paulo, encontrei a segunda e a terceira edição do boletim[44]. Elas foram publicadas em fevereiro e maio de 1981, respectivamente. Cheguei ao arquivo do CIM por meio de indicações de pesquisadoras e amigas, além do próprio conteúdo dos títulos lésbicos que analiso nesta dissertação. Frequentemente, a entidade foi descrita como espaço de recepção de eventos para lésbicas, e os serviços oferecidos pela organização também eram reportados com regularidade nos periódicos que fazem parte de minha pesquisa.

A primeira e a segunda edição do *Iamuricumá* tinham quatro páginas. A terceira, por sua vez, trazia cinco. Todas foram datilografadas em folhas de papel sulfite no formato A5 e posteriormente grampeadas. Como se vê, trata-se de uma publicação de caráter artesanal e que provavelmente não requeria muitos investimentos financeiros. Ainda assim, o boletim chegou longe, revelando que a proposta de corrente entre as leitoras obteve êxito.

> E assim, numa sexta-feira, às vésperas do carnaval, nos reunimos pela segunda vez, contentes com a repercussão de nossa "Corrente" por esse Brasil a fora (Rio Branco, Recife, Maranhão, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, etc.) e ansiosas por aquelas cartas que ainda não chegaram.
> Para vocês terem ideia do andamento da corrente aqui no Rio, mandaremos, da próxima vez, xerox das fotos de pichações que andam sendo feitas por Botafogo a fora, reivindicando nossas posições (IAMURICUMÁ, 1981, n. 2, p. 2).

E mesmo sem considerar o seu boletim como uma publicação formal, nos moldes de um jornal ou revista, as iamuricumás passaram a ter uma rotina similar à de produtores de tais periódicos. Logo após o editorial da segunda edição, as organizadoras pedem que as leitoras sigam enviando suas impressões sobre o material publicado e sugerem que elas criem novos artigos a partir disso.

---

[44] Agradeço a toda a equipe do CIM pela acolhida e, em especial, à Marta Baião, pela disposição em colaborar com minhas buscas.

As edições que vieram após a primeira deram continuidade ao seguinte formato: editorial, seguido do endereço para correspondência com o grupo e um texto provocativo sobre feminismo e lesbianismo, como se dizia na época. Já na terceira edição, a última a que tive acesso, há uma seção sem título, que reúne informes sobre o movimento homossexual na França, nos Estados Unidos e no Brasil. Nesse número, que data de maio de 1981, as integrantes do grupo afirmam que a rotina de atuação política, social e pessoal impediu que elas se reunissem para editar o boletim em abril – dando a entender que, idealmente, a publicação seria mensal ou bimestral.

Ainda nessa edição, as organizadoras registram "insistentes críticas" sobre o radicalismo dos textos publicados por elas. Então, as iamuricumás ponderam que a maioria dos materiais apresentados até aquele momento eram traduções e que, em breve, elas pretendiam expor suas próprias ideias.

As buscas que empreendi não foram suficientes para afirmar se elas levaram a proposta adiante. No entanto, considerando o ano em que foram editadas as primeiras edições de seu boletim, é possível esboçar alguns elementos que contribuíram para a descontinuidade do projeto. Destaque-se que, no início da década de 1980, o Brasil enfrentava uma grave crise financeira, acompanhando o contexto de outros países da América Latina, para os quais o referido período ficou conhecido como "a década perdida". Em 1981, por exemplo, quando surgiu o *Iamuricumá,* a média da inflação ficou em 102% (BRESSER-PEREIRA, 1990).

Além disso, os movimentos sociais, em especial os de homossexuais, passavam por uma fase de declínio. Nas entrevistas que realizei com ativistas e a partir da bibliografia de referência sobre o MHB, apresentam-se diversos motivos para a desmobilização. São eles: a recusa de uma identidade homossexual – que poderia "cercear a liberdade individual"[45]; o fim do *Lampião da Esquina* – que aglutinava grupos do Brasil e do exterior; além do desgaste provocado pela conturbada relação do MHB com partidos políticos de esquerda e com o movimento feminista[46] – o que desmotivou muitos ativistas, levando-os a abandonar a militância (MACRAE, 1990; GREEN, 2000; FACCHINI, 2002; FIGARI, 2007; PÉRET, 2011; TREVISAN, 2018). Particularmente, acrescentaria a essa lista de motivos o contexto de

[45] Em um texto de 2009, posteriormente republicado em 2013, Míriam Martinho apresenta sua visão sobre o tema e indica referências de outros pesquisadores e ativistas envolvidos nesse debate. Para entender melhor as diferentes opiniões que circulavam na época, vale conferir o relato (MARTINHO, 2013).

[46] Em se tratando do Rio de Janeiro, uma de minhas interlocutoras nesta pesquisa, a jornalista Yone Lindgren, relatou que o feminismo carioca era ainda mais inacessível às lésbicas do que o paulista. Tomando sua trajetória em movimentos sociais como referência, que começou em 1979, ela diz que só foi possível se aproximar do movimento feminista do Rio em 2003.

repressão sexual, que impedia que muitos ativistas se colocassem publicamente, o que poderia facilitar a interlocução com outros setores da sociedade e alcançar mais públicos.

Ainda considerando as críticas sobre o conteúdo radical de seu boletim, que as iamuricumás afirmaram receber com frequência, acrescento um outro fator de desmobilização: a dificuldade de reportar suas ideias numa abordagem mais palatável e menos academicista, à luz do que outras publicações, como o boletim *Um Outro Olhar*, fariam na década de 1990. Com isso, ressalto que não critico a intensidade ou o chamado "radicalismo" das posições do *Iamuricumá* ou mesmo do seu contemporâneo *ChanaComChana*. Pondero, apenas, que essa energia pode ser potencializada de maneira mais estratégica para não inviabilizar o debate com mulheres que ainda não estavam tão politizadas[47]. No entanto, essa constatação só aparecerá para as ativistas lésbicas de meu estudo na década seguinte.

5.1.2 ChanaComChana

O *ChanaComChana*, cuja primeira edição foi publicada em formato tabloide em janeiro de 1981, foi sem dúvida o periódico lésbico mais influente da década de 1980. Atribuo essa questão ao fato de esse ter sido o único título que foi publicado com certa regularidade durante todo esse tempo. Além do número especial de 1981, houve 12 edições entre dezembro de 1982 e maio de 1987. Seus contemporâneos tiveram trajetória efêmera e circulação mais mais limitada, como se verá nos tópicos a seguir. Um reflexo da notoriedade que o boletim ganhou se faz presente nas pesquisas acadêmicas sobre lesbianidades, nas quais o *ChanaComChana* é o título mais citado[48] (MAIA, 2017a).

Antes de contar a trajetória desse periódico, é necessário voltar alguns anos, para compreender como se formou o grupo responsável por sua edição. Dentro do contexto de reorganização política, em 1978, surge o Núcleo de Ação para os Direitos dos Homossexuais, que no início do ano seguinte, passaria a se chamar Somos – Grupo de Afirmação

[47] Para aprofundar a reflexão, ver o texto de Audre Lorde sobre os usos da raiva, publicado no livro *Irmã Outsider* (2019).

[48] Evidentemente, com um pouco mais de boa vontade e interesse dos pesquisadores seria possível ao menos nomear os periódicos lésbicos daquela década, já que o primoroso trabalho do GALF, em seu boletim, imprimia a lista de publicações lésbicas do Brasil e do exterior numa seção exclusiva. Além disso, dentre os periódicos lésbicos, o *ChanaComChana* é o que pode ser encontrado com mais facilidade em arquivos públicos e digitais. Cito como exemplos o AEL/Unicamp e o Acervo Bajubá.

Homossexual[49]. James Green, pesquisador brasilianista e um dos pioneiros do MHB, relata que a mudança no nome "[…] foi um compromisso entre os que achavam que o nome original era muito audaz e aqueles que pensavam que a palavra 'Somos' implicitamente oferecia uma mensagem mais positiva" (GREEN, 2018, p. 72).

O autor também lembra que "Somos" era o nome da revista editada pela *Frente de Liberación Homosexual de Argentina*, fechada em 1976, quando uma ditadura se instalou naquele país. Na avaliação de Green, a mudança de nome também indicava uma internacionalização do movimento, que ainda contava com pouco apoio dentro do Brasil. Segundo MacRae (1990), a sugestão desse nome partiu de Glauco Mattoso, cuja simpatia com a palavra "Somos" teria se dado pelo fato de a expressão ser palindrômica, podendo ser lida da esquerda para a direita e vice-versa. O autor descreve Glauco como entusiasta da poesia concreta e diz que a escolha dessa palavra dava uma "interessante brincadeira com o fato de ser o nome de um grupo de 'invertidos'" (MACRAE, 1990, p. 108).

A primeira ação coletiva do grupo ocorreu em 1978 e consistiu no enfrentamento à discriminação de homossexuais praticada pela imprensa (GREEN, 2018; MACRAE, 1990). Na ocasião, o Somos/SP elaborou uma nota de repúdio à conduta do jornal *Notícias Populares*. Nela, foi descrita uma série de matérias e artigos de opinião de caráter discriminatório. O documento foi enviado pelo grupo às seguintes entidades: Associação Brasileira de Imprensa, Comissão Justiça e Paz, Ordem dos Advogados do Brasil e Sociedade Interamericana de Imprensa.

Apesar desse esforço, o jornal continuou a disseminar discursos preconceituosos – o que o tornou alvo de críticas reiteradas por parte de alguns movimentos sociais, inclusive em publicações lésbicas como o *ChanaComChana*. Sublinho esse fato porque considero que ela dá mais robustez à premissa que assumi como uma das causas do surgimento da Imprensa Lésbica: o apagamento e a discriminação praticada pelo jornalismo tradicional.

Ainda sobre o tema, é importante destacar que a difusão de estereótipos sobre homossexuais, e em especial sobre as lésbicas, não ficou restrita a jornais sensacionalistas como o *Notícias Populares*. Algo que pode ilustrar essa questão é o relato feito por Trevisan (2018) sobre o período em que atuou na *Folha de S. Paulo*.

[49] Um ano mais tarde, seria criado um grupo de mesmo nome no Rio de Janeiro, porém com dinâmica distinta. Para diferenciá-los, a literatura acadêmica tem adotado as siglas Somos/SP e Somos/RJ, que também emprego aqui.

> Eu vi, riscado e corrigido por editores da *Folha*, certo artigo escrito por um jornalista amigo meu, no qual a palavra "lésbica", então proibida de aparecer nas páginas do jornal, tinha sido mais uma vez substituída pela palavra "feminista"… Isso ocorreu no final da década de 1970. Nos anos 1980, porém, temas ligados à homossexualidade, ao movimento negro, ao feminismo e à ecologia invadiram suas páginas, que já apresentavam, não sem certo exibicionismo progressista, até sinônimos chulos ou maliciosas paráfrases para se referir a homossexuais. Lembro de uma foto da Gal Costa, em primeira página da mesma *Folha de S. Paulo*, quando de um espetáculo seu na cidade. Os pés da cantora estavam em primeiríssimo plano, sobre uma mesa, e de tal modo distorcidos pela lente grande-angular que seus sapatos pareciam, facilmente, ser do tamanho cinquenta… A alusão à sapatona inseria um bom humor modernoso, que só acentuava a crueldade do preconceito (TREVISAN, 2018, p. 337).

De volta ao relato sobre a trajetória do Somos/SP, pontuo que as memórias trazidas por Green (2018) e MacRae (1990) também permitem compreender outros eventos que se deram posteriormente, como a aproximação dos integrantes do grupo com a equipe que editava o *Lampião da Esquina*, além do envolvimento de ativistas do Somos/SP na edição de jornais alternativos com o *Corpo*[50] e o *Versus*[51].

MacRae (1990) aponta que, embora o Somos/SP contasse com alguns subgrupos (identificação, atuação e de estudos), para gerenciar de modo mais eficiente cada linha de ação do coletivo, a estrutura nunca funcionou de maneira pacífica. Segundo ele, isso ocorria, entre outros motivos, pela grande rotatividade dos membros, já que os novos integrantes não faziam distinção entre as reuniões dos subgrupos e do coletivo como um todo. Os subgrupos de identificação, centrados na questão da autoaceitação e da troca de vivências individuais, eram os que atraíam mais interesse. Para MacRae (1990), isso mostrava uma necessidade coletiva de compreensão da homossexualidade e de um espaço de acolhimento naquele período.

O autor também detalha que, para alguns membros, esse envolvimento foi tão intenso que gerou o que ele chama de "casamento com o grupo" (MACRAE, 1990, p. 121). Parte dos integrantes limitava suas relações afetivas e sexuais ao Somos/SP, numa perspectiva não-monogâmica. Embora essa possa ser considerada uma atitude de vanguarda, já que representava um exercício prático de crítica ao mito do amor romântico instituído pelo

[50] Boletim produzido pelo grupo Somos/SP. A literatura diz pouco sobre esse periódico. Sabe-se que entrou em circulação em 1980 e teve seis edições. Encerrou suas atividades em 1984, acompanhando o fim do grupo Somos/SP (MÍCCOLIS, 1983; FERREIRA,V., 2017; GREEN, 2018).

[51] Publicação alternativa, de origem paulistana, centrada na América Latina. Circulou entre 1976 e 1980. Tinha entre seus membros jornalistas do Grupo Estado. Destacou-se por sua aproximação política com os movimentos que lutavam pela igualdade racial. Parou de circular um ano após a entrada da Convergência Socialista no jornal (MACRAE, 1990; CHINEM, 2004).

patriarcado, a falta de maturidade de alguns membros para lidar com essas relações também gerava conflitos internos (MACRAE, 1990)[52].

Além disso, conforme o Somos/SP cresceu, tornou-se difícil administrar as diferenças existentes entre seus membros, refletindo a necessidade de núcleos específicos para tratar de assuntos relacionados às lésbicas e aos integrantes negros. Inicialmente, quando indivíduos desses segmentos se tornaram presença mais expressiva no grupo, optou-se por dissolvê-los nos diversos subgrupos para garantir uma participação igualitária.

Mas, afinal, onde estão as lésbicas nessa história toda? Marisa Fernandes, historiadora e antiga ativista pelos direitos das lésbicas, relata que no início de 1979 houve um debate sobre minorias políticas na Universidade de São Paulo (USP). Segundo ela, esse foi o momento em que as lésbicas entraram em contato com o Somos/SP, e passaram a integrá-lo em 17 de fevereiro daquele ano (FERNANDES, 2018a). O primeiro resultado público da politização das lésbicas se materializa em uma publicação redigida por elas mesmas no *Lampião da Esquina*.

Em maio de 1979, quando o jornal completava um ano de existência, um grupo de 25 lésbicas, assessorado por uma jornalista profissional, publicou um artigo sobre suas próprias vivências. Entre elas, ativistas autônomas ou de coletivos organizados (FERNANDES, 2018a). A publicação do texto era um prenúncio da Imprensa Lésbica, que em seus primeiros anos de existência seria marcada por uma forte temática política, revelando o seu compromisso com os valores democráticos e a resistência à ditadura de então.

> Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. […] Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. Nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali, aquela outra, nós enfim, também assimilamos essa repressão toda. Nós estamos atrasadas… mas nos propondo, na atualidade e parafraseando Caetano, a – meter o cotovelo e ir abrindo o caminho. O tempo passa, mas na raça nós chegamos lá. As coisas têm de mudar… (Acabamos de ter uma alucinação democrática). (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 7).

Chamo a atenção para o trecho destacado acima pois foi dele que veio a ideia de organizar a narrativa sobre a Imprensa Lésbica tendo a Constituição de 1988 como marco. Afinal, a oposição contumaz à ditadura era imperativa para qualquer grupo alinhado à defesa

[52] Em entrevista, Marisa Fernandes conta que essa dinâmica se manteve entre parte das lésbicas do LF e, posteriormente, do GALF – como também havia registrado o pesquisador Carlos Figari (2007). Acrescento que relatos de experiências lésbicas e discussões teóricas interessantes nesse aspecto podem ser encontradas nas obras de Mogrovejo (2016) e Falquet (2006).

dos direitos humanos, independentemente de seu foco temático. Além disso, o estudo de Gabriela Coutinho (2019) mostra como o *ChanaComChana*, sobretudo a partir dos textos assinados por Rosely Roth, acompanhou a questão da homossexualidade durante a Assembleia Constituinte[53]. Fato que demonstra a centralidade do tema para a comunidade lésbica naquele momento, ou melhor, para aquelas lésbicas envolvidas na produção e na leitura do *ChanaComChana*.

Segundo Fernandes (2018a), após a publicação do artigo no *Lampião da Esquina*, as lésbicas reconheceram a importância de terem trabalhado juntas e notaram que muitas possibilidades se colocariam no horizonte, se elas se dedicassem a esforços como esse (FERNANDES, 2018a).

Essa percepção ocorreu no mesmo período em que se acentuaram as divergências e disputas dentro do Somos/SP. As brigas envolviam desde questões básicas, como o fato de os gays usarem os termos pejorativos "racha" ou "rachada" para se referirem às lésbicas, até a discordância em relação ao funcionamento do grupo. Embora esta dissertação privilegie as questões lésbicas, destaco que esse não foi o único grupo a enfrentar dificuldades dentro do Somos/SP. Trabalhos como o do antropólogo Edward MacRae (1990) e do historiador James Green (2015, 2018) demonstram a resistência do movimento em debater temas como o racismo, o sexismo e questões ligadas a exploração do trabalho – mesmo que negros, mulheres lésbicas, bissexuais e trabalhadores de classe média baixa também fossem integrantes do grupo. No trabalho de Green (2015, 2018), em particular, aponta-se como essa visão unitária afastou muitos membros, que mesmo atingidos por múltiplas opressões, viam-se obrigados a escolher apenas uma contra a qual lutar.

Como relatado acima, o Somos/SP contava com grupos de estudo e de identificação. Quando as lésbicas passaram a integrar o coletivo, optou-se por sua distribuição nos diversos núcleos existentes. Com o passar do tempo, parte delas se sentiu prejudicada.

> Desta forma, elas mal conseguiam falar e, quando lhes davam a oportunidade, era sempre para facilitar que os gays superassem os preconceitos que tinham contra as lésbicas. Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres – e não apenas como homossexuais femininas – geravam dupla discriminação. Como lésbicas e feministas, decidiram então atuar como um subgrupo autônomo dentro do SOMOS, que não seria só de identificação, pois reconheciam que esse processo já estava esgotado. Resolveram que a singularidade desse novo grupo seria a de uma atuação lésbico-feminista (FERNANDES, 2018a, p. 93).

[53] Para uma abordagem mais aprofundada sobre o ativismo homossexual em torno da Assembleia Constituinte, ver Cristina Câmara (2002, p. 107-149)

A organização a que Marisa Fernandes se refere é o Grupo Lésbico-Feminista ou, simplesmente, LF. Sua fundação foi anunciada em uma reunião do Somos/SP, que ocorreu no dia 7 de julho de 1979. No número 8 do boletim *ChanaComChana*, a equipe apresenta um texto que explica a origem da denominação "lésbica feminista" e seu significado.

> O adjetivo lésbica feminista foi escolhido como resultado do processo de conscientização de nossa dupla opressão, primeiramente enquanto mulheres e depois enquanto mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. Preferimos não utilizar a denominação homossexual porque ela nos remete a uma visão das mulheres lésbicas e dos homens gays como um suposto 3º sexo, os homossexuais, que formariam uma espécie ou até mesmo um povo com características distintas das demais pessoas (CHANACOMCHANA, n. 8, 1985, p. 2).

Nem todos os integrantes apoiaram a criação desse subgrupo, inclusive algumas lésbicas, que preferiram continuar atuando de acordo com a dinâmica anterior. Fernandes, que atuou no LF, lembra que ela e suas companheiras foram acusadas de serem "histéricas" e "divisionistas" (2018a, p. 93). Mesmo a contragosto dessas pessoas, as integrantes do LF seguiram adiante com seus objetivos, que consistiam em:

> Encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS; ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas; apresentar um temário específico para ser debatido por todos; responder toda a correspondência enviada por mulheres para o SOMOS e buscar alianças com o movimento feminista (FERNANDES, 2018a, p. 93).

Nessa nova lógica, as lésbicas passaram a ter setoriais próprios dentro do LF. Havia os Grupos de Reconhecimento, para promover a autoaceitação; de Reflexão, para debater feminismo e homossexualidade; e de Agitação/Atuação, responsável por ações públicas. Em 1980, formou-se, inclusive, um núcleo de criação fotográfica e audiovisual, o LF Artes (FERNANDES, 2018a; MARTINHO, 2019a).

Embora esse tenha sido um momento de tensão, as divergências se tornariam ainda maiores no ano seguinte. Estava prevista para o dia 1º de maio de 1980 uma passeata de trabalhadores em São Bernardo do Campo (SP). Green (2018) relata que ele foi um dos organizadores do ato e que ficou incumbido de planejar a ação de gays e lésbicas no evento. Parte dos membros do Somos/SP era contra a participação deles na manifestação e convocaram uma atividade paralela (FERNANDES, 2015).

Com isso, ficou instalada uma diferença irreconciliável. Esse evento marcou um racha no Somos/SP, o que resultou na formação do grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista e também na separação definitiva do LF (GREEN, 2018; FERNANDES, 2014, 2018a). Em entrevista, Marisa desabafou em meio a gargalhadas: “aquilo estava muito chato para nós!”.

Após a ruptura, o LF passou a se chamar Grupo de Ação Lésbica-Feminista, agora tudo no feminino (FERNANDES, 2018a, 2015; PÉRET, 2011). Naquele momento, o grupo buscava aproximação com o movimento feminista, o que resultou em mais um período de disputas e discriminação – dessa vez, por parte das feministas heterossexuais e até das feministas lésbicas ou bissexuais que consideravam a sexualidade como um tema de natureza privada.

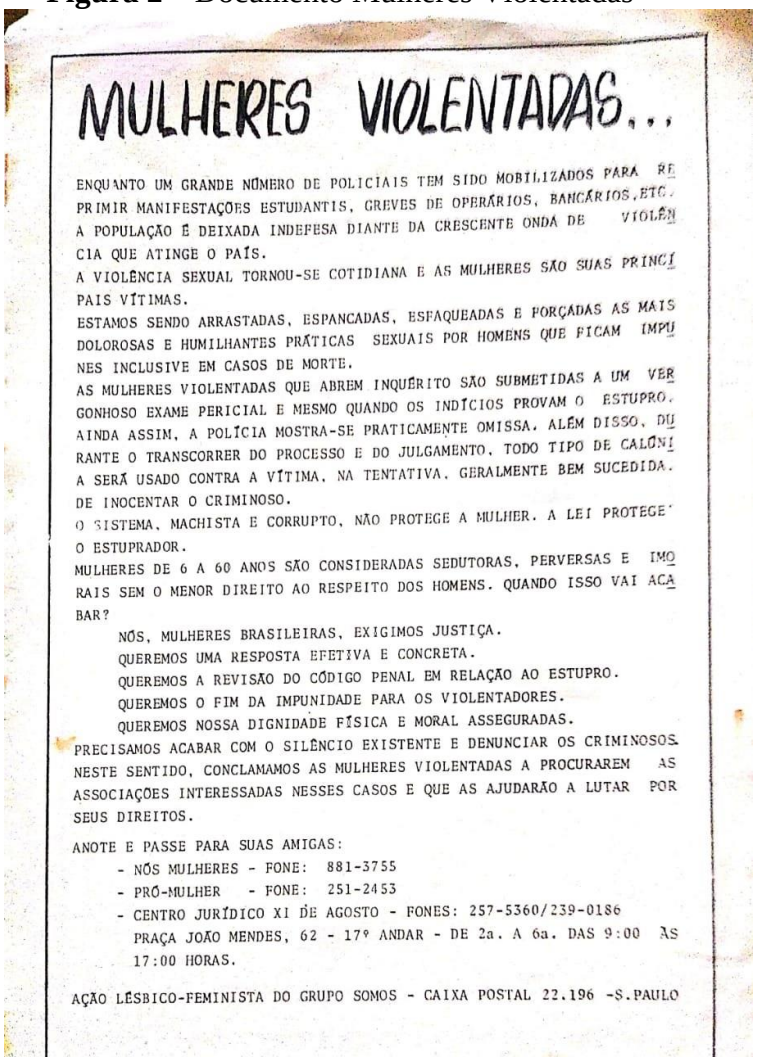
O momento era de emergência de novas formas de organização. Assim, além de se notar o surgimento de vários grupos de ativismo social, ocorreram eventos públicos de grande porte, com vistas a discutir a política sob diferentes perspectivas. Um exemplo disso foi a organização dos Congressos da Mulher Paulista, que teve três edições entre 1979 e 1981 (TELES, 1993). Nos dois últimos encontros, as integrantes do LF, que posteriormente seria o GALF, foram convidadas a participar da organização[54].

O II Congresso foi de relativo êxito para as lésbicas, embora sua participação não tenha sido bem recebida por outras organizadoras do evento, que chegaram inclusive a destruir os painéis delas. Ainda assim, as lésbicas conseguiram se fazer notar, a partir da distribuição do documento Mulheres Violentadas, “o primeiro no movimento feminista a abordar a questão do estupro e da violência contra as mulheres, citando também as violências específicas sofridas pelas lésbicas” (FERNANDES, 2018a, p. 96). O estupro sofrido por uma das integrantes do GALF foi a justificativa para a elaboração do texto[55] (FERNANDES, 2014; MOGROVEJO, 2000). É interessante destacar que o documento reivindica mudanças em políticas públicas e também informa meios de denunciar agressões sofridas por mulheres.

[54] Para uma descrição mais detalhada sobre os embates que ocorreram entre as feministas lésbicas e as feministas heterossexuais nesses eventos, ver MacRae (1990) e Martinho (2019a).

[55] Em balanço recente sobre o histórico do LF, Míriam Martinho (2019a) afirma que o texto foi escrito por ela. Mais detalhes sobre o caso de estupro podem ser encontrados no artigo de Míccolis sobre o MHB (1986). No texto, a escritora mostra como uma ativista do GALF passou de vítima a ré, após fazer uma acusação de estupro. A polícia encontrou em sua bolsa materiais sobre o movimento lésbico, o que embasou o revés no processo e a fez ser acusada de portar material pornográfico e prestar falso testemunho.

Figura 2 – Documento Mulheres Violentadas



MULHERES VIOLENTADAS...

ENQUANTO UM GRANDE NÚMERO DE POLICIAIS TEM SIDO MOBILIZADOS PARA RE
PRIMIR MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS, GREVES DE OPERÁRIOS, BANCÁRIOS, ETC.
A POPULAÇÃO É DEIXADA INDEFESA DIANTE DA CRESCENTE ONDA DE VIOLÊN
CIA QUE ATINGE O PAÍS.
A VIOLÊNCIA SEXUAL TORNOU-SE COTIDIANA E AS MULHERES SÃO SUAS PRINCI
PAIS VÍTIMAS.
ESTAMOS SENDO ARRASTADAS, ESPANCADAS, ESFAQUEADAS E FORÇADAS AS MAIS
DOLOROSAS E HUMILHANTES PRÁTICAS SEXUAIS POR HOMENS QUE FICAM IMPU
NES INCLUSIVE EM CASOS DE MORTE.
AS MULHERES VIOLENTADAS QUE ABREM INQUÉRITO SÃO SUBMETIDAS A UM VER
GONHOSO EXAME PERICIAL E MESMO QUANDO OS INDÍCIOS PROVAM O ESTUPRO,
AINDA ASSIM, A POLÍCIA MOSTRA-SE PRATICAMENTE OMISSA. ALÉM DISSO, DU
RANTE O TRANSCORRER DO PROCESSO E DO JULGAMENTO, TODO TIPO DE CALÚNI
A SERÁ USADO CONTRA A VÍTIMA, NA TENTATIVA, GERALMENTE BEM SUCEDIDA,
DE INOCENTAR O CRIMINOSO.
O SISTEMA, MACHISTA E CORRUPTO, NÃO PROTEGE A MULHER. A LEI PROTEGE
O ESTUPRADOR.
MULHERES DE 6 A 60 ANOS SÃO CONSIDERADAS SEDUTORAS, PERVERSAS E IMO
RAIS SEM O MENOR DIREITO AO RESPEITO DOS HOMENS. QUANDO ISSO VAI ACA
BAR?

NÓS, MULHERES BRASILEIRAS, EXIGIMOS JUSTIÇA.
QUEREMOS UMA RESPOSTA EFETIVA E CONCRETA.
QUEREMOS A REVISÃO DO CÓDIGO PENAL EM RELAÇÃO AO ESTUPRO.
QUEREMOS O FIM DA IMPUNIDADE PARA OS VIOLENTADORES.
QUEREMOS NOSSA DIGNIDADE FÍSICA E MORAL ASSEGURADAS.

PRECISAMOS ACABAR COM O SILÊNCIO EXISTENTE E DENUNCIAR OS CRIMINOSOS.
NESTE SENTIDO, CONCLAMAMOS AS MULHERES VIOLENTADAS A PROCURAREM AS
ASSOCIAÇÕES INTERESSADAS NESSES CASOS E QUE AS AJUDARÃO A LUTAR POR
SEUS DIREITOS.

ANOTE E PASSE PARA SUAS AMIGAS:

- NÓS MULHERES - FONE: 881-3755
- PRÓ-MULHER - FONE: 251-2453
- CENTRO JURÍDICO XI DE AGOSTO - FONES: 257-5360/239-0186
  PRAÇA JOÃO MENDES, 62 - 17º ANDAR - DE 2a. A 6a. DAS 9:00 AS
  17:00 HORAS.

AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA DO GRUPO SOMOS - CAIXA POSTAL 22.196 -S.PAULO

Fonte: Cópia cedida por Marisa Fernandes

Após essa aproximação com o movimento feminista, o GALF passa a publicar o *ChanaComChana*. Inicialmente veiculado em formato tabloide, o periódico foi transformado em boletim e mantido em circulação entre 1982 e 1987. A mudança na publicação acompanhou a transformação do próprio coletivo. Flávia Péret (2011) relata que, ainda em janeiro de 1981, o grupo se desfez – informação que foi confirmada nas entrevistas que realizei com Míriam Martinho e com Marisa Fernandes. A edição 7 do boletim traz mais detalhes sobre essa reconfiguração.

> O ChanacomChana foi publicado, pela primeira vez, como jornal, em janeiro de 1981. Nessa primeira edição, havia uma entrevista com a Angela Ro Ro, um artigo da jornalista Maria Carneiro da Cunha em defesa das lésbicas e uma avaliação dos dois primeiros anos do então Grupo Lésbico Feminista (hoje Grupo Ação Lésbica Feminista) feita por Míriam, uma de suas integrantes.
> Depois desta primeira edição, a idéia do Chana foi abandonada tanto por falta de dinheiro quanto por falta mesmo de definição no que se refere à linha de

> publicação a ser seguida. O coletivo de mulheres que pretendia manter o Chana tinha muitas perspectivas, mas pouca praticidade e acabou se dissolvendo.
> Em dezembro de 1982, nós do GALF retomamos a idéia do Chana e passamos a editá-lo como boletim. Desde então, temos mantido sua publicação sem interrupções, embora ainda não com a periodicidade desejada devido basicamente a instabilidades financeiras (CHANACOMCHANA, n. 7, 1985, p. 1).

Nas entrevistas que realizei com Míriam Martinho e Marisa Fernandes, soube que a edição especial do *ChanaComChana* foi viabilizada por uma doação de Teca. Míriam revelou, ainda, que o nome sugestivo da publicação também se deve a essa ativista.

O GALF era composto basicamente por estudantes universitárias de Ciências Sociais e Humanas. Para distribuir o boletim, que tinha tiragem média de 500 exemplares, as integrantes o divulgavam em congressos, festas, bares e boates (MARTINHO, 2019b). O jornal se pagava por meio de assinaturas, pequenos anúncios e doações de leitoras (CARDOSO, 2004). Em geral, os anunciantes eram donos de estabelecimentos que compunham o chamado gueto lésbico da noite paulistana. Já a impressão do boletim era feita em gráficas de universidades[56] e da Câmara Municipal de São Paulo, a partir da colaboração de parlamentares solidários às causas lésbicas, como a então deputada Irede Cardoso (MARTINHO, 2019b)

Como produção amadora, o boletim *ChanaComChana* apresenta variações em seu conteúdo e em suas "editorias". Nem todos os exemplares apresentam sumário, por exemplo, e algumas seções nem sempre se mantinham em todas as edições. Entretanto, há algumas divisões que apresentam certa regularidade e que, com o passar do tempo, constroem marcas de identidade própria da publicação. Uma delas é a seção "Deu no Jornal", que divulgava notícias relativas ao mundo lésbico e feminista publicadas na imprensa tradicional, assim como problematizava produções discriminatórias veiculadas nos meios de comunicação.

Em entrevista, Míriam Martinho contou que o GALF se dedicava a produzir uma hemeroteca, com o objetivo de acompanhar como a homossexualidade era tratada na imprensa. Esse arquivo era alimentado tanto pelas integrantes do coletivo como pelas leitoras do *ChanaComChana* que, atendendo aos pedidos da equipe editorial, enviava recortes de

[56] Nesse aspecto, também é interessante destacar um episódio relatado por em Célia, em entrevista a essa pesquisa (realizada em 11 de janeiro de 2019). A ativista recorda que o *ChanaComChana* foi sabotado pela gráfica em que era costumeiramente impresso. Segundo ela, o estabelecimento levava de um a dois dias para imprimir as cópias. Entretanto, certa vez houve um estranho atraso, não explicado na primeira tentativa de Rosely Roth, outra integrante do GALF, para descobrir o que o ocasionou. Posteriormente, ao voltar ao local, Rosely descobriu que o dono da copiadora destruiu o material, por considerá-lo imoral e inadequado. De acordo com Célia, elas teriam conseguido rodar as edições anteriores nessa gráfica porque os funcionários que as atendiam nunca expressaram reservas quanto ao material, fato que mudou quando chegou ao conhecimento do dono da copiadora.

reportagens e artigos para o grupo. Dentre as editorias do periódico, essa foi a seção que mais despertou meu interesse, pois, a meu ver, constituiu-se como uma espécie de observatório da imprensa, sob uma perspectiva lésbica. Não raro, esses materiais foram utilizados pelas ativistas do GALF para embasar manifestações e críticas não só ao comportamento da imprensa como aos de profissionais e organizações públicas e privadas. Acredito que só o material dessa editoria seria robusto o bastante para produzir uma vasta pesquisa.

Outra seção regular é a "Histórias de Heterror", onde se apresentavam relatos de violência de gênero, com especial destaque para aquelas que tinham lésbicas como alvo. Havia relatos de leitoras, mas também de experiências vividas por integrantes do GALF. A cooperação do público também se fazia notar em outra editoria permanente, a "Troca-Cartas". Ali, lésbicas publicavam anúncios para se corresponder com outras mulheres, tanto no âmbito afetivo como também político. A seção "Cartas na Mesa", por sua vez, reunia comentários de leitoras sobre edições anteriores.

O expediente mudava conforme a edição, já que a produção era colaborativa. Entretanto, havia alguns nomes que apareciam com mais regularidade, como os de Míriam Martinho e Rosely Roth. É importante destacar que essas duas ativistas eram algumas das poucas que assinavam com nome e sobrenome as suas colaborações para o periódico – questão ilustrativa da repressão moral e sexual que assolava as lésbicas naquela época. Em entrevista, Martinho lembrou que, ao registrar o GALF em cartório, as ativistas adotaram o nome fantasia de "Grupo Ação de *Liberação* Feminista".

No boletim, a publicação de poesias também era recorrente. Em geral, elas eram escritas por integrantes do GALF ou por leitoras, mas também havia poemas de escritoras lésbicas. Outras produções tecidas a várias mãos eram as entrevistas, majoritariamente feitas por mais de uma integrante do grupo.

Quadrinhos, normalmente assinados por Míriam Martinho, eram presença fixa do boletim. Durante a entrevista, perguntei à Míriam a que se devia essa atuação tão interdisciplinar no boletim. Afinal, encontrei assinaturas da ativista em editoriais, poesias, artigos de opinião, quadrinhos e ilustrações.

> Eu fiz Letras-Espanhol/Português na USP, eu fiz tradução também, um curso específico. Trabalhei um pouco como tradutora. Também fiz um pouco de Artes Plásticas. Talvez isso explique um pouco essa minha heterogeneidade. E fui jornalista meio que na marra, sem diploma. Mas editei todas essas publicações, embora não tenha tido uma formação específica em Jornalismo (Míriam Martinho, em entrevista no dia 08/06/2019).

Ainda convém destacar que o boletim se constituiu como espaço de visibilidade, memória e resistência lésbica. E esse feito foi alcançado a partir de uma ação autônoma e independente. Nesse sentido, friso que o GALF não aceitava a dupla militância[57], ou seja, que integrantes do grupo também atuassem em partidos políticos.

Outra questão pertinente é que, desde as primeiras edições, o *ChanaComChana* apresenta críticas em relação aos discursos midiáticos, inclusive os jornalísticos. Algo que ilustra isso é a conduta do radialista Afanásio Jazadi, de São Paulo. Não raro, ele foi alvo de críticas no boletim, já que seus programas eram dedicados a difundir ódio e preconceito contra gays e lésbicas. O jornalista sempre se referia às lésbicas no masculino, além de apontá-las como doentes e promíscuas.

Os poucos espaços midiáticos em que era possível tratar da homossexualidade de forma não estigmatizada foram ameaçados naquele período. Esse é o caso da coluna Espaço Gay do jornal *Notícias Populares*, que foi arbitrariamente encerrada, em 2 de setembro de 1985, após a autora da coluna entrar de férias. Segundo o que o *ChanaComChana* apurou com a diretoria do jornal, houve a avaliação de que a coluna não era compatível com o conservadorismo de seus leitores. Estranhamente, essa decisão ocorreu no mesmo período em que Afanásio Jazadi voltou a trabalhar no jornal (CHANACOMCHANA, n. 9, 1985, p. 4-5).

Outro episódio semelhante é a censura que o programa de Hebe Camargo sofreu, após abordar a temática lésbica. Esses fatos são representativos não só da dificuldade estrutural que a imprensa brasileira possui de exercer a alteridade, mas também da vigilância moral exercida pelo regime militar aos meios de comunicação, mesmo no contexto da chamada "abertura política"[58].

[57] No editorial da quarta edição do *ChanaComChana*, publicado em setembro de 1983, o GALF sublinha que atribuiu o enfraquecimento dos grupos feministas à dupla militância.

[58] Sobre o assunto, é importante acompanhar a pesquisadora Júlia Kumpera, que dedica-se a um estudo de mestrado sobre a censura e a perseguição às lésbicas no contexto da ditadura civil-militar. Trata-se da dissertação *"O lesbianismo é um barato": histórias do ativismo lésbico no Brasil contemporâneo* (no prelo). A pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.

Figura 3 – Censura federal ameaça programa de Hebe Camargo

Censura ameaça Hebe Camargo

Da "Folha da Tarde"

Hebe Camargo está sob censura: se a direção da Rede Bandeirantes não tomar "enérgicas providências" em relação a seu programa de TV, ele voltará a ser gravado, como vinha acontecendo até o Carnaval.

A apresentadora ficou assustada quando teve essa informação ontem à tarde. A direção da emissora lhe passou uma cópia do documento do Serviço de Censura Federal em São Paulo, com assinatura de seu chefe, Dráusio Dornelles Coelho, em que ela é acusada de transformar seu programa — o "Hebe" — em "tribuna de aliciamento, indução e apologia do homossexualismo". Por quê? No programa de sexta-feira, foi discutida a questão do homossexualismo feminino, tema ao que parece ainda proibido na TV.

"Não se fez deboche, palhaçada, coisa alguma desse tipo", defende-se Hebe. "Tanto que foram convidadas pessoas como o escritor Ignácio de Loyola Brandão, a atriz Maria Lúcia Dahl, Marília Gabriela e a antropóloga Rosely Roth. É a dona Solange (ex-diretora da Censura Federal) de calça comprida", queixa-se Hebe, para quem, ao contrário do que se imaginava, sob o novo governo a censura continua. A apresentadora, ameaçada de não poder mais realizar seu programa ao vivo — como preferem não só ela própria, como seus espectadores — acha que é pura perseguição e argumenta: "Na novela da Globo 'Um Sonho a Mais' o Ney Latorraca se 'casou' com um rapaz e ninguém falou nada". E insiste sempre num ponto: seu programa tem também caráter jornalístico e sempre discute problemas que atingem direta ou indiretamente o público. O homossexualismo é um deles e ela não vê nenhuma razão para ter merecido reparos da Censura. "Afinal", diz, "procuramos fazer tudo dentro da maior dignidade, ouvindo sempre pessoas que tragam alguma contribuição aos temas".

Banco de Dados

A apresentadora Hebe Camargo quer continuar seu programa ao vivo

Fonte: matéria publicada em 29 de maio de 1985, na Folha de S. Paulo. Imagem recuperada do acervo online do jornal[59].

O *ChanaComChana* também permitiu a criação de uma ponte entre a academia e os ativismos lésbicos daquele momento. Isso se deu, sobretudo, pela visibilidade que o periódico proporcionou ao trabalho de ativistas e teóricas feministas do Brasil e do exterior. Algumas, como Rosely Roth, transitavam entre os dois espaços, enriquecendo a produção científica e, ao mesmo tempo, politizando a condição lésbica.

Nesse sentido, destaco que, após as primeiras edições, o boletim passa a anunciar a constituição de uma biblioteca com obras sobre o movimento lésbico e feminista, além de livros de literatura lésbica. As novas aquisições do grupo eram informadas a cada nova edição, convidando as leitoras a escreverem para a caixa postal do GALF, solicitando cópias dos materiais.

Em se tratando de memória[60], merece especial atenção o boletim 4 do *ChanaComChana*. Trata-se da edição que registrou um ato de protesto no Ferro's Bar, referenciado na literatura sobre o MHB como o nosso pequeno *Stonewall*[61].

[59] <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 25 jan. 2019.

Figura 4 – Protesto no Ferro's Bar estampa capa do *ChanaComChana*

Fonte: cópia recuperada pelo Acervo Bajubá

Embora o bar tivesse frequência majoritariamente lésbica, os donos do estabelecimento impediram a entrada de integrantes do GALF, assim como a venda do boletim no bar. Dizia-se que era proibido comercializar outros itens além do que já era oferecido no Ferro's. Contudo, Célia, ativista do grupo, disse que essa justificativa não tinha sentido. Afinal, como era comum naquela região, diversas pessoas, não vinculadas aos estabelecimentos, vendiam livremente os mais diversos produtos nos bares. Portanto, a proibição da venda do *ChanaComChana* era um ato discriminatório.

A ativista lembra que, como forma de protesto, o GALF organizou um ato no dia 19 de agosto de 1983. A principal liderança desse evento foi Rosely Roth, que driblou o porteiro com a ajuda de outros ativistas e parlamentares de esquerda. Em seguida, Roth discursou

---

[60] Sobre a relação dos meios de comunicação com a Memória e a História, ver Barbosa (2016).

[61] Essa é uma referência à rebelião que aconteceu em 1969, em Nova York. Na época, a então chamada "sodomia" era considerada crime naquela região, o que se constituiu num salvo-conduto para que policiais perseguissem os desviantes da heteronorma. Sendo assim, na madrugada de 28 de junho de 1969, a polícia invadiu o bar *Stonewall Inn*, frequentado majoritariamente por homossexuais e travestis, para agredir e deter os clientes do local. Em reação, os donos do bar e seu público reagiram de forma contundente, não apenas no momento do ocorrido, mas durante os cinco dias que se sucederam. O evento deu origem ao que hoje se conhece como as Paradas do Orgulho LGBT+, que ocorrem em vários lugares do mundo. Além disso, o dia 28 de junho foi adotado pelos ativistas do segmento como o Dia Internacional do Orgulho Gay e, mais recentemente, do Orgulho LGBT+. Um histórico sobre a transformação do movimento e das nomenclaturas que o envolvem, especialmente no Brasil, foi traçado por Facchini em sua dissertação (2002).

contra a discriminação no local. Em homenagem a Rosely, a partir do ano de 2003, na data de 19 de agosto, celebra-se em São Paulo o Dia do "Orgulho Lésbico" (MARTINHO, 2019b).

Por fim, destaco que em 1987 o GALF iniciou um processo de reorganização, que se consolidou dois anos mais tarde com a fundação da Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar. Já em 1987, o grupo passou a editar o boletim *Um Outro Olhar*, substituindo o *ChanaComChana*. Assim como foi pioneiro pelo alcance que conseguiu, o GALF também foi quem puxou a mudança de tendência no ativismo lésbico brasileiro e, consequentemente, em suas publicações. Enquanto outros periódicos só refletem a nova tendência a partir da década de 1990, em 1987, o GALF já vinha construindo um outro olhar sobre o movimento. E mesmo sem a pretensão de ser vanguarda, como anunciaram em um de seus editoriais, o GALF terminou por ser[62].

5.1.3 Amazonas

Uma publicação contemporânea ao boletim *ChanaComChana* foi o jornal *Amazonas*, editado pelo Grupo Libertário Homossexual da Bahia (GLH). Trata-se de um "coletivo acadêmico não institucionalizado", que teve atuação entre 1979 e 1987 (SILVA, Z., 2016, p. 34). Na escassa literatura que se refere a essa publicação, não há consenso entre o formato do periódico. Perét (2011) e Maia (2017a), por exemplo, referem-se a ele como boletim. Entretanto, a tese de Zuleide Silva (2016), produção mais rica em informações sobre o GLH, apresenta uma entrevista Maria de Lourdes Almeida Motta, mais conhecida como Lourdinha, uma das cofundadoras da organização. E a ativista, também responsável pela edição do periódico, refere-se a ele como jornal. De modo que essa é a nomenclatura que usarei aqui.

Consegui o contato de Lourdinha graças à ajuda de Carolina Maia. Diante da impossibilidade de ir até Salvador, onde reside a ativista, propus que a entrevista fosse feita por *Skype* ou por telefone. Contudo, Lourdinha insistiu para que eu enviasse as perguntas por *e-mail* e respondeu em forma de texto[63], que se encontra disponível nos apêndices da dissertação. Embora essa colaboração destoe dos procedimentos que adotei com outras

[62] Após discorrer sobre a trajetória dos grupos paulistas de ativismo homossexual durante a década de 1980, Figari (2007) avalia que as militantes lésbicas foram, possivelmente, as "mais radicais e mais 'idealistas' ao construir uma nova identidade que contrastava visivelmente com a experiência que se vinha desenvolvendo nas relações e práticas eróticas entre mulheres no gueto" (2007, p. 454).

[63] Enviei as perguntas para Lourdinha no dia 9 de abril de 2019. As respostas foram enviadas por ela em arquivo de texto no dia seguinte. A íntegra do documento consta nos apêndices da dissertação.

ativistas, optei pelo uso das informações disponibilizadas, dada a escassez de pesquisas que abordem o GLH e o *Amazonas*.

Até o momento, não há registros de exemplares do *Amazonas* disponíveis para consulta. Lourdinha disse que, em 1995, doou o acervo do GLH para Jane Pantel – ativista responsável pelo Grupo Lésbico da Bahia (GLB)[64]. Entretanto, após o fim da organização, o arquivo desapareceu inexplicavelmente e com ele sumiram também as produções do GLH.

Uma das raras obras que citam o grupo é o livro *O Lesbianismo no Brasil*, de Luiz Mott. Para o pesquisador, o ato de nomear o veículo de "Amazonas" reflete a valorização da mitologia grega, na qual se identifica uma sociedade composta exclusivamente por mulheres. O pesquisador entende que o significado do termo foi apropriado pelo movimento lésbico como sinônimo de "mulher masculinizada, de ânimo varonil, corajosa" (MOTT, 1987, p. 25). Essa compreensão é reiterada por Zuleide Silva, que viu, na escolha desse termo, um "anúncio da lesbianidade" (2016, p. 199). Para a pesquisadora, essa é uma referência às mulheres cuja existência não inclui a participação masculina – conduta que desestabiliza a ordem do discurso vigente.

Nos *e-mails* que trocamos, Lourdinha me informou que seu interesse por política começou em 1976, quando ela ingressou na UFBA para cursar Letras Vernáculas. Segundo ela, não havia grupos de militância tão difusos como se observa atualmente. "Todos tinham um objetivo comum: lutar contra os militares", disse ela.

O primeiro movimento que Lourdinha integrou foi a Libelu – Liberdade e Luta. Trata-se de uma corrente trotskista que integrava o movimento estudantil da década de 1970. Os integrantes tinham entre 21 e 30 anos, trabalhavam em escolas e empresas estatais. Ela, por sua vez, atuava como tradutora e revisora de textos.

Na avaliação da ativista, a organização era um espaço importante de reflexão e ação política, principalmente porque tinha posicionamento crítico em relação ao autoritarismo dos regimes comunistas. Entretanto, essa visão não impedia o grupo de reproduzir atitudes opressivas entre seus próprios integrantes.

> Eu era do Diretório Acadêmico de Letras, da UFBA. Participava de todas as assembleias. Mas para os esquerdistas, nossas demandas não importavam. Tudo girava em torno da luta de classe, e do enfrentamento ao regime. A homossexualidade era vista como um desvio pequeno-burguês, não uma questão

[64] Organização não governamental destinada à defesa de mulheres lésbicas e bissexuais. Foi fundada em 11 de novembro de 1993, em Salvador. Tinha como articuladoras principais Jane Pantel e Zora Yonara. Na tese de doutorado de Zuleide Silva, há um capítulo específico sobre o grupo (2016, p. 236-253).

> política […], mas as pessoas comentavam a sexualidade dos outros. E como comentavam. Todo mundo sabia quem era gay e quem era lésbica na turma. Mas ninguém falava nada na frente da pessoa. Esse era um assunto velado. A homossexualidade era vista como algo contrarrevolucionário (MOTTA *apud* SILVA, Z., 2016, p. 186)

Lourdinha relata que o preconceito contra os homossexuais se tornou mais evidente no 31º Congresso da UNE, que ocorreu em Salvador em maio de 1979. No evento, Ruy César, estudante de Comunicação da UFBA e filiado ao PCdoB, foi eleito presidente da UNE. Apontado como gay por membros do movimento estudantil, o ativista foi desqualificado e perseguido pelos próprios colegas de militância. A discriminação levou Ruy a romper com o movimento estudantil em 1980. Para Lourdinha e suas colegas que também eram ativistas e lésbicas, aquele fato foi um alerta de que era preciso buscar novas formas de atuação.

> Depois do Congresso de reconstituição das UNE, ao invés [de] desdobramento político acirrado, fomos buscar uma reflexão sobre nossa sexualidade. Se de um lado nós tínhamos uma esquerda totalmente radical, que não aceitava que o presidente da UNE fosse gay, do outro tínhamos uma direita fascista que não reconhecia o movimento estudantil. Então nós fomos obrigados a pensar na nossa sexualidade, a pensar a própria esquerda. […] E a gente conversava com a professora Margot Piva sobre as inquietações da esquerda, e foi conversando com ela que surgiu a ideia de criação do GLH. […] Até esse momento ninguém tinha pensado em formar um grupo de lésbica. […] Nós éramos um pequeno grupo de amigas homossexuais do Diretório Acadêmico. Aí nos perguntamos, por que não? Então decidimos criar o grupo. Por que queríamos discutir a questão da nossa sexualidade […]. E foi assim, depois de muita discussão criamos o GLH (MOTTA *apud* SILVA, Z., 2016, p. 189).

Nasce assim o GLH, cuja marca maior era a "liberdade sexual acima de tudo" (SILVA, Z., 2016, p. 199). Margot Piva, professora citada por Lourdinha, era pesquisadora de Matemática da UFBA, escritora e ativista feminista. Foi apontada por Lourdinha como a influenciadora das alunas que fundaram o GLH, uma vez que apresentou diversas produções feministas ao grupo. Piva também foi cofundadora da sede baiana do Brasil Mulher[65] e integrou a equipe da revista *Sappho*, de Londres, na qual atuava como crítica de cinema (SILVA, Z., 2016; MOTT, 1987). Os ideais dessa professora, que influenciaram as ativistas do GLH, também se notam na criação do jornal *Amazonas*.

> O Jornal Amazonas foi uma produção focada na condição feminina, na questão lésbica. A intenção era divulgar nossas ideias, promover a leitura, a literatura homossexual e a interação entre os grupos. Nós mandávamos o nosso jornal, e nós

[65] Organização feminista que atuou entre 1975 e 1980. Para mais detalhes sobre a organização, ver Teles e Leite (2013).

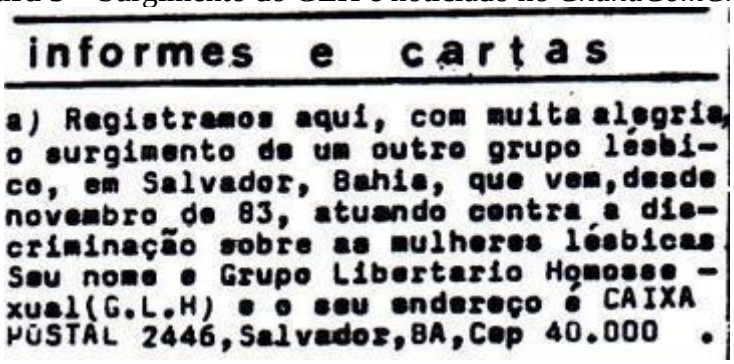
> recebíamos material de outros grupos. Isso era muito bacana. O trabalho era produção coletiva mesmo. Cada uma fazia uma coisa, dava uma contribuição. Eu, às vezes, diagramava, às vezes, fazia tradução. A Margot socializava muitos textos da literatura inglesa, francesa. Lá fora a discussão sobre sexualidade era bastante avançada e a gente discutia isso a aqui e publicava no jornal. […] O jornal era bem humorado, e muito bem feito. Margot acompanhava tudo. (MOTTA *apud* SILVA, Z., 2016, p. 199-200).

Zuleide Silva (2016) também revela que as pautas principais do jornal eram temas como os papéis sociais, as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho, o casamento burguês e a prostituição. Na entrevista que Lourdinha concedeu à pesquisadora, ela retoma a memória do alvoroço causado nos corredores da UFBA quando o jornal publicou a frase "o buraco da nossa buceta é político". Segundo a ativista, trata-se de uma referência ao pensamento de Guy Hocquenghem (2009), que afirmava: "o buraco do meu cu é revolucionário". As integrantes do GLH combinaram a declaração do autor ao bordão feminista que diz que "o pessoal é político" e a divulgaram em seu periódico.

> […] a reapropriação da frase feita pelo GLH a partir do reconhecimento da buceta como corpo político liberta o corpo feminino das amarras da biologia, consequentemente, liberta as mulheres, que têm buceta, do matrimônio e da reprodução obrigatória. Esta compreensão expressa, sobretudo, um ataque à família heterossexual monogâmica como instituição básica do sistema capitalista que aprisiona os corpos das mulheres (SILVA, Z., 2016, p. 200-201).

Como se pode ver, os modos de atuação do grupo eram similares ao do GALF. As integrantes do GLH eram majoritariamente estudantes universitárias, sobretudo do curso de Letras. Por *e-mail*, Lourdinha afirmou que havia uma preocupação especial com a formação das integrantes de baixa renda. Assim, buscava-se envolvê-las em leituras e viabilizar sua participação em congressos dentro e fora do estado. E foi numa viagem para um encontro de militância, em São Paulo, que o GLH entrou em contato com o GALF. Marcas dessa relação podem ser encontradas nos números 5 e 6 do boletim, publicados em 1984.

Figura 5 – Surgimento do GLH é noticiado no *ChanaComChana*

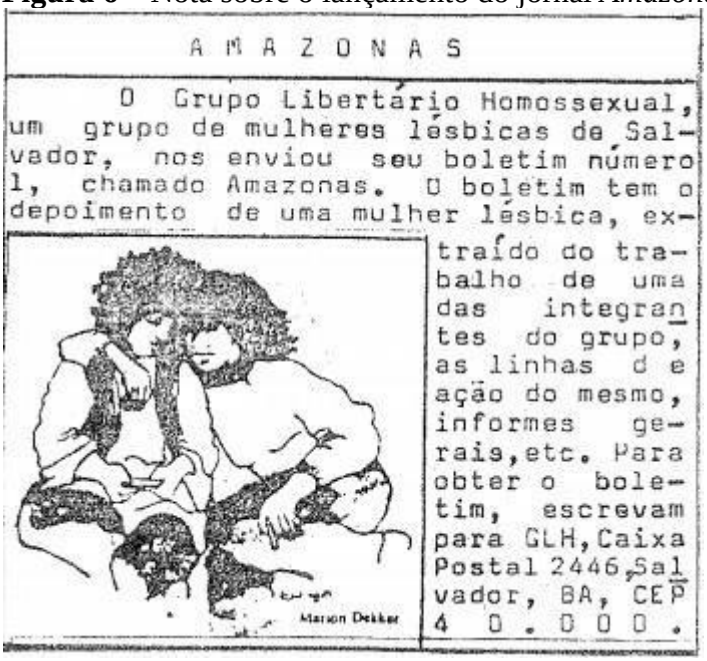


informes e cartas

a) Registramos aqui, com muita alegria, o surgimento de um outro grupo lésbico, em Salvador, Bahia, que vem, desde novembro de 83, atuando contra a discriminação sobre as mulheres lésbicas. Seu nome é Grupo Libertario Homosexual (G.L.H) e o seu endereço é CAIXA PÚSTAL 2446, Salvador, BA, Cep 40.000 .

Fonte: Recuperado do *ChanaComChana*, n. 5. Cópia disponibilizada pelo Acervo Bajubá em seu site.

Figura 6 – Nota sobre o lançamento do jornal *Amazonas*



AMAZONAS

O Grupo Libertário Homossexual, um grupo de mulheres lésbicas de Salvador, nos enviou seu boletim número 1, chamado Amazonas. O boletim tem o depoimento de uma mulher lésbica, extraído do trabalho de uma das integrantes do grupo, as linhas de ação do mesmo, informes gerais, etc. Para obter o boletim, escrevam para GLH, Caixa Postal 2446, Salvador, BA, CEP 40.000.

Marion Dekker

Fonte: Recuperado do *ChanaComChana*, n. 6. Cópia digitalizada do arquivo de Patrícia Lessa.

Questionada sobre movimentos que teriam inspirado o GLH, Lourdinha afirmou que foi a literatura o que as guiou. Além disso, refletindo o contexto da época, o grupo tinha atuação libertária e integrada aos princípios da chamada contracultura.

> *The Well of Loneliness* é um livro de ficção lésbica da autora inglesa Radclyffe Hall, originalmente publicada em 1928. Depois, Viva Sapata – Rita Mae Brown e outros. Balzac, Foucault – Vigiar e Punir – e outros tantos. Não nascemos do senso comum ou de ideologia partidária. Foram movimentos libertário-anarquistas que nos moveram (Lourdinha, em documento encaminhado por *e-mail* no dia 10 de abril de 2019).

Assim como ocorreu com o GALF em São Paulo, em Salvador também houve tensões entre as ativistas lésbicas e aqueles militantes que consideravam a homossexualidade como algo secundário. Os principais desentendimentos se davam com grupos de esquerda, inclusive do segmento estudantil, e também com o movimento feminista. As memórias de Lourdinha retomam com maior enfoque os desentendimentos com integrantes do Brasil Mulher na Bahia. Embora o grupo tivesse se consolidado como uma referência nacional no combate à violência contra as mulheres, parte de suas integrantes discriminava as lésbicas. Em entrevista para Zuleide Silva (2016), Lourdinha afirmou que as lésbicas eram olhadas com desdém nas reuniões da organização e que as feministas heterossexuais tinham medo de serem associadas às lésbicas. Ainda segundo ela, o GLH só manteve interlocução com o grupo pelo

afeto que tinham com Margot Piva e com algumas integrantes com quem aprendiam muito sobre feminismo.

O GGB também manteve interlocução com o GLH, oferecendo sua sede para que as ativistas lésbicas fizessem suas reuniões. Lourdinha afirmou que Mott, fundador do GGB, foi um grande incentivador. Entretanto, havia diferenças entre os modos de atuação dos dois grupos. Enquanto as atividades do GGB tinham cunho mais reformista e legalista, o GLH trabalhava com foco na educação e na cultura, refletindo a própria formação de suas integrantes.

O fim do grupo e do *Amazonas* é incerto. Entretanto, como a organização era formada majoritariamente por universitárias, não é desarrazoado afirmar que o grupo se desarticulou conforme as estudantes concluíram sua graduação. A própria Lourdinha disse ter se afastado do ativismo após terminar a faculdade e entrar no mercado de trabalho (SILVA, Z., 2016). Além disso, a professora Margot Piva, importante referência do grupo, faleceu em 1984, vítima de alcoolismo (MOTT, 1987). A partir de um levantamento em boletins e documentos de militância, Zuleide Silva (2016) estima que o GLH foi encerrado em 1987, o mesmo ano em que surgiria outra universitária e bem-humorada publicação: o *Xerereca*.

5.1.4 Xererecа

O periódico que encerra o que classifico como primeira fase da Imprensa Lésbica brasileira é o *Xerereca*. Trata-se de um boletim carioca, que surgiu em maio de 1987 por iniciativa de estudantes do curso de Direito da UFRJ. Para descrever a trajetória dessa publicação, conto, fundamentalmente, com o número 1 do *Xerereca* e a entrevista concedida por Rita Colaço[66], uma de suas colaboradoras.

Xerereca era datilografado em papel ofício, tamanho A4. O único exemplar a que tive acesso era composto por quatro páginas. Pelo fato de eu não ter conseguido outras edições do *Xerereca*, não é possível afirmar com exatidão se havia uma divisão de editorias. Além disso, como se verá a seguir, as próprias organizadoras da publicação não eram adeptas de formatos rígidos – tanto morais, como estéticos.

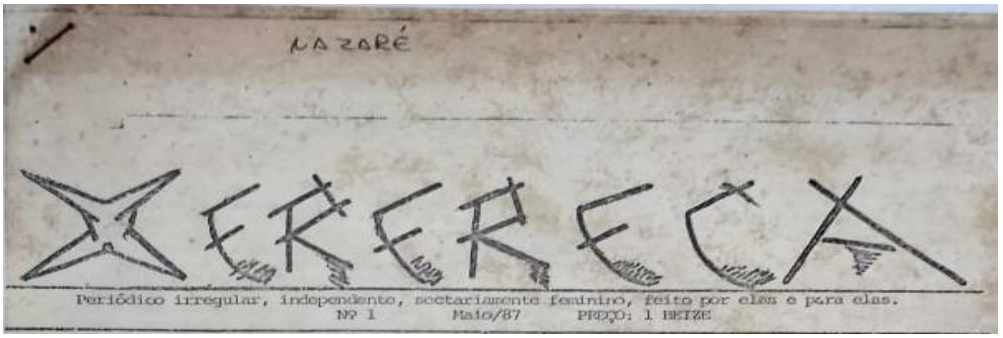
O que se pode dizer é que havia um ácido editorial e textos opinativos que abordavam os seguintes temas: Direito, política em perspectiva nacional e no âmbito do centro acadêmico, homossexualidade, feminismo e costumes – sobretudo no que se refere a

[66] Realizada em 18 de julho de 2019, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), campus de Recife.

drogas e sexualidade. Também havia poesias, que versavam sobre amor e sexo, dispersas em todas as páginas do folhetim. A distribuição era feita na própria universidade e por correspondência com os grupos de ativismo com os quais a equipe editorial tinha contato.

Nesse primeiro número, o *Xerereca* é descrito como "periódico irregular, independente, sectariamente feminino, feito por ela e para elas". Acompanhando o contexto libertário no qual estavam inseridas as publicações lésbicas do período, adotou-se o nome Xerereca. Na entrevista, Colaço revelou que o *ChanaComChana* foi uma inspiração para ela e suas colegas, tanto no nome do boletim como no conteúdo.

Figura 7 – Cabeçalho da primeira edição do *Xerereca*



Fonte: Reprodução do arquivo pessoal de Rita Colaço. Fotografia realizada em 23 de julho de 2019.

O tom de deboche é reiterado pelo aviso na capa "Preço: 1 beize", que era a gíria da época para se referir a um baseado. Essa irreverência reflete o comportamento das amigas que fundaram o boletim. Rita disse que a iniciativa surgiu numa conversa no Bar Brasil, localizado na Lapa, região central do Rio. O editorial do número 1 foi intitulado "Sentir tesão com a xererecа" e encerra com os seguintes dizeres:

> Estamos cagando para a literatura oficial; queremos mesmo é explodir as consciências em mil fagulhas e atear fogo ao universo machista, hipócrita e intolerante.
> Beijos lambidos e açucarados a todas.
> SERPENTE NÃO ENGOLE SAPO!!! (XERERECA, 1987, p. 1).

Havia um descontentamento geral por parte de algumas estudantes da faculdade. Elas estavam incomodadas com o comportamento machista de integrantes do centro acadêmico do curso, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). Além disso, essas alunas eram críticas ao ensino positivista e à ausência de concursos para professores. De modo que as vagas eram preenchidas a partir de indicações políticas, alinhadas ao regime de então.

Embora neste momento os ânimos já estivessem arrefecidos no contexto mais amplo, havia um ranço conservador presente no cenário político nacional, que continuava a ser alvo de críticas dos movimentos sociais mais questionadores e compostos pela juventude. Ao então presidente José Sarney, por exemplo, o adjetivo de preferência do jornal era "excrementíssimo sr. presidente da república" (XERERECA, 1987, p. 2).

Ainda que houvesse essa tônica radical no boletim, havia alguns receios comuns partilhados pela equipe do periódico. O exemplo mais evidente é a não identificação de suas colaboradoras, que assinavam com pseudônimos. Essa questão é compreensível, se considerarmos as críticas feitas a professores da faculdade – o que poderia gerar retaliações. Entretanto, para algumas das pessoas que colaboravam, o anonimato também era uma forma de proteção quanto à orientação sexual.

Em seu blog, *Memórias & Histórias das Homossexualidades* (COLAÇO, 2019), Rita afirma que a equipe era composta por três feministas, sendo uma lésbica e duas bissexuais. Também colaboravam para o boletim, dois rapazes não heterossexuais, mas ainda inseguros quanto à própria sexualidade, conforme Colaço apontou em entrevista. Suas contribuições ao *Xerereca* eram assinadas com pseudônimos femininos (COLAÇO, 2019). Além de Rita Colaço, é sabido que Ana Rita Lugon foi uma das cofundadoras do boletim – conforme pesquisa de Carolina Maia (2017a). A terceira integrante do grupo não foi identificada, pois Rita disse não se lembrar do verdadeiro nome dessa colega durante a entrevista que realizei.

Ainda nessa ocasião, Rita falou sobre as características do grupo. Em geral, os alunos do curso de Direito, inclusive as amigas que fundaram o *Xerereca*, eram de classe média ou alta. Por causa disso, tinham a opção de se dedicar exclusivamente aos estudos e participar da vida cultural e política da universidade.

Esse não era o caso de Rita, cuja origem é humilde. Sua infância e juventude foi vivida majoritariamente na Baixada Fluminense, região periférica do estado do Rio de Janeiro. Antes de ir para a faculdade, Rita passava o dia trabalhando como datilógrafa. Aliás, por exercer esse ofício, ficou responsável por datilografar os textos do *Xerereca*.

Em razão dessa dinâmica atarefada, Rita não soube me precisar quais eram as disputas políticas no CACO, que ensejavam as críticas de suas amigas. Rita também não se recorda se elas tinham vivência ativa em movimentos organizados. O que se sabe é que Ana Rita era associada ao GALF, já que em uma das edições do boletim *Um Outro Olhar* divulgou-se o lançamento do *Xerereca*, fundado pela "associada Ana Rita Lugon". Ainda assim, Colaço diz que a questão da lesbianidade era mais aventada por ela, que era a única lésbica do grupo.

Na perspectiva de minha interlocutora, a orientação sexual era vista de forma mais política e séria – algo que reflete sua experiência anterior em grupos organizados. Rita afirmou que, devido à sua educação conservadora, não partilhava de todas as posições de suas colegas de faculdade, mas acompanhava tudo com muito interesse. Afinal, elas tinham um modo mais leve e divertido de abordar a sexualidade.

Após uma adolescência de repressão familiar, ela encontrou no *Lampião da Esquina* e no Somos/SP uma inspiração para enfrentar a discriminação. Segundo ela, a forma como sua mãe agiu ao saber de sua lesbianidade foi dilacerante.

> Um dia minha mãe queria me matar, me dar veneno. No outro dia, ela queria me internar numa instituição de menores. Eu já estava trabalhando e ela queria me internar [olhos marejados]. Então, eu dizia "mamãe, decide. Ou mata ou interna, mas para com isso. Eu não aguento. Resolve!" [Risos] (Rita Colaço em entrevista no dia 18/07/2019).

Por causa desse histórico, Rita se sentiu instigada a integrar o MHB. Sua experiência de ativismo nas décadas de 1970 e 1980 foi breve e se deu no estado do Rio. Primeiramente, participou do Grupo de Atuação e Afirmação Gay, o GAAG. O coletivo, do qual ela foi cofundadora, contava majoritariamente com mulheres não-brancas, oriundas da Baixada Fluminense. Esse grupo foi constituído em julho de 1979, mas não chegou a completar um ano de existência (MÍCCOLIS, 1983; COLAÇO, 2018). Diante das dificuldades de conciliar o trabalho com a militância, optou-se pela dissolução do grupo.

Mesmo sem pertencer a nenhuma organização, Rita afirma ter mantido contato com outros ativistas e coletivos por muitos anos. Entre eles, destacou o GALF/Um Outro Olhar, Triângulo Rosa e GGB. Foi possivelmente da manutenção desses contatos aliada à sede de conhecimento, que Rita afirmou ter desde criança, que surgiu seu livro *Uma Conversa Informal sobre Homossexualismo*. A publicação data de 1984, isto é, três anos antes da fundação do *Xerereca*. Embora atualmente Rita afirme que alguns posicionamentos que apresentou no livro precisem ser revistos e atualizados, ali ela já ensaiava uma conscientização lésbica e feminista – o que mais tarde se refletiria no conteúdo do anárquico e libertário *Xerereca*.

O fim da publicação é incerto. Rita não soube afirmar quantas edições se sucederam ao primeiro número nem o que teria levado ao fim do periódico. É possível que a equipe editorial tenha se afastado pelo próprio curso dos acontecimentos, já que as integrantes do grupo estavam no fim da graduação. Posteriormente, Rita não teve mais contato com os colegas de curso. Ainda que as lacunas históricas sobre o destino da publicação fomentem a

ansiedade de uma pesquisadora ávida por informações, ironicamente, elas reiteram o propósito com o qual o *Xerereca* se apresentou: ser um "periódico irregular".

5.2 Publicações da segunda fase (1988-1995)

Assim como na seção anterior, destaco alguns acontecimentos que impactaram os ativismos lésbicos no período em questão: 1988 a 1995. O guia serve para evitar a repetição das descrições desses eventos a cada relato sobre as trajetórias dos periódicos, além de conferir mais fluidez ao texto.

1989

Surge a Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar

1990

OMS deixa de considerar homossexualidade como doença
Surge o grupo Deusa Terra em São Paulo (SP)
Surge o Coletivo de Feministas Lésbicas em São Paulo (SP)

1991

Lançamento do boletim *Deusa Terra*

1993

Surgimento dos periódicos *Lesbertária*, *Femme* e *Folhetim*
VII Encontro Brasileiro de Homossexuais em Cajamar (SP)

1994

Surgimento do Grupo Estação Mulher e seu boletim de mesmo nome em São Paulo (SP)
Fim do grupo Deusa Terra

1995

VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas em Curitiba (PR)
17ª Conferência da ILGA no Rio de Janeiro (RJ)
Um Outro Olhar assume formato de revista

5.2.1 Um Outro Olhar

Assim como o GALF e o *ChanaComChana* foram vanguardistas, mesmo sem ter essa pretensão, o boletim *Um Outro Olhar* (*UOO*) foi pioneiro neste período que chamo de segunda fase da Imprensa Lésbica (1988-1995). Embora a maioria das publicações só tenha aparecido com uma nova abordagem a partir da década de 1990, o boletim *UOO* já fazia esse movimento em sua primeira edição, publicada ainda em setembro de 1987. Diz o editorial nº 1:

> ChanacomChana surgiu em 1981, no chamado período de "abertura" da ditadura militar, e refletiu o espírito de afirmação da homossexualidade que vigorava no Movimento Homossexual da época, de o onde o GALF se originou. Naquele momento, o mais importante era ser (sexualmente) muito explícita e até mesmo debochada… Hoje, entretanto, os tempos são outros, e é outro o nosso olhar (UM OUTRO OLHAR, 1987, n. 1, p. 3).

Essa transição reflete o amadurecimento político das ativistas dessa organização, além de marcar seu afastamento do movimento feminista. Em depoimento para esta pesquisa, Míriam Martinho afirmou que essa ruptura se deu apenas no ativismo e não na teoria. Para ela, assim como para outras integrantes do GALF, e posterior Rede, o feminismo é fundamental para a construção do movimento lésbico. Optou-se pela ruptura naquele momento pelo fato de os encontros feministas, em geral, não oferecerem contrapartidas às lésbicas. "A gente foi percebendo que era muito contraproducente estar lá insistindo em participar de encontros feministas, em reuniões feministas pra ficar discutindo só questões das mulheres heterossexuais sem nunca ter uma contrapartida. Não era uma relação horizontal", disse Míriam. Com isso, o grupo passou a trocar cada vez mais experiência e informação com grupos lésbicos, sobretudo no exterior, já que as organizações lésbicas brasileiras tinham, majoritariamente, trajetórias instáveis e efêmeras.

Nesse sentido, destaco o que Míriam apontou como grande influência para a formação da Rede Um Outro Olhar: o livro *Lesbian Ethics: Toward New Values*, de Sarah Lucia Hoagland (1988). A autora é considerada uma referência do então chamado "lesbianismo separatista" e, nessa obra, ela propõe a categoria "lésbica" como ponto de partida para uma ampla revolução. Numa perspectiva feminista e radical, a filósofa destrincha o potencial transformador da lesbianidade, perpassando os relacionamentos interpessoais e chegando até as estruturas mais amplas da sociedade. Como se escrevesse o refrão de um

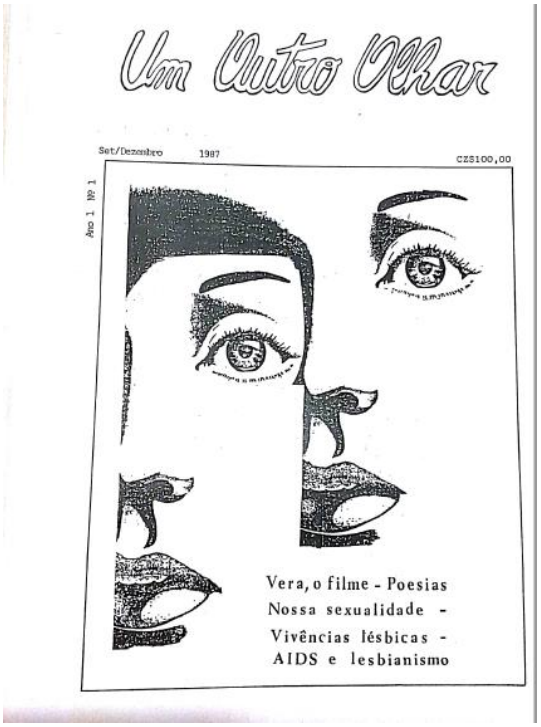
poema, Hoagland costura o texto com a repetição dos seguintes dizeres: “eu quero uma revolução moral”.

A nova etapa do grupo centra-se, então, na produção, circulação e preservação de informação de/sobre/para lésbicas. Como discutido no tópico sobre o *ChanaComChana*, já naquela época as ativistas se dedicavam a produzir uma pequena hemeroteca. Agora, esse esforço é ampliado, com o objetivo de dialogar com as lésbicas em toda a sua pluralidade (MARTINHO, 2011). Se por um lado essa transição resultou de uma nova consciência, o nome do boletim, e posteriormente do grupo, surgiu de forma casual e inusitada.

> Esse nome surgiu da tradução errada de um filme húngaro chamado “Um Outro Jeito (Another Way)”. Se não me falha a memória, foi a Luiza Granado que chegou com essa história do olhar, mas ela estava se remetendo a esse filme húngaro chamado Um Outro Jeito. Aí eu achei interessante. Pensei: “olha, tem umas possibilidades (semânticas) interessantes aí! Diferentes perspectivas para esse ‘um outro olhar’: uma forma diferente de ver as coisas e a maneira diferente com que as lésbicas se olham”. E aí o nome emplacou como nome do boletim, que depois daria origem ao nome da Rede de Informação Um Outro Olhar (Míriam Martinho em entrevista no dia 08/06/2019).

Embora a mudança de perspectiva política e do nome do boletim tenha ocorrido em 1987, a Rede só foi registrada oficialmente em abril de 1990 (UM OUTRO OLHAR, 1990, n. 11). Nessa etapa, abandona-se a impressão em *off-set* e o material passa a ser rodado em xerox, para baratear os custos e fazer com que o periódico se pagasse sem exigir aportes extras das organizadoras (UM OUTRO OLHAR, 1990, n. 12). O periódico era feito de papel sulfite, em formato A4, e teve 20 edições, entre 1987 e 1994. Segundo Míriam Martinho, a tiragem ficava entre 200 e 500 exemplares.

Figura 8 – Capa do boletim *Um Outro Olhar*, número 1



Fonte: reprodução de exemplar do AEL/Unicamp

Na nova publicação, busca-se ainda mais participação das leitoras e associadas do grupo. Conforme revelado pelas organizadoras em alguns editoriais e artigos, o objetivo era descentralizar a produção e fomentar a politização das lésbicas. Em entrevista para esta pesquisa, Míriam Martinho citou como exemplo as primeiras edições do boletim *UOO*. Na avaliação dela, esses exemplares têm uma diagramação ruim, já que a pessoa responsável não manejava muito bem as técnicas necessárias. Ainda assim, essa estratégia era adotada como forma de aproximar as lésbicas e envolvê-las na militância – algo que se pode notar em artigos de opinião, reportagens e entrevistas feitos por colaboradoras de diferentes estados do Brasil.

Dessa forma, registrava-se de maneira mais detalhada do que no *ChanaComChana* as formas de colaboração de cada uma das lésbicas envolvidas. Ou seja, uma espécie de expediente informal. Além disso, essa seção era acompanhada de uma chamada que descrevia a origem dos recursos usados na produção do boletim. Em geral, as edições eram viabilizadas pelas cotizações das associadas. Contudo, em alguns números, nota-se o registro de doações e anúncios – muitas vezes das próprias leitoras ou associadas, que ofereciam algum tipo de serviço profissional.

Ainda que houvesse essa mudança na produção do periódico, alguns elementos de conteúdo permaneciam. São eles: os editoriais, normalmente assinados por Míriam Martinho;

poesias de leitoras, associadas da Rede e escritoras famosas; “Em Movimento”, onde se registravam notícias sobre atos e reuniões políticas; “Histórias de Heterror”, para o registro de discriminações contra lésbicas; “Troca-Cartas”, para que mulheres encontrassem amigas, namoradas ou transas; “Cartas na Mesa”, onde leitoras deixavam suas impressões sobre o conteúdo do periódico ou vivências pessoais; e “Publicações Recebidas”, divididas entre periódicos, artigos e livros “feministas”, “gays”, “lésbicos” e “sobre Aids”, cujas cópias poderiam ser solicitadas pelas leitoras à própria Rede.

Também permaneceu a seção “Deu no Jornal”. Mas, dessa vez, havia o registro de quem havia enviado o material e, eventualmente, algum texto crítico de avaliação do conteúdo – abordagem que foi consolidada a partir da 16ª edição, que data do outono de 1992. Nessa divisão, também circulavam moções de elogio ou repúdio à conduta da imprensa, a depender dos conteúdos publicados. Normalmente, esses textos eram assinados pela Rede, que incentivava outros grupos e leitoras a fazerem o mesmo e remeterem essas cartas às redações dos jornais.

O tamanho das edições era irregular, mas registrou crescimento com o passar dos anos. Durante o primeiro ano, as edições não passavam das 20 páginas. Já a partir dos anos 1990, registram-se edições que variam de 22 a 42 páginas. Atribuo esse fato ao acompanhamento intenso dos eventos políticos relativos a gays e lésbicas que as integrantes da Rede desenvolviam e que aconteceram com frequência no início daquela década. Aliás, esse período é tido como momento de reflorescimento do ativismo homossexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Em entrevista a Elizabeth Cardoso (2004), Míriam Martinho falou sobre a mudança de perspectiva do grupo e afirma que a nova publicação é mais “palatável” e é direcionada a comportamento e dicas de lazer. Apesar disso, Maia (2017a), que se dedicou ao estudo dos boletins publicados pela Rede, lembra que essa ampliação temática não significou uma despolitização do grupo e suas publicações. A partir do estudo de Lessa (2007), Maia (2017a) exemplifica essa questão, retomando alguns casos de discriminação relatados no boletim. Um deles refere-se a um casal lésbico cujo relacionamento era vivido às escondidas, já que as famílias de ambas eram preconceituosas. A descoberta da relação desencadeou episódios de agressão física por parte de uma das filhas do casal. Como avalia Maia (2017a, p. 52), esses relatos pouco têm de “palatável” – colocação que acompanho integralmente.

Mas de fato houve uma mudança de abordagem sobre alguns temas, que acredito ter facilitado a interlocução com lésbicas que ainda não eram tão politizadas. Em minha leitura, essa transição já havia sido iniciada por Rosely Roth, ainda no *ChanaComChana*, sobretudo

nos textos em que ela tratava da Assembleia Constituinte. Ressalte-se que a ativista também atuou como professora da educação básica e cursou mestrado em Antropologia, o que certamente favoreceu essas iniciativas. Nessas produções, havia um esforço de explicação didática, decisivo para fomentar a participação política num evento tão singular. Seus textos eram resultado de vastas pesquisas, que elucidavam não apenas os impasses envolvidos naquele momento, como também retomavam a história das constituições brasileiras (COUTINHO, 2019).

Um exemplo de abordagem crítica e aprofundada já no boletim *Um Outro Olhar* é o texto de Luiza Granado sobre a revisão da constituinte. O artigo, publicado na edição 19/20, de 1993, reflete sobre a busca por garantias de direitos para homossexuais na Assembleia Constituinte. Desde 1985, havia grupos empenhados na defesa de bandeiras como a inclusão da orientação sexual no artigo 5º da Constituição[67], além da validação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, ao invés de simplesmente circular informes sobre essas movimentações e ditar diretrizes de atuação, Granado optou por discorrer criticamente sobre o significado do casamento – o que revela que o boletim *Um Outro Olhar* não era mero instrumento de comunicação panfletária, como se nota em muitos periódicos vinculados a movimentos sociais (PERUZZO, 1998). Havia, nesse caso, uma preocupação com a formação crítica do público.

No texto, Luiza Granado discute como o casamento, como instituição social, foi concebido, quais foram as implicações disso na vida das mulheres e crianças e as noções de amor e afetividade que passaram a circular desde então. Desse modo, a ativista defende a extensão de direitos das relações heterossexuais para as relações homossexuais, mas rejeita a revisão do conceito de casamento. Em minha leitura, Granado apresenta uma visão crítica sobre o processo de articulação política do MHB, que por muitas vezes tinha perspectiva legalista e negligente com a imposição de novas amarras sociais em troca de migalhas de dignidade e cidadania. Nesse sentido, pontuo que essa perspectiva está alinhada ao ideal de revolução moral postulado por Hoagland e que inspirou a atuação da Rede Um Outro Olhar.

Como espaço de produção e preservação de memórias lésbicas, o boletim registrou importantes eventos para a militância lésbica. Destaco a criação de novos grupos e publicações – o que facilitou inclusive a execução desta pesquisa. O periódico também registrou a atuação do MHB em torno da esperada revisão constitucional, a despatologização

[67] Trata dos direitos e garantias fundamentais e veda a discriminação. A íntegra do texto está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 5 nov. 2019.

da homossexualidade pelo CFM e pela OMS, além de dois importantes eventos para o que hoje chamamos de movimento LGBT+.

Ressalto aqui o III Encontro Brasileiro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. Esta foi a primeira vez que a nomenclatura "lésbica" foi incluída no nome do encontro. A proposta de iniciativa da Rede e do Deusa Terra foi aprovada, mesmo a contragosto de grupos como o GGB, que ignoravam o avanço da discussão sobre a pluralidade identitária iniciada no exterior já na década de 1980.

Outro importante evento registrado nas páginas do boletim foi a preparação do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, que ocorreria em 1995. Nesse ano foi criada a ABGLT. O feito é considerado um marco nacional para os ativismos LGBT+ no Brasil, uma vez que mudou a dinâmica de atuação e interlocução entre os grupos, além de refletir a tendência de "onguização" e burocratização do movimento (SIMÕES; FACCHINI, 2009; FERNANDES, 2018a; TREVISAN, 2018).

Pelo fato de ter sido o primeiro a inaugurar a nova fase, o boletim acabou influenciado periódicos que surgiram posteriormente – seja para se contrapor ou para acompanhar o trabalho realizado pela Rede, como veremos nos tópicos seguintes. Em 1995, o periódico passa a ser editado em formato de revista, numa nova fase de atuação. Dessa vez, com financiamento externo, o que conferiu mais qualidade técnica à publicação, viabilizou o pagamento de profissionais dedicadas exclusivamente à produção da revista[68], além de permitir sua venda em bancas de jornal – o que a consagrou como a primeira publicação lésbica a conseguir este feito no Brasil.

5.2.2 Deusa Terra

O paulistano Deusa Terra surge em 1990, a partir da reunião de lésbicas interessadas, inicialmente, em discutir literatura. Algumas de suas integrantes tinham experiência anterior em grupos organizados. Esse é o caso de Célia, que se desvinculou do GALF – posterior Rede – por ter uma visão divergente sobre como a lesbianidade e o feminismo deveriam ser abordados. Foi assim que ela e outras colegas iniciaram o novo grupo.

O boletim leva o mesmo nome da organização e foi publicado pela primeira vez no verão de 1991[69]. Durante minhas buscas, consegui localizar apenas dois exemplares do *Deusa*

[68] Conforme entrevista de Míriam Martinho concedida para esta pesquisa, em junho de 2019.
[69] Conforme lista de publicações recebidas pela Rede Um Outro Olhar, registrada no boletim n. 16.

Terra[70], os números 4 e 5, que acredito terem sido os últimos, pois datam de 1993 e 1994, respectivamente. Em entrevista, Célia apontou 1994 como o ano de encerramento do grupo e seu boletim. Outro fator que favorece a tese de que o Deusa Terra se desfez naquele ano é o relato de Míriam Martinho (2017) sobre as organizações lésbicas brasileiras. No texto, a ativista conta que no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, que aconteceu em 31 de janeiro de 1995[71] em Curitiba, o Deusa Terra já havia se desfeito.

O surgimento do Deusa Terra e sua publicação tem semelhanças com o GLH e o jornal *Amazonas*, que circulou no período pré-constituinte e que discuti no capítulo anterior. Se no grupo baiano Margot Piva atuava como uma espécie de mentora intelectual, no paulistano Deusa Terra, a figura de uma professora de Literatura, que estudou na Universidade da Califórnia em Berkeley, Estados Unidos, é quem desempenhava esse papel. Em entrevista para este estudo, Célia a nomeou apenas como Fátima e disse que não podia citar os nomes das outras mulheres que compunham o coletivo. Segundo ela, havia integrantes oriundas da universidade e do jornalismo – algo que poderia comprometer o trabalho delas, caso seus nomes fossem expostos. Mesmo agora, que o grupo já foi desfeito e a publicação encerrada, Célia afirmou que essas pessoas temem por seus empregos.

Ao folhear os boletins, nota-se como a auto-aceitação era prioritária para o grupo. Na edição 4, por exemplo, há uma seção intitulada "Lésbicas e Trabalho", que reúne quatro depoimentos de mulheres lésbicas sobre vivências em seus empregos. A chamada dá a entender que essa não foi a primeira vez que o boletim abriu espaço para esse tipo de conteúdo, além de incentivar que as leitoras sigam enviando contribuições com o mesmo teor.

Essa questão sempre foi muito cara à Célia, que relatou o recebimento de várias cartas de mulheres com problemas para lidar com sua orientação sexual e para enfrentar a discriminação. Note-se que o temor de sofrer retaliações no emprego é uma questão que afeta a própria trajetória de minha interlocutora. Desde a época em que atuava no *ChanaComChana*, Célia assina seus textos apenas com o primeiro nome – algo que se manteve quando ela passou a publicar no *Deusa Terra*. Nos artigos em que detalha sua trajetória pessoal, Célia conta que não costuma falar sobre si mesma no ambiente de trabalho. Como professora da educação básica, ela teme por alguma retaliação. Esse receio foi reafirmado por ela na entrevista e, por isso, pediu para ter o sobrenome ocultado.

---

[70] Obtidos por meio de consulta aos arquivos particulares de Marisa Fernandes, a quem agradeço pela partilha.

[71] A data se tornou um marco para o movimento LGBT+ brasileiro, pois foi quando ocorreu a fundação da ABGLT. Informação recuperada de: <https://www.abglt.org/quem-somos> Acesso em: 4 nov. 2019.

Parte dessa inquietação é resultado de casos de discriminação vividos por pessoas próximas a Célia. Quando conversamos, ela destacou uma situação que ocorreu com sua amiga Rosely Roth, que atuou no GALF e na Rede Um Outro Olhar. Segundo Célia, após a entrevista no programa de Hebe Camargo, Rosely foi demitida do colégio em que lecionava Filosofia. Célia afirma que a instituição era religiosa e considerou inadmissível a vinculação de uma de suas funcionárias a um grupo que se nomeava lésbico e feminista[72].

No editorial da quinta edição, o Deusa Terra apresenta outros objetivos do grupo, para além do trabalho em torno da autoaceitação:

> Notamos também que há um interesse por informações sobre o ativismo lésbico e gay. Passamos a dedicar espaço no jornalzinho para publicar notícias a esse respeito. Informamos também sobre o heterossexismo presente em atos, leis, etc., em algumas partes do mundo.
> Tudo isso é importante, mas não novo. Qualquer grupo organizado faz – ou ao menos deveria fazer – algo nesse sentido, usando que instrumento ou linguagem for (DEUSA TERRA, 1993, p. 2).

E diante da visibilidade que o grupo ganhou naquele ano, as editoras avaliam que:

> Isso amplia as coisas. Amplia nossas responsabilidades. Responsabilidade, lembre-se significa habilidade de dar respostas. E isso nos inquieta. Não desejamos dar respostas inadequadas, velhas, rançosas. Que vantagem para o movimento lésbico – e para cada uma de nós individualmente – haveria em reproduzir as estruturas e os comportamentos que desejamos questionar e se possível aniquilar? (DEUSA TERRA, verão de 1993/1994, p. 3).

Ao fazer esse apontamento, as mulheres do Deusa Terra seguem uma tendência iniciada nos grupos de ativismo lésbico na década de 1980 e que foi mantida no que chamo de segunda geração da Imprensa Lésbica brasileira. Embora os grupos pudessem divergir nos modos de atuação, havia certa unanimidade na busca pela politização da condição lésbica – de modo que o conteúdo do *Deusa Terra*, assim como o de outros periódicos, provocava reflexões acerca dos modos de se relacionar e de atuar politicamente. Essa questão torna-se ainda mais evidente ao verificarmos a participação do Deusa Terra em atos de solidariedade a outros segmentos discriminados socialmente. Ou seja, havia o entendimento de que os

[72] Depois desse episódio, Rosely ficou instável emocionalmente, já que também enfrentava outras dificuldades pessoais, com a família e a militância. Rosely, que sofria de esquizofrenia, foi internada pouco tempo depois em uma instituição psiquiátrica em São Paulo. Depois de receber alta, a ativista seguiu enfrentando problemas pessoais e de saúde e chegou a se mudar para o Rio de Janeiro, ficando afastada dos movimentos sociais. Foi assim que em agosto de 1990, uma semana depois de completar 31 anos, Rosely cometeu suicídio. Para Célia, que foi sua colega de militância, "ela é o símbolo do que faz o preconceito".

sistemas de opressão operam de forma cooperada, exigindo uma resposta conjunta dos movimentos sociais[73].

Refletindo essa variedade de assuntos, o boletim *Deusa Terra* abordava temáticas diversificadas. Embora não conte com uma divisão rígida de editorias e nem sumário, notam-se algumas constantes em seu conteúdo. O editorial era sempre assinado pelas "Mulheres do Deusa Terra" e era precedido de uma espécie de expediente, em que eram registrados os materiais enviados pelas colaboradoras do boletim. Tanto nessa seção, como nos textos propriamente ditos a única identificação era o primeiro nome de cada integrante ou leitora. Apenas envios de ativistas com atuação mais pública, como Luiz Mott e João Antônio Mascarenhas eram identificados com nome e sobrenome. Ainda nessa página, a equipe editorial reportava o recebimento de periódicos e publicações.

No boletim, também havia uma seção destinada a informes dos movimentos sociais no Brasil e no exterior, com destaque para o ativismo lésbico. Nessa divisão, pequenas notas registravam eventos, convocam para manifestações, além de reportarem conquistas e retrocessos nos direitos de gays e lésbicas.

Como fruto de um grupo de literatura, evidentemente os livros tinham um espaço exclusivo no boletim. Na seção "dicas de leitura", indicavam-se, principalmente, obras lésbicas e feministas. Além disso, havia espaço para a resenha de títulos com essas temáticas e artigos de opinião. Esses abordavam, principalmente, amor, sexualidade e política a partir de uma perspectiva lésbica.

A dificuldade para manter financeiramente a publicação também é relatada e segue o mesmo estilo de outras publicações do segmento lésbico. A sustentação do boletim era baseada na contribuição de leitoras e, principalmente, das próprias integrantes do Deusa Terra. Esse entrave se reflete na própria periodicidade do boletim, que foi frequentemente afetada pela falta de verba, como revela um de seus editoriais.

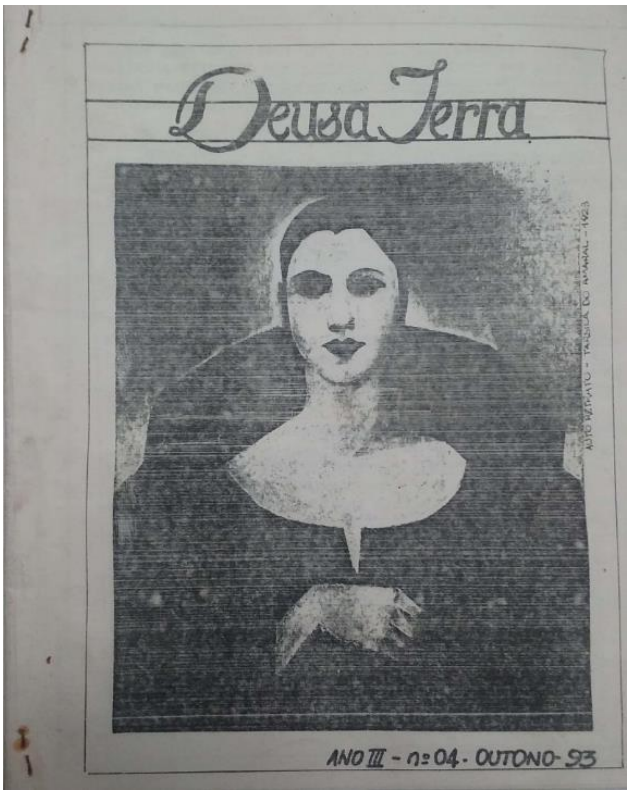
A quarta e a quinta edição – as únicas a que tive acesso – tinham 24 e 25 páginas, respectivamente. O material delas eram folhas de papel, tamanho A4, dobradas ao meio e grampeadas. O boletim era datilografado – só nas últimas edições em máquina elétrica – e, posteriormente, xerocopiado para distribuição. Esta ocorria, principalmente, por correio, tanto para grupos de ativismo lésbico e de outros segmentos como para leitoras sem vinculação aos

[73] Em artigo recente, com Gabriela Coutinho, discuti sobre essa dinâmica no contexto do GALF e sua publicação, o *ChanaComChana* (SILVEIRA-BARBOSA; COUTINHO, 2019).

movimentos sociais. Célia também afirmou que promovia a publicação e a vendia em eventos de militância e em universidades.

Embora a ativista tenha destacado que as assinaturas eram o principal meio de sustentação do periódico, nas edições que consultei, não identifiquei nenhuma chamada específica com instruções nesse sentido. Ao contrário do que se observa em outros títulos, neste havia apenas o nome do grupo e o endereço de sua caixa postal. Minha interlocutora também ressaltou que o *Deusa Terra* não tinha anúncios, pois as propostas que o grupo recebeu eram incompatíveis com as necessidades do seu público.

Figura 9 – Capa do Boletim *Deusa Terra*, número 4



Fonte: Reprodução do acervo pessoal de Marisa Fernandes.

Questionada sobre o nome do coletivo, Célia me respondeu que, na década de 1990, estava na moda o questionamento das figuras de protagonismo nas religiões judaico-cristãs, majoritariamente do sexo masculino. Assim, grupos feministas, especialmente aqueles que se identificavam com as pautas ecológicas, afirmavam sua devoção a uma Deusa. Daí o nome Deusa Terra.

Recordo que, após a entrevista, Marisa Fernandes me mostrou os exemplares do Deusa Terra, enquanto dizia: “esse aqui não sabia o que queria ser”. Algo que complementa as informações que Célia me deu na entrevista. Para ela e suas colegas, era difícil identificar o

que as leitoras queriam porque nem elas mesmas sabiam. Com isso, a militante relata que o grupo fez questionários na tentativa de entender seu público, mas as iniciativas foram vãs. Segundo ela, embora houvesse mais facilidade para publicar do que na década anterior, o cenário era de desmobilização.

Célia revelou que o grupo teve oportunidades de ampliar suas ações e obter expressão nacional e internacional, mas isso não foi possível. A ativista lembra que foram muitos os convites para palestras e entrevistas, mas todas as integrantes temiam por seus empregos e preferiam se preservar. Segundo ela, o Deusa Terra não era como o GALF ou a Rede, que tinham uma porta-voz pública – no caso, Rosely Roth. Esse fato, aos poucos, minou as possibilidades de continuidade do grupo, aliado às dificuldades financeiras da época. Dessa forma, o coletivo encerrou suas atividades em 1994, juntamente com seu boletim.

5.2.3 Lesbertária

Em maio de 1993 foi publicado o jornal *Lesbertária*, também na cidade de São Paulo. Assim como outros títulos da Imprensa Lésbica, não há muitos registros sobre essa publicação, provavelmente pela efemeridade de sua trajetória, já que a publicação teve uma única edição. Obtive a maior parte das informações sobre o título a partir de um exemplar disponibilizado por Marisa Fernandes, que atuou no jornal, e de uma entrevista com Ann Puntch[74], outra integrante da equipe editorial. Conforme levantamento realizado por Maia (2017a), Ann Puncth e Míriam Bottassi foram as organizadoras do *Lesbertária*. Na época, Puntch e Bottassi eram namoradas e administravam o Centro de Informação da Mulher em São Paulo, fundado em 1981.

Antes de me deter sobre a trajetória do periódico em si, faço uma breve digressão para reportar algumas informações sobre suas fundadoras. Bottassi e Puntch se conheceram em 1987, num evento exclusivo para lésbicas, que precedeu o IV Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu no México. Puntch é uma ativista estadunidense, que iniciou sua trajetória junto aos movimentos sociais em 1971, quando concluiu a faculdade. Contudo, suas primeiras incursões nesse meio ainda não contemplavam o feminismo e as questões lésbicas. Houve, inclusive, um momento em que ela afirma ter “voltado ao armário”

[74] Realizada por *Skype* no dia 3 de setembro de 2019. Agradeço Bebeti do Amaral Gurgel por nos colocar em contato.

porque seu ambiente de trabalho não era amigável às lésbicas. Dessa forma, sua atuação política era mais pautada no movimento de trabalhadores.

Bottassi, por sua vez, iniciou no ativismo social alguns anos antes de Ann, ainda no contexto da resistência à ditadura civil-militar e do movimento feminista. Em 1981, Bottassi participou da fundação do CIM e organizou os arquivos da instituição – fato relacionado à sua formação em Biblioteconomia. De atuação interdisciplinar, Bottassi também contribuiu para a imprensa alternativa no período da ditadura, além de ter organizado eventos feministas internacionais e ter representado o Brasil em conferências da ONU sobre a condição das mulheres.

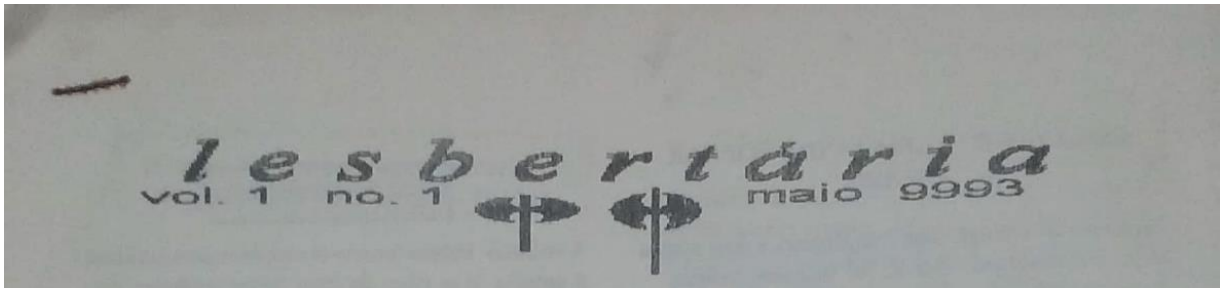
Como resultado da vivência internacional de suas editoras, o projeto do *Lesbertária* era inspirado na revista *Lesbian Connection*, editada bimestralmente nos Estados Unidos, desde 1974 até a atualidade.

> […] eu acho que a nossa ideia era parecida com essa publicação porque era um espaço em que todo mundo podia participar, divulgar informação, reagir politicamente, dialogar, tudo isso. Então, eu diria que o *Lesbertária* foi inspirado no *Lesbian Connection*. A nossa ideia era abrir mais um espaço, dialogar mais e de um ponto de vista lésbico. E essa revista era muito vinculada a outros movimentos sociais, principalmente de igualdade racial e de defesa da livre orientação sexual (Ann Puntch em entrevista no dia 03/09/2019).

Lesbertária foi publicado em papel sulfite, formato A4. Seu conteúdo foi distribuído em dez páginas e teve algo entre 100 e 200 cópias, conforme o depoimento de Ann Puntch. Na primeira página, além do título sugestivo – que revela a permanência da ideologia libertária dos movimentos de 1980 –, aparecem dois *labrys*. Trata-se de um símbolo muito caro aos movimentos feministas e lésbicos. Afinal, este é o nome do machado de dupla lâmina utilizado pelas amazonas[75]. De acordo com Ann Puntch, Lesbertária era um jogo de palavras com os termos ““lésbica” e “libertária”, que demarcava a perspectiva política e feminista sobre a lesbianidade.

[75] Mais informações disponíveis em: <http://www.labrys.net.br/labrys1_2/index.html>. Acesso em: 9 nov. 2019.

Figura 10 – Cabeçalho do *Lesbertária*



Fonte: reprodução do acervo pessoal de Marisa Fernandes

Ainda na primeira página, há uma espécie de editorial, que detalha os objetivos da publicação. O texto revela que o planejamento do jornal iniciou em 22 de setembro de 1992, na cidade de São Paulo.

> […] Este jornal depende de nós, única e exclusivamente, não temos vínculos financeiros ou político-ideológicos com qualquer instituição, governo ou partido político, somos autônomas e independentes. Entre as 8 participantes da primeira reunião, definimos coletivamente o jornal como "uma colcha de retalhos anárquica lésbica feminista", sem nenhum caráter, o que do ponto de vista reichiniano é um grande elogio, para dizer que existimos e que vamos ser visíveis e vai ser ótimo e legal. […] No nosso entender, a criação de nossa identidade, a construção de uma imagem positiva, de idéias e propostas a serem batalhadas por nós mulheres lésbicas e feministas deverá ser tecida em nossos próprios teares, sair de nós mesmas (LESBERTÁRIA, 1993, p. 1).

Além de explicitar os ideais das articuladoras do jornal, esse editorial oferece pistas a respeito da formação de suas articuladoras. A referência ao "ponto de vista reichiniano" e também à heterossexualidade obrigatória indica que teorias feministas de perspectiva lésbica acompanham as idealizadoras do *Lesbertária*[76]. A leitura desse editorial, sobretudo nos trechos em que se nota uma ampla aliança entre mulheres, nos desloca imediatamente para o texto clássico de Adrienne Rich (2010) sobre heterossexualidade compulsória. O mesmo artigo também detalha o conceito de *continuum lésbico*, que parece embasar a atuação das organizadoras do jornal.

> Entendo que o termo *continuum lésbico* possa incluir um conjunto – ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher. Se nós ampliamos isso a fim de abarcar muito mais formas de intensidade primária entre mulheres, inclusive o compartilhamento de uma vida interior mais rica, um

[76] Embora a produção de Rich seja centrada na literatura, seu ensaio sobre heterossexualidade compulsória impactou teóricas feministas e lésbicas e se tornou uma referência nesses campos (FALQUET, 2006).

> vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber de apoio prático e político […] (RICH, 2010, p. 35-36, grifos da autora).

Para além das referências ao famoso ensaio de Adrienne Rich, a interlocução com seus conceitos revela um conhecimento teórico de pelo menos uma parte das ativistas envolvidas no *Lesbertária*. Algo que reforça esse indicativo é a publicação de um breve artigo sobre memórias lésbicas, com características de escrita acadêmica, não apenas na linguagem, mas também na forma. Outra indicação nesse sentido é a recomendação de leitura da Revista Estudos Feministas ("HISTÓRICO…", 2019). A hoje renomada publicação acadêmica publicava seu primeiro número naquele ano.

A entrevista que Ann Puntch me concedeu para esta pesquisa confirma a influência das teorias e dos grupos de ativismo lésbico internacional – algo que nem sempre era bem recebido pelas leitoras e ativistas locais.

> Eu cheguei depois, então já havia acontecido muitos rachas e eu não presenciei tudo. A única dificuldade que eu tinha foi quando havia gente de fora [do país] que queria divulgar coisas e era muito difícil. Eu lembro de um livro somente para lésbicas, que deve estar lá no arquivo do CIM [Trata-se do livro *For Lesbians Only: A Separatist Anthology*, escrito por Sarah Lucia Hoagland e Julia Penelope, e publicado em 1988]. As mulheres que escreveram eram lésbicas separatistas, que era um movimento muito forte nos Estados Unidos, mas não tanto no Brasil. Eu lembro que aí havia muita dificuldade de explicar por que as mulheres queriam se reunir sem a presença dos homens.
> Então, nós queríamos trazer o material que encontrávamos lá fora e fazer essa discussão sobre separatismo. Mesmo que não fosse algo que combinasse muito com a realidade do Brasil, mas a gente queria pelo menos abrir a discussão, ter material para debates etc. E eu lembro que era difícil. Só não lembro os detalhes dos embates (Ann Puntch em entrevista no dia 03/09/2019).

Assim como outros títulos da Imprensa Lésbica, os conteúdos publicados no *Lesbertária* não são assinados, com exceção de dois artigos: um é assinado por alguém cujo pseudônimo é "*La Strega*", expressão italiana que significa "A Bruxa"; o outro é de Marisa Fernandes, que relata uma reunião de grupos populares. Quando perguntei a Ann sobre o motivo do anonimato das autoras da publicação, ela disse: "só podia ser medo, né?". Chamo atenção para esse aspecto, pois, embora o MHB tivesse iniciado sua trajetória há alguns anos, a repressão sexual ainda se fazia notar. E essa era uma questão transversal, que atingia, inclusive, essas mulheres que atuavam nos movimentos sociais e tinham formação acadêmica.

Se por um lado havia a permanência dos textos anônimos, por outro lado o *Lesbertária* trazia uma abordagem mais leve e bem-humorada – algo que a meu ver está relacionado à preocupação de criar uma visibilidade positiva sobre as lésbicas, tal como

ocorria com as articuladoras da revista *Femme*, que surgiu alguns meses depois do *Lesbertária* e sobre a qual discorrerei no tópico seguinte.

Exemplo disso é a coluna que relata dicas de viagem para lugares *lesbian-friendly*[77]. Esse texto, em particular, é encerrado com o pedido de que as leitoras escrevam relatos de viagem do mesmo tipo para o jornal. Ainda nesse sentido, o *Lesbertária* publica uma nota recomendando o guia de turismo *Places for Women*, de Bebeti do Amaral Gurgel. Segundo o jornal, a publicação reúne dicas de viagem para mulheres em lugares do mundo todo.

Ainda no que se refere a temas de amenidades, o *Lesbertária* apresenta um artigo que aborda a relação da lua nova com processos femininos, remontando a tradições milenares. Além de detalhar curiosidades sobre tempos e povos antigos, a coluna traz o passo-a-passo de um ritual que deve ser feito no período da lua nova. As referências contidas no texto corroboram a afirmação de Célia, cofundadora do Deusa Terra, a respeito da valorização de divindades do sexo feminino ser uma tendência entre ativistas da época[78]. Em entrevista para esta pesquisa, Ann Puntch relatou que boa parte das cartas enviadas por leitoras elogiavam o artigo.

> Criando nossos rituais honramos as deusas em nós mesmas, homenageamos nosso corpo, nossa vida, e o nosso espírito. O ritual é o momento de conexão entre o ser e o divino, entre o físico e a essência espiritual, entre vida e imortalidade. A falta deste tipo de conexão é um dos fatores de desequilíbrio do patriarcado: dos povos, religiões e governos (LESBERTÁRIA, 1993, p. 7).

A publicação apresenta informes sobre diferentes grupos organizados, como os movimentos de trabalhadores, de negros e de atenção à saúde sexual. Dentre os vários movimentos citados no *Lesbertária*, destacam-se aqueles de orientação feminista. Essa é uma marca que destoa da trajetória dos outros periódicos analisados aqui. Afinal, nessa época, a maioria deles encontrava-se mais focado em alianças com grupos lésbicos. Atribuo essa característica ao fato de haver integrantes do Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL) no *Lesbertária*.

Segundo Marisa Fernandes, uma das cofundadoras do grupo, havia muitas lésbicas que queriam se organizar dentro do movimento feminista entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990. Em entrevista, ela revelou que havia lésbicas independentes, mas que estavam

[77] Expressão em inglês para se referir a lugares seguros para lésbicas.

[78] É importante destacar, contudo, que essa tendência de inspiração mística não era compartilhada por todos os grupos e publicações lésbicas. Colaboradoras de títulos como *Um Outro Olhar* e *Folhetim* atuavam com outra perspectiva.

desorganizadas politicamente. Além disso, nesse período, o GALF, posterior Rede Um Outro Olhar, já havia rompido com o movimento feminista. Segundo Fernandes, essa era a aposta dela e de suas companheiras de militância para tentar organizar as lésbicas e mantê-las politizadas. Afinal, a década anterior havia sido marcada, majoritariamente, por grupos de trajetória curta e instável.

Merece destaque a forma como a questão da saúde sexual foi tratada no jornal – com linguagem leve, objetiva e de fácil entendimento. Sublinho esse aspecto, pois nem sempre os periódicos lésbicos abordavam o tema de maneira adequada. Afinal, era comum a reprodução de artigos médicos com termos excessivamente técnicos, num ambiente em que o sexo entre pessoas do mesmo gênero era estigmatizado por causa da Aids e da incipiência das formas de prevenção em relações lésbicas[79].

No *Lesbertária*, a busca por interlocução com outros grupos lésbicos também teve espaço. Essa característica fica explícita num artigo que relata uma reunião lésbica. O evento tinha o objetivo de planejar um encontro lésbico feminista nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Na reunião, participaram ativistas de grupos organizados e independentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

> Todas ressaltaram a necessidade de haver maior comunicação entre os grupos. A inexistência de uma interligação reforça a nossa invisibilidade. Assim, vamos pensar estratégias para que informações comuns circulem e apareçam nas nossas publicações (LESBERTÁRIA, 1993, p. 9).

É interessante notar que, embora houvesse essa percepção coletiva de necessidade de união entre os grupos, o próprio grupo que organizou o jornal não conseguiu levar o projeto adiante. Em entrevista para esta pesquisa, Ann Puntch afirmou que aquela era uma época de atividades muito intensas para as colaboradoras do *Lesbertária* e para o MHB no geral. Essa constatação encontra respaldo no material que levantei para a pesquisa, no qual se verificou forte movimentação em torno do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, em Cajamar/SP, e da revisão constitucional de 1993 (TREVISAN, 2018; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Nesse período, ativistas atuavam para garantir dispositivos que ampliassem a cidadania de lésbicas e gays.

[79] Pelo menos um dos textos que versa sobre o assunto foi escrito por Marisa Fernandes. Atribuo a facilidade da ativista para lidar com o tema à sua trajetória no Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL), que desenvolvia projetos de saúde sexual para lésbicas presas. Mais detalhes sobre o assunto podem ser encontrados nos apêndices da dissertação, onde está a íntegra do relato de Marisa. Na oportunidade, a ativista também apontou como se deu o amadurecimento no discurso das ativistas lésbicas da década de 1980 para a década de 1990.

Puntch também confirmou que as dificuldades financeiras contribuíram para a desarticulação do grupo. Durante a conversa com a ativista, levantei essa hipótese a partir de uma chamada que havia na página final da publicação e no histórico de hiperinflação registrado naquele período no Brasil.

> Cada exemplar deste jornal custou CR$ 35.000,00 (maio/93) entre impressão e correio. O trabalho braçal foi voluntário. Se quiser receber o próximo número, envie-nos o valor atualizado no mês correspondente. Só assim poderemos publicar o próximo número. Organizaremos uma página de anúncios (até três linhas com 45 toques) ao custo de um exemplar do jornal. Se quiser maior, calcule com base neste valor (LESBERTÁRIA, 1993, p. 10).

Na entrevista que realizei com Ann Puntch, outros motivos que levaram a desarticulação do jornal vieram à tona.

> Bom, eu vivo sempre com dificuldade econômica. Mas eu lembro desse aviso. E eu lembro também que uma coisa que a gente não contemplava era o espaço de anúncios para as mulheres se corresponderem. Eu lembro que algumas pessoas mandaram dinheiro para nós, mas pediam especificamente isso – um espaço para se corresponder. O que eu lembro mais do que da dificuldade de dinheiro, que sempre existiu, era o problema de tempo. Eu lembro que havia muitas tensões sobre isso e muita pressão sobre o nosso trabalho não estar sendo feito rapidamente. Para mim, foi mais o excesso de trabalho e a falta de tempo do que a falta de recursos econômicos (Ann Puntch em entrevista no dia 03/09/2019).

Nesse sentido, lembro que Bottassi já havia se consolidado como uma ativista de atuação internacional e que em 1993, quando o *Lesbertária* foi lançado, o movimento feminista local trabalhava em documentos de preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (FISCHER, 2005). O evento ocorreria em Pequim, em 1995, no contexto do 50º aniversário da ONU. O trabalho da delegação brasileira, especialmente no que se referia às lésbicas, era coordenado por Bottassi e Puntch (FISCHER, 2005).

Embora efêmero, acredito que o *Lesbertária* colaborou para fortalecer uma nova tendência nos periódicos lésbicos brasileiros, que tinham um tom mais bem-humorado, divertido e informal, como se verá no histórico das publicações seguintes.

5.2.4 Femme

Se maio de 1993 foi marcado pelo lançamento do *Lesbertária*, o mês de setembro, por sua vez, registrou o surgimento da revista *Femme*, editada pelo Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos. Para descrever a trajetória dessa

publicação, apoio-me fundamentalmente nos exemplares que reuni a partir das digitalizações cedidas por Carolina Maia, além das reproduções de exemplares que realizei no arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil e no Centro de Informação da Mulher.

Também tive a colaboração da escritora e jornalista Bebeti do Amaral Gurgel[80], da editora Laura Bacellar[81] e da historiadora Marisa Fernandes[82], que atuaram na revista. Ao contrário do que ocorreu nos relatos sobre os outros títulos da Imprensa Lésbica, aqui não conto com o depoimento de nenhuma das fundadoras da publicação. Neste caso, Theresa Thomé e Monica Camargo. Por motivos que desconheço, elas não responderam às minhas tentativas de contato. Escrevi para elas por *e-mail* nos dias 9 de abril e 9 de dezembro de 2018. A pesquisadora Carolina Maia tentou intermediar o contato e escreveu para elas por *WhatsApp* em abril de 2019, também sem sucesso.

Assim como se nota em outras publicações lésbicas, a origem da *Femme* está relacionada ao namoro de Theresa e Monica. Segundo Maia (2017b), Theresa e Mônica se conheceram em meados dos anos 1980, a partir de uma seção de anúncios em uma revista masculina. Embora a temática dessas publicações se centrasse em fotografias de nus femininos em relações lésbicas, o público leitor era majoritariamente de homens heterossexuais. Entretanto, algumas lésbicas também adquiriam esses títulos e publicavam anúncios para se corresponder com outras mulheres. O estudo de Maia (2017b) também demonstra que isso era mais comum entre as lésbicas que não faziam parte das redes de ativismo lésbico, em que também se oferecia esse tipo de serviço[83]. E era exatamente esse o caso de Theresa e Mônica.

> Theresa, então já na casa dos 40 anos de idade, casada com um homem e vivendo com os filhos de ambos, começou a corresponder-se com algumas mulheres que haviam publicado seus endereços em uma destas revistas. Ao ir encontrar uma delas pessoalmente pela primeira vez, acabou também conhecendo sua amiga Monica, quase 20 anos mais jovem do que ela. Apaixonaram-se, começaram a se relacionar,

[80] Realizei entrevista com Bebeti do Amaral Gurgel no dia 6 de junho de 2019, num café de Curitiba. Todas as menções à entrevista com ela referem-se a essa data.
[81] Realizei entrevista com Laura Bacellar no dia 3 de junho de 2019, por *Skype*. Todas as menções à entrevista com ela referem-se a essa data.
[82] Refiro-me à mesma entrevista citada anteriormente, que realizei em 11 de janeiro de 2019, em São Paulo, quando Fernandes falou sobre sua atuação em diferentes grupos e periódicos voltados para lésbicas.
[83] Na década de 1990, esse cenário muda. Em entrevista, realizada em setembro de 2018, Yone Lindgren afirmou que ativistas de grupos organizados passaram a publicar reportagens e artigos em revistas pornográficas, mas sob pseudônimos. Além desses textos informativos, divulgavam-se endereços postais de coletivos lésbicos para promover a integração entre mulheres. Yone revelou que ela mesma colaborou para essas publicações, escrevendo textos e fazendo ensaios fotográficos. Pude confirmar essas informações a partir da análise de alguns exemplares dessas revistas, que adquiri em sebos por meio de lojas virtuais (ELAS & ELAS, n. 162, 1991; ELAS & ELAS, n. 247, 1993).

> Theresa deixou o marido, e as duas foram viver juntas em São Vicente, na Baixada Paulista. Nas mesmas revistas que propiciaram seu encontro, publicaram um novo anúncio, divulgando o endereço de uma caixa postal em Santos para mulheres que quisessem saber de eventos e lugares onde pudessem conhecer outras mulheres. Surge daí o Grupo Afins, nomeado pela mensagem frequente que o casal recebia de mulheres que se diziam "afins" de novas amizades. Trocam cartas com estas mulheres e passam a produzir um pequeno informativo sem nome, que viria a ser o embrião da futura revista (MAIA, 2017b, p. 5).

Em entrevista para este estudo, Marisa Fernandes revelou que editar uma publicação era um "sonho" do casal – questão que também foi lembrada por Laura Bacellar: "Elas estavam enamoradas uma da outra, achando o mundo lindo e aí resolveram fazer, pronto! Sem grandes pretensões a coisa nenhuma".

Ainda que não tivessem muitas ambições, como disse Laura, o fato é que Theresa e Monica garantiram a publicação de pelo menos nove números entre 1993 e 1996. Destaco que trata-se de uma estimativa. Afinal, as próprias fundadoras não têm certeza sobre a data de encerramento do periódico (MAIA, 2017b). Até recentemente, acreditava-se que a revista teve oito edições e se desfez em 1995 (PÉRET, 2011; MAIA, 2017b). Contudo, em visita ao arquivo do CIM, identifiquei a nona edição, que data de 1996. Pontuo que a equipe da ONG está reorganizando seu acervo, o que pode render novos achados posteriormente.

No primeiro editorial, as organizadoras abordam a homossexualidade a partir da valorização da pluralidade sexual e do fomento à formação de redes de contato (FEMME, nº 1, 1993, p. 2). Também nesse número, a *Femme* foi apresentada como uma publicação sem fins lucrativos e aberta à contribuição de leitoras. Essa característica é reforçada pela própria trajetória da revista. Afinal, foi só a partir da quarta edição que o periódico passou por um aprimoramento técnico e estético, sendo diagramado eletronicamente e impresso em gráfica. Nessa fase, a revista passou do formato A5 para A4 e alcançou a tiragem de cinco mil exemplares. Antes, o periódico era datilografado e copiado. Essa transição só foi possível a partir de uma doação do *Global Fund for Women*, como lembrou Laura Bacellar:

> Nem me lembro quanto deram. Mas deram, sei lá, quatro mil dólares, cinco mil, uma coisa assim. Nada de transformar o universo (risos). Mas eu me lembro sim, eu ajudei a escrever em inglês, a formatar o projeto para elas apresentarem. Acredito que sim porque elas são muito boas, mas, por exemplo, o inglês elas não dominavam muito. Então, eu formatei para elas receberem o apoio. E assim, o Global Fund for Women dava uma ajuda pontual, entendeu? É uma vez aqueles quatro mil, cinco mil dólares, e aí você se vira. Então, elas pegaram esse dinheiro e aí usaram para várias edições. Inclusive, transformaram a revista numa revista colorida, num formato diferente. Fizeram algumas coisas com isso. Mas, sinceramente, ninguém ganhou dinheiro, ninguém foi para Paris com isso (risos) (Laura Bacellar em entrevista no dia 03/06/2019).

Figura 11 – Capa da edição repaginada da *Femme*, após financiamento externo

Fonte: reprodução do arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil

Além do aporte feito pelo *Global Fund for Women*, há algumas edições que contam com o apoio da Secretaria de Saúde de Santos. Mas, tal como o apoio do fundo internacional, essa colaboração foi isolada. Os principais aportes eram feitos pelas próprias organizadoras da publicação. Além disso, contava-se com assinaturas, contribuições de algumas leitoras e de anunciantes de serviços e correspondência sentimental. Como Laura apontou em entrevista, era uma preocupação sua formar uma comunidade colaborativa – algo que ela notou quando viveu nos Estados Unidos e visitou países europeus. A ativista lembra que nesses locais, as livrarias gays contavam com um mural de anúncios variados, com serviços oferecidos por profissionais homossexuais. Na visão dela, isso representava um esforço de fortalecimento da comunidade, não apenas afetivamente, como também financeiramente.

A periodicidade da revista era irregular, variando entre bimestral e trimestral. Isso se deve às dificuldades financeiras para manter o periódico. Além disso, todas as pessoas envolvidas na edição tinham outras obrigações profissionais, que impediam a dedicação exclusiva à revista. Ainda assim, o periódico é um dos mais volumosos dentre os títulos analisados nesta dissertação. Com exceção das três primeiras edições, que eram mais simples e sucintas, cada edição da *Femme* tinha entre 40 e 60 páginas.

Segundo os depoimentos de Laura e Bebeti, na *Femme* havia liberdade para escrever sobre qualquer assunto. As colaboradoras apenas informavam sobre o que pretendiam escrever nas reuniões de pauta. Esse atributo é bastante visível ao examinarmos o conteúdo da publicação. Ali, há textos de teor mais político, no que se refere a movimentos organizados e eleições, como também contos e crônicas com teor romântico.

Assim como em outros periódicos lésbicos já analisados, na *Femme* não há uma divisão muito rígida que possamos chamar de "editorias", mas há algumas abordagens que se repetem e conferem uma uniformidade a revista. São elas: cartas de leitoras, acompanhadas de uma breve resposta das editoras; agenda de eventos culturais e políticos; críticas e resenhas de filmes e livros; dicas de leitura; dicas de viagem; entrevistas; artigos de opinião; crônicas e poesias; críticas sobre a abordagem da homossexualidade na imprensa tradicional; denúncias de discriminação; lista de grupos de ativismo; correio sentimental e classificados. Também era comum a tradução de publicações lésbicas do exterior, em especial a revista *Organa*[84], que inspirou Theresa e Monica na criação da *Femme* (MAIA, 2017b).

O protagonismo de pautas culturais da revista tem a ver com a visão que as mulheres que estavam por trás da revista tinham em relação às formas de abordar a lesbianidade e superar a discriminação. Um exemplo é o trabalho de Bebeti do Amaral Gurgel, autora de publicações com personagens lésbicas, que fogem aos estereótipos comuns e dos destinos trágicos. Em entrevista, ela afirmou que, após se formar em Jornalismo, em Curitiba, mudou-se para a Europa e colaborou para duas publicações holandesas, voltadas para lésbicas: *Het Schandaal*, que significa "O Escândalo", e *Lust en Gratie*, que significa "Desejo e Graça". Segundo a escritora, lá havia mais humor e ironia nesses periódicos – algo que faltava nos títulos brasileiros, pois, na avaliação dela, eram muito sérios.

> É melhor, é mais otimista. Senão, você tá vendendo só a tristeza, a tragédia. […] É ruim [a situação], mas a gente tem que ter esperança, ter sonho. […] A gente fazia isso. Você contava algo assim, mas terminava com uma coisa bacana. Até o *Jornal Nacional* faz assim. A última notícia é sempre sobre esporte, uma coisinha leve, uma copa. Dá-lhe tragédia e termina com uma coisinha engraçada. Acho que é uma técnica do jornalismo (Bebeti do Amaral Gurgel em entrevista no dia 07/06/2019).

Outra questão pertinente é que, na 15ª edição do boletim *UOO*, há uma nota sobre a inauguração da Livraria Lilith, um estabelecimento feminista, fundado por Bebeti em Curitiba. Além de vender livros, a livraria era ponto de venda da revista *Femme*. Conforme

[84] Periódico português que circulou entre 1990 e 1993 e se consolidou como "um dos primeiros espaços de informação, comunicação e debate sobre questões lésbicas [na região]" (FERREIRA, 2015, s. p.).

nota do *UOO*, a livraria seguia a linha do chamado "feminismo cultural, uma proposta de construção de uma cultura alternativa totalmente identificada com a mulher" (UM OUTRO OLHAR, 1991, n. 15, p. 17).

Outro exemplo de colaboradora que valoriza a cultura é Laura Bacellar, que disse estar "fora de sintonia" com a atuação de outros ativistas do movimento desde a década de 1990. Quando a entrevistei, Laura apontou, inclusive, que foi a partir da literatura que ela conseguiu lidar melhor com sua homossexualidade.

Ao discorrer sobre o encontro VII Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados, que ocorreu em Cajamar (SP), em 1993, a ativista afirmou que alguns grupos organizados e mais antigos tinham uma forma de atuação "agressiva". Nesse evento, ela se tornou mais próxima de novos atores do movimento e conheceu Theresa e Monica, que a convidaram para participar da produção da revista. Elas acreditavam que era preciso criar uma visibilidade positiva sobre as lesbianidades.

> […] Gostei de gente que estava ali como eu, sabe? Que estava querendo fazer coisas novas, coisas diferentes, num pique de mudar a sociedade, inclusive, por meio de cultura e não tanto do confronto político, sabe? Tinha uma gente lá que era bem assim: "vamos militar, fazer uma movimentação social e tal". E eu sempre senti que isso, aqui no Brasil, não pega muito.
> […] É um tipo diferente de militância. Uma militância que abre espaço dentro da cabeça da pessoa e no social para ela se enxergar e não tanto uma atuação política tradicional, você entende? Sempre achei que era por aí mesmo. (Laura Bacellar em entrevista no dia 03/06/2019).

Acredito que esse pensamento foi o que levou as articuladoras da *Femme* a disputarem espaço nas mídias tradicionais. Nesse sentido, destaco a seção de crítica de mídia, onde a equipe editorial discorria sobre abordagens da homossexualidade nos meios de comunicação. O espaço reunia apontamentos variados, elogiosos ou críticos. E, para além disso, havia um incentivo para que as leitoras fizessem o mesmo acompanhamento e se dirigissem aos meios de comunicação, registrando seu apoio ou repúdio, a depender dos conteúdos veiculados.

Uma iniciativa interessante de "furar a bolha", por parte da equipe editorial, foi a solicitação de anúncio feita à revista *Veja*. Entretanto, o periódico declinou da proposta, ainda que as editoras da *Femme* tenham cumprido todos os requisitos necessários para ter o anúncio publicado. A justificativa foi que o *slogan* da publicação, "revista lésbica brasileira", era agressivo e inadequado (FEMME, 1994, n. 6).

Outro exemplo nesse sentido é a aparição de Laura Bacellar na televisão. Segundo ela, de forma despretensiosa e casual, houve uma exposição positiva de sua imagem como

lésbica na imprensa. A aparição se deu em 1994, quando ela passou a trabalhar numa agência de turismo voltada para o público GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), como se dizia naquela época (FEMME, 1994, n. 6). Segundo ela, essa era a primeira agência brasileira com uma proposta desse tipo. E sua visibilidade, assim como a de seu colega gay, que também atuava na agência, devia-se ao fato de eles concordarem em falar abertamente sobre o tema, sem medo de serem identificados.

Essa não era uma conduta muito comum naquela época. Uma das editoras, Theresa Tomé, assinava como Tania, como revelou a pesquisa recente de Carolina Maia (2017b). Muitos textos não tinham identificação de autoria ou eram assinados com pseudônimos. Em geral, quem se identificavam eram figuras mais públicas, como Marisa Fernandes, Rosana Zaiden[85], Laura Bacellar, Danda Prado e Bebeti do Amaral Gurgel. Esta última abordou a questão do estigma sobre as lésbicas durante entrevista para a pesquisa. Na sétima e na oitava edição da *Femme*, havia matérias sobre o lançamento do livro *Pecados Safados*, de autoria de Bebeti. No entanto, a oitava edição revela que a escritora adotou o pseudônimo Betti Brown. Em depoimento para esta pesquisa, Bebeti disse que esse foi um conselho da escritora Rose Muraro e da então deputada federal Marta Suplicy.

> As duas me aconselharam a não publicar porque elas acharam que eu ia ficar o resto da vida como "a escritora lésbica". E eu não sou uma escritora lésbica. Eu sou uma escritora que escreve sobre qualquer coisa. Minha sexualidade não tem nada a ver com o que eu escrevo. E elas me aconselharam. A Marta Suplicy, no começo, queria que eu fosse a grande representante do Brasil. O Luiz Mott, dos homens [gays], e a Bebeti das mulheres [lésbicas]. Ela sonhava com esse casal porque ela levantou muito a bandeira gay, né? Então, ela queria, mas, depois, ela mesma achou que eu iria ficar como o Luiz Mott é visto até hoje. Você pensa nele e pensa que ele é gay. E também por causa da minha mãe. E aí a Rose Muraro achou que também seria uma jogada de marketing. "Quem é a escritora?", sabe? Eu dei umas entrevistas com o rosto assim tapado [gesticulando], sabe? Isso foi coisa da Rose. E aí foi por isso. Mas foi um pouco por causa da família, um pouco para não ficar com esse adjetivo o resto da vida. E tem outra coisa. Eu escrevi livros infantis. Então, os livros infantis poderiam ser comprometidos (Bebeti do Amaral Gurgel em entrevista no dia 07/06/2019).

O estigma que ainda pairava sobre as lésbicas na década de 1990 também se faz notar na própria história de vida das editoras da *Femme*, Theresa e Monica. Em entrevista para Carolina Maia (2017b), elas disseram ter destruído os materiais relativos ao grupo e à revista, por medo de que o arquivo "caísse em mãos erradas" (MAIA, 2017b, p. 10). Essa questão dificulta, inclusive, a identificação exata de quando o periódico saiu de circulação.

[85] Advogada e cofundadora do Coletivo de Feministas Lésbicas, que coordenava com sua então namorada Marisa Fernandes.

Contudo, pelos últimos editoriais, é possível perceber o desânimo das organizadoras. Tal como em outras publicações e grupos de ativismo, boa parte das leitoras estava interessada apenas em encontrar companhia e não em projetos de longo prazo, como a manutenção de uma revista lésbica.

Além de essa busca desesperada por um amor revelar a falta de visão estratégica de algumas leitoras, ainda havia o problema dos estereótipos dos anúncios. Era comum que as anunciantes explicitassem restrições sobre a etnia, profissão, típo físico e outros atributos afins[86]. Algo que, somado à perspectiva romanceada das relações, bastante comum entre as leitoras, demonstrava que a conscientização política ainda precisava avançar. Em entrevista para este estudo, Marisa Fernandes afirmou que sentiu frustração nesse aspecto.

> […] Mesmo tendo participado dessa revista, eu comecei a desgostar dela depois de um tempo. Não sei, acho que teve pouco avanço. Muito depoimento, muita historinha, muito água com açúcar. Eu queria algo mais revolucionário, mais provocativo, mais incisivo, sabe? Eu gosto mais disso (Marisa Fernandes em entrevista no dia 11/01/2019).

Bebeti também revelou ter outra visão sobre os relacionamentos, quando publicou o artigo "A revolução do relacionamento", na nona edição da *Femme*. Leio as contribuições da escritora como um chamado à reflexão não apenas ao público da revista, mas também às lésbicas brasileiras, no plano mais geral. Destoando da maioria dos poemas, contos e artigos publicados na revista, o texto de Bebeti criticava a monogamia e o amor romântico. Essa perspectiva é mantida pela jornalista até hoje:

> Nós tivemos quinhentas revoluções, mas os nossos relacionamentos amorosos são do século XV! Iguais aos do meu tataravô. É heteronormativo, né? Mesmo as pessoas *gays*, elas têm um relacionamento baseado no molde hétero. Usam aliancinha, fazem um casamento tradicional, fidelidade radical… E eu acho que tinha que modernizar isso. Eu não sou minha tataravó, entendeu? Não posso ter um relacionamento igual ao dela (Bebeti do Amaral Gurgel em entrevista no dia 07/06/2019).

Diante da falta de engajamento do público, as organizadoras decidiram encerrar a revista. De acordo com a entrevista de Laura Bacellar, o negócio começou deficitário e terminou deficitário. Havia a expectativa de que com o aprimoramento técnico, viabilizado

[86] É importante destacar que as editoras da publicação criticavam essas condutas em artigos de opinião e editoriais. Contudo, essa não é uma especificidade da *Femme*. Outros periódicos lésbicos com seções para correspondência, como *ChanaComChana* e *GEM*, registravam anúncios de leitoras que propagavam estereótipos de gênero e raça.

pelos aportes de órgãos externos, a revista poderia ser comercializada em bancas, atrairia mais público e poderia se pagar. Entretanto, esse anseio foi frustrado. Com isso, o otimismo que as movia desapareceu e as fundadoras da revista, Theresa e Monica, afastaram-se definitivamente do ativismo lésbico.

Marisa Fernandes e Rosana Zaiden, por sua vez, seguiram atuando no movimento feminista e no movimento lésbico, sobrtudo a partir do CFL, onde ofereciam amparo social e jurídico para lésbicas.

Já Laura Bacellar permaneceu em seu ativismo cultural, promovendo a literatura lésbica e gay, com a criação do selo GLS e, anos mais da tarde, da editora Brejeira Malagueta, focada na edição de livros feitos de e para lésbicas. Bebeti do Amaral Gurgel também seguiu uma linha de atuação similar, escrevendo livros com abordagens feministas e promovendo obras com o mesmo escopo em sua passagem pela Editora Brasiliense.

Outra ativista que colaborou para a *Femme* e também autou na Brasiliense foi Danda Prado, que presidia a editora e seguiu no ativismo mesmo após o encerramento da revista. Para além de suas contribuições ao movimento feminista de maneira mais ampla (ROSA, 2011), destaco as produções focadas nas especificidades de lésbicas e gays, como o livro infato-juvenil *Nossas Adoráveis Famílias*, publicado pela primeira vez em 1993 e reeditado em 2009. A obra é assinada por Danda e Bebeti. Ainda no que se refere a esse tema, destaco que a própria *Femme* serviu de fonte de pesquisa para Danda. Em 1996, a partir de contatos com leitoras da *Femme* e de outro periódico de alcance nacional, Danda desenvolveu um estudo sobre mães que tiveram relacionamentos afetivos-sexuais com outras mulheres. O objetivo era constituir um panorama sobre arranjos familiares não tradicionais no Brasil (PRADO; JUNQUEIRA; CARVALHO, 1996).

Ressalto esses feitos, pois acredito que, embora a revista tenha se encerrado – e de maneira um pouco melancólica, inclusive –, suas ideias permaneceram circulando e tomando formas outras. A meu ver, sua contribuição maior foi o fortalecimento de uma outra perspectiva de ativismo lésbico, pouco explorada no Brasil até aquele momento. Ainda que não fosse a única a desenvolvê-la, pela qualidade técnica e pelo alcance obtidos, a *Femme* foi, certamente, o expoente maior dessa nova concepção.

5.2.5 Folhetim

Fora do estado de São Paulo também ocorreu o surgimento de uma publicação lésbica. Trata-se do carioca *Folhetim*, que entrou em circulação em 1993, conforme indica

uma nota publicada na *Femme*. Para descrever esse título, parto da entrevista que realizei com Yone Lindgren[87], jornalista, fotógrafa e ativista do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) há mais de 40 anos. A ativista descreve a si mesma como filha dos porões da ditadura. "Papai e mamãe eram meio rebeldezinhos, entendeu? Não aceitavam o sistema. Como eu também não aceito", disse Yone. Sua trajetória na militância inicia em 1979, no Somos/RJ. Tal como ocorre no contexto paulistano, a trajetória da militância homossexual no Rio foi acompanhada de tensões internas, já que havia dificuldades em lidar com as especificidades de cada segmento que integrava o grupo e as causas lésbicas não tinham muito espaço. Além disso, tal como ocorreu em São Paulo, no Rio de Janeiro havia muita dificuldade de interlocução das ativistas lésbicas com o movimento feminista e com os grupos mistos de homossexuais.

Lindgren conta que é a partir dessa constatação que surge, em 1986, o Movimento D'Ellas – dedicado exclusivamente às mulheres lésbicas. Naquela época, o grupo era informal. Seu registro em cartório se deu apenas em 1993. O hiato se deu não apenas pela dificuldade de rearticulação que o MHB enfrentava no contexto mais amplo, mas também porque Yone sofreu um acidente e ficou seis meses internada.

Cheguei ao nome dessa ativista pelo *Facebook*, onde ela aparece como coordenadora do Movimento D'Ellas. A esse grupo é atribuída a autoria do *Folhetim*, no livro de Péret (2011, p. 78). Lindgren também aparece na dissertação de Maia (2017a), tendo sido entrevistada também por essa pesquisadora. Pelo *Facebook*, em fevereiro de 2018, Yone informou que o boa parte do acervo do grupo foi perdido após uma enchente em 2011. A ativista conta que há materiais guardados na casa de sua filha, mas de forma desorganizada – de modo que não foi possível acessá-los para a realização desta pesquisa.

Na entrevista, ela ainda relatou que havia muitos materiais salvos em disquetes e CDs, que nunca foram transferidos para outro suporte. As cópias impressas nunca foram digitalizadas. Essa era uma atividade da qual as integrantes do grupo sempre lembravam, mas acabavam adiando, pois exigiria muito tempo.

Se de fato a publicação teve a duração que Yone me informou, o adiamento dessa tarefa é compreensível. Segundo ela, o *Folhetim* circulou desde o ano de formalização do D'Ellas, em 1993, até 2008. Com a ampliação do acesso à internet, o grupo decidiu interromper a publicação e criar um blog para dar continuidade a proposta do *Folhetim*.

[87] Em 17 de setembro de 2018, no Rio de Janeiro. Todas as falas da ativista referenciadas na dissertação referem-se a esse encontro.

Questionada sobre o destino do material veiculado nele, Yone disse que o servidor deixou de funcionar e todos os *blogs* cadastrados nele tiveram seus arquivos permanentemente apagados.

Tentei obter informações sobre o periódico a partir do *WayBack Machine*[88], banco digital que reúne dados de bilhões páginas da web desde 1996. Embora o nome de Yone tenha aparecido em páginas antigas, não encontrei nenhuma informação referente ao *Folhetim*. A última tentativa de encontrar algum exemplar do periódico se deu em setembro de 2019. Entrei em contato com a ABGLT, por meio do presidente da associação Toni Reis. Afinal, o D'Ellas faz parte da rede de entidades afiliadas. Infelizmente, também não tive êxito nessa busca e as memórias de Yone Lindgren são minhas principais referências.

A ativista contou que, inicialmente, o título tinha tiragem de 500 exemplares, mas chegou a dobrar conforme a publicação se tornou conhecida no estado do Rio e também em outras regiões do país. Lindgren afirmou, ainda, que a publicação era distribuída gratuitamente, de mão em mão, nos pontos de sociabilidade lésbica do Rio, ou por correio. Para arcar com as despesas do envio, pedia-se doações de envelopes e o material era remetido como carta social – uma modalidade de correspondência de baixo custo.

Além disso, as edições tinham entre duas e quatro páginas e periodicidade mensal. As temáticas mais comuns eram chamadas políticas dos movimentos sociais, cultura, saúde sexual e reprodutiva, além de saúde mental. Para Yone, esse último assunto parece estar "na moda" atualmente, assim como a questão do envelhecimento. Entretanto, ela diz que o *Folhetim* já tratava dessas temáticas, sobretudo considerando o contexto de esvaziamento do movimento homossexual daquela época (MÍCCOLIS, 1983; FERNANDES, 2018a; PÉRET, 2011). Para a jornalista, isso se deve, entre outras razões, ao adoecimento de importantes lideranças. Como exemplo, Lindgren lembra o caso de Rosely Roth, com quem conviveu brevemente em encontros de militância e em espaços de sociabilidade lésbica no Rio e em São Paulo. Yone recorda ainda que, quando Rosely vivia no Rio, a namorada dela tentava afastá-la dos movimentos sociais, pois considerava que seu estado emocional piorava com o ambiente de disputa desse meio[89].

Manter a publicação era uma atividade institucional do D'Ellas cujas colaboradoras também desempenhavam outras funções na ONG.

---

[88] Disponível em: <http://web.archive.org/> Acesso em: 4 out. 2019.

[89] Informação retirada de entrevista para o projeto 50 Lésbicas para Lembrar, do Lésbicas que Pesquisam (LQP), no qual trabalho junto com Maria Rita Dominici para produzir um perfil sobre a ativista Rosely Roth.

> Olha, tinha muita mulher dentro do armário. Porque a minha companheira, que era concursada de uma empresa estatal… Aliás, nunca vi um lugar para ter tanta sapatão como lá! (Risos). Então, elas tinham essa necessidade. Povo de interior, também. Principalmente as que tinham família, marido, filho, cachorro, papagaio. Elas vinham no fim de semana para participar do grupo. Aí, foi mudando o perfil. Até porque a gente pôde ir contratando as pessoas também. Pessoas que faziam divulgação, organização de eventos. Então, a gente foi contratando e politizando as pessoas (Yone Lindgren em entrevista no dia 17/09/2018).

Como podemos notar, o grupo era heterogêneo, e como Yone era a única jornalista, o tom jornalístico era dado por ela. As outras integrantes possuíam formações diversas. Havia quem ainda nem tivesse cursado graduação e outras cuja formação ia desde Pedagogia até Administração.

Assim como outras publicações, o *Folhetim* amargava dificuldades financeiras. Lindgren revela que, em determinado período, sua então namorada chegou a imprimir a publicação no local de trabalho. Obviamente, às escondidas dos supervisores. Do contrário, não haveria como produzir exemplares suficientes para atender à demanda[90]. "A gente não tinha dinheiro. Então, usávamos as folhas de lá. Era um papel usado para projeto, daquele que você pode dobrar, dobrar e dobrar e não amassava. Fizemos isso durante anos", contou a ativista. A preocupação com a possibilidade de dobrar o *Folhetim* sem estragar o material estava relacionado ao tipo de público visado pelo D'Ellas, que ainda sofria com a repressão sexual.

> A gente queria uma coisa gratuita, que pudesse ser dobrada e colocada no bolso e a pessoa levar para casa e pudesse ler, nem que fosse no banheiro. As revistas e os jornais eram muito legais, mas não dava para você levar no bolso, no caderno. Não dava para esconder e pegar só quando você pudesse ler. Naquela época, ainda era necessário isso (Yone Lindgren em entrevista no dia 17/09/2018).

A preocupação com a privacidade das leitoras também se dava no momento do envio do periódico. Na entrevista, Yone contou que, nos envios para outros estados, ela colocava o próprio nome ou o nome de alguma escola no espaço do remetente. Assim, se outra pessoa,

[90] Em comunicação pessoal, em março de 2018, a pesquisadora Carolina Maia chamou minha atenção para o fato de que a história do *Folhetim* é similar à do estadunidense *Vice Versa*. Trata-se do primeiro periódico do segmento homossexual de que se tem registro nos Estados Unidos e que se tornou referência para as publicações gays e lésbicas que o sucederam naquele país. A revista foi fundada por uma lésbica cujo pseudônimo era Lisa Ben – um anagrama da palavra lésbica em inglês. Tal como a namorada de Yone Lindgren, Lisa Ben produzia seu periódico a partir dos recursos da empresa onde trabalhava como datilógrafa. Essas informações estão disponíveis em *Unspeakable: The Rise of the Gay and Lesbian Press in America* (STREITMATTER, 1995). Pelo alerta da semelhança entre os periódicos e pela gentileza de ceder uma cópia do livro que trata do assunto, agradeço mais uma vez a Carolina Maia.

que não fosse uma das leitoras, recebesse a correspondência, não poderia desconfiar de que se tratava de uma publicação lésbica.

O fim da publicação foi apontado por Lindgren como uma combinação de vários fatores. Na avaliação da ativista, o principal motivo para encerrar o boletim foi a expansão do acesso à internet, que tornava a divulgação de informação mais ágil e tinha alcance mais amplo e com menos custos de produção. Além disso, a ativista relatou ter ficado sobrecarregada com a produção do boletim, pois era a integrante que mais se envolvia com essa atividade. De 2008 em diante, a ativista diz que o Movimento D'Ellas seguiu atuante, mas em outras frentes. As principais contribuições do grupo, segundo ela, ocorreram no âmbito das políticas públicas estaduais e nacionais, já que a ONG passou a ter representação em conselhos do poder executivo local e federal.

Depois de Yone afirmar que a organização do *Folhetim* já não parecia mais tão necessária em 2008, mostrei a ela um mapa de publicações lésbicas, comprovando que de fato entre meados dos anos 2000 até o início desta década não se registrou novos títulos. Por outro lado, o cenário mudou a partir de 2016, quando voltam a aparecer meios de comunicação lésbicos. Para ela, isso se deve ao fato de que os periódicos se tornaram muito técnicos, sobretudo considerando a preocupação com as questões de saúde sexual.

Marisa Fernandes também fez uma avaliação parecida, na entrevista de janeiro de 2019. Segundo ela, as redes nacionais de ativismo lésbico esvaziaram o contato pessoal. "Acabou o contato olho no olho", disse a historiadora. Na opinião de Marisa, os novos títulos, como a revista *Tia Concha*[91], revelam o desejo de tornar o movimento lésbico menos burocrático e mais afetivo. Mas esse já é assunto para uma outra pesquisa.

5.2.6 GEM

O *GEM*, título produzido pelo Grupo Estação Mulher, da cidade de São Paulo, é a última publicação a surgir no recorte temporal que proponho. Desta publicação tenho apenas o segundo número, datado de abril de 1995, que acessei pelo acervo pessoal de Marisa

[91] Publicação paulistana que surgiu em outubro de 2018 e é editado pelo Coletivo 44. A equipe editorial é composta por mulheres lésbicas e bissexuais. A revista tem tiragem de 500 exemplares e periodicidade mensal. Para mantê- la, as organizadoras contam com recursos de incentivo à cultura, geridos pela prefeitura de São Paulo. Na primeira edição, a equipe afirma que o objetivo da revista é "preencher os espaços vazios da existência sapatã". Ainda no texto de apresentação, o Coletivo expressa o desejo de "extraviar o discurso normativo e cravar no centro das palavras proferidas para o mundo as histórias de mulheres que amam mulheres" (TIA CONCHA, 2018, p. 2).

Fernandes. Outras informações foram coletadas em documentos de militância e em periódicos lésbicos, como apresento adiante. Também obtive dados por meio da ata de fundação e do estatuto da ONG, que solicitei ao 6º Cartório Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídicas de São Paulo.

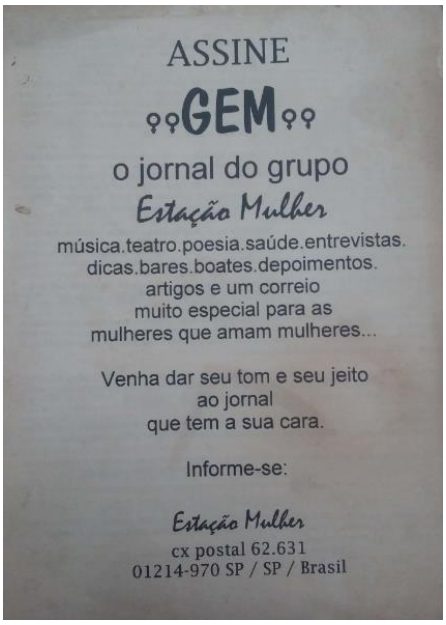
Ainda é pertinente dizer que entrei em contato com a fundadora do grupo e editora do jornal, Regina Macedo, pelo *Facebook*. Desde o primeiro contato, Macedo afirmou sentir descontentamento com os rumos do GEM. Quando estive em São Paulo, em setembro de 2019, ela desmarcou a entrevista algumas horas antes do horário previsto. Por telefone, Regina afirmou que o GEM não foi relevante e que ele não poderia ser tido como parte da Imprensa Lésbica, diante do seu reduzido alcance. Após longas mensagens trocadas pelo *WhatsApp*, entre os dias 08 e 09 de setembro de 2019, Macedo disse que poderia dar entrevista. Coloquei-me à disposição e disse para ela escolher uma data conveniente para ela. Até a redação final da pesquisa, em novembro de 2019, não recebi nenhum retorno.

Segundo o estatuto da organização, o grupo foi criado em 16 de abril de 1994. O referido documento também aponta que:

> Constitui finalidade fundamental do "GEM" organizar pessoas, independente de sexo, orientação sexual, cor, credo, filosofia, condição social, idade, profissão, interessadas em defender a liberdade de orientação sexual e, especificamente, combater doenças sexualmente transmissíveis, especialmente HIV/AIDS (CERTIDÃO DE REGISTRO CIVIL DO GEM, 1994, p. 4).

Pelas informações disponíveis na segunda edição do jornal, o título entrou em circulação entre 1994 e 1995. Faço essa afirmação a partir de um artigo de Regina Macedo, que diz que o grupo foi "fundado há sete, oito meses" (GEM, 1995, p. 3). Conforme o estatuto, a edição de um periódico era um dos objetivos do grupo, que deveria ser viabilizado pela pessoa que ocupasse a presidência.

Figura 12 – Contracapa da segunda edição do *GEM*



Fonte: Reprodução do acervo pessoal de Marisa Fernandes.

Assim como outros títulos da Imprensa Lésbica, o *GEM* não teve sua trajetória relatada na literatura acadêmica. As pesquisas que o citam se restringem a descrever o nome da publicação, o grupo responsável por sua edição e a cidade na qual era produzido. Não há nem mesmo informações precisas sobre o período de circulação do *GEM*. Essas pesquisas dizem apenas que sua distribuição se deu na década de 1990 (MAIA, 2017a; CAMPOS, N., 2014).

O jornal tem Regina Macedo como editora e jornalista responsável. Ela era também a presidente do Grupo Estação Mulher. O expediente não detalha a função de cada uma das pessoas envolvidas na publicação; apenas enumera seus nomes, que são: Cristina, Gésa Carvalho, Marinês Teixeira, Maria do Carmo, Mércia, Silvia Ruiz e Vera Amaro. O detalhamento dos objetivos do grupo e sua publicação está disponível num artigo publicado por Regina, na referida edição.

> Estação Mulher, um grupo que explodiu de uma rebeldia sem fim contra a mesmice pegajosa de tantos movimentos que nunca saíram de seus rígidos contornos. O grupo nasceu de uma angústia ímpar diante do bárbaro isolamento em que as lésbicas ainda vivem no século XXI.
> […] Fale, questione, conheça a proposta de cada grupo que se apresenta como ONG de lésbicas ou de gays e lésbicas. Consciência política é algo a ser burilado pela mão de cada ser humano. Construa a sua. E se quiser venha conhecer também o ESTAÇÃO MULHER e seu boletim, o GEM. As mulheres do Estação Mulher recusam os discursos rotos, gastos, sem graça, sem riso, sem gozo, sem vida. Sonhamos – e estamos lutando para ampliar esta querência – com uma comunidade lésbica formada por mulheres felizes, inteiras, de bem com a vida na maior extensão possível desta expressão. Cidadãs plenamente integradas à sua comunidade social,

> seja ela qual for. Nossas propostas são claras, no mais, não temos fórmulas mágicas e paternalistas pra oferecer a ninguém. Solidariedade, companheirismo, crença, força, projetos claros e inteligentes, reivindicações objetivas são os nossos ingredientes. E muita garra. No mais, é lutar, lutar, lutar. De cara limpa, de jeito leve, de forma nova (GEM, 1995, p. 6)

Nessa tentativa de integração e de romper a "angústia ímpar" da qual trata Regina, o jornal repete algumas estratégias de ação conjunta observada em outros veículos da Imprensa Lésbica. São exemplos a seção de correio sentimental, os relatos de reuniões de ativistas e o incentivo ao consumo das publicações produzidas por coletivos lésbicos, tanto de São Paulo como de outras regiões. Nesse sentido, destaco os exemplos de uma nota sobre a revista *Femme* e outra sobre o Grupo Lésbico da Bahia (GLB), de Salvador[92].

Entretanto, há uma particularidade no *GEM* em relação aos outros títulos analisados até aqui. Há o incentivo de uma integração virtual. Diante do desenvolvimento da computação, torna-se possível participar de redes virtuais para contactar novas pessoas. A partir disso, Maria do Carmo, que parece entender do assunto, escreve um artigo detalhando como uma placa fax-modem pode se ligar ao computador e ao telefone para permitir a entrada em redes virtuais de lésbicas (GEM, 1995, p. 7). Nesse aspecto, destaco que o periódico também publicou uma lista de agências que prestavam serviços de "aproximação de pessoas". Esses estabelecimentos eram majoritariamente paulistas, mas também houve a indicação de uma agência paranaense, da cidade de Londrina (GEM, 1995, p. 15).

Na publicação, também havia espaço para que as leitoras relatassem casos de discriminação. Além de ser um meio de desabafo pessoal, a seção tinha um caráter de denúncia, pois convocava as leitoras a exporem os locais que praticavam discriminação. "Boicotar é uma de nossas grandes armas, você não acha??? Que tal uma 'lista negra' dos preconceituosos???", diz o texto da seção intitulada "Com a gata no motel. Por que não?" (GEM, 1995, p. 15). Vale ressaltar, ainda, que a equipe editorial também incentivava a divulgação de locais *lesbian- friendly* e pedia colaborações do público para isso.

A temática da saúde sexual também tem protagonismo nessa publicação. Além de reportar eventos e manuais que orientam a prevenção de DSTs, sobretudo a AIDS, o jornal traduziu um longo artigo sobre lésbicas e o vírus HIV (GEM, 1995). O texto original é de

[92] O GLB também editou uma publicação, o boletim *Ponto G*. Contudo, como a primeira edição foi publicada em 1998, o título não será analisado nesta dissertação. Para mais informações sobre o grupo e seu boletim, ver os estudos de Zuleide Silva (2016), Irina Bacci (2016) e Carolina Maia (2017a).

autoria de uma integrante do ILIS, sigla em inglês para "serviço lésbico internacional"[93]. Outros informes e traduções de materiais do grupo aparecem em publicações como o *ChanaComChana* e *Um Outro Olhar*.

O periódico não apresenta anúncios, pelo menos na edição que pude consultar. Entretanto, há chamadas na capa e também dentro do jornal para que as leitoras assinem a publicação – o que indica uma das formas de custeio financeiro do *GEM*, ou de expectativa de custeio, já que sua trajetória foi efêmera.

Embora não haja informações precisas sobre a data de encerramento do grupo, estimo que seu final tenha ocorrido em 1996 e que o seu periódico tenha saído de circulação em 1995. Segundo o relato de Míriam Martinho (2017) sobre o VII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, que ocorreu em janeiro de 1995, o GEM não estava presente. Em artigo publicado na nona edição da *Femme*, que data de 1996, Regina Macedo afirma estar buscando rearticular o grupo e tece críticas aos rumos que o movimento de gays e lésbicas estava levando. Tomando como referência a conferência da ILGA que ocorreu no ano anterior, no Rio de Janeiro, Macedo avalia que o movimento não conseguiu demonstrar seus principais objetivos e deu visibilidade ao "lado folclórico" (MACEDO, 1996, p. 15). Além disso, a jornalista demonstra frustração diante da dificuldade de alcançar pessoas que não estão inseridas no ativismo social.

> Um movimento social não se faz somente com discursos para ouvidos acostumados às palavras que este movimento tão bem conhece. Um movimento tem que ser capaz de atingir aquela pessoa que não sabe ou não admite fazer parte da "minoria" que este movimento representa e busca defender. Por tudo isso, o Estação Mulher quer se reagrupar e voltar a atuar. O grupo quer, sim, ser parte do movimento; mas quer, mais que tudo, falar para todas as lésbicas; e não só para as lésbicas coordenadoras de grupos (MACEDO, 1996, p. 16).

Entre os materiais que reuni e os periódicos que consultei, não encontrei referências posteriores ao GEM após esse artigo de Regina Macedo na *Femme*. Como era praxe na trajetória do GALF (e posteriormente, da Rede) a execução de balanços sobre o movimento, busquei informações sobre o *GEM* até mesmo na revista *Um Outro Olhar*, mesmo que este título não fizesse parte do meu *corpus* de pesquisa. A escassez de referências após 1996 me

[93] Articulação internacional de lésbicas, fundada em 1980, que buscava dar visibilidade a esse segmento dentro da ILGA. Em 1981, o grupo se tornou independente e prosseguiu com suas atividades até o fim da década de 1990. A ILGA, por sua vez, surgiu em 1978, com sede em Genebra, na Suíça, e segue em funcionamento. Seu objetivo é congregar organizações LGBT+ de todo o mundo.

leva a crer que o grupo não conseguiu se reorganizar nem seguir adiante com seu jornal, tendo sido encerrado naquele ano.

Em minha leitura, algo que contribuiu para o desmantelamento do grupo foi o reduzido alcance que obteve. Com exceção da *Femme*, os periódicos lésbicos que consultei para esta pesquisa não citam nenhum dado referente ao *GEM*. Tal fato pode indicar, inclusive, a dificuldade de articulação com outros atores do movimento lésbico e do movimento homossexual, no contexto mais amplo.

6 O LEGADO DA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA PARA O JORNALISMO

Após discorrer sobre a trajetória das publicações lésbicas, elenco nesta seção um compilado de boas práticas que identifiquei nesses meios de comunicação e que podem ser úteis para o aprimoramento do jornalismo. Para facilitar a análise, apresento um quadro com algumas informações básicas sobre os periódicos – sendo que parte coincide com o mapa das publicações lésbicas que delimitei anteriormente. Aqui, acrescento a questão da periodicidade, tiragem, formas de custeio e temáticas de interesse. Dessa forma, a leitora pode visualizar melhor o compilado de dados obtidos com a pesquisa, sem perder de vista as singularidades de cada publicação.

Quadro 2 – Morfologia e temário da Imprensa Lésbica brasileira (1981-1995)

(continua)

Nome	Período estimado de circulação	Periodicidade	Tiragem	Custeio	Exemplares identificados	Principais temáticas de interesse
Iamuricumá	1981	mensal/ bimestral	indefinida	editoras	1, 2 e 3	feminismo e lesbianidade[94]
ChanaComChana (jornal)	1981	edição única	indefinida	editoras	1	feminismo, lesbianidade e poesia
ChanaComChana (boletim)	1982-1987	trimestral/ quadrimestral	500	assinaturas, vendas, doações e anúncios	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12	feminismo, lesbianidade, política e poesia
Amazonas	1983-1985	indefinida	indefinida	indefinido	0	lesbianidade, literatura e política
Xerereca	1987	indefinida	indefinida	indefinido	1	lesbianidade, política, Direito e poesia

[94] Embora o termo não fosse comum no período de circulação das publicações citadas, especialmente na década de 1980, acredito que ele é o mais adequado para se referir às questões lésbicas, já que “homossexualidade” e “lesbianismo”, empregados à época, possuem conotação médica e estigmatizante.

Quadro 2 – Morfologia e temário da Imprensa Lésbica brasileira (1981-1995)

(conclusão)

Nome	Período estimado de circulação	Periodicidade	Tiragem	Custeio	Exemplares identificados	Principais temáticas de interesse
Um Outro Olhar (boletim)	1987-1994	quadrimestral	Entre 200 e 500	assinaturas, doações e anúncios	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19/20, 21 e 22	feminismo, lesbianidade, política, saúde e cultura
Deusa Terra	1991-1994	trimestral	indefinida	assinaturas	1, 2, 3, 4 e 5	feminismo, lesbianidade, política e cultura
Lesbertária	1993	edição única	Entre 100 e 200	editoras	1	feminismo, lesbianidade, política e cultura
Femme	1993-1996	bimestral /trimestral	5000	assinaturas, vendas, anúncios e fundos de apoio	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9	lesbianidade, turismo, saúde, cultura e entrenimento
Folhetim	1993-2008	bimestral	Entre 500 e 1000	assinaturas e doações	0	lesbianidade, política, saúde e cultura
GEM	1994-1995	indefinida	indefinida	editoras	1 e 2	lesbanidade, saúde e cultura

Fonte: Pesquisa da autora (2019)

a) Formação política

Mais do que figurar como elemento acessório de grupos organizados, os periódicos lésbicos analisados revelam forte consciência política – questão que se manteve tanto no período pré-constituinte como no período posterior de maneira razoavelmente uniforme em todos os títulos abordados aqui. Essa conduta se nota, por exemplo, nas seções de indicações de leitura e de resenhas críticas sobre os mesmos.

Outro exemplo é a preocupação com a listagem de grupos e periódicos voltados para lésbicas, gays e feministas, além dos relatos e chamadas para eventos de ativismo. Essas preocupações por parte da equipe editorial de cada periódico revelam que o público era visto em toda a sua complexidade e não apenas como mero espectador. Contudo, entendo que a contribuição maior é a insistência na politização da condição lésbica, que a despeito de já ser aventada há décadas por lésbicas feministas, não encontra espaço na grande imprensa. Afinal, a abordagem majoritária ainda é um tanto quanto superficial, na perspectiva de uma "tolerância" que busca incluir novos atores sociais, mas não transformar as condições que os mantiveram/mantêm excluídos por tanto tempo.

b) Pluralidade de perspectivas

Como destacado no tópico anterior, embora as publicações fossem segmentadas e vinculadas a grupos de ativismo, elas não podem ser classificadas como meramente panfletárias. Essa constatação encontra respaldo também na pluralidade de perspectivas abordadas nos periódicos, tanto em termos de política como em termos de comportamento. Esse aspecto se sobressai na segunda fase da Imprensa Lésbica, quando surgem novos grupos e os periódicos ganham mais robustez, tanto em número de páginas como em variedade de conteúdo.

Temas como os arranjos dos relacionamentos e a pertinência de uma (ou várias) identidade(s) lésbica(s) foram discutidas sob diferentes perspectivas – ainda que cada periódico deixasse claro qual era sua posição editorial ou da autora responsável pelo texto em questão. Essa variedade revela o caráter plural dos próprios grupos que editavam os periódicos, como a preocupação das editoras em alcançar diferentes públicos de lésbicas. Também destaco que esse aspecto é ilustrativo de como nós, lésbicas, somos diversas, mas nem sempre somos retratadas assim na grande imprensa. Lá, normalmente aparecemos em alguma data comemorativa relacionada ao

movimento LGBT+ e uma única pessoa ou um único grupo de pessoas fala por todas, como se todas quiséssemos as mesmas coisas e tivéssemos as mesmas demandas e posições políticas.

c) Luta dentro e fora da imprensa hegemônica

Além de manter os periódicos segmentados, algumas articuladoras da Imprensa Lésbica buscaram atuar também na imprensa tradicional. Como exemplo, destaco as aparições de Rosely Roth e Laura Bacellar em programas televisivos. Embora tenha havido outras participações na grande imprensa, destaco essas duas pela repercussão que alcançaram, já que o tema da visibilidade é tão caro para as lésbicas brasileiras, a ponto de termos até mesmo um dia da visibilidade lésbica[95].

Ao fazer essas aparições na imprensa, obteve-se não apenas tal visibilidade, como também a oportunidade de discussão da sexualidade com um público mais amplo e de forma não estereotipada – elemento fundamental para a transformação da sociedade, visto que a conscientização exclusiva das lésbicas não pode, por si só, causar mudanças amplas[96].

d) Construção da memória coletiva das lésbicas

Ainda que a construção e preservação de memórias lésbicas não tenha sido o principal objetivo dos periódicos estudados, isso inevitavelmente ocorreu. Diante da invisibilidade e estigmatização dominante em vários segmentos da imprensa, as publicações lésbicas se constituíram como espaço de registro de eventos de militância, de literatura lésbica e feminista, de discussões acadêmicas sobre lesbianidades e de memórias sobre o próprio grupo que as editava.

Ainda que o armazenamento desses materiais seja problemático, como demonstram as dificuldades para execução deste estudo, encontrar esses registros permitiu a construção de narrativas sobre o passado das lésbicas brasileiras – como a que

[95] Data instituída em 29 de agosto de 1996, por ocasião do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale). A iniciativa foi organizada pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (Colerj) e segue ocorrendo anualmente. O principal objetivo do evento é promover a visibilidade lésbica como estratégia política. Desde 2016, o evento incorporou oficialmente as demandas das mulheres bissexuais e passou a se chamar Senalesbi, ou seja, Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais (MAIA, 2018).

[96] No caso do *ChanaComChana*, em particular, Míriam Martinho afirmou que foi a partir da participação de Rosely no Programa da Hebe que o periódico ampliou de modo significativo seu alcance.

desenvolvi na dissertação, a partir dos periódicos, mas que tem sido feita também a partir dos discursos e pedagogias que circulam nessas publicações[97].

e) Estímulo à participação do público na execução dos periódicos

Outro mérito das publicações lésbicas é o ensejo ao engajamento do público na execução das edições. Essa conduta revela um esforço de politização das lésbicas, como ocorreu, por exemplo, na *Femme* e no boletim *Um Outro Olhar*.

Além disso, acredito que essa é uma contribuição para o fortalecimento das lésbicas como comunidade e para sua valorização profissional, no caso daquelas que já trabalhavam num ofício compatível com as necessidades dos periódicos.

Aqui, ao contrário do que se vê em periódicios de grande circulação, a participação do público não é meramente decorativa nem explorada de maneira indevida. Nos periódicos lésbicos, a participação era resultado de uma conscientização feminista sobre a necessidade de autonomia e politização. Nesse sentido, o resultado final dos trabalhos não se convertia em forma de lucro privado às custas de exploração pública, mas ganhava formas práticas de autonomia e solidariedade, partilhadas com quem se interessasse pelos periódicos.

f) Acolhimento

Também reveladoras da preocupação da equipe editorial com seu público são as iniciativas de acolhimento às lésbicas mais vulneráveis. Nesse sentido, destaco o pioneirismo do *ChanaComChana*, ao criar a editoria "Seção de Heterror", onde lésbicas denunciavam casos de discriminação. O boletim também foi pioneiro ao registrar iniciativas de proteção, indicando grupos de acolhimento social, psíquico e jurídico.

Essa iniciativa também foi mantida quando o periódico deu lugar ao *Um Outro Olhar*, além de ser observada em outros títulos como *Deusa Terra*, *Femme* e *Folhetim*.

Algumas dessas iniciativas de proteção eram administradas pelas próprias colaboradas da publicação. Como exemplo destaco o serviço de orientação jurídica criado pelo

[97] Nesse sentido, destaco que é interessante acompanhar a pesquisa de mestrado de Larissa Martins, ainda em andamento na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A pesquisadora, que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da universidade, trabalha na dissertação "Vai Sapatão! Imprensa Lésbica enquanto uma pedagogia cultural lesbiana". Seu estudo discute a possibilidade de uma pedagogia lésbica a partir dos discursos que circulavam no boletim *ChanaComChana*.

CFL, sob coordenação de Marisa Fernandes e Rosana Zaiden, além das correspondências mantidas por Theresa Tomé e Monica Camargo, sobretudo com lésbicas que tinham dificuldade em "sair do armário".

g) Abordagem bem-humorada

Uma perspectiva mais leve para tratar das lesbianidades também se fez presente nas publicações ora analisadas. Essa conduta, além de refletir um amadurecimento político após os primeiros anos do movimento, ainda fazia frente aos discursos estigmatizantes que imperavam nos meios de comunicação tradicionais.

Essa abordagem também é tributária da influência do movimento internacional e procurava atrair lésbicas que ainda tinham dificuldades em lidar com sua orientação sexual. Embora tenha sido mais presente nos periódicos da segunda fase da Imprensa Lésbica, já havia sinais dessa irreverência nos boletins de títulos sugestivos da primeira fase, a saber o *ChanaComChana* e o *Xerereca*.

h) Estímulo à formação de novos grupos

Ao relatar as reuniões de ativismo e discutir pautas políticas, os periódicos lésbicos acabaram por incentivar as lésbicas a se auto-organizarem. Nos casos de boletins com espaço para correspondências e relatos sobre a própria vivência do grupo que os editava, noto um compartilhamento de experiência que enseja a criação de novas iniciativas. Tal característica revela os anseios de cooperação mútua e não a competitividade acirrada que se nota em outros tipos de meios de comunicação.

i) Formação cultural

Sobretudo a partir da segunda fase da Imprensa Lésbica, observa-se uma preocupação com a formação cultural das lésbicas, para além da política. Com isso, investe-se ainda mais em resenhas e dicas de livros e filmes. Esse investimento em pautas culturais serviu como mecanismo de autocompreensão para as lésbicas.

Artigos com roteiros históricos sobre lésbicas ou de lugares classificados como *lesbian-friendly* também favoreceram essa integração cultural, desanuviando as páginas dos periódicos de pautas majoritariamente políticas e sérias.

Esse aspecto ilustra como as lesbianidades podem ser complexas e plurais, ultrapassando o discurso que as coloca em situação de vulnerabilidade e revelando que há muito mais a abordar no que se refere às suas vivências.

j) Leitura crítica da mídia

As seções de análise crítica da mídia são, talvez, a principal contribuição desses periódicos para o jornalismo tradicional. Mais do que denunciar textos com teor discriminatório, essas publicações sugeriam outras abordagens, além de incentivar seu público a monitorar as mídias.

A seção também registrava abordagens exitosas tanto no âmbito do entretenimento como no âmbito da informação. Acredito que a riqueza das experiências reunidas ali poderia ensejar, inclusive, um estudo exclusivo sobre uma crítica da mídia sob perspectivas lésbicas.

Para quem está familiarizado com a linguagem do jornalismo, esse tópico remete quase imediatmente ao papel do *ombudsman* – profissional responsável por "vigiar" os jornais e reportar impressões dos leitores sobre o periódico. Nesse sentido, entendo que, se obtivemos algum avanço na implantação da figura do *ombudsman* no Brasil, certamente, houve uma contribuição de movimentos organizados da sociedade civil, inclusive o de lésbicas[98].

k) Autocrítica

Mais comum em periódicos de longa data, os textos de balanço sobre o movimento lésbico e a trajetória das próprias publicações contribuíram para a reflexão de ativistas e leitoras – fato que se nota, por exemplo, nas cartas enviadas aos periódicos e publicadas na íntegra ou parcialmente em várias edições.

O exercício de reflexão sobre a produção dos periódicos e as ações de grupos organizados permitiu o reexame de condutas, com vistas a aprimorar os projetos futuros. Leio as últimas publicações da segunda fase da Imprensa Lésbica, com outro nível de qualidade de técnica e conteúdo, como resultado dessas autocríticas.

[98] Para aprofundar a discussão, sugiro consulta ao recente estudo de Diana de Azeredo (2019), que mapeia a trajetória das colunas de ombudsman na *Folha de S. Paulo* entre os anos de 1989 e 2019. Como foco temático, a autora escolhe as chamadas "minorias". Ressalto ainda que desde meados do século XX, pelo menos, já se reivindicava a ampliação dos canais de crítica de mídia na grande imprensa brasileira, como é possível inferir ao examinar o estudo de Ângela Carrato (2002).

l) Discrição

Cientes de que nem todas as leitoras viviam "fora do armário", as publicações lésbicas, de maneira geral, mantiveram ações de cuidado nesse sentido. Embora possa soar contraditório o ocultamento da palavra "lésbica" ou o duplo embrulho para evitar a identificação do conteúdo, acredito que essas atitudes foram importantes para alcançar lésbicas que estavam fora da militância. Sua posterior conscientização e autoaceitação seria tributária dessa abordagem mais cautelosa num primeiro momento. A maior parte das publicações exerceu esses cuidados, mas acredito que o mais exitoso nesse quesito foi o *Folhetim*, que além de se preocupar com a identificação do remetente e o embrulho do periódico, preocupou-se inclusive em limitar seu conteúdo para que o material todo coubesse no bolso.

6.1 Limitações

Além das boas práticas da Imprensa Lésbica, destaco aqui os elementos que considero problemáticos. Afinal, os erros também ensinam e revisá-los pode colaborar tanto para o aprimoramento do jornalismo tradicional, como das publicações lésbicas que estão em circulação atualmente.

a) Alcance reduzido

A limitação dos periódicos lésbicos tem explicações variadas: falta de recursos, abordagens difíceis, problemas de distribuição, entre outros. Independentemente da causa, o fato é que a limitação de alcance pode contribuir para a perpetuação das chamadas "bolhas". Ou seja, a comunicação não ocorre de maneira ampla, não apenas com outros segmentos sociais, como também com as próprias lésbicas – fator que mina os anseios de transformação social mais abrangente.

b) Periodicidade irregular

Também resultado de dificuldades financeiras e de planejamento, a irregularidade das publicações contribui para a perda de público, além de minar a comunicação de informações que circulam majoritariamente em periódicos lésbicos.

Outro desdobramento negativo é a ruptura da relação de confiança com as leitoras, sobretudo aquelas que contribuem de forma continuada, por meio de doações e

assinaturas – questão que pode fragilizar ainda mais a manutenção econômica dos periódicos.

c) Discurso difícil

Sobretudo na primeira fase da Imprensa Lésbica, identifica-se a prevalência de textos cujo conteúdo era de interesse e fácil compreensão para uma parcela limitada do público. Atribuo esse fator à relação desses periódicos com o meio universitário, já que a maioria das articuladoras encontrava-se na faculdade naquele momento. A meu ver, esse elemento pode ter impactado o alcance dos periódicos, inviabilizando sua continuidade. Afinal, ao não se ver nessas publicações e compreender seu conteúdo, o público alvo pode perder o interesse nelas e interromper o consumo[99].

Embora tenha sido mais comum no período de 1981 a 1988, é possível encontrar reminiscências dessas abordagens na segunda fase da Imprensa Lésbica, sobretudo nas discussões sobre saúde sexual.

d) Tecnicismo em discussões sobre saúde

O tecnicismo em títulos que abordavam a saúde sexual é preocupante. Se considerarmos ainda que entre as década de 1980 e 1990 o ambiente era de pânico, sobretudo em relação à Aids, e que iniciativas de prevenção sexual para lésbicas sempre foram limitadas, a questão é ainda mais grave.

Além de impedir ou dificultar a comunicação, a permanência de termos técnicos contraria os próprios princípios das publicações lésbicas, que em geral tinham o objetivo de criar um espaço de informação, troca e acolhimento para mulheres lésbicas. Mais do que uma percepção desta pesquisadora, essa constatação também foi apontada em entrevistas de ativistas históricas do movimento lésbico, como Marisa Fernandes e Yone Lindgren.

e) Dificuldade de formar redes com outros grupos e publicações de lésbicas

Embora a necessidade de ampliar os grupos tenha sido tema frequente nos periódicos analisados, a realidade é que os próprios grupos em questão tinham dificuldades de

[99] As entrevistas de Laura Bacellar, Marisa Fernandes e Yone Lindgren, disponíveis nos apêndices, tratam dessa questão com mais detalhes.

relação entre si. Seja por divergências pessoais ou políticas, nota-se um isolamento das organizações e seus respectivos periódicos.

Acredito que esse foi um fator decisivo não só para a desarticulação dos periódicos mas também de outros projetos, que poderiam ser benéficos para as lésbicas. A efemeridade das publicações é sintomática deste problema.

`

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal a constituição de um histórico da Imprensa Lésbica brasileira, no período de 1981 a 1995. Derivou desse propósito o objetivo secundário de compilar práticas que poderiam orientar o jornalismo para sua função de mediador da cidadania. Diante da ausência de estudos aprofundados sobre o conjunto das publicações lésbicas, recorri a referenciais da disciplina histórica que permitiram a análise de documentos, periódicos e testemunhos orais numa *perspectiva sapatão*, que compreende a lesbianidade em toda a sua complexidade e a coloca como sinônimo de uma potência transformadora. O resultado foi a materialização de uma história possível, qual seja, a trajetória da Imprensa Lésbica brasileira.

Por entender que uma versão complementar da história da imprensa, por si só, não tensionaria a epistemologia do Jornalismo, tomei como referência estudos que reconhecem a instituição do jornalismo como central para o desenvolvimento social e para o exercício da cidadania. E diante dos desvios e falhas que se observam nele, propus a busca de soluções em lugares ainda pouco explorados por pesquisadores do nosso campo. Parafraseando Dulcília Buitoni (1986), acredito que há outros modos de fazer jornalismo e que, embora nem tudo na Imprensa Lésbica seja jornalístico ou se refira diretamente ao campo jornalístico, parte de suas experiências podem ser lidas como críticas úteis ao nosso fazer.

Dessa forma, propus um recorte temporal de análise que, embora não abranja todas as publicações lésbicas brasileiras, aborda muitos títulos cuja trajetória nunca foi discutida detalhadamente em estudos de pós-graduação. Dividi a narrativa entre os períodos pré e pós-constituinte, por considerar que o marco da nova Constituição mudou radicalmente a ação de grupos organizados, ainda que eles não fossem diretamente relacionados a partidos e organizações de oposição ao regime militar. Já o ano de 1995 foi escolhido como ponto final de análise em razão das mudanças no ativismo social, desencadeadas por fatores políticos e sociais.

Na primeira fase, observei ideais libertários, de inspiração anárquica. O principal legado dos periódicos dessa geração reside na preocupação com a formação política do público e no estímulo à formação de novos grupos de ativismo e, consequentemente, novos periódicos. Entendo que essa conduta é resultado do reconhecimento das subjetividades envolvidas na produção e no processamento da informação. Além disso, o fomento à criação de outros meios de comunicação com o mesmo escopo demonstra uma pertinente preocupação com a integração das lésbicas.

Em outro plano, como o das mídias tradicionais, essas abordagens nos instigam a refletir sobre a quê e a quem serve a competitividade desmedida, quando ações cooperadas poderiam alcançar maiores e melhores impactos. Isso também poderia ensejar os profissionais e organizações de imprensa a refletir sobre o seu papel na mediação dos processos sociais e em seu impacto no exercício da cidadania de seu público.

Por outro lado, os primeiros periódicos lésbicos também apresentaram fragilidades que acredito terem contribuído para a limitação de seu alcance e, consequentemente, sua manutenção. Dentre elas, destaco o discurso excessivamente especializado, por vezes com inspiração acadêmica profunda – fato que coloca alguns dos textos publicados nesses periódicos como verdadeiras leituras "para iniciadas" nas teorias lésbicas e feministas. Na segunda geração, isso se dá sobretudo nas discussões sobre saúde, em textos com linguagem médica, excessivamente técnica e, portanto, pouco compreensiva para leigos.

Apesar disso, é na segunda fase da Imprensa Lésbica que noto a profusão de mais iniciativas que podem colaborar para o jornalismo. Esse fato não se deve, necessariamente, à inferioridade qualitativa dos primeiros periódicos em relação aos que vieram posteriormente. Afinal, boa parte das publicações da primeira fase não tiveram todas as suas edições localizadas, restringindo a profundidade analítica que propus.

No período pós-constituinte, ampliaram-se as iniciativas de formação cultural, não apenas a partir das artes, mas também a partir das leituras críticas da mídia. Essa questão demonstra outras possibilidades de abordagem sobre a lesbianidade, sobretudo quando acompanhada de tons mais bem-humorados.

A relação de responsabilidade com o público também foi fortalecida nessa fase, quando se observam iniciativas de acolhimento às lésbicas vítimas das mais diversas formas de violência. Esse elemento está presente, por exemplo, nos espaços destinados às trocas de correspondências para romper o isolamento, nas notas de informação sobre amparo social e jurídico e até na discrição dos envelopes em que as publicações eram enviadas às leitoras.

Entretanto, acredito que a principal contribuição da Imprensa Lésbica brasileira é a construção de memórias coletivas sobre as lésbicas. Destaco esse aspecto não apenas considerando os registros que elas mantêm sobre si mesmas, mas também sobre diversas instâncias que se relacionavam com elas, tais como: grupos organizados, governos, periódicos de outros grupos, produções culturais e, inclusive, meios de comunicação da imprensa tradicional. Ou seja, trata-se de uma construção autônoma e independente sobre seu presente que, agora, já é passado.

Se é verdade que o jornalismo é partícipe da construção da realidade e que a imprensa é, também, um lugar de memória, há que se refletir sobre o tipo de leituras e memórias que estamos produzindo ao provocar apagamentos e distorções em nossas narrativas[100]. Afinal, como nos lembra Foucault (1978), a sociedade também é formada e conformada por aquilo e aqueles que dela são excluídos.

E, nesse sentido, entendo que, ao se organizarem em grupos políticos e criarem seus próprios canais de comunicação, os grupos de lésbicas não estavam apenas colocando uma alternativa à imprensa tradicional e ao regime político-econômico em vigor. Como nos lembra Peruzzo, "há uma comunicação alternativa no âmbito dos movimentos populares que extrapola jornais e o jornalismo" (2009, p. 54). E é precisamente isso o que parte das lésbicas brasileiras fez. Afinal, sua reivindicação residia numa transformação ampla e radical: a colocação de uma alternativa aos modos de existir e se relacionar socialmente.

Com este estudo, espero ter colaborado para a forma como pensamos o jornalismo, bem como seus desafios e as formas de enfrentá-los. Acredito que com disposição para sair dos limites de nossos muros disciplinares e do próprio campo da imprensa tradicional, encontraremos novas perspectivas – como demonstrei ser possível neste estudo.

Além disso, entendo que esta dissertação reflete um outro olhar sobre as pesquisas acadêmicas, uma vez que valoriza os testemunhos das pessoas envolvidas na produção do que se tornou o objeto de pesquisa – neste caso, os periódicos lésbicos. Ressalto esse aspecto não pelo fato de ter a pretensão de "dar voz" a essas mulheres. Elas já têm voz e podem falar por si mesmas. Contudo, ao dar centralidade às trajetórias dessas que são "veteranas" na lesbianidade, abre-se um novo caminho para que as novas lésbicas possam encontrar seu passado e, a partir daí, construírem elas mesmas suas próprias narrativas.

[100] Se considerarmos a perspectiva de Pierre Nora (1993) sobre o conceito de lugar de memória e articularmos com a situação de apagamento e distorção das memórias lésbicas (NAVARRO-SWAIN, 2000), os problemas que avento ganham dimensões ainda maiores e mais graves.

REFERÊNCIAS

Periódicos lésbicos

BREJEIRAS, Rio de Janeiro: Brejeiras, v. 2, n. 4 – Junho/Julho/Agosto/2019.

CHANACOMCHANA (jornal), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 1 – Janeiro/1981 – edição única.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 0 – Março/1981.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 2 – Março/1983.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 5 – Maio/1984.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 6 – Novembro/1984.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 7 – Abril/1985.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 8 – Agosto/1985.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 9 – Dezembro-Fevereiro/1985/1986.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 10 – Junho-Setembro/1986.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 11 – Outubro-Janeiro/1986/1987.

CHANACOMCHANA (boletim), São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 12 – Fevereiro-Maio/1987.

DEUSA TERRA, São Paulo: Deusa Terra, n. 4 – Outono de 1993.

DEUSA TERRA, São Paulo: Deusa Terra, n. 5 – Primavera/Verão de 1993/1994.

FEMME. n. 1, Setembro/1993. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME. n. 2, Dezembro/1993. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME. n. 3, Março/1994. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME. n. 4, Junho/1994. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME. n. 5, Setembro/1994. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME. n. 6, Fevereiro-abril/1995. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME. n. 7, 1995. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME. n. 8, 1995. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

FEMME, n. 9, 1996. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

GEM, São Paulo: Grupo Estação Mulher, n. 2, Abril/1995.

IAMURICUMÁ, Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 1, Janeiro/1981.

IAMURICUMÁ, Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 2, Fevereiro/1981.

IAMURICUMÁ, Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 3, Maio/1981.

LESBERTÁRIA, São Paulo, n. 1, Maio/1993.

TIA CONCHA, São Paulo: Coletivo 44, n. 1, Outubro/2018.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n.1, Setembro-Dezembro/1987.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 2, Fevereiro-Março/1988.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 3, Abril-Maio/1988.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 4, Junho-Julho 1988.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 5, Agosto- Outubro/1988.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 6, Fevereiro-Março/1989.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 7, Junho-Julho/1989.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 8, Agosto-Outubro/1989.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 9, Novembro-Dezembro-Janeiro/1989/1990.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 10, Fevereiro-Abril/1990.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 11, Inverno/1990.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 12, Primavera/1990.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 13, Outono/1991.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 14, Inverno/1991.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 15, Primavera/1991.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 16, Outono/1992.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 17, Inverno/1992.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 18, Verão/1992-1993.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 19/20, Outono-Inverno/1993.

UM OUTRO OLHAR (boletim), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 21, Verão-Outono/1994.

UM OUTRO OLHAR (revista), São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 22, Maio/1995.

XERERECA, Rio de Janeiro, n. 1, Maio/1987.

Outros periódicos

ELAS & ELAS, São Paulo: Editora Ondas, n. 162, Abril/1991.

ELAS & ELAS, São Paulo: Editora Ondas, n. 247, Setembro/1993.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro: Esquina Editora, n. 12, Maio/1979.

Documentos

DEUSA TERRA; ETECETERA E TAL; GRUPO DE HOMOSSEXUAIS DO PT; REDE DE INFORMAÇÃO LÉSBICA UM OUTRO OLHAR. **VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais – Registro e Memória**, São Paulo, 1993.

FERNANDES, Marisa (org.). **Lésbicas no Brasil:** contribuição para avaliação da década da mulher, 1985-1995. São Paulo: Coletivo de Feministas Lésbicas, 1994.

GRUPO ESTAÇÃO MULHER. **Certidão de registro civil do Grupo Estação Mulher**, 1994. Documento obtido após consulta ao 6º Cartório Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídicas de São Paulo.

GRUPO LÉSBICO-FEMINISTA. **Mulheres Violentadas**. São Paulo: Grupo Lésbico-Feminista, 1980.

MOTTA, Lourdinha. **Resposta ao questionário sobre o GLH e o Amazonas**. Comunicação pessoal com a pesquisadora via *e-mail*, recebida em 10 de abril de 2019.

Livros e artigos

ABGLT. Quem somos. **ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos** [site], s.d. Disponível em: <https://www.abglt.org/quem-somos>. Acesso em: 4 nov. 2019.

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, p. 1-17, 2018.

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Conhecimento Online**, v. 1, p. 36-44, jan/jun. 2017.

ALBERTI, Verena. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. IV Encontro Regional Nordeste de História Oral – Espaço, memória e narrativa: em busca dos diálogos possíveis, 2003, Campina Grande. **Anais [...].** Campina Grande: UFCG, 2003, p. 1-4.

ALMEIDA, Gabriela. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação em Jornalismo e Comunicação no Brasil (1972-2015). 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 7-25.

ANDRADE, Danubia. **Mulher, Mulata e Migrante**: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa. 2015. 532 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Imprensa alternativa. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB [online]. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, s. d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>. Acesso em: 25 out. 2019.

AZEREDO, Diana. A crítica da cobertura jornalística sobre minorias a partir das colunas de *ombudsman*. **Rumores**, v. 13, n. 26, p. 169-189, 2019.

BACCI, Irina. Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BACHETTA, Paola. Co-formações/co-produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistências. *In*: TORNQUIST, Carmen Suzana *et al*. (org.). **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder – vol. 1. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 49-73.

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004, Florianópolis. **Anais** [...]. Porto Alegre: Alcar, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BARBOSA, Marialva. História Social da Imprensa – Brasil (1900-2000). *In*: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2007a, Santos. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0085-3.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e as rememorações de fatias do passado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, p. 7-20, 2014.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, v. 35, n. 1, p. 7-26, 2016.

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Famecos**, n. 37, p. 121-127, 2008.

BRAGA, Adriana. O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. **Famecos**, n. 39, p. 78-84, 2009.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. 25, p. 62-77, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da inflação à hiperinflação: uma abordagem estruturalista. *In*: REGO, José Marcio (org.). **Inflação e hiperinflação**: interpretações e retórica, São Paulo: Bienal, 1990, p. 7-28.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. **Archeion Online**, v. 5, número especial, p. 103- 121, 2017.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência**: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CAMPOS, Rubens Aparecido. **A representação da mulher negra na revista Claudia**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Paulista, São Paulo, 2014.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)**. São Paulo: Imprensa oficial, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

CARRATO, Ângela. Jornais, *ombudsman* e cidadania: um balanço (provisório) dos últimos 10 anos no Brasil. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2002. p. 1-16.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha**: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal Editora, 2004.

CLARKE, Cheryl. Lesbianism: an act of resistance *In*: MORAGA, Cherrie; ANZALDÚA, Gloria (orgs.). **This bridge called my back**: writings by radical women of color. 6. ed. Watertown: Persephone, 1983. p. 128-137.

COHEN, Cathy. Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 3, n. 4, p. 437-465, 1997.

COLAÇO, Rita. **Uma conversa informal sobre homossexualismo**. Rio de Janeiro: edição da autora, 1984.

COLAÇO, Rita. **De Daniele a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2012. 373 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COLAÇO, Rita. Xerereca: um boletim lésbico, feminista e anárquico. **Memórias & Histórias das Homossexualidades**, 18. ago. 2019. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2019/08/xerereca-um-boletim-lesbico-feminista-e.html>. Acesso em: 1 nov 2019.

COUTINHO, Gabriela. **Lésbicas no debate da redemocratização**: uma análise do boletim *ChanaComChana*. 2019. 50 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, s. p., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000300099&script=sci_arttext#fn9>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX**. São Paulo: Autêntica, 2016.

EL PAÍS passa a ter uma editora de gênero. **El País**, 18 maio 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526063643_313967.html>. Acesso em: 2 out. 2019.

FACCHINI, Regina. **"Sopa de letrinhas"? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle**: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Ediciones Antropos, 2006.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano 6, n. 5, p. 8-31, dez. 2012. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port- romper-o-tabu-da-heterosexualidade.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. *In*: GREEN, James; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 125-148.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. *In*: GREEN, James N. *et al*. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018a. p. 91-120.

FERNANDES, Marisa. O feminismo das lésbicas. *In*: RIBEIRO, Diana Raffaella Kalazans et al. (org.). **Nossas histórias, nossas vozes**: resistências históricas de lésbicas e mulheres bissexuais no Brasil. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018b. p. 234-247.

FERREIRA, Eduarda. Movimento Lésbico em Portugal: percursos e desafios. **Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher**. n. 34, s. p., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852015000200005#>. Acesso em: 7 fev. 2019.

FERREIRA, Vinícius Ribeiro Cordão. **Imprensa homossexual brasileira e construção de subjetividades (1960-1980)**. 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In*: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 9-30.

FIGARI, Carlos. **@s "outr@s" cariocas – interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro**: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FISCHER, Amalia. Les chemins complexes de l'autonomie. Tradução de Jules Falquet. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 24, n. 2, p. 65-85, 2005.

FOLHA cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens. Poder [Caderno – online]. Folha de S. Paulo, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>. Acesso em: 2 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GLUCK, Sherna. What's so Special about Women? Women's Oral History. **Frontiers**, v. 2, n. 2, p. 3-17, 1977.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GREEN, James. Fortalecendo alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. *In*: GREEN, James N. *et al*. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63-78.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano à comunicação:** Pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

HACKETT, Robert. Decline of a Paradigm? Bias and Objectivity in News Media Studies. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 1, n. 3, p. 229-259, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent León Schaffter. 2. ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HISTÓRICO do peródico. **Revista Estudos Feministas** [site], s.d. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/history>. Acesso em: 9 nov. 2019.

HOAGLAND, Sarah Lucia. **Lesbian Ethics**: Toward New Value. Palo Alto: Institute of Lesbian Studies, 1988.

HOCQUENGHEM, Guy. **El deseo homosexual**: con terror anal. Madrid: Melusina Editorial, 2009.

JOUTARD 2007. Philippe. Reconciliar memória e história. Escritos, n. 1, p. 223-235, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

LAGO, Cláudia. De romântico e de louco… Reflexões sobre o romantismo jornalístico. XII Encontro Nacional da Compós, 2003, Recife. **Anais** […]. Brasília: Compós, 2003. p. 1-12.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. "Faço de conta que eu não existo e você faz de conta que não me vê": Geografias lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis – SC, Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 114-152, 2018.

LERNER, Guerda. **La creación del patriarcado**. Tradução de Mónica Tusell. Barcelona: Editora Crítica, 1990.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (1979- 2006). 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LINDNER, Rolf. **The reportage of urban culture**: Robert Park and the Chicago School. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução de Jacques Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

LORDE, Audre. **The black unicorn**: poems. New York: Norton, 1978.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. **Interracial Books for Children Bulletin**, v. 14, n. 3/4, p. 9, 1983 .

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e outras conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 135-139.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e outras conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 155-167.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACEDO, Regina. Provocando cidadanias. **Femme**, n. 9, p. 15-16, 1996.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade. *In*: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina. (orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo/Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992, p.24-38.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MADEIRO, Carlos. Documentos revelam ação militar e de Sarney para abafar crimes pós-ditadura. Política. **UOL**, 25 ago. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/25/documentos-revelam-acao-militar-e-de-sarney-para-abafar-crimes-pos-ditadura.htm>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MAIA, Carolina. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017a.

MAIA, Carolina. Escritas de si, polifonia e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira: uma discussão da revista Femme (1993-1995). 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos, 2017, Florianópolis, **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017b. p. 1-13.

MAIA, Carolina. De Senale a Senalesbi: articulações políticas de lésbicas e mulheres bissexuais no Brasil. In: CAETANO, Marcio *et al*. (org.). **Quando ousamos existir:** itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Rio Grande: Editora da FURG, 2018, p. 112-115.

MARQUES DE MELO, José. **História Social da Imprensa**: fatores sócio-culturais que retardaram a implantação da imprensa no brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Famecos**, v. 23, n. 2, p. 1-23, 2016.

MARTINHO, Míriam. **19 de Agosto**: primeira manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. 2011. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/p/publicacoes.html>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MARTINHO, Míriam. A questão político-partidária e o MHB ou MLGBT. **Um Outro Olhar**, 4 nov. 2013. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2013/11/a-questao-politico-partidaria-e-o-mhb.html>. Acesso em: 5 nov. 2019.

MARTINHO, Míriam. Dia da visibilidade lésbica: 23 anos de uma história mal contada e sem registro. 2017. **Um Outro Olhar**, 29 ago. 2017. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2017/08/dia-da-visibilidade-lesbica-23-anos-de-uma-historia-mal-contada.html>. Acesso em: 4 nov. 2019.

MARTINHO, Míriam. **Memória Lesbiana**: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. **Um Outro Olhar**, 15 maio 2019a. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/search?q=owner:uoo%40umoutroolhar.com.br../Downloads/l>. Acesso em: 16 maio 2019.

MARTINHO, Míriam. **19 de agosto**: há 36 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. 19 ago. 2019b. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 8 nov. 2019.

MATTA, Fernando Reyes. El concepto de noticia en América Latina: valores dominantes y perspectivas de cambio. *In*: DA COSTA, Alcino Louis *et al*. (org.). **Valor de las Noticias y Principios de Comunicación Intercultural**. Paris: Unesco, 1981. p. 42-55.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 1, p. 33-49, 2009.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell; EVATT, Dixie. Los temas y los aspectos: explorando una nueva dimensión de la agenda setting. **Comunicación y sociedad**, v. 8, n. 1, p. 7-32, 1995.

MEDITSCH, Eduardo. Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no Jornalismo. **Comunicação & Educação**, n. 27, p. 15-30, 2003.

MEDITSCH, Eduardo; SEGALA, Mariana. Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro. **Prisma.com**, n. 1, p. 16-42, 2005.

MÍCCOLIS, Leila. Prazer, gênero de primeira necessidade. *In*: DANIEL, Herbert; MÍCCOLIS, Leila (org.). **Jacarés e lobisomens**: dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. p. 69-119 .

MÍCCOLIS, Leila. **Catálogo da imprensa alternativa**. Rio de Janeiro: RioArte, 1986.

MICK, Jacques; TAVARES, Luisa Meurer. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 2, p. 120-145, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 197-208, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo**. São Paulo: Unesp, 2011.

MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

MOGROVEJO, Norma. Cómo pensar la genealogía lésbica. **Estudios de Historia Cultural**, s. p., 2006. Disponível em: <http://www.historiacultural.net/hist_rev_mogrovejo.htm>. Acesso em: 24 set. 2018.

MOGROVEJO, Norma. Diversidad sexual, un concepto problemático. **Perspectiva**, n. 8, p. 62-71, 2008.

MOGROVEJO, Norma (org.). **Contra-amor, poliamor, relaciones abiertas y sexo casual**: reflexiones de lesbianas del Abya Ayala. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2016.

MOHERDAUI, Luciana. As lentes de Barbie Zelizer. **Contracampo**, n. 14, p. 185- 200, 2006.

MORAES, Fabiana; VEIGA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 11 a 14 de junho de 2019. **Anais** [...]. Brasília: Compós, 2019.

MORANDO, Luiz. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 4, p. 62-76, 2018.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologias feministas e História das Mulheres: lentes cruzadas. **Opsis**, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Você disse imaginário? *In*: NAVARRO-SWAIN, Tânia (org.). **História no Plural**. Brasília: Editora UnB, 1994. p. 43-68.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

NAVARRO-SWAIN, Tania. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História**, v. 8, n. 1/2, p. 47-84, 2002.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Os limites discursivos da história: imposição de sentidos. **Labrys**, n. 9, 2006. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/limites%20discursivos.htm>. Acesso em: 3 out. 2019.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Amazonas brasileiras: impossível realidade? **Padê**, v. 2, n. 1, p. 81-95, 2007.

NAVARRO-SWAIN. Tania. Heterogênero: "Uma categoria útil de análise". **Educar**, n. 35, p. 23-36, 2009.

NAVARRO-SWAIN. Tania. Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano. **Bagoas**, v. 4, n. 5, 2010, p. 45-55.

NAVARRO-SWAIN. Tania. Histórias feministas, história do possível. *In*: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (org.). **Estudos Feministas e de Gênero**: articulações e perspectivas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014. p. 613-620.

NAVARRO-SWAIN. Tania. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. **Esboços**, v. 23, n. 35, p. 11-24, 2016.

'NEW York Times' cria posto de editora de gênero. Novo em Folha [blog]. **Folha de S. Paulo**, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://novoemfolha.blogfolha.uol.com.br/2017/11/17/new-york-times-cria-posto-de-editora-de-genero/>. Acesso em: 2 out. 2019.

NOGUEIRA, Nadia. **Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop**: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960. 2005. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

NOTA de falecimento – Juíza Ana Rita Lugon Ramacciotti. **Notícias do TRT 1ª Região**, s. d. Disponível em: <https://www.trt1.jus.br/web/guest/ultimas-noticias/-/asset_publisher/IpQvDk7pXBme/content/nota-de-falecimento-juiza-ana-rita-lugon-ramacciot-2/21078>. Acesso em: 19 jul. 2019.

OCANHA, Rafael Freitas. **"Amor, feijão, abaixo camburão"**: Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

O GLOBO lança Celina, uma plataforma sobre mulheres e diversidade. Celina [Blog]. **O Globo**, 8 mar. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/celina/o-globo-lanca-celina-uma-plataforma-sobre-mulheres-diversidade-23506999. Acesso em: 2 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

PARK, Robert E. **The immigrant press and its control**. New York/London: Harper & Brothers, 1922.

PARK, Robert E. The Natural History of the Newspaper. **American Journal of Sociology**, v. 29, n. 3, p. 273-289, 1923.

PARK, Robert E. News as a form of knowledge: a chapter in the Sociology of Knowledge. **American Journal of Sociology**, v. 4, n. 5, p. 669-686, 1940.

PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 509-512, 2003.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PÉRET, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**: entre a militância e o consumo. São Paulo: Publifolha, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle *et al*. (org.). A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Tradução de Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana Soares. **Gênero**, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v. 12, n. 2, p. 46-61, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. A Comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito humano. **Diálogos de la comunicación**, n. 82, p. 1-7, 2010.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea**, v. 11, n. 1, 2013.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PONTE, Cristina. Lentes cruzadas na pesquisa em Jornalismo: a proposta de Barbie Zelizer. V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005, São Paulo. **Anais** […]. São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-15.

PONTES, Felipe Simão. Adelmo Genro Filho e a teoria do Jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 1, p. 164-181, 2017.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, v. 14, p. 25-39, 1997.

PRADO, Danda; JUNQUEIRA, Luci; CARVALHO, Tamara Teixeira de. Caracterização das relações familiares de mães homossexuais. XX Reunião da Anpocs, 1996, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anpocs, 1996, p. 1-22.

QUEIROZ, Ana Maria Cassu. Subjetividade: A face oculta das ciências modernas. **Ciências da Religião**, v. 9, n. 1, p. 12-25, 2011.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REA, Caterina; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, n. 53, s. p., 2018.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Paula Melani. **A mulher jornalista no estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. 2004. 241 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. 10º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos, 2013, Florianópolis. **Anais** […]. Florianópolis: UFSC, 2013.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos, 2017, Florianópolis. **Anais** […]. Florianópolis: UFSC, 2017.

ROSA, Susel Oliveira da. Da coragem feminista à coragem lésbica. **Labrys**, n. 19, s. p., 2011. Disponível em: < https://www.labrys.net.br/labrys19/lesb/susel.htm> Acesso em: 5. nov. 2019.

SAUNDERS, Tanya. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. Tradução de Sarah Ryanne Sukerman Sanches. **Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SELAU, Mauricio da Silva. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços**, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas**: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Gislene. O Fenômeno Noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 9, p. 9-15, 2009a.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, v. 3, n. 1, p. 197-212, 2009b.

SILVA, Noêmia Félix da. A contribuição e o pioneirismo de Robert Ezra Park nos estudos de Jornalismo e da Comunicação. **Estudos**, v. 38, n. 4, p. 679-682, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Zuleide Paiva da. **“Sapatão não é bagunça”**: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2016. 382 f. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Trajetória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível. **Aedos**, v. 11, p. 142-163, 2019.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula; COUTINHO, Gabriela. Lésbicas e o combate às discriminações nas páginas do boletim *ChanaComChana*. **Trilhas da História**, v. 8, p. 97-118, 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma teoria do jornalismo. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREITMATTER, Rodger. **Unspeakable**: the rise of the gay and lesbian press *in* America. Boston: Faber and Faber, 1995.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TELES, Maria de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TREBITSCH, Michael. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994. p. 19-44.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4.ed., rev., atual., amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen’s notions of objectivity. **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660-670, 1972.

TUCHMAN, Gaye. **Making news:** a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1980.

VALENTE, Rubens; URIBE, Gustavo. Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. Poder [Caderno]. **Folha de S. Paulo**, 10 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2018.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. **"Onde estão as respostas para as minhas perguntas?"**: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001). 2014. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VILLAS-BÔAS, Orlando; VILLAS-BÔAS, Cláudio. **Xingu**: os índios, seus mitos. 8. ed. Porto Alegre: Kuarup, 1990.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Tradução de Javier Sáez y Paco Vidarte. Madrid: Egales, 2006.

WOITOWICZ, Karina Janz. Lutas e vozes das mulheres na imprensa alternativa: a presença do feminismo nos jornais Opinião, Movimento e Repórter na década de 1970 no Brasil. *In*: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009. p. 31-48.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Dizeres e fazeres feministas**: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. 2010. 493 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ZELIZER, Barbie. Journalists as Interpretive Communities. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 10, p. 219-237, 1993.

ZELIZER, Barbie. **Taking journalism seriously**: news and the academy. Londres: Sage, 2004.

ZELIZER, Barbie. O que fazer com o jornalismo? **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 12-27, 2014.

APÊNDICE A – Íntegra da entrevista com Yone Lindgren

Data da entrevista: 11/09/2018.
Local da entrevista: Café no Rio de Janeiro (RJ)
Duração: 01:37:17
Data da validação da transcrição pela entrevistada: 09/10/2019

P: Antes de falar do *Folhetim*, eu queria que você me contasse como surgiu o seu interesse por política e direitos humanos, porque você é ativista há muito tempo, né?
Y: 40 anos no movimento L-G-B-T-Q-I-A, e agora tem um + no final (risos).
P: (Risos). Então, quero que você me conte o que a levou a isso. Você se interessou por política desde sempre?
Y: Primeiro, eu sou filha dos porões da ditadura. Papai e mamãe eram meio rebeldezinhos, entendeu? Não aceitavam o sistema. Como eu também não aceito. Acho que isso é herança genética, inclusive. Na adolescência, eu já participava de grêmio na escola e aí eu fui para Brasília. É quando eu começo a universidade e tal…
P: Em que época, mais ou menos?
Y: Eu me mudei para Brasília em 75. Mudei de verdade, oficialmente em 75. Mas a minha madrinha e a minha tia foram para lá em 72. Assim que os primeiros prédios da Asa Norte ficaram prontos. Aí eu ia sempre para lá. Ficava lá e cá [Rio de Janeiro], mas estudando lá. E é engraçado porque eu começo a fazer jornalismo aqui na Escola de Comunicação Assis Chateaubriand, que não foi reconhecida pelo Ministério da Educação, na época. Mas eu me orgulho de ter estudado lá. Assim como quem fez teatro no Carlos Magno. Da mesma forma que eu, não teve reconhecido o curso, mas aprendeu coisas que a vida inteira você vai levar.
Eu já estava me encaminhando para a fotografia porque se tem uma coisa que eu sou apaixonada, é pela imagem. Naquela época então… Você via a imagem nascendo do papel. Eu tava vendo. Era outro barato. E vem o pessoal do *Lampião* falando: "vamos criar um grupo, vamos criar um grupo!". Já havia grupos nos Estados Unidos. Antes, quem escrevia informação [sobre o movimento internacional] era o João Antônio Mascarenhas. E ele era, digamos assim, consultor do *Lampião*. Aí, o Dmitri Ribeiro, que era fotógrafo do *Lampião* e foi meu professor de fotografia, falou: "sai desse negócio de movimento estudantil. Esse negócio, isso aí não dá vida, não. Vamos brigar pela gente!". Como eu já fazia algumas coisas… Bom, eu moro aqui [no bairro de Copacabana] e tem a boate La Cueva, na Miguel Lemos. Lá era lugar de porradeira, de matar veado na porrada. Eu saía toda bonitinha, de

vestidinho, pegava os meus amigos, descia no ponto de ônibus, ia apanhando até a porta do La Cueva, depois voltava para casa (risos). Aí, a gente cria o Somos/RJ em 78.

P: Quem tava com você naquela época?

Y: Olha, muita gente! Deixa eu pensar… Tinha o John, que era inglês, o Eduardo, que já faleceu. Tinha o João Carlos… Era muito homem! E também uma travesti.

P: Que era…?

Y: Rafaela. Uma travesti só porque as outras nem saíam da Zona Norte. Muita garotada! Grande parte tinha que ir na casa para me buscar para fingir que eu era namorada (risos). Eu tinha 18 anos. E é engraçado. Os meninos que gostavam [de se organizar politicamente], que queriam ir à luta. As meninas não estavam nem aí para isso. Iam para a boate mesmo, bar de pegação e acabou. Na época, quem se interessava por política mesmo eram os meninos. No grupo, tinha o Silvio José, que já faleceu. Ele, junto comigo e o Paulo, fez o jornal *Nós, por Exemplo*. Teve muita gente boa. Eu não lembro o nome de todos.

De mulheres, no final, quando a gente tava trabalhando no Somos/RJ pela primeira diretoria, tínhamos a Dolores. Quem podia aparecer éramos Dolores e eu, só. Mas aí, houve uma grande sacanagem. Nós tínhamos 16 cargos de diretoria. Depois das eleições, 10 desses cargos foram ocupados por mulheres.

Aí, teve um imbecil, um português que não tinha nem que estar aqui. E assim, a gente fumava maconha em casa, fumava nas reuniões do grupo, inclusive ele fumava com a gente. Mas teve uma reunião em que ele falou que ia chamar a polícia e denunciar todo mundo. É, uma reunião braba. A polícia foi lá para varrer a reunião. A gente tava reunido, tinha maconha com a gente e era uma reunião de homossexuais. Aí ele fez isso, nós saímos e criamos o grupo Éramos (risos).

P: (Risos). Mas nesse episódio alguém foi preso ou só teve intimidação?

Y: Não, porque a gente cedeu. A gente saiu da diretoria por causa dele. Os meninos se desencantaram mesmo, sabe? Cada um ficou na luta e tal, mas o Somos/RJ nunca mais foi o mesmo. Por conta disso, que foi uma porrada na gente, né?

P: E essa pessoa que fez a chantagem com vocês?

Y: Não sei. Que Deus o guarde, que ele não precise de mim. Ele não fez mais nada de nítido, de explícito para a nossa política. Nunca mais apareceu. A gente tinha, dentro do Somos/RJ, o Mulheres em Atividade, que era mais ou menos o que as meninas fizeram no Somos/SP. Não tinha espaço aqui, como não tinha espaço lá. Então, a gente tentou criar com o Mulheres em Atividade.

P: E isso surgiu logo com a criação do Somos/RJ ou foi depois?

Y: Um mês, dois meses depois. Era para chamar as mulheres, porque elas tinham muito medo. Principalmente porque a grande maioria não era assumida e tinha medo da língua dos meninos. Elas não eram de falar. Aí, a gente criou o Mulheres em Atividade, que a gente para na primeira eleição da diretoria. Depois, a gente parte para o Éramos, depois nós tínhamos o Só Mulheres. Daí eu fui embora (risos). Precisava trabalhar, ganhar a vida.

Trabalhei em vários lugares, outras cidades, outros países. E volto com o Movimento D'Ellas.

P: Que foi em…?

Y: O D'Ellas, na verdade, inicia em 1986, mas aí eu sofro um acidente. Me quebrei todinha e fiquei seis meses no [hospital] Miguel Couto. Então, teve essa parada. Eu volto com o D'Ellas, mas aí até achar mais mulheres… Eu colocava anúncios naqueles jornaizinhos de balcão, com o endereço da caixa postal no correio. Tudo isso eu fazia, naquela época, para ter mais mulheres engajadas, entendendo da luta, saindo do gueto. Hoje é fácil de você explicar, mas naquela época não. Diziam: "ah, meu papai, a mamãe, meu patrão…". Era um horror! E eu entendo, porque eu era independente.

P: Mas essa não era a realidade de todas.

Y: Da grande maioria não. A Rosângela Castro faz até uma personagem, uma senhora do passado que mostra bem isso. Se você era lésbica, negra e vivia no subúrbio, arrumar emprego era muito difícil. Era vender enciclopédia Barsa, era teleatendimento. Tinha que atender cada ligação de cliente insatisfeito…

P: Receber um monte de desaforo por telefone.

Y: Exato. Por quê? Porque só aceitavam para empregos assim, para vender plano de saúde, essas coisas ingratas. Porque as mulheres lésbicas não tinham horário para voltar para casa, podiam trabalhar sábado e domingo. Era muita maldade com quem era assumido, sabe? A não ser quem trabalhava com arte, quem segurava a própria onda, quem era autônoma como eu – que tinha casa, comida e roupa lavada.

Bom, aí a gente fica com o D'Ellas, mas só registra em 93.

P: Então, no começo, ele existia só como coletivo. Depois que vocês formalizaram.

Y: Nós formalizamos e os grupos acharam estranho. Perguntavam: por que "movimento"? Porque era um movimento, as mulheres entram e saem, elas não se prendem. Aparecem quando sentem necessidade. Então, as pessoas ficavam loucas com a gente, mas era só de mulheres o grupo. Tinha uns meninos reclamando muito. Daí a gente criou os subgrupos internos para travestis – não tinha mulher trans naquela época – e para gays.

P: Era a subdivisão da subdivisão (risos).

Y: (Risos) É. Aí invertemos. Os grupos não faziam isso com as mulheres? Então, o nosso não era um grupinho de mulheres que se reunia dentro de outro. Não! Esse é um grupo de mulheres. E, na época, as travestis não queriam ser tratadas como mulheres. Muitas delas, até hoje, não querem ser mulheres. Elas querem o gênero travesti. Elas têm problema com as trans em relação a isso. Então, naquela época fizemos um subgrupo de travestis e de gays. Aí, a gente tocou o barco de boa. E trabalhamos bem, fizemos os primeiros eventos de capacitação política, de informação, de interação. A gente foi co-realizadora da Parada aqui, há muitos anos, mas tivemos um problema. Firmamos uma parceria com o Grupo Arco Íris, através do Cláudio Nascimento. E os documentos que foram apresentados para a prestação de contas da parte do grupo não eram originais. Isso gerou o problema. Agora, o caso está no TCU [Tribunal de Contas da União]. Tenho uma amiga advogada que está acompanhando, já que o CNPJ do D'Ellas está no meu nome. Por causa disso, não tem como botar projeto na rua. Mas a gente se reúne, a gente se encontra, ainda trabalha através da Articulação Brasileira de Lésbicas [ABL], onde eu tô na coordenação política nacional.

P: Quando você cria o D'Ellas, qual era o perfil das mulheres que estavam junto com você?

Y: Olha, tinha muita mulher dentro do armário. Porque a minha companheira, que era concursada de uma empresa estatal… Aliás, nunca vi um lugar para ter tanta sapatão como lá! (Risos). Então, elas tinham essa necessidade. Povo de interior, também. Principalmente as que tinham família, marido, filho, cachorro, papagaio. Elas vinham no fim de semana para participar do grupo. Aí, foi mudando o perfil. Até porque a gente pôde ir contratando as pessoas também. Pessoas que faziam divulgação, organização de eventos. Então, a gente foi contratando e politizando as pessoas.

P: Então tinha um trabalho de formação também.

Y: Total! Os eventos, principalmente os Seminários Fortalecendo – que todo mundo sente falta – era isso: formação geral. A gente fortalece como ser humano, pela sua orientação, pela sua identidade de gênero, por tudo isso. E nasce a ABL, em 2004, por causa disso. Porque não dava para gente fazer um D'Ellas nacional. Só tinha D'Ellas em São Paulo e D'Ellas em Porto Velho (Risos). Não dava para fazer, né? Então, a gente pensou em fazer uma rede que acolha essas mulheres.

Por quê? Porque nós tínhamos, em 2003, criado a Liga Brasileira de Lésbicas [LBL]. Mas a Liga não aceitava as mulheres bissexuais. E é sacanagem! O negócio tava tão feio no início que, se você passou por um estupro e tinha que ficar com o filho, [diziam] "não, você é bi". Falavam na sua cara, sem nenhum apoio psicológico. É um negócio muito, assim… De

enfrentamento radical. E eu era contra. Quem era contra saiu da Liga junto comigo, partiu para a Articulação e acabou.

E é muito engraçado. Hoje eu brigo, na ABL, para que acolham os homens trans, quando eles estão na fase de transição e ainda precisam da gente. E a grande maioria das meninas é contra porque eles tomam hormônio e ficam muito, mas muito grosseiros. Comigo não porque eu trato de igual para igual. Falo "baixa, baixa a bola porque você é igual a mim. Busca, dentro de você, a delicadeza. Delicadeza que todo homem devia ter, né? Não venha espelhar seu pai ou alguma pessoa dentro da sua família que foi grosseiro assim, não". Então, eles abaixam a bola e eu tenho muitos amigos trans.

Tenho um que lembra, que encontra comigo e fala "olha aí, fulana, ela que me ensinou a raspar o bigode de baixo para cima". Ele é de Brasília. Quando eu o conheci, ele ainda estava pensando em transicionar, tocava um violão. A gente conversava e ele reclamava que só tinha pelo fino. E eu disse: "Quer engrossar? Raspa no sentido inverso que os pelos crescem". A gente se encontra e eu morro de rir. Ele tá casado com a mesma mulher há 15 anos. Sempre que a gente se vê, ele conta a mesma história, "foi a primeira lésbica que me apoiou".

P: Primeira e, acho, que uma das poucas, né?

Y: É. Eu acho o seguinte: eu tenho que estar bem, sabe? Hoje, eu te digo, a minha luta é das lésbicas, mas meu gênero é fluido. Primeiro, eu sou sapiossexual. Sempre fui. Sempre me apaixonei pela pessoa, pelo que ela apresentava para mim, entendeu? Mas as pessoas não entendem. Agora, não tem todas as denominações, aquela sigla enorme que a gente falou no começo? Então, vamos embora! (Risos). Tem gente que me manda calar a boca quando eu falo que tenho o gênero fluido. Eu tenho! Meu gênero é flutuante e só eu sei o que é o meu flutuante.

P: Vai muito da individualidade da pessoa, né? Não dá para querer colocar todo mundo na mesma caixinha.

Y: Pois é. Por exemplo, eu sempre fui muito gorda. Então, eu usava aquelas calças cargo, cheias de bolso, porque eu odiava carregar aquelas bolsinhas penduradas (risos). Não era a minha praia, entendeu? Então, enquanto não tinha essas mochilas, eu usava essas calças que eram masculinas porque designaram assim. Hoje, todo mundo usa e ninguém fala nada!

P: Voltando um pouquinho. Você falou que começou em 78 sua trajetória. E em 79 teve o primeiro encontro de militantes homossexuais aqui no Rio.

Y: É, aqui no Rio. Isso que eu ia falar. O EBHO [Encontro Brasileiro de Homossexuais] foi só em 80. Em 79, foi o do Rio de Janeiro. Fizemos o primeiro encontro que reunia os grupos

não só do Rio, mas do Sudeste também. Muita gente de São Paulo queria vir e aí a gente botou um "Sudeste" (risos).

P: E quais são suas memórias desse encontro?

Y: Bom, muito, muito bom. Você precisava ver a emoção das pessoas se encontrando. Era o primeiro encontro para falar de reivindicação política, ao invés de ser para dançar, para fazer pegação. Era um negócio, assim, que você chorava! Muita gente entrou no movimento a partir daí. Na época, eu já trabalhava fazendo roteiro para a revista *Elas & Elas*, da Editora Ondas de São Paulo. E respondia as mulheres que escreviam para a caixa postal. Porque o roteiro das *Elas & Elas* era para pegação, era boate (risos). Então, eu respondia porque era uma igual, que queria saber mais.

Era muito engraçado porque o Eduardo me mandava todas as cartas que a revista recebia. E algumas feministas me criticavam porque eu fotografava as mulheres para a *Elas & Elas*, as prostitutas. Só que você vai me desculpar, era a profissão delas. Eu sempre falei que era profissão. Isso não é novo para mim. Eu pagava a elas mais do que o programa e a gente ainda se divertia. A gente ia para o hotel, fotografava e depois saía para beber. Então, imagina, era uma noite ou duas que elas não tinham que vender o corpo. E aí tinha umas maluquinhas do movimento feminista pegando no meu pé. Mas eu falava "vem cá, por que vocês estão falando isso? Vocês acham que eu chamo essas mulheres só para trepar e depois largar na rua? Eu não faço isso. Eu não uso o corpo delas". E aí a gente tocou o barco.

A gente ia começar a falar de imprensa, né? Não sei se você teve acesso ao *Nós, por Exemplo*.

P: Não. Só soube da história através de trabalhos, nunca consultei os exemplares.

Y: Pois é. Eu tinha os arquivos do *Lampião*, do *Nós, por Exemplo*. Eu tinha o boletim do Atobá, que a gente distribuía na Galeria Alaska. E era ainda mimeografado. Isso, para mim, era um negócio lindo. O cara que fazia era um professor. Ele criou um grupo na Zona Oeste, o Atobá. Ele vinha para cá e não era para fazer pegação. Vinha para cá para ajudar as pessoas, para ensinar sobre doenças sexualmente transmissíveis, isso tudo. Eu achava isso lindo.

E tem um jornal que era de Niterói, que eu não sei se você teve acesso a ele. Mas não vou lembrar o nome…

P: Era um jornal só para lésbicas?

Y: Não, era misto. Eu ajudava, mas a maioria das pessoas era de Niterói.

P: De que ano ele era?

Y: Ah, isso rolou entre 79 e 85… Por aí.

P: Tá. Depois a gente recupera. Agora, você falou que a maior parte da militância era formada por homens. Depois que passou a ditadura isso mudou?

Y: Não. Deixa eu te explicar o porquê de não ter mudado. As mulheres entravam nos grupos mistos e estavam sempre em menor número. Então, quem tinha maior número ficava visível. Até porque a grande maioria queria visibilidade. E isso faz com que as mulheres sempre tenham que trabalhar lesbianidade como um subgrupo dentro de outros espaços. Por exemplo, tem uma mulher por quem eu sou apaixonada, a Neusa Das Dores Pereira. Ela trabalhava dentro do movimento negro e todo mundo ficava puto porque ela sempre se colocava como lésbica. E eu ouvia, eu ouvia! Ela não me contava, eu ia com ela para alguns lugares e ouvia "olha, uma nega bonita dessa… Tá faltando um negão para tu". Essas coisas ridículas! E ela na dela.

Sempre que a gente se encontra, a gente faz troca e eu falo para ela "você me ensina". E aí tem São Paulo. São Paulo sempre na frente, né? Com toda a dificuldade, ainda tinha algumas feministas que aceitavam as lésbicas, as bi. Aqui, não. Aqui, era um radicalismo! Para você ter uma ideia, eu só consegui me juntar ao movimento feminista daqui em 2003, quando começaram a aceitar as meninas trans.

P: 2003?

Y: É. Aí, eu entro para a AMB [Articulação de Mulheres Brasileiras]. Até então, eu não podia entrar com uma menina trans, mas a menina trans tem força. Se na rua, a polícia queria me segurar, ela dava porrada, dava o pique para a gente sair fora.

E eu sempre faço questão de contar. Quando a gente tinha 17, 18 anos e ia lá para Lapa, para o Cabaret Casanova, as travestis é que faziam um escândalo para impedir a polícia de entrar enquanto a gente saía pelos fundos. E foi assim quando aconteceu o I Encontro Brasileiro de Homossexuais em São Paulo. Para a mulherada e para gayzarada que não podia botar a cara na rua, as travestis fizeram a proteção. A polícia cercou tudo, a gente tava sitiada ali dentro. Quem não podia aparecer saiu pelos fundos porque as travestis foram todas cercando a polícia, para a porta dos fundos ficar aberta. E ninguém conta isso, ninguém fala disso. Só falam que a travesti é puta, que travesti rouba, que travesti é barraqueira, que a travesti é drogada. E daí? Todo ser humano pode ser tudo isso. Mas as travestis foram nossas grandes parceiras de luta sempre.

P: Voltando um pouco. Você falou da Neusa. A idealização do *Folhetim* tem relação com o Senale? Porque mais tarde ela propõe a organização desse evento aqui no Rio, né?

Y: Não tinha uma relação direta, mas eu divulgava no *Folhetim* e também fazia matéria para a [revista] *Um Outro Olhar*. Mas aí, deixa eu te explicar. O que aconteceu? Chega 95 e a gente tem aqui a ILGA. E vem a Neusa com um projeto, que era do grupo de mulheres dela, o COLERJ [Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro]. E no frigir dos ovos, a Neusa, uma

personalidade internacional, reconhecida pelo trabalho dela como lésbica negra… Aliás, aqui no Brasil, ela não é reconhecida. Lá fora, sim. Bom, aí, na disputa das mulheres lésbicas e bi, ela ganha o direito de fazer o primeiro encontro nacional de lésbicas. E também de representar a ILGA no Brasil.

Aí, Neusa vai pra cá, vai pra lá, vai para São Paulo, para organizar o evento. E me chama para organizar também o COLERJ. Eu não tive nada a ver com a ideia. A proposta foi dela. Toda dela e da Beth, que já faleceu. Quem diz que ajudou, hoje, ajudou trabalhando como voluntário. O dinheiro era para trazer as pessoas, pagar hotel, comida, tudo isso. Então, eu ajudava, fotografava, fazia de tudo. Aquilo foi lindo, foi lindo por demais!

P: Voltando um pouquinho. Hoje de manhã, eu tava na Biblioteca Nacional, consultando os exemplares da *Femme* e eu encontrei um anúncio da época em que vocês ainda estavam se organizando. Acho que foi próximo de quando vocês iam formalizar o grupo, porque a *Femme* é de 93. A *Femme* foi uma inspiração para vocês? Tinha alguma revista com um projeto que inspirava o *Folhetim*?

Y: Não. Sabe por quê? Porque a gente queria uma coisa gratuita, que pudesse ser dobrada e colocada no bolso e a pessoa levar para casa e pudesser ler, nem que fosse no banheiro. As revistas e os jornais eram muito legais, mas não dava para você levar no bolso, no caderno. Não dava para esconder e pegar só quando você pudesse ler. Naquela época, ainda era necessário isso.

P: Então, o *Folhetim* devia ter umas duas, quatro páginas no máximo?

Y: Duas, três páginas. A gente imprimia na empresa que a minha namorada trabalhava. A gente não tinha dinheiro. Então, usávamos as folhas de lá. Era um papel usado para projeto, daquele que você pode dobrar, dobrar e dobrar e não amassava. Fizemos isso durante anos. Dava para dobrar, guardar no bolso. A gente imprimia numa folha, frente e verso. Tinha entre duas e quatro páginas.

P: E qual era a periodicidade?

Y: Mensal. Acabava sendo mensal. A gente dizia que ia sair de dois em dois meses, mas acabava sendo mensal. A gente colocava as reuniões, os locais que as pessoas podiam frequentar e o que estava acontecendo, as chamadas políticas. Porque as mulheres reclamavam muito disso. Você vê o Stonewall. Só falavam dos gays. Agora, é que as trans estão batendo, cobrando. Por quê? Porque quem estava à frente eram as lésbicas e as trans. Os gays estão encolhidinhos. Então, tem muita coisa que a gente tá resgatando. Até porque, nos Estados Unidos, lésbicas e travestis negras liderando uma rebelião era impensável, né? Então, mudaram a história.

P: No *Folhetim,* além dessa preocupação de criar uma unidade das mulheres lésbicas em torno dos eventos políticos, também tinha uma preocupação com os eventos culturais?

Y: Sim. Com a cultura em geral, com o movimento negro, com o movimento feminista. E com a saúde!

P: Saúde sexual?

Y: Saúde sexual e reprodutiva. Na época, não se falava em inseminação, nada disso. Você podia querer trepar com uma pessoa e fazer um filho. Por que não? E a gente era muito aberta quanto a isso, bem objetiva. Porque só da saúde sexual a Rede Um Outro Olhar falava. Rosângela Castro, quando entra no movimento, em 96 ou 97, começou já na questão da saúde sexual das lésbicas. A gente ria muito porque ela ensinava a colocar camisinha no dildo, essas coisas. A gente sacaneava ela horrores! Mas a gente queria muito falar da saúde reprodutiva e da saúde mental, cara. Ninguém cuidava! Nós perdemos mulheres fantásticas por conta da saúde mental. Posso te dar dois exemplos: Ana Cristina Cesar, poetisa, e Rosely Roth. Tem que cuidar. Não dá! A família te reprimia de um lado, o seu trabalho do outro e a militância ainda tinha aquela coisa, que tem até hoje, que é a hegemonia gay, muitos gays machistas.

E tem muita gente brigando para ter emprego, né? As pessoas desqualificam muito os outros por causa disso. E isso era feito de maneira gritante, naquela época. Então, as pessoas adoecem. Por isso, a gente tinha essa preocupação com a saúde mental.

Pô, eu fiquei casada acho que dez anos. Lá em casa, tinha gente que ficava morando comigo. A família pertubava tanto, que eu pensava "esse cara vai meter a faca nos pulsos daqui a pouco". E a saúde mental, na rede pública, era muito merda. Chamavam a família para participar, sendo que a família era o que estava fazendo a pessoa ficar doida. Aí, a gente começou a ter apoio psicológico.

P: Dentro do Movimento D'Ellas?

Y: Dentro do Movimento D'Ellas.

P: Com psicólogas lésbicas?

Y: Lésbicas e também não lésbicas. Mas todas eram feministas e se interessavam pela causa. A gente tinha esses atendimentos para ajudar a segurar a barra, para as pessoas não irem para as drogas pesadas. Porque você ir para a droga porque você quer é legal. Mas ir para as drogas porque a cabeça não tá bem… E a gente já tinha essa preocupação. Não só com a saúde mental, mas com o envelhecimento também. Hoje em dia, tá na moda, mas naquela época, a gente já trabalhava com isso. As pessoas se assumem, mas e aí? E quando elas envelhecem? Então, a gente procurava fazer essa interação entre a juventudade e as pessoas mais velhas.

Tanto é que o D'Ellas tem um projeto chamado Casa da Dinda, que não tem nada a ver com a Casa da Dinda de Brasília, do Collor (risos).

A minha madrinha, que morava em Brasília, me ensinou coisas que até hoje eu guardei e passo adiante. Então, em homenagem a ela, a gente deu o nome de Casa da Dinda para esse projeto. Era minha homenagem para ela. Eu pedi e o grupo concordou. Era uma casa que não era só para o envelhecimento LGBT, mas era para [mulheres] LBT de todas as idades. E a gente chegou a fazer mais ou menos esse trabalho em Benfica, com as meninas que estavam presas no sistema semiaberto, porque era perto de onde elas ficavam. Então, ao invés de ficarem na rua, com namorado traficante, sendo obrigada a se prostituir, elas iam lá para a Casa. A gente fez uma negociação com a Adriana Martins que, na época, trabalhava no sistema penitenciário. Aí, ela mandava as meninas L e B para nós. Fizemos um trabalho fantástico!

P: E durou quanto tempo?

Y: Olha, quando teve a chuva, em 2011, a gente não tinha mais espaço para elas e a gente parou. E a Adriana saiu do sistema penitenciário tem dois anos. Mas a gente conseguiu criar biblioteca nos presídios femininos, com a inclusão de literatura lésbica. Ela foi assim… Fantástica, para nós, em relação aos presídios. A gente conseguia entrar, mas só com ela. Porque não é como a maioria das pessoas pensam. As meninas não precisam só de absorvente e desodorante. Elas precisam ler, se não elas enloquecem ali!

O negócio é pesado. Uma vez, eu conversei com uma diretora lá de Bangu e ela dizia "Essas meninas chegam aqui com marra de homem. Então, eu coloco para fazer obra". Mas eu falava que não é assim, que tem que botar no colo porque essa marra que levou elas para a cadeia. Elas têm essa marra porque precisavam se defender. Daí ela me perguntou se eu já passei por isso. Eu falei "não, eu não passei por isso. E eu quero defender para não precisar passar (risos)". Entendeu? É uma coisa gritante esse tipo de preconceito. A gente teve esse trabalho, mas a gente vai voltar a fazer.

P: Yone, ainda sobre o *Folhetim*. Quando começa exatamente? É em 93?

Y: Antes, antes. A gente começou a colocar alguma coisa numa folha frente e verso. Colocávamos chamadas das reuniões de grupos do Rio, bares, peças, essas coisas. E alguma informação política, sempre. Então, quando tinha alguma informação nova para as mulheres, a gente ia lá e publicava.

P: E quando ele acaba?

Y: Olha, o *Folhetim* acaba… Em 2008, eu acho.

P: E o que levou ao fim da publicação?

Y: Não havia mais necessidade, a internet tava aí. Não precisava mais de uma publicação física na rua, sem grana, sem nada. Era menos uma coisa. Já tinha toda uma troca de informações pela rede.

P: E quem participava da edição do *Folhetim*?

Y: Paula Teodoro, Xiça Telles, Sandra Terra. Deixa eu lembrar quem mais… Tinha mais gente. Amanda Vítola e Raquel Colovisky.

P: E você sabe qual era a formação delas? Você é jornalista. Tinha outras jornalistas também?

Y: Ih, nada! Paula tinha 17 anos quando chegou. Consuelo era pedagoga e administradora de empresas. A única jornalista era eu.

P: E o *Folhetim* tinha foto também? Porque você é fotógrafa.

Y: Tinha. Saía cada imagem linda da impressora da empresa onde a gente rodava o *Folhetim*. Tanto colorida, como preto e branco. Era cada coisa linda, dava vontade de levar para casa!

P: E qual era o nome do papel? Você falou que era de um tipo que não amassava.

Y: Não lembro o nome do papel. Mas era um tipo de papel técnico, que se usava nos projetos. A gente usava tudo da empresa. Na época, era um dinheirão imprimir com aquele acetato, sabe? A gente usava isso para todos os eventos! (Risos). E por causa disso, minha companheira tinha um monte de hora extra.

P: E como funcionava a distribuição?

Y: Então, para quem morava na Zona Oeste, e a gente não encontrava sempre, não dava para entregar em mãos. Aí, era sempre por correio. Mas o que a gente fazia? Colocava como remetente o nome de alguma escola, meu nome ou de alguma das meninas. Se botasse Movimento D'Ellas, acabou (risos).

P: E vocês distribuíam só pelo Rio?

Y: Não. Qualquer lugar que pedisse e mandasse o endereço a gente enviava.

P: Para quais estados vocês mandavam?

Y: Todos, todos os estados. Para você ter uma ideia, Porto Velho, a gente começou a ter ligação por causa do *Folhetim*. Antes, tinha os meninos que trabalhavam em grupos de DSTs/Aids, mas de mulheres mesmo, a gente só teve contato a partir de uma leitora que teve acesso ao *Folhetim*.

P: E tudo gratuito?

Y: Tudo gratuito!

P: Eu tô impressionada!

Y: Tinha aqueles selinhos de cinco centavos, sabe? Eram de carta social. Daí, o que a gente pedia para as meninas? Doação de envelope! Quem não era do Rio entrava com os envelopes.

Minha namorada entrava com todo o trabalho técnico e a impressão. Aí, cada uma das meninas ia para um ponto de frequência nossa e distribuía. Por exemplo, Raquel, que morava lá para a Zona Oeste, levava para lá. E o resto a gente fazia pelo correio.

P: Você falou que tinha até quatro páginas, no início. Depois, as coisas mudaram ou a publicação continuou compacta?

Y: Não, a gente manteve a publicação compacta porque aí já tinha o blog no kit.net, que acabou-se, não deu para salvar. Nessa fase, o *Folhetim* era o blog do Movimento D'Ellas. Aí sim a gente colocou bastante informação, engordou bem o negócio. Mas aí acabaram com o kit.net, que era da Globo. Eu fiquei puta porque não tinha mais ninguém para me ajudar e tinha muita coisa para fazer.

P: Então, você teve que assumir tudo no final?

Y: No início e no final.

P: Você falou que a chegada da internet mudou a forma como vocês distribuíam informação. Mas tem outros veículos que continuam aí, como a revista *Brejeiras*, que começou a circular esse ano.

Y: Tem também uma de São Paulo, que tá linda…

P: Sim. A *Alternativa L*.

Y: Isso. Tá linda!

P: Então, por que você acha que os movimentos de lésbicas sempre deram centralidade às publicações e isso permanece até hoje?

Y: Porque essa necessidade voltou. A necessidade que nós tínhamos, infelizmente, retornou. A gente teve um retrocesso muito grande no movimento.

P: A partir de quando, mais ou menos?

Y: Olha, vou te falar, o marco, para mim, foi… 2014. 2014, porque passaram a fazer só publicações técnicas. Todo mundo que nos apoiava, e o governo, inclusive, passou a valorizar a parte técnica das publicações. Não tinha mais as outras coisas que também eram do nosso interesse, não tinha mais o resgate da nossa história.

P: Então, foi como se tivesse desarticulado?

Y: Desarticulado tudo.

P: Quando vocês decidiram encerrar a publicação [do *Folhetim*], como foi para continuar mantendo contato com outros grupos? Você falou da internet, mas também tem a questão de que ela não chega para todo mundo, dependendo da condição social de cada pessoa, né?

Y: É, mas a gente manteve contato. Por exemplo, o pessoal de Porto Velho tinha um trabalho com a população ribeirinha, que é uma população que não tem internet. Aí elas levavam as

informações para esse grupo. Ficou mais fácil porque qualquer cidadezinha tem uma *lan house* em que você pode acessar o que você quer. Agora, tem pelo menos duas operadoras telefônicas que chegam em qualquer lugar. Então, a pessoa pode acessar o WhatsApp. A gente tinha essa preocupação, mas não tinha mais como fazer, entendeu? Tivemos que parar e lidar com isso.

Vou te dar um exemplo. Nós temos ABL no interior de Alagoas, onde tem o trabalho de uma lésbica, a Ana Moura. Ela pega essas meninas, leva para a casa dela, ensina a trabalhar, ensina que ser puta não é a única saída. Se quiser ser puta, tudo bem, mas não é para ser menina de coronel. Então, eu acho excelente o trabalho de Ana Moura em Delmiro Gouveia. E a Ana Moura, até três anos atrás, não tinha acesso à internet. Como a gente fazia? As meninas de Maceió iam até Delmiro – são quatro horas de carro – e levavam as informações. Porque *lan house* era um negócio muito caro para ela. Agora, não. Agora, ela tem computador, tem telefone. Às vezes, a gente fica sacaneando ela e diz: "pô, Ana, quem diria, hein?! Agora é só fazer uma chamada e você pode até me ver, se for chamada de vídeo" (risos).

P: (Risos). Voltando um pouco. Você falou um pouco sobre a publicação em que você colaborava como fotógrafa, a *Elas & Elas*.

Y: Isso. E o roteiro do Rio de Janeiro.

P: Me conta como surgiu essa revista e como funcionava.

Y: Essa revista era uma revista de sacanagem. Tinha a *Eles & Eles*, uma para travestis e uma para hétero, que eu esqueci o nome. Bom, aí como o cara era da militância, gente boa à beça, o Eduardo, um dos sócios da editora, a gente fazia matéria sem assinar ou com codinome.

P: Mesmo você, que sempre foi da militância?

Y: Não, porque eram matérias políticas, cutucando o governo. Por que não podia ser assinado aquilo? O que tava acontecendo por debaixo dos panos com os movimentos sociais? Aí a pessoa lia aquilo, depois tinha um monte de gente nua, depois cada um ia para onde podia dar pinta e acabou. Por quê? Porque tinha o roteiro de São Paulo, o roteiro de Recife e o roteiro do Rio de Janeiro.

P: E quais foram os anos em que essa revista circulou?

Y: 1994… até 2004!

P: 10 anos. Você ainda tem contato com outras pessoas que trabalhavam nessa revista?

Y: Quem fazia o roteiro de São Paulo, eu te conto em *off*, mas a parte de Recife e do Rio de Janeiro era por minha conta.

P: E quem idealizou a revista? Foi o seu amigo Eduardo?

Y: Foi o meu amigo Eduardo, pela necessidade. Uma vez, a gente tava conversando e eu falei "pô, tem as travestis, tem a *Eles & Eles*, põe *Elas & Elas* aí também". Ele falou "ah, mas mulher é cheia de pudor, não vai comprar". Mas eu falei para ele que tem um monte de homem voyeur, eles vão comprar. Vão comprar mais dessa do que de hétero. E não deu outra!

P: E a revista era vendida em banca?

Y: Em banca, em banca, sim. Circulação em todas as bancas do Brasil (risos).

P: E tinha reportagem também?

Y: Não, era isso o que eu tava te falando. A gente fazia assim: de repente, jogava um texto político lá no meio da história, para o povo se antenar. Porque para todas as pessoas era uma revista de putaria.

P: Mas você conhecia outras amigas do movimento que consumiam a revista pela questão política também?

Y: Sim, sim.

P: Eu pergunto porque como muitas das publicações que eu estudo não têm mais exemplares disponíveis, eu tenho que tentar reconstituir as redes de contato. Tanto de quem produzia, como de quem lia também. Então, se você tiver mais contatos…

Y: Tenho, tenho. Depois, posso te passar esses contatos de quem lia só pela parte política.

P: Então, tem mais uma questão. Você lembra a tiragem do *Folhetim*?

Y: Pelo menos, inicialmente, 500 exemplares. Inicialmente, mas conforme o tempo foi passando, a gente foi dobrando. Às vezes, tinha que repetir aquela impressão porque tinha mais gente querendo, entendeu?

P: Certo. Agora, a ABL nunca teve uma publicação, né? Porque ela surge mais recentemente, em 2004.

Y: Em 2004. Mas, na verdade, até 2017 quem leva a ABL é o Movimento D'Ellas. Então, eu criei página no *Face* [Facebook], no Instagram e acabou (risos). Não dava para fazer mais do que isso. 2017, não. 2016, que é quando as meninas entram e aí o D'Ellas fica mais livre.

P: Agora, quando vocês formalizam o grupo em 93, o trabalho no *Folhetim* é colaborativo ou alguém era contratado?

Y: Tinha contratações, sim. Tinha até revisão, tinha tudo isso. Até porque a gente fez outras publicações também. Publicações para explicitar mais os direitos das pessoas, principalmente lésbicas e bissexuais. A gente teve algumas publicações em nome do D'Ellas. Então, a gente pagava porque era um trabalho, né?

Agora, eu não podia ganhar, eu era a coordenadora do projeto. Na assessoria, tinha umas quatro pessoas trabalhando e ganhando dinheiro. E aí a gente sempre chamava algém de outro

estado, de outra região, para ajudar a gente na revisão, na montagem, para ver se tava falando alguma coisa além do que a gente já tava fazendo. Por exemplo, a gente teve a Melissa, de Brasília, da Coturno de Vênus, que ajudou a gente numa publicação. Em outra publicação, a gente teve a Denise Limeira, lá de Porto Velho. A gente tentava sempre puxar alguém fora do eixo maravilha para ajudar.

P: Bom, acho que sobre o D'Ellas e o *Folhetim*, isso era tudo o que eu precisava saber. Não sei se tem mais alguma coisa que eu precise saber. Não sei se você quer acrescentar algo. Já te cansei, né? (Risos).

Y: Não. Pode perguntar, pode perguntar. E se tiver mais alguma informação que você ache necessário, me envia pelo *Whats* e eu te respondo, tá?

P: Muito obrigada.

APÊNDICE B – Íntegra da entrevista com Célia[101]

Data da entrevista: 11/01/2019
Local da entrevista: Casa de Yáskara Kalorri em São Paulo (SP)
Duração: 01:49:03
Data da validação da transcrição pela entrevistada: 03/09/2019

P: Primeiro, antes de falar do boletim e também do GALF, eu queria que você contasse um pouco da sua trajetória pessoal. Como você começa a se interesse por política? Como você entra no movimento social? De onde surge esse interesse?
C: Foi pela Rosely Roth, de certa forma. É o seguinte: eu tava tentando trabalhar a sexualidade. Era o início da década de 80 e eu não me sentia hétero. Não sabia nem o que era esse padrão de heteronormalidade naquela época. E aí eu fui procurar alguma coisa, li definição de lésbica e eu acho que isso se aplica ao que eu sou, né? Eu não tinha namorado mulher ainda. Tanto que as pessoas tiravam sarro de mim. "Como é que você sabe que você é lésbica se você ainda não namorou uma mulher?" (risos). Como é que as pessoas são héteros se nunca tinham namorado com um homem? Bom, e aí, o que aconteceu? Eu me encaixei intelectualmente na definição de lésbica e comecei a procurar eventos em que eu poderia conhecer outras pessoas como eu.
P: Em que ano foi isso?
C: Não sei te dizer precisamente, mas acho que foi 80 ou 81. Uma coisa assim. Você vai ter uma referência de datas mais precisas por causa de eventos que eu vou citar. Busque, na internet, pelos eventos. O que estava acontecendo? Estava tendo, em São Paulo, alguns eventos ligados à questão da mulher, do feminismo, que tinha sido ativado no Brasil depois do ano internacional da mulher – 1975. Teve um gás aqui para vários grupos feministas surgirem. De 75 até eu ter contato com as coisas de militância, em 81, o movimento feminista não se preocupava com as lésbicas. Diziam que não era possível tocar na causa lésbica. O que aconteceu? Houve um evento, organizado pela Ruth Escobar, chamado Festival Mulheres nas Artes, na Paulista, etc. Eu fui a esse evento e, nesse evento, eu conhecia a Rosely Roth, que

[101] A entrevista com Célia inclui uma seção específica sobre a ativista Rosely Roth. Como trabalho na produção de um perfil sobre essa ativista, que faz parte do projeto 50 lésbicas para lembrar do LQP, aproveitei a oportunidade para tratar de dois temas na mesma ocasião.

era a única lésbica. Lá estava Rosely, pelo GALF, fazendo uma palestra. Não era nem GALF, ainda, né?

P: Era o LF, né?

C: É. Depois virou GALF. Quando eu entrei ainda era LF. Porque sai a facção lésbica-feminista do Somos/SP, virou LF e depois virou GALF. Bom, estava lá Rosely Roth, Míriam Martinho. E a Rosely Roth era a voz do LF. Ela deu uma palestra e, para variar, as feministas odiaram. Não todas, não vamos generalizar, mas um grupo odiou porque não se falava em lésbica, em lesbianidade, no movimento feminista. Era assunto tabu. E eu fiquei interessadíssima pela fala da Rosely, peguei o endereço do grupo e, dias depois, fui até a sede do LF, na rua Aurora. E aí, lá, o que a gente fez? Comecei a conhecer o grupo, que tinha reuniões de discussão de lesbianidade, de feminismo, de questões sociais. Eram semanais. Havia uma publicação que ainda não era o *ChanaComChana* como você deve ter conhecido, era um anterior ainda. E a gente começou a participar de eventos.

Nesse momento, já fui entrando em contato com Rosely, Míriam e outras mulheres. Só que as outras mulheres eram aquela coisa fluida. Era mais aquela coisa "tô solteira e vou lá para arrumar uma namorada". Tinha o pessoal que tinha uma conscientização um pouco maior, mas era um grupo muito reduzido. E isso não é uma questão só do movimento feminista, do movimento lésbico, é uma questão brasileira. As pessoas não são preparadas – até por causa das décadas de ditadura –, não têm esse espírito de organização, de engajamento em qualquer tipo de coisa. A partir do momento em que comecei a frequentar as reuniões e participar dos eventos, eu comecei a participar também das elaborações, tanto no boletim *ChanaComChana*, como passei a falar nos eventos, participar de encontros com políticos.

A gente teve, por exemplo, um encontro com o governador Franco Montoro… Foi Rosely, Míriam, Darcy Penteado – que era um artista, uma pessoa maravilhosa –, Irede Cardoso, que foi vereadora e nos ajudou, por muito tempo, em muitas coisas. O Franco Montoro foi uma coisa interessante porque nós tínhamos… E isso foi inclusive denunciado pelo jornal *Lampião* e depois isso foi abordado no jornal do LF, o *ChanaComChana*, que durante a ditadura, nós tínhamos uma repessão muito mais pesada sobre o segmento LGBT. Então, nós tínhamos uma violência muito grande em São Paulo, chefiada pelo delegado Richetti. Esse delegado criou um monte de policiais que pensavam igual a ele, que, quando viam lésbicas ou gays, não importa onde estivessem, eram violentos. Violência física. Nós tínhamos relatos de mulheres que estavam no carro e foram agredidas por policiais porque estavam no carro. E elas nem estavam se beijando nem nada. Mas como foram identificadas como lésbicas, o policial foi lá e bateu.

E aí, o Darcy Penteado conseguiu um encontro com o governador Franco Montoro. E eu tenho, até hoje, um enorme respeito por ele, por "n" fatores… Tanto pela educação, que é a minha área, quanto pelo que ele fez naquele momento. Ele nos recepcionou no palácio do governo, nos apresentou ao secretário de segurança pública – que eu não me lembro qual foi o primeiro no governo dele. A gente teve contato com esse secretário e ele foi ótimo conosco também. Depois, esse secretário morreu. E entrou como secretário de segurança o Temer, o Michel Temer. Nós tivemos contato com ele numa segunda reunião, depois de falar com o governador. Nos encontramos com ele, para que o secretário desse uma orientação para os policiais não agredirem mais o segmento LGBT.

P: Mas, Célia, uma coisa, você disse que, quando estava descobrindo a sexualidade, isso te levou a procurar eventos que te levaram a participar do GALF. Mas assim, foi só curiosidade ou aconteceu alguma coisa que você falou assim: "a partir desse momento, eu preciso entrar na militância, eu preciso fazer alguma coisa"?

C: Foi uma coisa ligada à outra imediatamente. Minha história é diferente da maioria. Para mim, não interessava a balada pela balada. O que me interessava era eu ser aceita na sociedade como cidadã, ter cidadania plena. Não quero ser uma cidadã pela metade. Quer dizer, de repente, eu sou cidadã no momento em que não sabem que eu sou lésbica, mas quando sabem que eu sou lésbica, deixo de ter os meus direitos. Então, para mim, isso era uma coisa inaceitável. E tudo o que eu te falei sobre minha formação política – que eu já comecei a adiantar em relação ao Franco Montoro – tem a ver, talvez, com o que gente vai comentar de Rosely Roth. Justamente, toda a minha escalada com ela, a minha escalada no movimento lésbico é, justamente, da gente estar abrindo fronteiras, mesmo. Porque as portas eram sempre fechadas para nós e fechadas de maneira violenta.

E outra coisa: eu falei para você agora que nós não tínhamos apoio aberto do movimento feminista. O movimento feminista daquela época, da década de 80, estava fechado para a questão da lesbianidade. Aí, a gente começou a bater de frente com as feministas. A gente chegava nos locais e as pessoas já viravam a cara para a gente. Diziam: "olha lá, chegaram as sapatão ali, vai dar problema. Elas vão querer falar da sexualidade específica". Então, tentavam dar um jeito de nos calar, nos colocavam para o fundo.

Um exemplo disso é o encontro feminista que aconteceu no Rio. A gente conseguiu se inscrever, estávamos com nossa inscrição certinha, de acordo com os critérios do encontro feminista. A gente falou que ia fazer oficinas ligadas à sexualidade lésbica, nós falamos que queríamos participar dos eventos e tava tudo organizado, de acordo com os critérios. Ok. Um monte de oficinas, de tudo quanto era assunto que você pode imaginar, no encontro feminista

de Petrópolis. Aí, as pessoas faziam o quê? As mulheres colocavam cartazes… Naquela época, era tudo muito precário. Faziam cartazes de cartolina mesmo, com pincel atômico, e botavam lá: "sala tal…" – era o Sesc de Petrópolis – "sala tal, oficina de tal coisa", oficina de camisinha, oficina de não sei o quê lá. Ficavam os cartazes lá, lindos e maravilhosos. Ótimo. Aí, chegou o nosso dia. Nós colocamos "sala tal, oficina de lesbianidade". E aí o que as feministas fizeram? Não todas, lógico, tem exceções. Bom, arrancaram todos os cartazes que a gente colocou. E isso foi várias e várias vezes. A gente punha de novo e vinham arrancar. Aí, fizeram isso.

Que bom que fizeram isso! Porque, de repente, a nossa oficina sobre lesbianidade, que era numa sala grande, lotou, o pessoal ficava de fora (risos). É até engraçado porque a mulherada ficou desesperada querendo participar da oficina, mas não tinha mais lugar. Aí, a gente fechou a sala porque era uma coisa mais intimista… Aí (risos)… As mulheres rasgavam. Não, não rasgavam, elas empurravam as cortinas para filmar, para fotografar. Tudo o que elas podiam fazer. Uma loucura! Aí, o que tivemos que fazer? Tivemos que fazer mais duas [oficinas]. Quer dizer, a repressão das próprias feministas que estavam lá e não queriam que a gente discutisse lesbianidade criou o efeito contrário. Houve um interesse muito maior. Mas você tinha todo o tipo de reação. Tinha aquela mulher que você via, claramente, que era lésbica, sentada do lado de fora da oficina, sem coragem de entrar e chorando, por exemplo. Isso foi uma coisa que a gente viu. Falei demais. Continue com suas perguntas.

P: Agora, voltando um pouquinho para o momento que você entrou, você disse que seu primeiro contato foi a partir de uma fala da Rosely. O que ela disse naquela oportunidade que te deixou com vontade de participar?

C: Eu não lembro exatamente o que foi, mas, em linhas gerais, era que não havia nada de mais em você ser lésbica, que era uma coisa completamente natural e que nós não deveríamos aceitar a visão antiquada e já desmentida pela ciência de que isso era uma patologia. Nós deveríamos nos valorizar, nos organizar para obter direitos. Basicamente isso. Imediatamente eu me encaixei nesta categoria, digamos assim, e veio alguém e falou assim para mim "tá tudo bem ser assim, eu também sou". E mais do que isso, a sociedade deve e pode nos aceitar tal como nós somos e considerar que somos cidadãs e devemos ter direitos em relação a isso. Então, para mim, isso foi muito positivo. Porque como a minha saída, digamos assim, para buscar respostas sobre quem eu era e sobre a minha sexualidade deu de encontro com uma fala tão importante como a da Rosely Roth, me fez me tornar mais segura. Se eu tivesse, talvez, nessa minha busca, se a primeira fala que eu tivesse tido fosse como a gente vê hoje o pessoal falando na televisão, falando que se eu sou lésbica eu vou queimar no inferno, tivesse

um efeito negativo… Mas, felizmente para mim, eu ouvi uma Rosely Roth falando que não vamos voltar atrás. Vamos fazer as coisas acontecerem.

P: Você falou que o perfil do GALF mudava bastante por causa da rotatividade das participantes, nem sempre as pessoas ficavam. Mas, de forma geral, qual era o perfil, qual era a classe social das mulheres que frequentavam…?

C: Não tinha uma classe social definida. Havia pessoas de várias classes sociais. Tinha mulheres brancas, negras, asiáticas. Nós tínhamos mulheres que eram faxineiras, mulheres que eram donas de escritório de advocacia… Você tinha todo o tipo de coisa. Tinha até aquelas mulheres que chegavam lá porque os maridos mandavam ir lá para ver se conseguia arrumar uma sessão de ménage (risos). Você tinha até isso! Nós tínhamos mulheres que eram garotas de programa, tinha todo o tipo de gente. E, para mim, foi maravilhoso. Essa é uma das coisas que eu me lembro com muito carinho até de ter tido a possibilidade de ter contato com essa diversidade toda de mulheres e ver que as pessoas parecem tão diferentes, e, na verdade, elas são tão parecidas em outras coisas.

P: Célia, você disse que quando entrou o boletim já tava sendo produzido, né? O GALF já tinha uma publicação própria

C: Não era o GALF, ainda. Era o LF e depois virou GALF.

P: Mas como funcionava, como era a distribuição de tarefas? Desde o momento em que vocês decidiam o que ia ser publicado até quem vai fazer o quê? Fulana faz entrevista… Como era essa divisão?

C: As pautas do boletim saíam primeiro das nossas discussões internas. Havia discussões semanais com todas as mulheres que estavam lá e cada mulher vinha trazendo uma questão. Por exemplo, uma mulher falando que, para ela, era mais complicado ser lésbica porque ela é negra também. Então, ela tá sofrendo duplo preconceito. Sai uma pauta daí. Vem alguém e fala assim: “olha, eu tô sofrendo violência na minha casa e no meu bairro e acontece isso, isso e isso, inclusive com o apoio da polícia”. Ou: “eu tô sofrendo preconceito na minha escola” ou qualquer coisa assim. Então, era a partir dessas discussões e dos eventos que nós participávamos.

Apesar de muitas feministas não quererem que a gente estivesse nas reuniões, a gente ia a todas (risos). Então, era uma presença indesejável, mas nós estávamos lá. Inclusive, é muito mais triste a gente sofrer discriminação de outras lésbicas e de outras mulheres que se diziam feministas. Isso doía muito mais. E aí eu vou citar um exemplo, já que você falou de pauta e tudo o mais. Nessas discussões dos encontros feministas, havia sempre essa questão: “por que não se pode falar de lesbianidades no feminismo se é uma questão das mulheres?”.

Sexualidade é uma questão importante para todas as mulheres. E sexualidade lésbica, lesbianidade não se limita apenas àquilo que você faz na cama. Tem "n" fatores relacionados. E essa discussão a gente conseguiu levar em todos os eventos que a gente ia. E aí, em algumas dessas ocasiões, algumas mulheres – que eu não vou citar o nome… Algumas até mereceriam que eu estivesse citando, mas eu não vou citar. Algumas mulheres diziam para nós que não se podia abordar lesbianidade porque as mulheres da periferia não aceitariam falar de lésbicas. O que já pressupõe o preconceito de classe, né?

E aí, o que aconteceu? Foi muito interessante porque, numa dessas ocasiões, a gente foi entrevistar, para o boletim *ChanaComChana*, a Cida Kopkak. A Cida Kopkak era uma feminista maravilhosa desse tamanhinho, mas que mulherão! Eu criei muita admiração por ela por conta do que vou contar. Nós perguntamos isso para ela: "Cida, é o seguinte… Você é feminista, aquela coisa toda, há [uma] argumentação de que não se pode tratar de lesbianidade no movimento feminista porque ia espantar as mulheres da periferia". E aí a Cida Kopkak fica muito irritada com isso e… Nossa, dá até vontade de chorar [olhos marejados]. E aí ela fala: "por quê? Não tem lésbica na periferia?". É uma frase curtíssima, que, inclusive, foi um dos subtítulos da matéria do *ChanaComChana*. Justamente, né? Você tá falando do quê? De uma realidade que você não conhece? Pondo na boca das mulheres da periferia uma coisa que elas não falam. Então, se você tiver a edição do *ChanaComChana* que tem essa entrevista, veja, por favor.

P: Eu tenho todas as edições aqui. A gente pode ver, se você quiser, depois.

C: A partir daí, você tem a publicação no *ChanaComChana*. Aí você vê a importância dessa imprensa nanica, mas que tinha um efeito, circulou em um monte de grupo feminista, um monte de grupo lésbico, um monte de grupo gay, um monte de grupo não sei das quantas, né? E as pessoas não podiam mais falar que o problema era que as mulheres da periferia não queriam falar [sobre o assunto]. Tinham que encarar que era um preconceito interiorizado das mulheres do movimento feminista, que não queriam assumir.

Eu me lembro de uma feminista, especificamente, que eu nunca mais eu vi, inclusive. Deve estar morando no exterior. E ela era extremamente agressiva conosco. Não queria que nós falássemos, etc., etc., etc. Tempos depois, a gente viu que ela foi para a Suíça, eu acho. E ela deu entrevista para uma revista lésbica na Suíça, falando como era importante abordar a causa lésbica e que o feminismo sem abordar lesbianidades não era feminismo. E ela era uma das que mais nos sacaneavam aqui. Havia uma censura muito grande aqui no Brasil e, normalmente, quando se falava de feminista, as pessoas relacionavam com a orientação sexual e diziam: "ela é sapatão". Automaticamente.

Inclusive, no *ChanaComChana*, abordávamos que não, que havia muitas mulheres homossexuais que não tinham nada de feministas e que havia muitas feministas que eram heterossexuais, iam morrer heterossexuais. Não tinham atração sexual ou erótica por mulher nenhuma. A gente fazia muito bem essa diferença. Só queria que também falassem da lesbianidade nos encontros feministas.

P: Sim. Mas aí, depois, como ficava quando vocês decidiam as pautas? Míriam editava… Quem fazia cada uma das tarefas?

C: Pois é. Durante muito tempo, Míriam editava sim. Agora, é aquela coisa… Eu estava entrando no movimento. Os meus textos eram meus mesmo. Teve época que as pessoas, muito maldosamente, insinuaram que não era eu que escrevia, que era tudo a Míriam que escrevia, por exemplo. E não era. Além de ser alfabetizada, eu tenho algum raciocínio e eu escrevia meus próprios textos.

Mas tudo era discutido, né? Tentávamos fazer uma coisa mais democrática. Por exemplo, eu publiquei um texto, em que eu abordava a peça *As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant*. Havia uma integrante do grupo que não queria muito que eu escrevesse. Mas eu falei que não, que eu iria escrever porque acho interessante. Fiz uma relação do livro com a peça e com o filme, etc., etc., etc., e teve um retorno muito bom. Isso era uma coisa muito preconceituosa daquela pessoa, que dizia: "ah, não, a maioria das mulheres não vai entender o que você escreveu aqui". Depois, eu recebi um monte de carta de um monte de gente falando: "eu adorei", "eu gostei", "aqui onde eu moro não passou, mas onde eu acho o livro?" – o livro que embasou a peça. Inclusive, o texto da peça é melhor que o do filme. Você já assistiu as duas coisas?

P: Não.

C: O filme do Fassbinder é muito pesado, muito pessimista. Termina com um final horroroso. E a peça, não. A peça é para cima.

P: E como vocês faziam para custear?

C: Vendíamos (risos).

P: Porque não poucas vezes tinha vários apelos para as pessoas se associarem, para que as pessoas pedirem cópias dos livros que vocês tinham na biblioteca do GALF. Como era para fechar as contas?

C: Olha, era muito difícil. Mas a gente fazia assim: primeiro, cada uma de nós dava a contribuição máxima que podia, sempre. Todas. Não tinha financiamento de nenhum órgão do governo. O governo não adotava nenhuma política de financiamento para movimento social, muito menos movimento social lésbico, naquela época. Então, nós fazíamos festa. A gente

dizia: “ah, vou fazer uma festa noturna, uma festa junina…”. Isso era uma fonte de renda. Uma fonte de renda e uma maneira de mulheres que não eram muito politizadas conhecerem o grupo. E aí, muitas delas passavam a frequentar as reuniões… Nem sempre semanalmente, mas, de vez em quando, apareciam em eventos específicos que a gente fazia de assuntos um pouco mais relevantes, coisas de saúde lésbica, por exemplo. Também fazíamos a venda do boletim, que era essencial. Especialmente, Rosely e eu íamos vender boletim no gueto de São Paulo…

P: Quais eram os lugares? O Ferro’s…

C: O Ferro’s. Não lembro o nome de todos, né? Tinha um lugar chamado Cachação (risos). Mas eu não lembro muito até porque eu não frequentava. O lugar que eu ia muito era o Ferro’s mesmo. A gente ia jantar lá. Ah, meu deus, não lembro todos… Bughouse, a Sky. A Sky! Então, a Sky era interessante. Uma vez eu cheguei lá com a Rosely, nós estávamos vendendo o boletim e tinha uma moça ali. Ela estava com um monte de nota amassada de dinheiro. É sério! Muita grana em cima da mesa, muita grana mesmo. E chorando como uma louca. Ela era bonita, uma moça, uma menina. Eu cheguei perto dela e perguntei o que estava acontecendo. E ela respondeu: “eu não sei o que eu tô fazendo aqui”. Sabe aquela coisa tipo… Eu vendi um boletim para ela e falei assim “olha, não fica aqui, você não tá legal, leva seu dinheiro, vai embora”. Depois, ela me escreveu, dizendo que tinha lido o boletim, que essas coisas mudam a pessoa. Porque lá ela não tinha uma forma de mudar o destino dela. Bom, o que mais?

P: Ainda sobre o boletim. Depois que vocês começaram a fazer e ter esse retorno, como vocês pensavam as pautas para alcançar cada vez mais gente? Porque, principalmente, quando ele estava perto de acabar e se transformar em *Um Outro Olhar*, o espaço que estava sendo dado para cartas era cada vez maior. Como vocês pensavam, como era a seleção das cartas para que as pessoas se vissem no boletim também?

C: Então, como eu estava te falando, a gente sempre vai trabalhar aquilo que a gente recebe em torno da circulação. Estamos vendendo de mão em mão o boletim. Em alguns lugares que são fixos. Nesses lugares que são fixos, nós temos a clientela que é fixa. Essa clientela chega para a gente e diz: “gostamos de tal coisa, por que vocês não falam de tal coisa?”. Então, isso era uma fonte de pauta. Cartas! Cartas, que nós recebíamos, inclusive, de outros estados, de lugares fora do país, também vinham com outros assuntos pra pauta.

Você falou da questão do financiamento. Nós começamos a publicar anúncios de casas noturnas, de restaurantes, de mulheres que tinham uma loja x ou y… E isso começou a gerar renda e também criar outras demandas. Então, chegamos a discutir num artigo a qualidade

dessas casas noturnas que faziam o gueto de São Paulo. Por que essas casas noturnas eram, muitas vezes, de péssima qualidade? Por que elas cobravam tão caro? Foram questões que surgiram como demanda depois dos anúncios.

P: E como era pensada a distribuição? Porque vocês recebiam cartas até do exterior. Como vocês sistematizavam uma lista com os lugares que receberiam os boletins?

C: Era uma coisa muito amadora, muito precária. A gente já tinha as mulheres lésbicas que eram assinantes fixas, que pagavam uma taxa mensal e aí já ficava reservado o exemplar dessas mulheres. Nós tínhamos uma relação de grupos feministas e grupos lésbicos brasileiros e de fora que recebiam o boletim gratuitamente. Grupos gays com quem a gente tinha troca de material. A gente chegou, inclusive, a mandar exemplares para a Biblioteca do Senado norte-americano. A gente escreveu porque eles perguntaram se a gente queria que nossa publicação fosse paga. E a gente falou que sim, porque nosso boletim era muito modesto, muito pequeno. Eles foram enviados e recebemos um "ok". Ficou no ok e até hoje não foi pago (risos). Muito gentil, né? Pois é. Respondi o que você perguntou?

P: Sim. Agora, como vocês tinham contato com outros grupos, que também produziam seus próprios boletins, tinha algum deles que vocês usavam como referência para o *ChanaComChana*?

C: Tipo um modelo de publicação?

P: Sim, um modelo em que vocês se inspiravam.

C: Não, um modelo específico não. A gente tinha várias publicações internacionais. Quando a gente encontrava alguma revista lésbica, lésbica feminista, a gente ia atrás, não queria nem saber. De repente, tem uma revista lésbica norte-america que estava falando da Audre Lorde, aí eu ia ver quem é essa mulher. Aí, sim. Mas um modelo fixo não.

P: Na época da ditadura, principalmente, a imprensa que era não comercial sofreu bastante perseguição. Atentado à redação, perseguição de jornalistas… Em algum momento, a produção ou a venda do *ChanaComChana* foi sabotada pelo governo militar?

C: Pelo governo militar, eu não sei te dizer, especificamente. Mas aconteceu uma coisa interessante quando nós saímos da rua Aurora e fomos para a rua Abolição. O Somos/SP saiu, nós entramos. Nós pegamos o mesmo endereço. O Somos/SP já era um grupo visado pela repressão. Então, quando nós entramos na rua Abolição, apareceu um rapazinho bem simpático, bonitinho, dizendo que era jornalista da revista *Manchete*. Aí ele apareceu com outro rapazinho, que ficava no canto, só escrevendo, anotando alguma coisa. Ele olhava para nós, não perguntava nada. Nesse momento, estava eu e mais outras pessoas do grupo, mas não estavam Míriam e Rosely. Elas estavam em outro evento. E ficou combinado que nós íamos

dar entrevista para esse rapaz. Aí ele perguntou como era a publicação, como era a lógica do grupo. Nós respondemos e ok. Aquele rapazinho escrevendo e tudo mais.

Passou-se quinze dias, o rapazinho entra em contato com Míriam e Rosely. "Ah, sabe o que é, a gente queria fazer entrevista". E elas falaram assim: "mas, já não foi dada a entrevista?". Ele respondeu: "ah, sabe o que é? Meu editor falou que não ia fazer mais, eu rasguei tudo e joguei fora, mas agora ele quer de novo". Aí foram entrevistá-las. Fizeram as mesmas perguntas, elas deram as mesmas respostas. Passa um tempo, outro tempo. *Manchete* nunca publicou nada a respeito.

Nós tínhamos no nosso grupo uma jornalista da *Folha*. E ela, muito experiente, falou assim: "gente, agente do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social], eles ficharam vocês, querendo saber o que era o grupo, quem era. Como não estava o grupo inteiro, ele marcou uma segunda entrevista para saber quem eram as outras pessoas".

P: Mas nunca aconteceu, além daquele episódio no Ferro's, de tentarem proibir a venda do boletim, de perseguir vocês por estarem distribuindo o boletim?

C: Não porque nós não distribuíamos em lugares fora do gueto. A gente distribuía para grupos. Não era uma coisa que era distribuída em banca de jornal, não era uma coisa que a gente fazia propaganda. Não tinha internet, nada disso. Então, provavelmente havia um monitoramento, especialmente a partir do momento em que nós fomos fichadas, né? Mas devem ter falado: "essas aí não representam nenhum perigo, neste momento" (risos).

P: Agora, voltando um pouquinho algumas casas. Você falou que o boletim tinha anúncios do Ferro's e eu conferi. Tem mesmo. E, inclusive, depois do episódio da invasão.

C: Principalmente, depois (risos).

P: Principalmente, depois? (Risos).

C: É, eles quiseram limpar a barra com a gente.

P: Isso o que eu queria perguntar. De fato, as coisas mudaram depois?

C: Sim! Porque, primeira coisa: nós éramos clientes do restaurante. A gente não ia lá só para vender boletim. A gente vendia boletim e jantava. No Ferro's, vendia-se de tudo. Entra mulher vendendo rosa, perfume; camelô vendendo bijuteria, todo tipo de coisa. Então, nós éramos só mais umas pessoas que estavam vendendo coisas lá dentro do restaurante. Se a gente estivesse só vendendo coisas no restaurante, se ninguém mais vendesse coisas no restaurante, ok.

Nós tivemos problemas, especificamente, com um dos donos. Os outros donos não gostavam da nossa presença, mas nos toleravam. Tinha um determinado dono, que era um baixinho, carequinha, este chegou a quase querer bater na Rosely. O que aconteceu? A gente estava

vendendo o boletim e como nós vendíamos toda noite, no fim de semana, esse senhor veio nos xingar, gritar, etc. Ele era baixinho. A Rosely era alta, levantou e ele quis avançar nela. Só que foi uma coisa muito interessante porque havia várias mulheres no restaurante, uma frequência de 90% de mulheres lésbicas, e muitas delas nem gostavam da gente, mas nesse momento elas se levantaram.

Elas não gostavam da gente porque a gente insistia em usar o termo "lésbica". E tinha aquela coisa de: "eu sou entendida, não sou lésbica". Então, pensa! Era um trabalho de conscientização que a gente tinha que fazer, mostrar que a palavra em si não era o problema. Mas, até mesmo as que não gostavam da gente se levantaram e foram em defesa da Rosely. Só se levantaram, tipo: "ei, meu". Foi muito legal porque teve uma solidariedade espontânea. Isto foi antes, ainda, do levante. Aí o cara queria impedir a venda e a nossa entrada. Depois, [é] que nos organizamos e pedimos ajuda aos outros movimentos sociais.

[Pausa na entrevista]

P: Sim, você estava falando que foi legal a coisa da solidariedade de todo mundo e que foi antes da invasão.

C: A partir daí, a gente percebeu que a violência seria frequente. Infelizmente, esse senhor nos marcou e colocou, inclusive, o segurança para impedir que a gente entrasse, especialmente a Rosely. Marcou especificamente a Rosely porque ela era relacionada com a venda do boletim. Ficou claro que era uma questão lesbofóbica mesmo. Foi necessário chamar os movimentos sociais, vieram várias feministas – uma delas foi a Maria Estela, a outra foi a Irede Cardoso, a Beth Feijó… Eu nem me lembro. Foi um monte de gente que ajudou mesmo! Posso entrar na descrição da invasão?

P: Pode, pode.

C: Então, combinamos com os movimentos sociais, especialmente as feministas, estas que eu citei aí foram as que vieram nos ajudar pessoalmente. Foi a Maria Estela e a Regina Estela. Eu já estava dentro do restaurante, mas o cara não tinha gravado minha feição (risos). Outras mulheres estavam lá dentro, a Rosely estava fora com outras mulheres e ela foi entrar. E, como estava acontecendo com frequência, o segurança barrou a Rosely. Falou que não podia entrar. E nessa, a gente disse: "vai entrar! Por que nós não podemos entrar?".

E aí houve a invasão, inclusive com jornalistas da *Folha.* Tinha uma companheira nossa, do grupo, que trabalhava na *Folha*, que passou o contato. Foi muito interessante, eles tiraram fotos. Só que estava combinado de tirarem foto só da gente, não era para tirar foto das mulheres que estavam lá. Só que umas saíram correndo, desesperadas, achando que a cara

delas ia sair no jornal, a família iria ver. Aquela coisa, né? Mas é a realidade da época. Entramos… Ah, não, nossa! Eu ia omitir uma coisa importante!

Antes da invasão do Ferro's, propriamente dita, o cara quase bateu na Rosely. As mulheres se levantaram e falaram: "você não vai bater nela". Ninguém agrediu o cara, ninguém tocou o cara, só falaram: "você não vai botar a mão nela!". Aí, a gente sentou e começou a jantar, normalmente. Daqui a pouco, chegou a polícia. Chega a polícia e tá tudo calmo, tudo tranquilo. Só que o problema quem causou foi o próprio dono, não nós. Aí, apontam para a nossa mesa. Perguntaram: "tá tendo algum problema aí?". A gente disse que não, não tinha nenhum problema. Tivemos uma desavença com o dono, por isso, por isso e por isso, mas nenhum problema. Foi justamente depois de a gente ter tido contato com o governo Franco Montoro e com o secretário de segurança. Então, eles estavam orientados a nos tratar de uma outra forma. Eu fui uma que já foi falando: "inclusive, senhor policial, nós tivemos contato com o governador Franco Montoro no dia tal…". [Ele respondeu:] "Não, vocês são seres humanos e cidadãs, como qualquer um…", aquela conversa padrão, tudo bem e foi embora.

O cara, dono do Ferro's, ficou mais zangado ainda porque ele estava certo de que a repressão ia ser violenta contra nós. Semanas depois, quando a gente organizou a invasão no Ferro's, estava a imprensa também. Já não era aquele cara, era o outro dono [do restaurante] que estava lá. Nós falamos: "a gente tentou conversar, nós estamos vendendo um produto, como qualquer outro produto que no seu restaurante é vendido livremente, nós somos consumidoras, a maioria da sua clientela é composta de mulheres lésbicas, que dá lucro ao seu restaurante". Porque um dos argumentos foi: "ah, não! Esse é um restaurante familiar, então você não pode vender essa coisa aqui". O que aconteceu? O outro dono que estava lá se desculpou. Não sei se foi por causa da imprensa, da quantidade de pessoas que entraram conosco, da solidariedade das pessoas que estavam no restaurante. Também acho que ele era um pouquinho mais sensato do que o outro. Ele se desculpou publicamente diante da imprensa etc, chegou a mandar um champanhe para a nossa mesa (risos). A partir daí, ele falou: "está liberado para vocês, nenhum problema…". Não sei se foi coincidência ou não, eu não vi mais aquele outro senhor.

P: Célia, voltando um pouco para o boletim, uma curiosidade. As mulheres que publicavam aqueles anúncios, querendo se corresponder com outras mulheres, conhecer gente para namorar, esses anúncios eram pagos ou vocês colocavam na camaradagem mesmo?

C: Não. Que eu me lembre eram pagos. A menos que você fosse associada, aí não pagava. Era também uma maneira de manter o jornal. Associadas eram as pessoas que pagavam assinatura

e frequentavam os eventos. E tinha as assinantes, que só pagavam pelo boletim. Associada era um grau acima, digamos assim.

E eu estava até me lembrando de uma outra coisa para a gente conseguir renda. Por exemplo, tinha pessoas que ajudavam a gente no pagamento do aluguel. No início, essa vinculação para o pagamento do aluguel era também a possibilidade de dormir na sede do grupo. Porque as mulheres não tinham transporte, moravam longe e também não tinham acesso aos hotéis. Nós tivemos uma fase em que as mulheres não eram aceitas nos hotéis! Eu lembro que casais de homens, e de mulheres também, não eram aceitos nos hotéis. Mesmo depois, nos hotéis da boca, que ficavam na boca – boca da prostituição –, não aceitavam duas mulheres. Então, as pessoas contribuíam e iam dormir na sede do grupo. Depois, a gente cortou porque algumas pessoas que começaram a abusar, começaram a desvirtuar, descaracterizar o que realmente era.

P: Outra coisa que eu queria saber: além da militância, do ativismo em relação à resistência à ditadura e pelas próprias questões feministas e lésbicas, é muito interessante que, no boletim, vocês sempre traziam aquelas dicas de leitura, né? Tanto de obras de literatura, como de teoria feminista, teoria lésbica. Como vocês tinham acesso [a essas obras]? Sei que a Rosely fez mestrado, mas era só ela que fazia essa ponte com a academia?

C: Como eu falei, nós tínhamos discussões semanais. Nessas discussões semanais, vinha todo tipo de mulher. Muitas delas nos sugeriam leituras. Então, a gente fazia, inclusive, discussão das leituras. Fazia quase que um grupo de leitura também. Então, por exemplo, nem todo mundo lia em inglês ou francês. Aí, tinha mulheres que se propunham a fazer a tradução. A gente fazia os textos datilografados, xerocava (risos)… E passava para as discussões. As associadas, como eu te falei, sugeriam esses textos também. Você tinha uma circulação de informação dessa forma.

P: Agora, a produção era toda colaborativa. A gráfica… como vocês pagavam? Alguém imprimia no trabalho, como funcionava?

C: Então, você me falou de boicote, né? Boicote não aconteceu, claramente, pelo governo, mas aconteceu por parte de pessoas preconceituosas. Se falava na época, não sei se ainda se fala hoje, boneca, né? Boneca do boletim. Nós tínhamos montado com aquela dificuldade imensa, naquela época não tinha internet, impressora nem nada. Tava montadinho. E aí a Rosely levou num lugar que fazia as cópias e deixou lá a boneca. Normalmente, [levava] um dia. No dia seguinte, estava pronto.

Mas quando ela foi buscar falaram: “não, não tá pronto ainda”. No outro dia, também não. E outro dia, outro dia, outro dia. Finalmente, ela descobriu que o dono do local havia visto a

boneca do boletim… Não tinha nenhuma pornografia no boletim. Mas ele viu "lésbica" lá, rasgou e jogou no lixo. Até as pessoas nos contarem que havia acontecido isso… A Rosely ia lá e nada, nada, nada. Então, ela falou: "espera aí, então me devolve a boneca". Aí contaram que tinha acontecido isso e ela quase foi agredida fisicamente, de novo. Enquanto eu estava contando me veio essa dúvida. Não me lembro agora, mas eu creio que não era a primeira vez que ela deixava o boletim nessa gráfica. O que deve ter acontecido é que caiu na mão do dono. Acho que o dono nunca tinha visto esse tipo de material, pegou e rasgou. Eu creio que não era a primeira vez.

P: Você lembra o nome da gráfica?

C: Ah, não…

(risos)

P: Agora, mais uma curiosidade do que uma pergunta mesmo. O *ChanaComChana* foi o único periódico lésbico que sobreviveu até o fim da década de 1980. Outros começaram e terminaram antes de acabar essa década. Na sua opinião, por que isso aconteceu?

C: Não conheço os outros periódicos a que você está se referindo, eu teria que saber de todos eles para poder fazer uma comparação. O que eu acho que manteve a publicação foi [o fato de] que o grupo tinha atividades, uma variedade de eventos. E era um grupo reconhecido nacionalmente e internacionalmente. Então, não era o *ChanaComChana* que era o elemento principal do GALF, o *ChanaComChana* era uma coisa a mais do GALF. Creio que isso fez o jornal se manter. Tinha uma outra publicação no Rio de Janeiro, que eu não me lembro, que era de gays… E que a gente trocava informação também. Artigos meus, artigos da Luiza Granado, artigos da Míriam foram publicados lá. Eram do *ChanaComChana* e foram publicados lá. Então, essa troca de publicação, a reflexão de um grupo social ser discutida em outro também ajudava a sobrevivência dessas publicações em geral.

P: Acho que sobre o *ChanaComChana* e o GALF é isso. Agora, vou partir para as perguntas sobre a Rosely. Tem alguma coisa que você queira contar e eu não tenha perguntado?

C: Não… não sei. Acho que à medida que a gente for falando da Rosely, outras coisas vão ser aventadas.

P: Célia, como você descreveria a personalidade da Rosely?

C: Pergunta estranha essa, a sua, né? (Risos). Eu não sei. Ela era minha amiga. Então, eu tenho ela como uma amiga querida até hoje. Primeiro que ela era uma mulher muito inteligente. Eu achava que ela era uma mulher bonita, não era um padrão de feminilidade, mas era uma mulher bonita. Ela era muito divertida para quem tinha contato direto com ela. Quando ela resolvia soltar aquele humor judaico, tinha as piadinhas dela (risos). Ela era muito

corajosa. Às vezes, ela era muito impulsiva. Então, muitas vezes, as pessoas a viam como uma mulher agressiva – o que não era bem assim. Ela era muito doce!

P: Célia, em algum momento, a Rosely contou para você como ela se descobriu lésbica e como foi essa questão, se ela teve questões internas relacionadas à religião e à família?

C: Olha, sinceramente, eu não me lembro de detalhes. O que eu me lembro é que a irmã dela também era lésbica, só que desvinculada de ação política. Era um pouco mais… Ah! Eu não gosto de falar essas coisas para não confundir, mas ela era mais do tipo que frequentava o gueto por diversão e não era necessariamente politizada. Eu, inclusive, nunca conheci a irmã dela. Só que, por exemplo, a irmã dela trabalhava no CVV, no Centro de Valorização da Vida, como voluntária. Era uma excelente voluntária. Foi desvinculada quando descobriram que ela era lésbica.

P: Tem esse relato no *ChanaComChana*.

C: Tem?

P: Tem. Eu só não sabia quem era, né? Porque o relato era anônimo.

C: As duas foram criadas de uma certa idade até a fase adulta pelo pai porque a mãe morreu cedo. Eu creio que o pai, pelo que a Rosely me falou, ele não era um cara que intervinha na vida pessoal delas. A repressão familiar, se ela teve eu não sei, porque ela só me falava dessa mãe – que já havia falecido – e do pai, que eu não conheço. Não conheço o resto da família dela, não tenho ideia. Me parece que ela teria ficado, no Rio de Janeiro, no abrigo de uma prima.

P: Célia, agora não sei se você vai saber responder essa. Ela já te contou por que decidiu cursar Filosofia e Antropologia. Porque foram as áreas que ela se dedicou, né?

C: O porquê não. Como eu falei, ela era muito inteligente e eu creio que era uma maneira de entender a sociedade em que ela vivia, suponho. Não sei se a sexualidade dela, o histórico de vida dela a fez cursar Filosofia ou Antropologia ou se a Filosofia e a Antropologia deram uma visão diferenciada do que seria ser lésbica. [Isso] estava presente, inclusive, na fala dela, no encontro em que eu a conheci. Eu creio que uma coisa acompanha a outra e não necessariamente seja consequência da outra.

P: Você sabe como foi a trajetória profissional dela? O que ela fez depois que terminou a faculdade?

C: Olha, o que eu sei é uma história, novamente, de preconceito e que eu creio que foi contada nos boletins. Eu não sei direito se foi mesmo. Ela tinha conseguido emprego num colégio religioso, de freiras católicas, e ela dava aula de Filosofia. Suponho que devia ser uma boa aula porque se as palestras eram boas, as aulas deveriam ser boas também. E ela estava

trabalhando lá há algum tempo, todo mundo a achava uma boa pessoa, boa profissional. E ela foi convidada a participar do programa da Hebe Camargo. Foi lá, novamente, como porta-voz do GALF, porta-voz das lésbicas.

Estava a Marília Gabriela no programa, inclusive. E foi colocada uma mulher, uma mãe extremamente homofóbica, falando coisas absurdas. As pessoas estavam acostumadas, até aquele momento, que a fala reinante era da homofobia, das lesbofobia. A fala reinante era tipo: "ah, você é uma pecadora, você é um mal, você é isso, você é aquilo…". E a Rosely falou: "não, não aceito isso, não é assim. Acho que é horroroso o que você está falando" – porque era horroroso mesmo. Ok, maravilha. A Marília Gabriela concordou com a Rosely. A Hebe Camargo, no mesmo programa que estava discutindo isso, fez um desfile de vestido de noiva (risos), aquela coisa toda.

Só que o programa da Hebe Camargo, naquela época, era visto por todo mundo. No dia seguinte, a Rosely foi trabalhar e, no dia seguinte, ela recebeu a demissão. Ela foi demitida porque participou do programa. A diretora do colégio… Não vá me perguntar o nome do colégio porque eu não sei, não lembro. A diretora do colégio, uma freira, falou: "você está demitida porque você participou do programa". Que ela era sapatão, acho que todo mundo já sabia, mas… Agora, ir a um programa de público nacional e expor isso…

P: Célia, nas conversas que você teve com a Rosely, ela contava quais eram as referências teóricas dela, em quem ela se inspirava, feministas que ela tinha como referência?

C: Eu não sei, né? Porque todas nós líamos, praticamente, as mesmas coisas. Então… Audre Lorde, você tinha as feministas francesas… Nesse encontro, por exemplo, Mulheres nas Artes, no [Teatro] Ruth Escobar, Antonella Picchio… Aquela também era uma referência de literatura feminista lésbica, francesa… Não lembro todas! As feministas americanas quase todas – Betty Friedan… A comunidade judaica tinha feito, inclusive, numa época, um site das escritoras judaicas. Procure porque ela era uma leitora das escritoras judaicas e feministas. Inclusive, isso não parecia ser, para ela, uma questão importante. Eu vejo muitas mulheres – feministas e lésbicas – que, se são judias, destacam muito o fato de serem judias. E eu não via essa preocupação dela em destacar que era judia. Ela nunca negou, ela falava, não tinha vergonha etc, mas não era o ponto principal.

P: Agora, se você pudesse fazer um resumo do legado do que a Rosely deixou, não só para você que é amiga dela, mas também para o próprio movimento de ativismo lésbico, como seria?

C: Eu acho que ela foi importantíssima! Primeiro porque foi a primeira voz das mulheres lésbicas no Brasil, apesar de ela ser de São Paulo, acho que o Brasil inteiro a conhecia. A

gente tinha noção da repercussão pelas cartas. Inclusive, apesar de ela ter sido demitida, por conta da participação dela no programa da Hebe Camargo, a repercussão foi muito grande, em termos positivos para o grupo e para a causa lésbica. Justamente porque ela tinha essa voz que reforçava a questão da necessidade da nossa autoestima, a questão da cidadania, de que nós éramos cidadãs brasileiras, pagamos impostos, cumprimos nossos deveres e não podíamos deixar de ter os nossos direitos por conta do preconceito, da ignorância que reinava no país.

Como eu falei em outras questões que você tinha me feito – ela abre fronteiras, ela abre caminhos. Tem muita gente que foi na onda dela. E ainda demorou-se para ir na onda dela. Porque você se expor abertamente, inclusive em canal de televisão, dando seu nome e sobrenome, correndo o risco de perder o emprego, como ela perdeu… Só que ela pagou um preço muito caro por isso. Então, ela abre fronteiras, mas como qualquer mulher que abre fronteiras, que desafia o sistema, que vai contra a ordem estabelecida por determinado grupo, ela pagou caro por isso. Mas ela é uma referência. Eu não penso no movimento lésbico no Brasil, na década de 80, sem falar de Rosely Roth.

P: Acho que é isso. Não sei se tem mais alguma coisa que você queira dizer sobre a Rosely.

C: Eu gostaria que a Rosely não tivesse sido abandonada por tantas pessoas na época em que ela precisou muito de ajuda. Então, esse processo de adoecimento não sei se é uma questão que você quer falar.

P: Você pode contar, porque já conversei com a Marisa [Fernandes] e ela não tem muita informação.

C: Então, eu vou contar. Primeiro, eu falei de uma trajetória de anos. Rosely Roth, Míriam Martinho, eu e outras tantas mulheres, década de 80. Então, o que acontece é o seguinte: qualquer grupo que você tenha é feito de pessoas e as pessoas se desentendem. E eu me dava bem com a Rosely e me dava bem com a Míriam, mas chegou um momento em que eu não conseguia me dar bem com a Míriam. A gente não se dava mais. O que acontece? Eu fui me desgostando do que estava acontecendo lá [no grupo]. Então, você estava perguntando como era a nossa prática, como a gente fazia as coisas etc e tal. Eu entrei no grupo, fiquei muitos anos no grupo, enquanto ele era democrático. Começou a chegar um momento em que não havia mais isso, que havia coisas que não eram mais discutidas abertamente. Então, o que aconteceu? Eu saí do grupo. Eu saí e fui perdendo contato com as pessoas.

P: Isso foi em que ano, mais ou menos?

C: Já era o final da década de 80. 88 ou 89, talvez até um pouco antes. Aí o que aconteceu? Eu saí do grupo, várias pessoas saíram do grupo, teve aquela briga com o CIM porque o CIM acabou desalojando o GALF, mas [neste momento] eu já estava fora. Então, eu fui perdendo o

contato com as pessoas. Então, eu não sabia da Rosely. Eu fui saber da Rosely porque algumas pessoas me falaram que ela estava doente, que ela não estava bem. E aí bateu aquela coisa de amiga, mas não tinha rede social, não tinha nada disso. Nosso contato era pelo telefone fixo. Não tinha nem celular. Eu não sabia onde a Rosely estava, não tinha o telefone dela. Me falaram que ela estava num hotel e eu fui visitá-la no hotel. Era o hotel Povera, no centro. Chegamos lá, eu, Ruth e mais outras meninas e fomos ver a Rosely. Foi a última vez que eu vi a Rosely. Quando a gente chegou, ela estava na portaria, agitada. Não estava agressiva nem nada, mas estava agitada. Aquela pessoa que não para nunca. Ela viu as outras meninas, ficou meio nervosa, aí me viu e ficou calma, lembramos de épocas boas.

Conversei com ela e tudo o mais, perguntei se estava bem. Lembro que a gente saiu, entramos numa lojinha… Lembro que ela queria comprar uma saboneteira porque não tinha saboneteira pra ela. Ela tinha acabado de se mudar para esse hotel. Ela disse que [antes] tinha se mudado para a casa do pai, só que se desentendeu com ele e a irmã e aí o pai estava pagando o bendito do hotel. Era um hotel fuleirinho mesmo. Ela falou para mim que estava melhor e tal.

E aí eu vou contar uma coisa porque eu sou espiritualista. Então, eu acredito muito nas minhas intuições. Bom, depois desse dia eu não soube mais de Rosely! E eu sonhei com ela. Sonhei com a Rosely me pedindo ajuda e aí eu perguntei para as pessoas: "cadê a Rosely?!". Tinha uma amiga nossa que era a Neide, a gente chamava de Magal, era a única pessoa de quem eu ainda tinha o telefone. Eu falei: "Neide, e a Rosely, como está?", ela falou: "Não sei, vou procurar saber". E eu disse: "sonhei com ela me pedindo ajuda, você sabe que eu levo isso a sério, então eu quero saber cadê a Rosely". Passou um tempo e a Neide falou assim: "olha, eu perguntei aqui e ali e disseram que ela está bem, até brigou com a irmã e não sei o quê, mas está bem". Eu falei: "bom, se ela está bem, então acho que eu estou louca, não tem nada a ver".

Aí vem a notícia de que ela morreu [olhos marejados]. E o mais triste, para mim, uma determinada pessoa – que eu não vou citar o nome – tinha recebido uma correspondência dela, pedindo para mandar uma carta que estava junto num pacote que era para mim. E essa pessoa não me passou a carta. Não me passou a carta e eu não fiquei sabendo que ela tinha escrito para mim e queria minha ajuda. E aí já era. O que eu soube é que a Rosely foi abrigada pela prima [no Rio de Janeiro]. A história que eu ouvi foi que a prima que a abrigou… Aliás, não era nem prima. Era uma moça que a conheceu por causa da militância, tinha admiração pela Rosely. Acho que não era nem prima. Essa pessoa deu abrigo para ela num apartamento. Disseram que a Rosely tinha tentado pular, a moça conseguiu puxar a Rosely de volta da

sacada da janela. Aí, [a moça] pegou o telefone, ligou para o psiquiatra da Rosely e, no [momento em] que estava falando com o psiquiatra da Rosely, a Rosely pulou.

P: Você sabe dizer o que levou a Rosely para o Rio de Janeiro?

C: Ela recebeu apoio lá, essa moça ofereceu moradia na casa dela. Não sei os detalhes. Ela teve um diagnóstico de esquizofrenia. Então, não é fácil você conviver com alguém que não tinha o tratamento adequado. Você está super bem, equilibrada, agora, e daqui a pouco você está mal, né? Diziam que ela saía completamente do rumo. Não sei, não vi. Quando ela estava comigo, a única coisa que eu via era que ela estava muito agitada, aquela coisa que eu te falei sobre o hotel.

Você me perguntou qual é a importância dela. A importância dela, como eu falei, é que ela foi uma voz para muitas lésbicas, abriu fronteiras, etc., mas ela também é o símbolo do que faz o preconceito. Porque a primeira coisa é que ela perdeu o emprego. E ainda tinha o preconceito no movimento feminista, porque ela era uma das que defendia a causa lésbica. Também tinha discriminação na vizinhança. Houve uma época em que ela e a namorada moravam num edifício na Peixoto Gomide, aqui em São Paulo. Todo mundo tratava mal porque sabiam que elas eram lésbicas. Quer dizer, em todo o lugar tinha pessoal batendo a porta na cara dela. Não é fácil isso. Desestabiliza emocionalmente qualquer pessoa.

P: Célia, acho que sua parte é isso. Não sei se você quer dizer mais. Agora, quero falar sobre o Deusa Terra.

C: O que você quer saber sobre o Deusa Terra?

P: Quando se e por que se formou?

C: Eu saí do GALF, que já era Um Outro Olhar nessa época.

P: É, já era a transição para a década de 90.

C: Isso. Aí, a gente, que tinha passado pelo GALF ou que tinha algum tipo de contato com o movimento, a gente estava sentindo necessidade de ter um grupo nosso. Então, algumas mulheres, algumas que tinham passado pelo GALF, outras não, outras que eram feministas, decidimos formar um grupo e esse grupo novo saiu da ideia de uma mulher brasileira, que estudava nos Estados Unidos, na Universidade de Berkeley. Era a Fátima. A Fátima falou primeiro conosco, falou com a Marisa, Marisa entrou em contato comigo, com Ruth, com Cintia, com tantas outras, com a ideia de formar um grupo de literatura de mulheres lésbicas.

Fizemos algumas oficinas de mulheres lésbicas e literatura. [Eram] mulheres lésbicas falando de sua realidade através de textos, que seriam crônicas, que seriam romances, que seriam ensaios, qualquer tipo de coisa. Aí a gente começou a fazer isso e tinha outros grupos. Um era

de literatura… Bom, formou-se vários grupos, cada um com uma temática. O nosso era de literatura.

P: Quantas mulheres ao todo?

C: Aí depende da época também.

P: Quantas eram quando começou?

C: Quando começou, umas vinte, vinte e poucas.

P: E quando o grupo se formou?

C: O grupo se formou em 1990. Foi assim: a gente tinha esse grupo de literatura, mas todos os outros grupos que a gente conhecia não permaneceram. A Fátima veio da Universidade da Califórnia em Berkeley, com a proposta de fazer uma pesquisa sobre as mulheres lésbicas do Brasil. Aí ela começou a contactar todo mundo, daqui a pouco todo mundo estava disperso. A gente acabou se reunindo porque ela estava fazendo esse contato. Quando a gente montou o grupo de literatura, Fátima já estava, de novo, nos Estados Unidos, de novo, na Universidade de Berkeley, e nós, brasileiras, aqui.

Percebemos que fazer só um grupo de literatura, fechado, não era o que a gente queria. Queríamos uma coisa mais ampla. Então, a gente começou a fazer um grupo muito modesto, não tínhamos uma sede. A gente se reunia na casa de mulheres que podiam ceder suas casas para os nossos encontros, que eram semanais ou quinzenais, dependia da nossa disponibilidade.

A gente começou a publicar um boletim também. Mais ou menos nos moldes do *ChanaComChana*, só que com assuntos um pouco mais diversificados. Por exemplo, a gente começou a incluir a questão ecológica. A época era a década de 90, teve a ECO-92, né? Era um assunto que estava sendo muito abordado e a gente começou a incluir essas outras temáticas no boletim. Boletim não, né? Jornalzinho, era o que a gente fazia. Tínhamos os encontros de dicussão de vários assuntos e a gente começou a fazer uma coisa que os grupos nunca deveriam deixar de fazer! Que era continuar trabalhando a questão das mulheres que estão descobrindo a sua sexualidade e que, de alguma forma, precisam discutir isso, trabalhar a sua autoaceitação, a sua autoestima, etc. e tal.

A gente passou, também, a participar de eventos, sejam lésbicos, sejam feministas, sejam eventos de movimentos sociais. Por exemplo, a gente foi para o Rio de Janeiro, para a ECO-92; fizemos um evento paralelo de LGBTs na ocasião. E é um grupo que durou alguns anos também. Só que aí, por exemplo, a mesma coisa que a gente tinha de problema no GALF virou um problema maior na década de 90 e, eu acho, é um problema maior hoje. Apesar de você ter mais facilidade, em termos de publicação, digamos assim – você tem tecnologia,

celular, internet –, você também tem as pessoas mais desengajadas, até mais superficiais, eu diria. Então, era difícil entender o que as pessoas queriam quando elas nos procuravam porque nem elas sabiam. A gente fazia questionários, a gente fazia enquetes, eventos, um monte de coisa para entender o que as pessoas queriam. Mas ela não sabiam também. Ficava complicado, né? Então, durou quatro anos o grupo…

P: E a publicação dura quatro anos também?

C: Também. Também foi. De maneira precária, né? A gente não tinha essa preocupação de ter sede, por exemplo… A gente ficou nesse esquema de se reunir na casa das pessoas [que integravam o grupo]. Não tinha ninguém que se dispusesse a ir para os meios de comunicação e dar a cara a bater porque já tínhamos tido o problema da Rosely, com um resultado trágico. Eu, por exemplo, resolvi não ir, me preservar. Até por conta da minha profissão. Não vou aparecer. A gente teve atuações junto ao movimento lésbico e feminista no Brasil e fora do Brasil, mas não tem a mesma proporção que teve, por exemplo, o GALF. Justamente porque não tem alguém que faça essa coisa de ir aos meios de comunicação, dar entrevistas. A gente tinha muito convite, mas ninguém queria ir.

P: Qual era a periodicidade do jornal que vocês editavam?

C: Era um jornal que [se] chamava Deusa Terra também…

P: Você ainda tem exemplares dele?

C: Ah! Esse eu não sei porque meus exemplares eu passei para uma outra pessoa do grupo, que eu não sei nem se ela tem ainda. Não posso prometer para você porque eu não tenho. Você pode deixar um endereço para contato porque se eu achar, eu te passo alguma coisa, mas não vou prometer. Eu tinha alguns exemplares, mas aí eu mudei de casa e a caixa com essas coisas eu dei para outra pessoa. Se essa moça puder ajudar… Mas era um perfil diferente, como eu falei. A gente passou a incluir outros assuntos, até o nome, né? Aliás, eu não sei se você perguntou para alguém o porquê do nome [Um Outro Olhar]. Tinha muita gente que não aceitava o termo *ChanaComChana* como nome do boletim. Foi por isso que depois mudou para *Um Outro Olhar*.

No *Deusa Terra*, é justamente porque estava na moda, na década de 90, você falar da figura feminina, da história do momento em que havia deusas e não um deus e que havia uma valorização da mulher, justamente por causa disso. As sociedades matrilineares eram menos violentas, aquela coisa… Então, a gente embarcou nesta linha e a gente deu de encontro com o movimento ecológico e aí passa a incluir esse tipo de assunto [no boletim].

P: E a periodicidade?

C: Ah, é! Você falou da periodicidade. Normalmente era mensal, mas teve época que foi bimestral. Dependia da nossa disponibilidade.

P: Certo. Você já tinha participado do *ChanaComChana*, mas além de você, outras pessoas tinham experiência na edição desses boletins?

C: Nós tínhamos uma jornalista que tinha sido do GALF e do Um Outro Olhar, numa certa época, e ela tinha saído. Nós tínhamos duas mulheres que eram da área da universidade, eram da USP e outra da PUC, não posso citar nomes, tá? Nós tínhamos pessoas da área de Comunicação, mas não de Jornalismo, eram de Propaganda. No mais, pessoas como eu. Sou professora de história, né? Era variado, mas tinha pessoas que eram mais especializadas.

P: Pelo que você está falando, diferentemente do GALF, não tinha uma Rosely, né? Alguém que estivesse na imprensa. Como vocês faziam com os textos? Assinavam com pseudônimos ou não assinavam?

C: Nós assinávamos só com o nosso nome.

P: Sem sobrenome?

C: Sem sobrenome. Não era especificado. Inclusive, chegou uma correspondência do Luiz Mott perguntando: "mas por que vocês não assinam?". É até interessante isso vindo dele (risos). Só que, por exemplo, na ECO-92, nós fomos como Deusa Terra e Um Outro Olhar foi como Um Outro Olhar. E a Míriam havia escrito um texto, dizendo que ela ia participar desse encontro, mas ela queria que fosse incluído o termo "lésbica" no EBHO, que era o Encontro Brasileiro de Homossexuais. E ela queria que fosse incluído o "L".

Aí deu uma briga, o Luiz Mott atacou a Míriam verbalmente e por texto, de todas as formas possíveis. O Mascarenhas, que era outro medalhão da época, também atacou de várias formas. Eles não entenderam porque não quiseram – porque eles tinham contato com movimentos dos Estados Unidos e da Europa, que já tinham preocupação em ter a especificidade das lésbicas dentro do movimento. Eles não entenderam isso, eles acharam que era uma coisa sectária, que era loucura, que nós éramos um bando de doidas.

Por que eu falo éramos? Porque, apesar de ela ter lançado a questão, nós, do Deusa Terra, que não tínhamos uma militância mais efetiva nesse ponto, nós viemos em apoio, nós escrevemos textos. Eu tinha contato com feministas norte-americanas lésbicas, algumas francesas também. Elas escreveram textos também, pedindo ajuda para intelectuais da Universidade de Berkeley, etc. E veio uma pressão exterior sobre o Mott, por exemplo, para que houvesse a inclusão do termo lésbica.

Quando estávamos na ECO-92, nós havíamos escrito um texto em apoio ao texto da Míriam, dizendo que era necessário que as especificidades lésbicas fossem abordadas no movimento

LGBT brasileiro e nós fomos super hostilizadas. Especialmente pelo Luiz Mott. Inclusive, veio um rapaz, que era do Rio de Janeiro, que foi o único gay – presente no evento – que se levantou e disse assim: "é um absurdo o que você está fazendo com as mulheres aqui no nosso encontro". O único! Tinha um monte de gays ali, que nos conheciam, que eram nossos amigos e que não levantaram a voz.

P: Célia, como vocês faziam para o boletim circular? Porque tinha essa preocupação em ninguém se expor, né?

C: Então, era muito mais por via de correspondência. As pessoas conheciam nosso trabalho, a gente ia a alguns eventos e fazia propaganda. Eu cheguei, por exemplo, a ir em universidades. Aí, sim, no ambiente fechado, pedia para não me fotografar, para não filmar. Aí, sim, eu entrava [na universidade], dava palestras, falava sobre o assunto, vendia os boletins lá, e assim vivemos.

P: E o jornal se mantinha só com assinatura ou tinha anúncio?

C: Não, não tinha anúncio, não. A gente fazia uma coisa bem fechada mesmo. A gente tinha até alguns casos de pessoas que queriam fazer anúncios, mas [eram] anúncios que a gente considerou que não tinham a ver com o público do jornal, e a gente não aceitou fazer.

P: Você teve a oportunidade de atuar em dois momentos da Imprensa Lésbica, durante a ditadura e depois da ditadura. Como você avalia esses períodos? Porque são contextos políticos diferentes. O que muda na militância das lésbicas? O que muda na forma de produzir uma publicação para lésbicas?

C: Olha, o *ChanaComChana* já pegou o final da ditadura. Era a [época da] abertura política. Então, aquilo de "abertura política", virou uma sensação falar desse assunto. A questão é: a gente, por ser de um segmento que já sofria um preconceito enorme, sentia, ainda, os efeitos da ditadura no que se refere a terem impedido que muita informação do que acontecia no mundo chegasse aqui nos 21 anos de ditadura. Agora, a gente não sentiu, especificamente, a mão da ditadura censurando a nossa publicação. São coisas diferentes, certo?

O que nos causava problema era o preconceito imenso que tinha no Brasil, muito maior do que se sentia fora do país. Por conta, como eu falei, da censura, de vinte e tantos anos de ditadura, que impediu muita coisa de ser discutida no país, certo? A diferença, por exemplo, eu acho que se refere na questão de como você lidava com o preconceito, impedindo você de ter acesso a, por exemplo, verbas do governo – porque o governo não queria saber disso; você ter a imprensa também te boicotando de toda a forma, a imprensa televisiva especialmente. A gente não tinha acesso!

Você vê, por exemplo, quantos anos [levamos] para ter um beijo gay na novela? Então, se as pessoas não podiam dar um beijo gay na novela, imagina discutir abertamente alguma questão de lesbianidade. Até hoje, se você for pensar. Na Parada Gay, você mostra a drag queen. Não mostra a Marisa Fernandes, por exemplo. A Marisa Fernandes, se você perguntar para ela, ela ia à Parada, as jornalistas da Globo até tentavam, mas era um problema da edição mesmo. Chamavam a Marisa para dar entrevista, a Marisa entrava no ônibus para dar a entrevista. Aí diziam: "vou chamar a drag queen", saíam e colocavam a drag queen. Aí, de novo, a coitada da jornalista, que queria fazer um jornalismo sério, chamava a Marisa, a Marisa ia de novo e, de novo, colocavam uma drag queen quase sem roupa, para falar bobagem, para dar a impressão de que está se abordando a questão do gay na televisão, mas sempre é aquela coisa pejorativa, estereotipada, reforçando preconceitos.

Tem outro exemplo: jornalistas que vinham falar conosco – tanto eu como as lésbicas do GALF, depois da Um Outro olhar e depois do Deusa Terra –, vinham falar com a gente e, depois, não publicavam o que a gente escrevia ou publicava o que a gente escrevia fora de contexto e, ainda por cima, colocavam comentários horrorosos. Teve uma mulher que a gente recebeu, do Rio de Janeiro, uma jornalista da *IstoÉ*. Uma mulher! Falou com todas nós de maneira legal, etc. e tal. E nós, que falamos com ela, que estávamos lá, somos mulheres sérias, não fazemos determinadas coisas. Ela insinua, no texto dela, que nós teríamos ficado olhando para ela, teríamos cantado ela. Na hora que ela estava nos entrevistando, aparentemente, ela estava levando a gente a sério, gravando e tudo mais. Só que a sorte é que nós também gravamos a entrevista.

Então, a gente escreveu para a *IstoÉ*, falando para ela se retratar porque aquilo não tinha acontecido, que ela teria inventado coisas e que, se ela não se lembrava, nós havíamos gravado a entrevista também. Aí a *IstoÉ* publicou, eu não lembro da data, uma notinha dizendo que a jornalista havia se enganado. Então, a gente tinha que lidar com isso também.

P: E como era o retorno das leitoras do *Deusa Terra*?

C: Muito bom! Só que tinha gente que não entendia a proposta do jornal porque, ao contrário do *ChanaComChana* ou do *Um Outro Olhar*, logo de cara, as pessoas diziam: "quero assinar o jornalzinho de vocês". Nesse momento, a gente já fazia o convite para essa mulher escrever para o jornal. Então, tinha gente que entendia e a gente recebia um material bom. E tinha gente que falava assim: "como? Eu vou assinar um jornal que eu mesma vou escrever?". Elas achavam um absurdo! Entendiam que estávamos pedindo para trabalharem para nós. Na verdade, a gente estava abrindo a publicação para que mais mulheres lésbicas tivessem voz. Mas tínhamos retorno de vários lugares do Brasil, de fora; a publicação também foi para a

Câmara e o Senado norte-americano. Tudo isso! Trocamos [material] com feministas francesas, americanas, tudo isso.

P: Acho que é isso, Célia, bastante coisa. Quase duas horas [de gravação] só com você.

C: Pois é! Falei demais (risos)!

APÊNCIDE C – Íntegra da entrevista com Marisa Fernandes

Data da entrevista: 11/01/2019.
Local da entrevista: Casa de Yáskara Kalorri em São Paulo (SP)
Duração: 02:01:02
Data da validação da transcrição pela entrevistada: 04/11/2019

P: Primeiro, eu quero saber como surgiu seu interesse por política e ativismo social. Quantos anos você tinha quando entrou para o movimento? O Somos/SP foi o primeiro?

M: Então, o primeiro grupo que eu pude entrar foi o Somos/SP, em fevereiro de 1979. Eu estava com 26 anos, nasci em 1953. Eu já estava na universidade. Ali, fiquei sabendo da existência de um grupo organizado de homossexuais e, imediatamente, entrei nele. Eu e minha companheira. E o que me motivou a isso foram dez anos de espera.
Eu era muito jovem quando me apaixonei por uma coleguinha de escola. Hoje, eu não sei em que série seria. Quando eu estudava, primeiro a gente fazia do 1º ao 4º ano, depois tinha um 5º ano, que se chamava admissão ao ginásio (risos). Aí, tinha a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série. Então, eu estava na 7ª série, com 15 anos.. Eu era uma menina e ela também. E nós nos apaixonamos, sem saber que nome tinha aquilo, sem saber se aquilo era permitido ou não, se era bonito ou não, se as pessoas gostavam, se existiam outras pessoas que se apaixonavam por pessoas do mesmo sexo (risos). Não tinha nenhuma referência.
E exatamente por não ter nenhuma referência e o amor ser lindo, a gente voltava juntas da escola. Descobrimos que morávamos no mesmo bairro. Aí, tinha a despedida do portão. A rua dela ficava acima da minha. Olha que interessante. Então, tinha a despedida do portão. Beijinho, aquela coisa adolescente. Provavelmente, devia ter alguns esfregõezinhos, né? (Risos).
Mas quando a gente descobriu essa paixão uma pela outra, o bairro inteiro descobriu. E, por óbvio, a minha família também. Então, eu descobri o amor e a dor simultaneamente. Mesmo sem saber que nome tinha o que eu era, a repressão veio com tudo, por parte da família.
P: Das duas famílias?
M: Não. A mãe da minha namorada teve uma gravidez muito tardia porque ela teve consecutivos abortos. Então, ela conseguiu ter essa menina e, obviamente, essa menina era a rainha. Bom, ela era filha de um pai advogado e de uma mãe semi-analfabeta. O pai dela tinha

sido comunista e, inclusive, foi preso na época do Getúlio Vargas, quando morava no Rio de Janeiro.

O meu pai era encanador. E eu também era um ano e meio mais velha do que ela. Então, quem levou a filha deles para o mau caminho foi eu! (Risos). Eu era a filha do pobre e era mais velha. E a minha família não teve formação nenhuma. Meu pai e minha mãe foram operários, filhos de imigrantes. Uma família muito pequenininha. E eles não tinham a menor possibilidade de entender o que era aquilo. Só sabiam que era imoral. Como era imoral uma mulher ser separada, largada do marido. Era o que se falava na época porque não tinha divórcio, né? Era desquitada. Então, toda mulher desquitada era uma puta, toda a atriz era uma puta. Esses eram os conceitos.

Então, minha família não podia ter entendimento daquilo. Eu, menos ainda. Eu era a filha caçula. Eles tinham três outras. Eram quatro mulheres, quatro meninas. Duas já eram casadas. A outra, acima de mim, era cinco anos mais velha do que eu. Enfim, nenhuma das outras filhas tinha dado essa "vergonha" para a família. Eu não podia ser aquilo. Eu não podia amar. Que história era aquela?

Diante de toda a repressão e violência doméstica que eu sofri – e não foi pouca –, eu só tinha uma coisa na minha cabeça: que aquilo tudo era injusto. O que eu estava passando era injusto, não era possível. Eu não estava fazendo mal para ninguém, eu não estava fazendo nada de errado. Eu estava namorando uma amiguinha. Como eu namorava os amiguinhos, antes. O namoro era voltar da escola de mãos dadas com os meninos. Isso era namorar, naquela época.

E quanto mais eles proibiam, mais aumentava o amor (risos). Nós planejávamos diversas formas para nos encontrar escondidas. Então, tudo isso fortalecia o vínculo que eu tinha, porque era a única lésbica que eu tinha conhecido na vida. Eu a ela e ela a mim.

Nessa época nós vivíamos sob uma ditadura militar bastante terrível, e, em 1968, veio o AI-5. Então, tudo era absolutamente censurado. Pela imprensa escrita, não havia informação positiva sobre a homossexualidade. Tudo era censurado. Não se falava sobre homossexualidade. Se falavam, falavam muito mal.

P: E naquela época a OMS ainda considerava uma doença, né?

M: Além de ser uma doença, né? Mas imagina se a gente sabia o que era a OMS [naquela época]. Era pecado, era doença, era errado, era safadeza. Tinha como fazer parar, entendeu? Na porrada, na proibição. Diziam que iam me internar num colégio, separação de corpos, sabe? Uma ficava aqui, outra na casa do capeta. Nós duas nos víamos na escola, então era preciso tirar da escola, porque ali era a fonte.

Então, foram muitas violências psicológicas e físicas também. E eu ouvia muito, quase que cotidianamente: “se você quiser ser o que você é, é dessa porta para fora”. Mas como? Eu era apenas uma estudante. Eu não tinha trabalho, não tinha 18 anos, não tinha documento! A minha família era tudo o que eu tinha. Meu pai, minha mãe e uma irmã ainda solteira. Então, foi bastante duro, bastante injusto e eu não tinha apoio. Não tinha grupos, né?

O que existiam eram grupos políticos clandestinos, que eu não podia participar. Ainda bem, né? Imagina se eu achasse que os perseguidos políticos iam me acolher… Eu também não ia achar apoio. Então, era a ausência de informação, de qualquer estrutura organizativa. Tudo isso te deixava num completo abandono.

E os anos foram passando. Bom, quando eu fiz 18 anos de idade, eu tirei minha carteira de identidade e fugi de casa. Fui vestindo uma roupa em cima da outra e fui embora de casa. Agora, eu era ingênua, né? Meu Deus! A coisa que eu mais admiro no mundo, hoje, são vocês, com 23 anos, jovenzinhas. Vocês estão voando, voando! E obviamente é por toda a estrutura que se tem hoje. Não só democrática, como de tecnologia. Vocês estão voando.

Então, nessa ingenuidade, eu fui para o Rio de Janeiro, porque eu não sabia nem para onde eu ia. Eu sabia que a minha família, do lado dos iugoslavos, tinha alguém que morava no Irajá. Agora, vai saber onde era o Irajá.

P: E era sua primeira vez no Rio ou você já conhecia a cidade?

M: Sim, foi. Posteriormente fui conhecer o Rio de Janeiro, ainda com 18 anos, fui de excursão, porque pessoas pobres só viajavam de excursão. Eu peguei um ônibus na Rodoviária de SP e cheguei à noite na rodoviária do Rio de Janeiro. Tomei um táxi e pedi para me levar para o Irajá. Imagina! Eu podia ter sido violentada, mas eu peguei um cara muito do bem, mesmo! Quando eu cheguei à casa do Irajá, onde ninguém nunca tinha me visto, eu fiquei chamando. Acho que a casa era uma prima de “décimo” grau da minha mãe, alguma coisa assim. Eu a chamava pelo nome. A Baixada Fluminense passava todo dia na televisão, como um lugar muito violento. Por óbvio, ninguém me atendeu. E o taxista ficou ali me esperando.

Aí, essa minha namoradinha tinha uma prima, que era sobrinha da mãe dela e que morava em Anchieta. Outro bairro da Baixada Fluminense, e pedi para o taxista me levar para Anchieta. E lá eu fui atendida.

No dia seguinte, eu acordei e fui brincar com as filhas dela, a gente ficava conversando. Imagina se eu pensava que, já que eu tinha saído de casa, a primeira coisa que eu deveria fazer era tratar de achar um emprego. Eu não tinha nenhuma maturidade e sentia muita dor também. Então, eu pensava “estou livre de perseguição, estou da porta para fora”.

É claro que essa dona da casa ligou para a mãe da minha namorada e disse: “olha, aqui tem uma mocinha, uma molecona, dizendo que veio ficar aqui” (risos). Meus pais foram avisados de onde eu estava. E aí meu pai foi, pela primeira e única vez, de avião para o Rio de Janeiro. Bom, aí, de tardezinha, meu pai chegou.

Eu acho que, na verdade, meus pais me expulsavam tanto porque… [voz embargada]. Meu pai trabalhava demais, trabalhou feito um cavalo mesmo, feito burro de carga, sabe? Para poder me dar uma vida um pouco melhor do que a que ele teve. Felizmente, ele me deu uma vida melhor do que a que ele teve. A gente comeu todos os dias, não precisou trabalhar na infância. Então, tivemos escolaridade, eu e minha irmã cinco anos mais velha. As outras fizeram 18 anos, casaram e foram embora de casa. Porque a repressão sexual era muito violenta. Minhas duas irmãs casaram virgens. Arrumaram o primeiro namorado e já casaram para saber como era fazer sexo. Tinham 18 anos. Com 20, já eram mães.

Enfim, eles me expulsavam tanto de casa e acho que eles nunca imaginaram que eu de fato um dia faria isso, mas eu fiz. E acho que aí caiu a ficha deles. “Onde está minha filha? O que aconteceu? O que vai ser da vida dela?”. Uma preocupação. Uma preocupação que demonstrava que existia um amor, entendeu? Porque ele foi me buscar e a condição era “nunca mais você vai ser perseguida, nunca mais. Você vai ser o que você quiser ser e ninguém vai te incomodar mais”. E eu pensava: “eles vão me por no Juquery”. Juquery era um lugar de internação psiquiátrica. Eu pensava que eles iam me internar, igual louca. Não tinha muita confiança nisso.

O mais interessante é que eu sou de Santo André, do ABC Paulista. Veja como são as coisas. Tenho certeza que eles sentiram o tamanho do buraco que eles tinham se enfiado e me enfiado também. Eles levaram um deputado estadual, eleito por Santo André, que era da Arena. Era um japonês. Meu pai pegou avião, ida e volta, por causa dele. Meu pai pediu para ele fazer essa interlocução. Meu pai ficou no táxi e o deputado é que desceu para falar comigo. Ele falou: “você pode voltar porque você tem a minha palavra, eu vou garantir. Voltando, você vai trabalhar no meu escritório político lá de Santo André”. Então, eu não tinha muita escolha. Eu queria voltar, queria trabalhar, ver minha namorada, eu não queria ficar longe da minha família, não tinha nada, poxa. E assim foi. Eu voltei e fui trabalhar no escritório de contabilidade. Eu queria ter um pouco de dinheiro, de independência, né?

P: Sua vida estava em São Paulo.

M: É. Então, dos 15 anos de idade até os 26, em 1979, eu descubro que existe um grupo, eu fiquei esperando 11 anos para atuar na defesa da justiça para homossexuais. A correção da

injustiça que fizeram comigo. Eu pensava que não era possível eu ser sozinha no mundo, que muita gente devia passar o que eu passava. Então, eu entrei de cara no grupo Somos/SP.

P: Como você soube dele?

M: Eu estudava na USP, no departamento de História. Na frente, era o departamento de Ciências Sociais. E em fevereiro de 1979 aconteceu no anfiteatro do departamento de Ciências Sociais, uma semana inteira de debates sobre minorias: mulheres, indígenas, negros e homossexuais. Eu falei "Nossa Senhora, era tudo o que eu estava esperando!". Minha namorada não era da USP, ela era da FAAP, da faculdade de Artes. Nós fomos juntas. O debate sobre homossexualidade foi numa quinta-feira e no sábado seguinte nós duas já estávamos numa reunião do grupo Somos/SP.

P: Vocês foram as primeiras lésbicas a entrar no Somos/SP?

M: Quando nós chegamos lá, tinha uma menina chamada Maria. Ela era de Campinas. Era a única mulher que estava lá. Não sei o que aconteceu, mas quando nós entramos, ela saiu do grupo. Acho que ela pensou que ia perder o afeto deles. Na reunião do dia 17 de fevereiro, tinha 12 lésbicas e 12 gays. Deviam ser outras lésbicas que estiveram presentes ali no debate da USP e também amigas de gays que participaram. Foi assim que eu iniciei o meu ativismo político no movimento LGBT e assim continua até os dias atuais.

P: Quando você entrou no Somos/SP e vieram essas outras mulheres, qual era o perfil delas? Elas eram como você, que veio da periferia? Qual era o nível social, a raça, a formação delas?

M: A faixa etária era mais ou menos a mesma, mais ou menos em torno de 20 anos. O que eu posso te dizer? Eu penso que as lésbicas do Somos/SP tinham um perfil um pouco mais equilibrado. Por exemplo, minha namorada e eu éramos do ABC, a Teca era de Osasco, a Cristina era da capital. Conceição eu não me lembro, mas ela a Rose e a Claudinha eram lésbicas negras, provavelmente da capital também. Eu, Teca e Míriam estávamos na faculdade. Não tinha tanta diferença como passou a ter quando nós fizemos um grupo só de lésbicas. Não me lembro, hoje, o nome de todas que estavam ali, mas a gente tinha similaridade, era um pouco mais integrada, sim.

P: Agora, um ano depois, em 80, acontece a ruptura. Quem propôs essa ruptura?

M: Em 1980, a gente saiu do Somos/SP. Quem propôs? Olha, nós éramos um grupo muito coeso, um grupo só de lésbicas. Já tínhamos feito muitas atividades. Éramos ativistas lésbicas e feministas ferrenhas. Me lembro que eu dormia duas horas por noite. Não tinha tempo para dormir! Eu trabalhava, estudava à noite. Morava em Santo André e estudava na USP, no Butantã. Então, eu saía do trabalho às 17 ou 18 horas, batia ponto. Batia ponto sete horas da manhã, batia ponto cinco horas da tarde, depois tinha que estar na USP às 19h30.

Enfim, fazíamos reuniões como loucas, uma atrás da outra, com os movimentos LGBT, de feministas e do nosso grupo mesmo. O clima no Somos/SP estava muito chato! Houve uma dupla ruptura dentro do Somos/SP, porque saíram as lésbicas do subgrupo Lésbico Feminista, do LF, mas também alguns gays que criaram o Grupo Outra Coisa.

O que levou a essa divisão foram as discussões insanas sobre cooptação do movimento homossexual pela Convergência Socialista, por partido político – o PT foi fundado nesse mesmo ano) e também porque poucos integrantes do Somos/SP haviam participado da passeata do dia 1º de maio, apoiando os trabalhadores em greve, na verdade uma passeata contra a ditadura militar. E, realmente, nós éramos um grupo anárquico, né? As discussões que não terminavam mais. Aquilo estava tão chato para nós, sabe? Nós queríamos fazer outras coisas. Nós tínhamos tanta coisa para discutir, porque a gente já era feminista, né? A gente tinha tanta coisa para lidar, já era mulher, lésbica. Meu Deus do céu! Não dava para ficar com mais esse problema.

Então, na verdade o estímulo foi dado pelos gays que brigavam. Algumas lésbicas, as do LF, pensaram: "o que a gente vai ficar fazendo lá dentro?". E também tinha um grupo de gays que já estavam bem incomodados com isso. Um grupo mais anarquista. Mas a gente já não trabalhava mais tão junto, já tínhamos uma grande autonomia. Aí, falamos: "vamos sair, vamos sair. Vamos escrever uma carta, a gente lê, agradece e tal". E a gente estava querendo muito trabalhar mais com as mulheres [do movimento feminista]. Nós não estávamos saindo do movimento LGBT, do movimento homossexual. Nós continuávamos sendo do movimento homossexual, mas não queríamos mais ficar dentro do Somos/SP. Bom, aí teve uma reunião conjunta e anunciamos nossa saída. Não sei te precisar a data, mas foi assim que aconteceu.

P: Entrando nessa fase em que vocês se separam do Somos/SP. Você escreveu, no livro com o James Green [*História do Movimento LGBT no Brasil*], que um grupo de 25 lésbicas se reuniu para escrever uma matéria para o *Lampião*. Aquela que foi publicada em maio de 1979. Depois, o *ChanaComChana* só vai ter a primeira edição publicada em janeiro de 1981. Quase dois anos depois. O que aconteceu nesse meio tempo?

M: Veja o que aconteceu. Nós entramos em fevereiro de 79 e em maio já estávamos publicando uma matéria de cinco páginas no *Lampião*. Como a matéria foi escolhida como a capa para a edição de aniversário de um ano do *Lampião*, a gente achava que esse jornal seria, a partir daquele momento, o nosso canal de comunicação com outras lésbicas do Brasil todo. Nós queríamos atuar. Tanto que depois o grupo passou a se chamar de Atuação Lésbico-Feminista, tá? Mas não foi isso o que aconteceu.

Em junho, na 13ª edição do jornal, nós fizemos um roteiro dos bares frequentados por lésbicas na Capital paulista. Fizemos recorte de lésbicas porque até então esse tipo de roteiro não aparecia no *Lampião*. Bom, nós fizemos esse segundo trabalho sequencial para o *Lampião*, mas morreu ali, meu amor. Não tivemos mais espaço.

P: O que disseram quando vocês mandaram esse roteiro? Ou não disseram nada?

M: Não, o roteiro foi publicado, mas as interlocuções pararam. Enfim, ali não era um espaço. Não posso dizer que não foi dado, mas ele não foi conquistado. A gente publicava muita carta aberta, muita petição, muitos manifestos. Principalmente em 1980, por causa das violências policiais. Documentos sobre o dia 8 de março, sobre violência contra as mulheres, contra matérias publicadas em jornais e revistas que invisibilizavam as lésbicas. Também panfletamos esse material nas ruas, enfim. A gente produzia muita coisa escrita, sim, mas era muita carta aberta à população, muito manifesto, coisas assim.

P: Em janeiro de 81, também sai a primeira edição do *Iamuricumá*. Como você teve acesso a ele?

M: Correio (risos). Era assim com tudo o que a gente fazia na época. Nós tínhamos uma caixa postal. Veio de uma amiga do Rio de Janeiro.

P: Então foi por causa dos contatos com o movimento.

M: É, por causa dos contatos do grupo. A gente recebia muitas cartas do movimento do Rio, do João Antônio Mascarenhas, de muita gente que, hoje, já tá morta. Como eu tinha aberto a caixa postal, fiquei responsável por buscar as correspondências.

P: Bom, mas vamos falar da edição especial do *ChanaComChana* [publicado em janeiro de 1981]. Você disse que ele tem uma história muito peculiar.

M: Sabe essa história da minha primeira namorada, que eu te contei? Eu fiquei com ela dez anos, aquela história de amor na adolescência, de amor proibido e tal. Foi com ela que eu entrei para o Somos/SP e a gente ainda estava juntas. Já organizadas dentro dos movimentos LGBT e feminista é que nós nos separamos. Ela passou a ter um caso com outra lésbica ativista. Embora essa nova companheira fosse de origem muito humilde, era alguém que tinha um excelente trabalho e ganhava bem. Minha ex sofreu um acidente muito grave e havia a possibilidade de nunca mais andar porque ela teve uma lesão muito séria na coluna.

Então, a nova namorada fez esta edição. Uma edição que nós sabíamos que jamais poderia ter outra igual (risos). Não tinha como, era caro. Foi muito mais uma declaração de amor. Tanto que ele é único. Ele é uma edição especial, não é numerado.

P: E como vocês pensaram no conteúdo que saiu nesse primeiro número e como conseguiram chegar à Angela?

M: Oh, menina! Minha atividade, dentro do nosso grupo organizado, foi muito mais sobre conceitos e ações políticas do grupo. Eu não participava de grupos de estudos, grupo para fazer o jornal, nem de sua publicação. O meu ativismo sempre foi caracterizado como uma coisa voltada à exposição pública. Minha atuação era muito mais externa. Ao contrário da Míriam, que sempre gostou de escrever. Então, eu não sei. Eu trabalhava muito, estudava muito. Tudo era longe para mim e o grupo me consumia muito. Por isso, não sei te dizer como se chegou à Ro Ro, não. Mas não devia ser muito complicado, né?

Quando o movimento lésbico fez 20 anos, nós fizemos um evento. Foi em 1999, num hotel aqui de São Paulo. Aí eu já era do Coletivo de Feministas Lésbicas. Nós chamamos a Angela Ro Ro, para ser homenageada. E sobre isso eu também não sei te dizer detalhes. Não sei como, mas a gente chegava, mas ela não veio, não sei o porquê. Mas convidamos porque ela falou publicamente [sobre sua orientação sexual], teve visibilidade. Coisa que outras não fizeram, além de Leci Brandão.

P: Então, nem desse primeiro número você participou? Porque tem uma Marisa no expediente do jornal. Eu achei que era você.

M: Não. Tinha três Marisas no grupo. Eu não me lembro de fazer essa entrevista. Não me faz pergunta minuciosa assim. Aquela época era muito doida, muita correria. Não lembro de tudo (risos).

P: (Risos). Mudando de assunto. O movimento de lésbicas teve o *ChanaComChana*, que foi pioneiro, mas depois surgem outros grupos que também fazem publicações. Tanto nos anos 80, como em 90, até hoje. Na sua opinião, por que sempre que se constituía um grupo de lésbicas, era decidido publicar algum periódico?

M: Ah, poxa, era uma coisa tão concreta, né? O grupo sofre modificações, as pessoas entram e saem, mas o periódico continua lá. Como agora, o que você acabou de me mostrar o número especial [do *ChanaComChana*]. Isso é palpável. Além de você conseguir atingir outro público, um público de lésbicas muito mais amplo do que aquelas dos grupos organizados.

Na verdade, o que os grupos de lésbicas sempre tiveram era esse desejo de serem maiores. Primeiro, porque era muito difícil formar um grupo de lésbicas. Depois, era difícil que ele fosse duradouro, que tivesse uma frequência regular. Sempre foi muito difícil. Tem horas em que você tem uma explosão de gente. Depois, vem um esvaziamento enorme. Houve momentos em que o nosso grupo teve apenas quatro mulheres. E fomos em frente. Foi o que aconteceu em 80. O LF sofre um racha e surge o Terra Maria. Quando fundam o Terra Maria, em outubro de 80, nós, do LF, ficamos em quatro. Quando virou o ano, em fevereiro, a gente já tinha, de novo, um monte de gente. Então, o jornal tem muito disso, não só de expressar

suas ideias e ser uma fonte de informação diversificada, mas também de ampliar, de tocar as lésbicas, sensibilizar as lésbicas para que se tornassem ativistas, para que falassem mais, participassem mais e saíssem da invisibilidade. No fundo, a gente queria sempre as mesmas coisas, mas com públicos distintos.

P: Agora, o LF, que depois se tornou GALF, teve várias fases, mas você disse que só participou no início. Depois que sai aquela edição especial do *Chana*, em 81, acontece um hiato. Ele só volta em dezembro de 82, já em formato de boletim. O que aconteceu nesse meio tempo? Foi a partir daí que você se afastou?

M: É, é. (Risos). Acompanhei até o grupo conseguir uma sede própria na rua Aurora. Depois, eu precisei me afastar, por questões de saúde. Minha questão de saúde era uma desintoxicação mesmo. Eu tava abusando de substâncias psicoativas e álcool. Enfim, tudo o que tinha. Para segurar tanta energia, tanto trabalho, porque eu era bastante ativa. Então, eu estava muito intoxicada e resolvi sair de São Paulo, para fazer essa desintoxicação.

Parei com o ativismo em coletivos, em grupos. Mas quando eu retornei para São Paulo, eu nunca deixei de ir, por exemplo, às reuniões organizativas do 8 de março, mas eu era autônoma.

P: E quando você volta?

M: Ah, que pergunta difícil! Não tenho muita memória. Mas, eu me desliguei de coletivos. Por quê? Porque a gente fazia as reuniões bebendo, fumando e cheirando. Quando a gente saía, sempre tinha alguém que falava: “vamos tomar uma?”. Ou você se desliga um pouco desse social que te leva a tanta dependência ou você faz o seu caminho muito mais difícil. Então, foi uma questão de saúde mesmo, uma escolha que eu tive que fazer. Saí do ativismo coletivo, mas me mantive de forma autônoma.

P: É, mas em 90, vem o CFL. E você é uma das fundadoras.

M: Aí já era outra coisa. Em 85, o GALF sai do movimento feminista, depois, em 89, acho que é quando ele encerra as atividades e vira a Rede Um Outro Olhar. Não tinha nenhum grupo além da Rede. E nós estávamos sem nenhum outro grupo de lésbicas organizadas no Brasil, que participasse como grupo do feminismo. Então, nós participamos do décimo encontro nacional feminista, em Bertioga. Éramos muitas lésbicas, mas estávamos completamente invisibilizadas. Não tinha grupo organizado, não tinha nenhuma oficina, ninguém tinha pensado em nada.

Até que começa a dar aquele formigueiro. E a gente pensa em chamar uma reunião de lésbicas, que acabou acontecendo na casinha 32 do evento. Nunca vou me esquecer. Eu fiz parte da comissão organizadora desse encontro. E a gente começou a colar cartazes, avisando

que ia ter essa reunião de lésbicas. Algumas das lésbicas presentes foram. Não todas. E lá a gente se sentou no chão, nos beliches, por onde deu. E a conclusão foi que estávamos invisíveis ali dentro. Muitas de nós já tinham feito parte de grupos organizados. Então, nós precisávamos voltar a reagir.

P: Mas, na sua opinião, por que aconteceu esse esvaziamento? Foi pelo fato de o GALF ter saído do movimento feminista ou era uma coisa maior, que refletia o momento político do país?

M: Não. Tinha tido o GALF, por exemplo, que era um grupo organizado de lésbicas, mas que rompe com o movimento feminista. Nós, as ativistas independentes, atuávamos muito dentro do movimento feminista, bem como nos encontros brasileiros de homossexuais, né? Mas de forma desorganizada, autônoma.

Aí, na década de 90, o GALF muda de nome para Rede Um Outro Olhar. Muda muito. Mas eu não sei se aglutinou ou não muitas mulheres porque eu já não atuava mais com elas há muito tempo. Eu já estava muito distante e trabalhando muito com as feministas. E havia muitas lésbicas ali, só que desorganizadas.

Então, nós chamamos uma reunião, que aconteceu na casa da Marise. Foram umas 30 lésbicas e aí a gente falou: "vamos fazer um grupo". E tinha um grupo que a gente gostava muito. Ele se chamava Coletivo de Feministas Lésbicas de Barcelona. Tinha uma lésbica espanhola que falava muito bem. Elas tinham uma publicação que se chamava *Nosotras que Nos Queremos Tanto*. E era muito legal, muito boa. A gente gostava muito das coisas que elas escreviam.

Nós tivemos a oportunidade de estar juntas por duas vezes. Uma na Argentina e a outra aqui, no Brasil. Era um dos encontros feministas latino-americanos e do Caribe. E elas vinham da Europa para cá. Vinham muitas europeias para cá. Elas são loucas pelas *brasileñas* e pelo Brasil (risos). Pelo menos naquele período. Bom, aí nós colocamos o nome do nosso grupo de Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo.

Quando a gente foi registrar o grupo, uns quatro anos depois, foi muito engraçado. Por exemplo, o oficial lá do cartório de registro se recusou porque era a contra a moral e os bons costumes.

P: Em 90?!

M: É. Em 1994, em São Bernardo do Campo. No Rio Grande do Sul, também tinha tido uma recusa de registro em relação ao grupo Nuances. Eles chegaram ao cartório, com seu estatuto, sua ata de fundação e também para eles disseram: "não! É contra a moral e os bons costumes. Imagina! O que é isso?" (risos). O Nuances entrou com uma ação e conseguiram, eles nos orientaram como proceder, para obter o registro.

Aí nós acionamos o grupo de mulheres da OAB, aqui de São Paulo. As advogadas fizeram várias reuniões e, enfim, registrou-se. Elas fundamentaram tudo e registrou-se. Depois, fomos abrir a nossa primeira conta bancária no Banco do Brasil. Se você visse a cara do gerente… (risos). "Pessoa jurídica?", ele perguntou e eu disse: "sim, pessoa jurídica. Já tá registrado!". Quando ele ia escrever Coletivo de Feministas Lésbicas, a mão dele não ia (risos). E a gente queria que tivesse esse nome. Não bastava ser feminista, tinha que ser feminista lésbica. Era isso o que a gente queria: garantir essa visibilidade. Nós queríamos lidar com a sociedade dizendo que nós existimos, a gente é de verdade, nosso grupo tem CNPJ e tudo (risos).

P: Mas nessa época já tinha pelo menos uma década de movimento organizado lésbico. O que muda? Ou não muda? Em termos de atuação, das dinâmicas que vocês faziam.

M: Ah, meu Deus! Muda, muda muito. Surgem vários grupos. Muda sim. Surgiram grupos que decidiram atuar só com lésbicas, outras que decidiram atuar só com lésbicas e com feministas; avança a luta para ser um sujeito político, sabe? A busca por políticas públicas também. Você começa a ter uma outra visão. Não era apenas afirmar uma identidade ou de focar em ação que era uma reação. Começamos a focar, politicamente, em termos uma atuação internacional maior, mudam as bases.

Tem um amadurecimento também. São dez anos de aprendizado, né? Antes, a gente não tinha maturidade nenhuma. Você não tinha cartilha sobre o que é fazer um grupo. Nós perdíamos muitas lésbicas, no começo, na década de 80, porque nós fazíamos um discurso difícil.

Por exemplo, nós éramos tão mal vistas pelas mulheres do gueto (risos). Nós éramos vistas como mulheres que comiam todas as mulheres, que só pensavam em sexo, que a gente namorava uma com a outra. Elas pensavam isso porque a gente combatia o amor romântico, a gente combatia a monogamia. Quer dizer, casamento aberto para lésbica? Ah, não. Para lésbicas do gueto, ainda? Como? Não, né? (Risos). E isso era falta de maturidade. As lésbicas saíam correndo do grupo!

P: Mas essa tensão era só com as mulheres que vocês estavam tentando trazer ou também acontecia dentro dos coletivos?

M: Dentro dos coletivos a gente era muito porra-louca, né? Imagina!

P: Eu pergunto porque vocês estavam em formação também. Era a primeira experiência de ativismo de muitas de vocês.

M: Era, realmente. O que a gente entendia? A gente entendia que a relação heterossexual, cis, monogâmica, oprime a mulher, mas não o homem. Porque tem a questão do machismo, né? E nós éramos feministas, estávamos nos fazendo feministas lésbicas. E não queríamos viver como os casais heterossexuais porque eles estavam todos vivendo uma hipocrisia, uma

mentira! A opressão era da mulher! Os caras estavam não só fazendo sexo com outras mulheres como com travestis também (risos).

P: A monogamia só era uma regra para as mulheres.

M: É. E eles ficavam usufruindo do nosso corpinho, com tudo o que tem de bom dentro de nós. Então, a gente queria trazer à tona essas reflexões. Mas isso não significava que éramos todas assim. Umas eram monogâmicas, outras tinham casos abertos. Não era uma imposição como é a heterossexualidade.

Mas não tinha maturidade para abordar essas coisas. A gente falava que o amor romântico é pernicioso. É óbvio que é! Porque você tem um padrão imposto de amar, em que você vai abrindo um monte de concessões. Do chocolate que você gosta até uma primeira briga mais séria. Você vai ao supermercado e compra o chocolate da marca que ela gosta porque, afinal, você pode comer qualquer chocolate. Então, vai dessa bobagem, desse exemplo simples que eu dei, até uma discussão mais séria. Você pensa: "ah, mas eu gosto tanto dela, mas ela é tão legal". Sabe? Você vai arrumando uma desculpa e tal.

Por que essas mulheres apanham e chegam a ser mortas? Algumas denunciam, depois retiram a denúncia. Por quê? Ah, porque gosta tanto! Que amor romântico é esse, que oprime dessa maneira, a ponto de você perder sua vida? Você vai deixar de comer o seu chocolate, de ir ao show da sua vida porque sua companheira não vai? Não! Eu sou um ser, eu sou uma outra individualidade. Eu vou amar você sempre, vou continuar sendo sua mulher, mas tenho minha individualidade e vou ao show. Quem não tá com vontade é você. Entendeu? Sem essas opressões.

Mas imagina se a gente tinha esse domínio para explicar, para fazer as pessoas entenderem. E tem outra coisa. Eu tô explicando isso aqui para você, mas nós somos duas universitárias. Agora, imagina se a gente podia falar isso para as mulheres do gueto, mulheres que não tinham nenhuma informação. Então, as pessoas se assustavam com a gente. No geral, nós éramos vistas como aquelas que acabavam com o casamento de todo mundo, que ia para orgia (risos). Você entende o nível de dificuldade? Só na década de 90 que isso muda porque estávamos mais amadurecidas.

P: E como isso mudou? Como vocês conseguiram fazer as lésbicas permaneceram nos grupos nesse novo momento?

M: Trabalhando as questões feministas, da opressão do patriarcado, mas abordando de uma outra maneira. Falando do respeito à nossa individualidade, que somos mulheres fortes, guerreiras, enfim…

P: Agora, você falou que o LF, depois que se tornou independente e se tornou GALF, diminuiu a diversidade das integrantes que faziam parte do grupo. No CFL, que já veio na década de 90, como era a questão da diversidade das integrantes?

M: Nossa, o CFL existe há tanto tempo! (Risos). Quase três décadas! Tinha diversidade racial e étnica sim. Em termos de idade também porque entraram umas jovenzinhas, que se depararam com a gente, as precursoras. Acho que escolaridade, talvez, tenha sido um pouco mais igualitário. E acho que diversidade de classe também não tinha muita. E acho, inclusive, que esse era um traço dos grupos de São Paulo. Essa questão da classe, talvez, tenha sido um pouco mais diversificada na Bahia. Por exemplo, com o GLB [Grupo Lésbico da Bahia], de Salvador.

Aqui em São Paulo, já na década de 90, eu sei de mulheres que entraram em grupos, algumas até ajudaram na formação, mas saíram depois. Elas diziam assim: "Marisa, o nome era pesado demais para eu carregar".

P: Feminista e lésbica.

M: É. E depois, o mais engraçado… Para mim, é divertido mesmo! E foi desde o primeiro momento. A primeira vez que eu ouvi isso foi na Bahia, num encontro de lésbicas que teve lá. Uma lésbica tava na piscina, era aquela hora depois do almoço, antes de voltar às atividades. E ela vira e diz assim para mim: "olha aí! Por que tem gente que fica em grupo de feministas lésbicas e não de lésbicas feministas?" (risos). Sabe quando dá vontade de falar assim: "oi?"? Eu sempre dei muita risada disso, cara. Dizia que tinha que ser lésbica feminista e não feminista lésbica porque isso faria toda a diferença. Acho que sou muito burra e não entendi, mas sempre dei muita risada dessa situação. E essa não foi a única vez. Essa que eu tô relatando foi a primeira. Eu lembro que respondi, que era melhor ter esse nome do que o grupo se chamar, por exemplo, Borboleta Azul, né? Porque esse nome não define se o grupo é de lésbicas, de feministas, de homens, de outras mulheres? Quem são as borboletas azuis? Eu lembro que só falei isso.

P: Então, foi uma constante.

M: Sim. Era assim… Como se fosse uma covardia a gente usar esse nome. Virou uma acusação, uma ofensa para com a gente, uma tentativa de nos desqualificar. E vinha de outras lésbicas! (Risos).

P: Marisa, nos seus escritos sobre o movimento de lésbicas da década de 80, você relata a questão da perseguição policial. Sempre fala da mão do Estado pesando contra os homossexuais. Nesse período, você ou alguma ativista lésbica que você conhece foi presa por causa da militância?

M: Não, não fomos. Nunca fui tirar ninguém da cadeia, porque se a lésbica pagasse ela saía e se tivesse a carteira assinada era liberada, porque não podia manter presa. Veado sim. Veado a gente chegou a tirar da cadeia, mas lésbica não. E olha que a gente era abusada, viu? (Risos).

P: Mudando de assunto. O CFL teve publicação?

M: Não! Eu não falei para você que a gente já tinha aprendido com o passado? (Risos).

P: É, mas quando sai a *Femme*, em 93, tem textos seus lá.

M: Ah, sim, sim.

P: Me conta como foi sua participação lá.

M: Fazíamos reuniões de pautas, então cada qual escrevia o seu artigo. A gente ia para São Vicente, para a casa do casal…

P: Da Mônica e da Theresa?

M: Isso. Enfim, era um sonho muito grande delas e a gente participou. Mas aí pipocaram várias coisas, sabe? O duro é que tem pessoas que são muito cruéis. Por exemplo, o CFL vai ter uma atuação completamente diferente. E eu só posso falar pelo CFL, em termos de políticas públicas e direitos. Nós fomos trabalhar com mulheres presas. Por quê? Porque na população prisional os homens caíam mortos pelo HIV nos corredores. E, para as mulheres presas, em 1995, não tinha chegado ainda nenhum trabalho de prevenção para as mulheres. O CFL fez.

Por isso eu disse que, anteriormente, que em termos de escolaridade, o CFL era mais ou menos equilibrado. Entrou a Sandra, que era psicóloga e trabalhava no COC [Centro de Observação Criminológica] de uma penitenciária feminina do Butantã. A mulher dela era uma advogada. E a minha mulher nessa época, também era advogada. Então, a Sandra fala: "olha, as mulheres das penitenciárias são completamente invisibilizadas. Nunca foram tocadas pelo movimento feminista". Com as putas, na década de 1980, o movimento feminista trabalhou bastante, mas com as presidiárias nunca trabalhou. Elas não existiam para o movimento de mulheres.

Então, nós ficamos escandalizadas com aquilo. Isso já no CFL. E aí pensamos: "vamos escrever, vamos escrever". Tinha edital aberto no Ministério da Saúde para fazer prevenção, né? E a gente queria escrever, mas imagina… A gente nunca tinha passado na porta de uma penitenciária, não sabia nem onde era o endereço. Nada! Bom, mas aí o projeto foi aprovado, tínhamos que ir adiante.

Nós fomos acusadas por outras lésbicas, com a mesma ironia já usada, sobre o porquê de sermos feministas lésbicas e não lésbicas feministas, de ter deixado o trabalho com as

lésbicas. “Agora, elas nem trabalham mais com lésbicas, só trabalham com presidiárias. Abandonaram a militância lésbica”. Tem essas maldades, sabe?

Primeiro de tudo, as pessoas não imaginam a quantidade de sapatão que tem nas penitenciárias! É impressionante! Homens transexuais também. E embora a gente não tivesse esse entendimento na época, eles eram chamados, até pela diretora do presídio, pelos seus nomes masculinos. Mas a gente achava que era reprodução de papel de gênero, entendeu? Achávamos que era uma sapatão, uma caminhoneira, porque não se falava em identidade de gênero, de transexual. Mesmo a gente sendo ativista, isso era uma coisa que estava distante.

Mas quando você começa a trabalhar com violência, a violência chega perto demais de você. Quando você começa a trabalhar com mulheres presidiárias, elas chegam perto demais de você. E ninguém trabalhava com a transexualidade. Essa que é a verdade. Quando a gente começou a trabalhar com a transexualidade, com os homens trans, eu conhecia quatro. Hoje, eu conheço 400 (risos). Então, você tem que derrubar a porta para poder entrar.

Sobre a Mônica e a Theresa, da revista *Femme*, eu acho que o que aconteceu com elas foi um pouco isso também, a tentativa de desqualificar o que faziam. Devem ter sido magoadas. Enfim, as pessoas se ressentem muito e talvez seja por isso que acabou a revista. Não sei se foi um projeto que não vingou, que não deu tão certo.

Mas a minha mulher, na época, escrevia artigos bastante contundentes. Até para divulgar o grupo também. A gente abriu um serviço de orientação jurídica porque o Estado não tinha nenhum. Não tinha centro de referência. Nem municipal, nem estadual, nem nada. Nós conseguimos um pequeno financiamento, por um ano, da Exchange Funding, do Canadá. Esse dinheiro era usado para pagar o aluguel. Tinha uma salinha no centro da cidade, num prédio que só tinha advogados. Então, a gente era só mais uma portinha. Qualquer lésbica poderia entrar lá que jamais alguém saberia em que lugar ela estava indo.

Não foi um sucesso porque as lésbicas não passam nem na porta se elas souberem que tem alguma coisa que as identifique abertamente. Pode ser o prédio mais lindo do mundo, elas não passam nem na porta. Se ela entrar, todo mundo vai falar: “olha, ela é lésbica”. Muitos problemas!

Então, foi isso. Em 97, a gente prestou esse serviço de orientação jurídica gratuita para lésbicas vítimas de violência. E foi fantástico. Apareceram questões das mais distintas possíveis. Naquela época, as lésbicas mães perdiam a guarda dos filhos. Esse era um dos casos. Apareceram coisas fantásticas ali e isso servia de modelo para provocar políticas públicas. Era isso o que a gente queria: que o Estado assumisse. A gente só queria ver qual era a demanda, qual era a necessidade.

E aí vem, em 2001, a Lei 10.948 no estado de São Paulo. Veja que aí nós temos um posicionamento distinto, um ativismo muito mais maduro, um outro tipo de ativismo. Mas é também um ativismo que incomoda e que machuca muito. Principalmente porque você vira alvo mais fácil de ataques. E quando esse ataque vem de outras lésbicas, que nada fazem, dói muito. Não é fácil.

P: E como vocês administravam as despesas quando criaram esse serviço de orientação jurídica? Porque você disse que o financiamento externo só dava para pagar o aluguel.

M: Então, essa minha mulher, que era advogada, dava o atendimento.

P: Gratuito?

M: Gratuito. A gente atendia toda quarta-feira. Então, as lésbicas ligavam para marcar o atendimento. Tinha um número, que a gente divulgou, teve uma imagem própria. O logotipo era a imagem da justiça, só que ela está levantando a venda de um dos olhos, sabe? Foi muito bonito esse trabalho como um todo. Então, a gente agendava e a advogada ficava lá, à disposição. Muitas agendavam e não iam. Incrível, né? A gente entende perfeitamente isso.

Bom, a gente tinha que se apertar ali. O trabalho era voluntário. Eu acho que o condomínio já estava embutido no aluguel. No mais, a gente se organizava para gastar o mínimo. Por isso, o atendimento era uma ou duas vezes por semana, o telefone já era celular nessa época.

P: E onde vocês divulgavam o serviço? Porque, como você falou, havia resistência. As mulheres não queriam ser identificadas como lésbicas.

M: Ah, a gente sempre achava uma forma de divulgar. Eu já tive dois bares. Um era bar e restaurante. Fizemos várias coisas pelas lésbicas, então, conhecemos bem o lugar onde se dá a procura. No jornal *Folha de S. Paulo*, tem uma revista, que sai todos os domingos, e tinha uma coluna que se chamava Coluna Gay. Não sei como é agora, mas foi divulgado lá. Os grupos feministas que mantinham boletim, como o Cfemea [Centro Feminista de Estudos e Assessoria], divulgavam.

Nós também fizemos um cartão postal, com o logotipo que eu te falei, com todas as nossas informações. Telefone, endereço, data de fundação, horário de atendimento. Também continha várias palavras, várias formas de violência que poderiam ser denunciadas. A gente panfletou muito esse material, muito. Mandamos imprimir em gráfica e ficou muito bonito. A impressão da imagem foi em preto e branco. O artista que fez o desenho era heterossexual, casado com uma amiga nossa da União de Mulheres. E ele fez generosamente, sem cobrar nada. Ativismo, né? (Risos).

P: Voltando um pouquinho para a história da *Femme*. Você falou que a revista era um sonho da Theresa e da Mônica. Como elas chegaram até você e te convidaram para participar?

M: Elas só me convidaram. Não vou saber te dizer com detalhes como elas me acharam. Não sei, porque não é muito difícil de me achar também, né? Infelizmente ou felizmente (risos). Sei que a gente foi convidada para ir à casa delas, em São Vicente. Eu e minha companheira. E aí conversamos, nós quatro, sobre a publicação. Eu achei muito interessante, muito legal mesmo, porque tínhamos que diversificar as publicações para as lésbicas, tinha que haver um contraponto.

P: Você disse que não participou da primeira fase da Imprensa Lésbica. Mas como leitora e como ativista que diferenças você percebe na forma de ativismo que se dava na década de 80 para esse outro momento, em 93, quando surge a *Femme*?

M: O *ChanaComChana* foi muito importante porque foi o primeiro, conseguiu atingir as lésbicas nacionalmente. Mas tinha um pouco daquele discurso difícil, que eu te falei no começo. A *Femme* vem com outra proposta, mas, mesmo tendo participado dessa revista, eu comecei a desgostar dela depois de um tempo. Não sei, acho que teve pouco avanço. Muito depoimento, muita historinha, muito água com açúcar. Eu queria algo mais revolucionário, mais provocativo, mais incisivo, sabe? Eu gosto mais disso.

Por exemplo, agora eu fui ao lançamento da Revista *Tia Concha*. Eu achei muito legal a capa. Elas são muito jovenzinhas! Elas vão publicar apenas por seis meses. Hoje, é tudo financiado pelo projeto VAI [Valorização de Iniciativas Culturais], o que facilita muito. Gostei muito do tamanho da letra, da capa, das imagens. Achei muito criativa. E nessa outra edição [a segunda] elas falam da Marielle [Franco]. Eu acho que é preciso trazer coisas assim. Elas têm outra forma de se conectar com o público.

P: Você fala sobre isso nesse último livro que saiu [*História do Movimento LGBT no Brasil*]. Sobre a burocratização dos movimentos e os esvaziamentos dos grupos. Você acha que essa falta de conexão no movimento de lésbicas também ajuda a explicar o hiato que a gente teve nas publicações lésbicas? Porque a gente teve um vazio no período que vai de 2008 até 2016. Não tinha nenhuma publicação, mas agora voltou a ter. Hoje, existe a *Tia Concha*, a *Brejeiras*…

M: Quero ressaltar que em 2008 aconteceu a I Conferência Nacional LGBT da qual saiu uma longa plataforma de recomendações e ações. Esse período foi muito mais de luta por políticas públicas e monitoramento do Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, do que de outras formas de ativismo das lésbicas, como publicações. Eu acho que o que tem não está servindo.

Hoje, por exemplo, não tem um forte ativismo das lésbicas. Cadê o ativismo das lésbicas diante desse cenário em que o Ministério de Direitos Humanos tira o grupo LGBT dos segmentos mais vulneráveis, daqueles que precisam de assistência? Nem humanos nós somos!

Essa atitude do governo está dizendo isso. Negros, deficientes, mulheres, indígenas, estão todos lá, mas nós não. Não somos humanos. É isso o que eles estão dizendo, certo? E você não vê ações das grandes redes nacionais lésbicas, que, para mim, foi a grande desgraceira do movimento. E eu tento colocar isso nesse meu último artigo. Na verdade, eu não escrevi o que eu queria.

P: O que você queria ter escrito?

M: Eu não escrevi com o coração junto do cérebro, entendeu? Vamos lá. Qual foi a grande rede que fez, aconteceu e teve visibilidade? A LBL. Onde está a LBL, hoje? Não tem mais passagem aérea, não tem mais financiamento, não tem mais condição de ficar indo para Brasília e tal. Então, as redes só funcionam se tiver financiamento? E como, numa conjuntura como a de agora, você continua tendo assento [no Conselho de Direitos Humanos do governo federal]? Não, os Conselhos foram extintos. Porque a situação está ruim não é de agora. Nós sofremos um golpe em 2016. Foi 16, 17 e 18. Três anos em que ficamos vivendo uma bagaceira e não tem reação. Por quê? Porque as redes destruíram os grupos enquanto sujeitos autônomos.

Por exemplo, uma lésbica que se separa da namorada e se sente fodida, triste, mas que está organizada em um grupo de lésbicas e no sábado elas fazem reunião do grupo. Então ela vai lá, chora, pede colo, é abraçada, entendeu? Como se conversa desse jeito numa rede? Como? Eu escrevo para quem numa rede? Você não tem mais olho no olho, você não tem mais escuta, você não tem afeto, você não tem socialização.

O que eu tratei no livro, que chegou um pouco mais perto do que eu tô dizendo agora, foi a questão do Senale. Os Senales sempre foram organizados pelos grupos locais dos Estados que iam sediar o evento. Perderam até isso! Hoje, só cuidam da infraestrutura: em que local vai ser, quando vai ser. A questão política, a questão financeira, as bolsas de participação são responsabilidade das redes. Cadê essas redes, agora? Elas vão organizar o próximo Senale? Quer dizer, vai ter um próximo Senale se não tem dinheiro para dar bolsa para ninguém? Os grupos acabaram!

Então, eu acho que essa forma de ativismo que é via “fazer uma revista” une lésbicas que têm um objetivo comum. Elas vão ter que sentar para discutir e tirar a pauta, mas, pelo menos, elas estão reunidas. Por seis edições, vão ter um financiamento. E a proposta é sair distribuindo na rua, em portas de escolas de periferias. Essa é a proposta da *Tia Concha*. Agora, essa que você falou, a *Brejeiras*, eu ainda não vi. Não conheço a capa, nem o projeto. Não posso fazer nenhum comentário.

A organização das Caminhadas Lésbicas aqui em SP é outro momento de criação de um grupo organizativo, que ultimamente tem saído com pautas muito fortes, como as questões sobre o lesbicídio[102] e a execução da Marielle Franco. No entanto, até isso rachou em 2019. As negras saíram da organizativa.

Então, eu acho que é muito mais pelo que não tem. Você não tem mais os grupos. Eu dei uma palestra, outro dia, na Aparelha Luiza, e tinha umas lésbicas da periferia de São Paulo. Eram jovens negras. E elas estavam falando exatamente isso: "lá na periferia não tem grupo. Com quem que eu me relaciono?". Ela vai fazer o quê? Sair sozinha na rua, com uma faixa, dizendo que quer se organizar? Você entendeu? Ela falou: "tudo o que vocês fazem é no centro". Então, não tá acontecendo, não tem ativismo. E tem muita lésbica com vontade de resistir.

P: Marisa, acho que sobre a sua trajetória como ativista e sua participação em periódicos, isso era tudo o que eu tinha para perguntar. Tem mais alguma coisa que você considera importante e eu esqueci de perguntar?

M: Não. Se satisfez o seu trabalho, tá tudo certo.

[102] No texto Ações Lésbicas, publicado no livro *História do Movimento LGBT no Brasil*, Fernandes detalha as razões que a levaram a usar o termo "lesbifobia" para caracterizar a discriminação de lésbicas e mulheres bissexuais

APÊNDICE D – Íntegra da entrevista com Laura Bacellar

Data da entrevista: 03/06/2019
Local da entrevista: Skype
Duração: 56:51
Data da validação da transcrição pela entrevistada: 13/09/2019

P: Laura, antes de falar sobre a revista e sobre o Afins, queria saber como começou sua trajetória como ativista. O que te levou a entrar nos movimentos sociais?
L: Tanta coisa! (Risos) Eu comecei… Eu passei por um processo de mudança da minha cabeça quando eu tive contato com os livros na Inglaterra. Eu fui para a Inglaterra quando tinha 19 anos, fui ser babá lá. E, ao mesmo tempo, fiz um autocurso. Eu comecei a ler, ler loucamente e eu encontrei uma livraria, que é a livraria gay mais antiga que existe no mundo. Fui lá quando ela tinha acabado de abrir. Chama-*se Gay's the Word*, fica em Londres. E eu comecei a comprar uns livros que mudaram minha cabeça. Aí eu aprendi que existem homossexuais desde sempre, que existem transgêneros desde sempre. Aprendi quais foram alguns dos famosos, né? Li romances… Nossa! Mudou minha cabeça! E aí fiquei assim "uau, a gente pode ser diferente!". Fiquei muito impactada por causa dos livros. E isso foi, para mim, fiz um trabalho comigo, demorou. Não foi assim, em cinco minutos. Voltei ao Brasil, passei por um monte de coisas, experimentei namorar, etc. Numa segunda saída do Brasil, entrei em contato com o movimento americano.
P: Foi mais ou menos em que ano isso?
L: O movimento americano… Eu entro em contato em 91. E aí… Nossa! Tava acontecendo muita coisa, tava maravilhoso, sabe? E aí me deu uma inveja profunda! (Risos). Falei: "pô, por que a gente não tem essas coisas no Brasil? Que sacanagem!". Tinha jornal, tinha livraria, tinha agência de viagens… Tudo gay, tudo aberto. Eles estavam num momento assim: "vamos chocar!". Aquela coisa: "se você não gosta da gente, se acostume conosco", sabe? Uma coisa bem "danem-se vocês. Estamos aqui e aqui vamos ficar". E eu adorei isso! Foram algumas levas de transformação profunda.
Quando eu voltei para o Brasil, estava coincidindo com o Collor ser deposto, né? Sofrer impeachment. E essa década de 90 teve um… Não foi só eu que sentiu isso, né? Houve uma abertura, antes o Brasil era isolado. Aí a gente passou a ter a possibilidade de importar livros, vídeos, revistas… Mudou completamente. Então, o Brasil, antes, era um negócio bem ilhado, sabe? E passou a ser um país que, aos poucos, foi entrando na comunidade global. E isso, para

os gays, foi ótimo, né? Para o movimento LGBT. Porque a gente tomou o pé de tudo o que estava acontecendo e recebeu muita inspiração. Foi bem isso. E aí eu falei: "Quero fazer! A hora que der chance, eu vou fazer também!". Tanto que uma das coisas que eu fiz… Eu voltei para o Brasil em 92. Em 93, aconteceu um encontro em Cajamar. Foi o primeiro encontro público dos… Na época não chamava "LGBT", né? Chamavam de gays, lésbicas e não sei mais o quê. Houve uma chamada geral para todos os grupos. Eu não tinha grupo nenhum e aí eu inventei um grupo (risos)

P: Como era o nome do grupo inventado?

L: Eu inventei um grupo chamado Urânia. E eu fui como representante do meu grupo de uma pessoa! (Risos). E aí fui conhecer essa gente. Não gostei muito dos militantes antigões. Achei muito agressivos, muita brigaiada. Não curti. Mas gostei de gente que estava ali como eu, sabe? Que estava querendo fazer coisas novas, coisas diferentes, num pique de mudar a sociedade, inclusive, por meio de cultura, e não tanto do confronto político, sabe? Tinha uma gente lá que era bem assim: "vamos militar, fazer uma movimentação social e tal". E eu sempre senti que isso, aqui no Brasil, não pega muito. E aí eu encontrei uma gente muito interessante, inclusive as meninas de Santos [Theresa e Mônica, as fundadoras da *Femme*]. Elas foram também.

P: E aí foi a primeira vez que vocês se falaram? Você conheceu as duas lá?

L: Sim. E a gente bateu o maior papo. Eu achei "nossa, que meninas!", num pique totalmente despretensioso. Elas fazendo uma revista. Nossa, que gente desencanada! Elas estavam enamoradas uma da outra, achando o mundo lindo e aí resolveram fazer, pronto! Sem grandes pretensões a coisa nenhuma. Inclusive, usando um nome que era um pouco questionável, mas tudo bem (risos).

P: Mas quando você as conheceu já era a *Femme* mesmo ou ainda era o boletim que elas faziam sem nome, sem nada?

L: Já era a *Femme*, eu acho. Poxa, agora não começa a perguntar muito detalhe porque faz tempo! (Risos). Mas o que eu me lembro era de achar aquele casal super interessante e no mesmo pique que eu. Quer dizer, querer fazer alguma coisa, mas… alguma coisa que mudasse, sim, que abrisse e permitisse que as pessoas se sentissem melhor e tal, mas sem ir pela briga aguerrida, agressiva. E sem aquela fúria toda. E, principalmente… Eu sempre detestei, sempre! Detesto até hoje o discurso de vítima, sabe? Eu acho que o GGB fez um desserviço e faz todo ano, né? Divulga o Brasil como o país em que mais matam LGBTs. Eu odeio isso, acho péssimo. Sempre fui contra. E, acho, inclusive, que é uma inverdade. Eu

odeio isso, acho péssimo. Sempre fui contra. Eu estava fora de sintonia com muitas das militâncias lá, com a forma de eles atacarem as questões, sabe?

P: Agora, quando você conheceu as duas, você lembra se o Afins já existia, se elas já estavam se reunindo com outras mulheres e tudo mais?

L: Eu acho que já existia. Tanto que elas foram lá [ao encontro de Cajamar] como Grupo Afins. Eram elas duas, mas já estavam fazendo algumas coisas, sim.

P: Sim. E além da edição da revista, você sabe dizer se o grupo promovia outra atividade? Sei que, pelo material que eu olhei, às vezes, os lançamentos aconteciam de maneira coletiva, com participação de pessoas da área da cultura e tudo mais. E aí eu queria saber se isso era uma coisa frequente ou se era restrita aos lançamentos.

L: Veja, era uma iniciativa de pouquíssimas pessoas fazendo com dinheiro do bolso. Então era, evidentemente, limitado, né? Mas o que a Theresa fez por muito tempo, além… Havia uns encontros de vez em quando, sim, mas era de vez em quando. E elas que organizavam em Santos, São Vicente… Elas fizeram alguns encontros em barraca de praia gay, algumas coisas assim.

Mas o que a Theresa fazia, e era muito legal, era responder às cartas das mulheres que escreviam para ela. Nossa! Ela manteve uma correspondência por anos e anos com milhares, literalmente, milhares de pessoas. Então, as pessoas encontravam um lugar, uma pessoa que ouvia o que elas tinham a falar, respondia, dava dicas, mandava revista, sugeria formas de encontrar outras mulheres. Então, ela fez um serviço que pouca gente tem paciência, energia para manter isso. Porque é muito difícil. Muita gente começa a contar que tem problemas… Em todo o Brasil, né? Problema disso, problema daquilo. Apanha, foi posto para fora, está num casamento hétero. Ela fez um serviço grande, sim, além da revista.

P: Você falou que nesse encontro que vocês tiveram lá em Cajamar era notável que você e elas tinham uma forma diferente de fazer ativismo social. Quais eram os outros grupos que você considerava que tinham mais afinidade, com quem vocês mantinham diálogo?

L: Olha, eu conheci bastante gente lá, tá? Um grupo que eu gostei muito e eu mantenho contato com ele até hoje é o Etcétera e Tal, do Arnaldo Domínguez. Um pique muito de abertura. Ele é psicanalista, sabe? Outro lance. Um sujeito super inteligente, adorei conhecê-lo. Ele estava lá com o companheiro, curti bastante. Eu me lembro de ter conhecido algumas outras pessoas, alguns ativistas tradicionais, mas que eram legais. Me lembro de conhecer a Rita Quadros, que também tá por aí até hoje, Marisa Fernandes… Conheci bastante gente bem tradicional. Conheci também os de sempre, né? Pessoal do GGB, aquela gente lá… Míriam, Míriam…

P: Míriam Martinho?

L: É. Nem me lembro se o James Green passou por lá. Mas conheci várias das pessoas que tinham feito bastante coisa nos anos anteriores, né? E gente que estava querendo fazer coisas novas. Mas eu vi que pela militância tradicional não ia ser a minha pegada, sabe?

P: É interessante você falar isso porque eu li o trabalho da Carol Maia, que pesquisou antes de mim, e, naquele trabalho, ela diz que você frisou que a sua militância é cultural e positiva. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso. Por que você caracteriza a sua forma de militar com essas duas palavras?

L: "Cultural" porque eu sempre acreditei no poder dos livros, da literatura, das ideias, dos encontros culturais. Tanto que, quando eu tive oportunidade, eu criei junto com uma amiga, autora de livros também, que é a Valéria Melki Busin… Eu criei um grupo para mulheres, chamado Umas & Outras, e era cultural. Os encontros eram culturais. Quando eu fui publicar livros pela Malagueta, a gente promoveu quinhentos mil eventos, mesma coisa. Eram eventos culturais. Assim, acabavam sendo de ajuda mútua, das pessoas se encontrarem e outras coisas acontecerem, mas o princípio ali não era de haver uma doutrinação, de dizer o que é certo ou o que é errado, sabe? Nem de localizar quem são as forças dominantes que estão nos oprimindo, sabe? Não tinha esse tipo de conversa. Era sempre uma conversa de que a literatura nos espelha, a literatura nos ajuda, a música nos une, nós precisamos nos expressar. É um tipo diferente de militância. Uma militância que abre espaço dentro da cabeça da pessoa e no social para ela se enxergar e não tanto uma atuação política tradicional, você entende? Sempre achei que era por aí mesmo.

Quando eu tive possibilidade, eu criei o selo Edições GLS, que era uma publicação de livros, né? Eu fiz eventos, mas eventos culturais, em torno dos livros. Eu acho que isso funcionou para mim e achava que isso ia funcionar para bastante gente. E o [termo] "positiva" é isso, né? Eu não acredito, eu acho que é uma tática errada a gente se apresentar como vítima. É um erro dramático. Sempre detestei, sempre falei mal, sempre falei: "gente, não é assim!".

Eu sempre odiei, por exemplo, as campanhas… Em vários anos, a Parada [do Orgulho LGBT de São Paulo] fez campanha assim… Com um cara de olho roxo, dizendo: "os gays apanham…". Não dá ideia! Não é isso que a gente quer passar, caramba! Que estúpido! Tá cheio de homofóbico por aí, aí você apresenta um gay de olho roxo. Ele diz: "poxa, não bati num gay ainda, boa ideia!". Sabe? Estúpido! (Risos). "Nossa, o país é o que mais mata [LGBTs] e eu não matei nenhum. Então, tô liberado para fazer!". É exatamente o oposto do que você tem que fazer.

Eu fiz parte de um grupo, não foi só eu não, que pegou outra entrada na militância. Que foi a militância que, justamente, posicionou a Parada de São Paulo como uma das primeiras no Brasil e no mundo. Qual é a pegada? A pegada é: a diversidade é boa, a diversidade é linda, a diversidade é boa pra todo mundo! É boa para quem é gay, pra quem é lésbica, pra quem é trans, pra quem é hétero, pra quem é velho, pra quem é novo, pra quem tá num casamento inter-racial… A ideia de diversidade é boa, é positiva para todo mundo. Essa é uma ideia que a gente pegou. A sociedade que aceita a diversidade é uma sociedade mais rica. Essa é uma das pegadas fundamentais, que a gente adotou com força e pegou bem. Essa sim.

E a segunda ideia é: olha, nós, além de cidadãos, nós somos consumidores. Então, essa é uma tática que muita gente ficou ofendidíssima, mas é uma tática que, para alguns setores, funciona. Quando você chega com o argumento de que gays e lésbicas têm maior poder aquisitivo porque, normalmente, não têm filhos ou só têm filhos quando escolhem e os dois – ou as duas – trabalham, você faz a pessoa parar, sabe? Então, muitos empresários, muita gente de vários setores dos serviços que nunca tinham pensado nisso… Esse argumento pega muita gente. Esse é um argumento que se você for à Fiesp pra falar, eles vão ficar te olhando, entendeu? Na Fiesp, não adianta você dizer "nós que apanhamos…". Que nós que apanhamos! Você tem que se apresentar assim: "nós somos ótimos, somos fortes e nós temos dinheiro, seus antas, vocês não vão nos atender bem?". É mais ou menos assim, sabe?

Então, essa é uma outra pegada que eu trabalhei bastante também com o Franco Reinaudo, com a bandeira do arco-íris, no turismo, na hotelaria, em restaurantes. Sempre com essa ideia: atenda bem esse público. Esse público tem dinheiro. É claro que isso aí eu só falo para você. A gente exagera, né? (Risos). É uma tática. Porque assim, gays, um casal de gays, de fato, tem mais dinheiro. Estatisticamente, eles têm mais dinheiro do que casais hétero, mas lésbicas, não. Duas mulheres juntas não necessariamente têm mais dinheiro. Ainda mais porque lésbicas, muitas vezes, ficam com os filhos de um eventual primeiro casamento. Então, essa conversa de que duas lésbicas trabalhando juntas, morando juntas, ganham mais do que um casal hétero não é verdade. Pelo menos não no Brasil.

Mas a gente faz aquela linha, né? Essa é uma boa hora para lésbicas serem visíveis. A gente fazia essa linha para avançar o tratamento respeitoso, igualitário, ser adotado como norma em todos os negócios. Isso também foi uma tática. Trans também não ganham mais que um homem e uma mulher, do que um casal gay. Ao contrário, é uma população bastante oprimida economicamente. Mas é uma boa conversa, você entende? É uma boa tática para você entrar em ambientes que teriam uma posição tradicionalmente conservadora, mas as pessoas podem falar "é verdade? Por que não fazemos? É isso mesmo, vou mudar as regras de lidar com

clientes, as regras de lidar com empregados". Esse é um movimento, como o movimento cultural, esse é um movimento de aceitação entre as empresas da comunidade LGBT. Não só por direitos humanos, mas também por razões econômicas. [Essa] foi uma das táticas que eu ajudei a trabalhar bastante aqui no Brasil. E eu acho que ela tem efeitos. Muitos bancos, empresas como a IBM, empresas grandes assim acabaram mudando o jeito de lidar com os empregados e com o público porque esse é um bom argumento.

P: Falando nisso, lembrei de um texto que você publicou na *Femme*, falando de quando você começou a trabalhar numa agência de turismo e tinha um departamento específico para cuidar de turismo LGBT. E aí você diz que começou a ter bastante demanda para dar entrevista e tudo mais. Quando isso aconteceu, você já foi com esse pensamento que você me contou agora, de pensar isso como uma tática para facilitar a aceitação, ou foi uma coisa que você só respondeu naturalmente e só se deu conta dos efeitos depois?

L: Foi em 94. Então, eu tinha voltado dos Estados Unidos. E eu achava: "ah, os Estados Unidos! Tá tudo se expandindo e tal". Quando esse sujeito disse que queria abrir uma agência gay e me convidou para ser o *front* para lidar com as lésbicas, eu achei: "ah, que divertido!". Um trabalho de meio período, nem foi nada importante, fiquei lá pouquíssimo tempo. Mas eu pensei: "pô, legal, a mesma coisa que tá acontecendo nos Estados Unidos, eu quero! Vamos para frente, vamos para cima!".

Então, eu tinha essa visão positiva, mas eu não tinha articulado ainda toda a forma de pensar. Eu só achava "é bom, vamos abrir, vamos quebrar barreiras, vamos trabalhar com isso". O efeito ali foi muito curioso. Não, eu não esperava de jeito nenhum. Nem eu nem meu amigo Eugênio. Apareceu o Panrotas para nos entrevistar… Era a primeira agência que se declarava voltada para o público gay, sabe? Na época, se chamava GLS. Não era nem GLBT nem LGBT, era GLS. Então, era uma agência voltada para o público GLS. Isso era tão novidade que veio o Panrotas entrevistar.

O Eugênio também tinha passado um tempo nos Estados Unidos e também achava a mesma coisa. Se a gente achava que é legal isso, que faz bem, que as pessoas não têm que ter vergonha, então a gente não vai ter vergonha de dar entrevista. É uma questão de coerência, entendeu? Então, a gente se permitiu ser filmado, a gente permitiu aparecer o rosto, aparecer o nome. E foi isso o que deu uma avalanche. Não consigo nem contar para você. Um negócio assim… Não tem correspondente hoje, tá? Porque na época não havia mídias sociais, havia televisão, apenas. Televisões e jornais.

A gente conseguiu ir em todas as televisões e todos os jornais. E todos eles faziam questão de dar fotos enormes da gente. Por quê? (Risos). Porque nós topávamos aparecer, ser

fotografados, dizendo que era gay, eu dizendo que era lésbica e dando nome e sobrenome. Isso era uma coisa que ninguém fazia! Tanto que eu fui assim, apenas, a segunda lésbica… Antes de mim, quem que teve na televisão? Teve a Angela Ro Ro que fez um barracão lá e teve aquela moça que foi entrevistada na Hebe [Camargo]…

P: A Rosely. Rosely Roth.

L: Roth, exato, que fazia parte de um grupo…

P: O GALF.

L: Exatamente. O problema da Rosely é que ela deu essa entrevista e pouco tempo depois cometeu suicídio. E o problema da Ro Ro é que ela era louca, né?! (Risos). É até hoje. Ela realmente é uma pessoa bacana, mas instável. Você não pode confiar nela. Tanto que a gente tentou chamá-la para alguns eventos, mas ela é bem maluca.

Então, eu acho que eu fui a primeira lésbica a aparecer com um discurso estável, positivo, de não me dizer perseguida por nada, pelo contrário. Dizia: "vamos viajar, vamos para o Caribe num navio cheio de mulheres", dizia isso em público e vinha com essa linha extremamente positiva. Então, teve um impacto incrível de mídia, né? Foi muito reproduzido. A gente chegou a ir ao Jô Soares. O Jô repetiu a entrevista nas melhores entrevistas do ano. Meu, quem não tinha visto em um [canal] viu em outro, todos os jornais simplesmente noticiaram isso. Então foi, de certa forma, uma mudança de comportamento que estava acontecendo e a gente estava ali na linha de frente. Uma mudança cultural mesmo.

P: Você falou da importância disso, do impacto financeiro, né? Se eu não em engano, a partir da quarta ou quinta edição, a *Femme* começa a anunciar que ela tinha o apoio do Global Fund for Women e eu queria saber se você participou da negociação para esse acordo acontecer e como ele se dava.

L: Olha, não era um dinheirão, tá? Era… Como é que era? Nem me lembro quanto deram. Mas deram, sei lá, quatro mil dólares, cinco mil, uma coisa assim. Nada de transformar o universo (risos). Mas eu me lembro sim, eu ajudei a escrever em inglês, a formatar o projeto para elas apresentarem. Acredito que sim, porque elas são muito boas, mas, por exemplo, o inglês elas não dominavam muito. Então, eu formatei para elas receberem o apoio. E assim, o Global Fund for Women dava uma ajuda pontual, entendeu? É uma vez aqueles quatro mil, cinco mil dólares, e aí você se vira. Então, elas pegaram esse dinheiro e aí usaram para várias edições. Inclusive, transformaram a revista numa revista colorida, num formato diferente. Fizeram algumas coisas com isso. Mas, sinceramente, ninguém ganhou dinheiro, ninguém foi para Paris com isso (risos).

P: Eu queria saber também como foi que a Bebeti começou a participar da revista. Vocês já se conheciam? Como se deu essa integração com ela?

L: A Bebeti começou a participar… Ela mandou um artigo ou outro, mas ela não fazia parte do grupo, nem foi a Santos, que eu saiba, tá? Eu acho que ela entrou em contato com essas meninas através de mim. Porque ela era, na época, namorada de uma editora, que eu conhecia e que achava bacana o projeto. Era uma lésbica, uma editora lésbica, uma mulher, uma pessoa, não a empresa. Então ela conheceu, se ofereceu para escrever alguma coisa. Ela tinha escrito um livro, que ela também queria divulgar e tinha lançado pela Brasiliense. Ela estava nessa época de querer divulgar a si mesma e a sua literatura para um público de lésbicas. Mas, que eu saiba, não me lembro de ela ter uma participação enorme, não. Só escreveu alguma coisinha. Como [foi], aliás, com várias pessoas que eu conheci e que contribuíam com um artigo ou outro, uma coisinha ou outra. Ninguém pegou ali no batente forte, não.

P: Quem ficava mesmo era você, além da Theresa e a Mônica.

L: Na verdade, quem trabalhou mais foi a Theresa e a Mônica. Eu assumi para mim o trabalho de texto. Então, eu escrevia alguma coisa, mas também revisava tudo, organizava, deixava o texto ok para ir para a diagramação e publicação. Então, eu ajudava na parte editorial, digamos assim. Mas o trabalho sólido de levar para a gráfica… Eu dava algumas dicas, sim, mas quem assumiu a produção, os custos, acompanhar, receber em casa, mandar pelo correio e não sei o quê eram Theresa e Mônica, tá? A revista era delas.

P: Dentro desse trabalho que você fazia, qual era a principal dificuldade na produção da revista?

L: Tinha várias, né? Como a gente não tinha recursos, não dava para sair fazendo entrevistas, não tinha jornalista, né? Não tinha gente que pudesse… Sei lá. A gente traduzia algumas coisas ou pegava alguma coisa de jornal e organizava, mas não havia uma matéria mais aprofundada com leitoras ou acompanhando situações. Também era uma revista que saía não com uma regularidade enorme, mas que saía a cada mês ou a cada dois meses. Então, não dava para tratar de assuntos muito voláteis. Não era propriamente uma revista. Ela tinha um formato de revista, mas ela era uma espécie de *newsletter* caprichada. É outro princípio, não era um veículo de notícias.

Era um veículo mais de contato e de levar uma nova cultura para as mulheres e, inclusive – esse era o grande tchan dessa revista, tá? –, ajudar as mulheres a encontrar namoradas pelos classificados. Então, tinha uma sessão de classificados gigante, que fazia o maior sucesso, e a mulherada saiu do isolamento, saiu do ó do borogodó, de sei lá onde. Tinha gente que recebia essa revista fora dos centros urbanos. Foi o grande mérito dela. A Theresa e a Mônica

mandavam [a revista] por correio para centenas de mulheres e muitas delas não tinham acesso a lugares onde poderiam encontrar pessoas. Então, esses classificados foram uma linha de ajuda imensa para muita gente. Além das ideias que estavam lá, mas ela não era propriamente uma revista de notícias, entrevistas. Não era uma mídia nesse sentido, sabe? Não sei se tô respondendo a você.

P: Tá sim. Tem uma coisa… Você já chegou a tocar no assunto, mas eu queria entrar mais um pouquinho. Tem uma coisa que chama atenção, pelo menos para mim, lendo a revista me chama atenção a quantidade de textos sobre autoaceitação. Muitas mulheres relatando como foi, digamos assim, a sua saída do armário, como foi contar para os pais, como foi terminar um casamento hétero e iniciar uma relação lésbica. E essa dificuldade, digamos assim, de se assumir, parecia ser uma questão até para as mulheres que colaboravam com a revista. Você era uma das poucas que assinava com nome e sobrenome. Por que você acha que nessa época, já era metade dos anos 90, ainda tinha tanta resistência em se "assumir publicamente"?

L: As mulheres têm uma tendência a não se expor, né? Mulheres que estão em casamentos héteros ou sofreram opressões variadas dentro da família são muito relutantes. E isso de sair brigando e se expor… Por isso, eu tô falando para você, eu fui uma das primeiras a aparecer na televisão dando nome e sobrenome. Durante muito tempo, os anos 90 inteiros, eu era a lésbica de plantão, que era chamada para todas as mídias, porque as pessoas não queriam dar entrevista.

Em 98, 99, quando eu comecei as edições GLS, você pensa que tava cheio de lésbica dando nome e sobrenome? Imagina! Tava nada! Entendeu? Então, era uma relutância total. Mesmo hoje, a gente tem pouca gente. Até a Adriana Calcanhotto foi casada com uma mulher aqui no Brasil e ela fazia a linha: "ah, não, não falo nada". As pessoas ficaram sabendo porque vazou o casamento dela em Portugal. Mas, veja, ela não se assumia, né?

Tem toda uma cultura aqui no Brasil de esconder, de não assumir, de as mulheres não tomarem o seu lugar. Em parte, é pelo fato de as mulheres não se sentirem poderosas e, em parte, é pela cultura de… – que eu odeio, [essa] é outra parte da cultura que eu odeio – que é de dizer: "ah, isso não é da conta de ninguém, isso é pessoal e blá, blá, blá". Não é nada disso! Não é nada disso. Se a sua vida é tão pessoal que você não consegue se relacionar com quem você acha que faz bem a você, então tá bom, né? Se a sua vida privada é tão privada que você fica sozinha, então tá bom, né? Mas as pessoas pensam nessa linha. Faz parte da nossa cultura as mulheres não procurarem o seu espaço, o que lhes faz bem, não terem coragem. Elas são incentivadas a ser amedrontadas e ficar em casa. Então, isso, nos anos 90, era a coisa mais comum. Aliás, é comum agora. Dá licença, tá? Não mudou tanto assim, não. Pode até ter

mudado para as pessoas mais jovens, mas as pessoas mais velhas… Nossa, o que eu conheço de mulher dentro do armário até cansa a beleza, viu?

P: Tem uma coisa que eu fiquei curiosa para saber, depois que você falou. Você disse que a *Femme* tinha essa pegada mais cultural e é verdade, né? Eu tô pegando periódicos que surgiram em 81 até 95 e, de fato, é a revista que dá mais atenção para as artes e para a cultura de forma positiva.

L: Para as artes, não. Para as artes teve a *Sui Generis*, por exemplo…

P: Sim, mas eu digo assim voltado só para lésbicas.

L: Não, voltado para lésbicas não tinha nenhuma! (Risos).

P: Então, tinha vocês!

L: É! (Risos). Tinha [o boletim] *Um Outro Olhar* com aquela pegada extremamente de grupo fechado nelas. E aí, quando elas viram que a *Femme* surgiu, começaram a fazer um negócio um pouco mais aberto.

P: Essa característica de a *Femme* ter, digamos assim, essa pegada mais positiva e cultural criou algum embate com outros grupos? Como você falou, o ambiente de movimentos sociais de gays e lésbicas tinha essa animosidade. Isso fez com que vocês tivessem alguma dificuldade para se relacionar com eles?

L: Olha, as pessoas, de maneira geral, consideravam esse tipo de revista um frufru, um nada, entendeu? Então, dentro do movimento achavam: "ah, que bobagem!". Esses movimentos tradicionais LGBT nunca ajudaram porra nenhuma na cultura, porra nenhuma. Eu tô dizendo e assinando embaixo, tá? Nenhum grupo!

O meu trabalho da *Femme* e das meninas, o meu trabalho nas edições GLS, o meu trabalho na Editora Malagueta, o meu trabalho no grupo Umas & Outras – deu para ver que eu fiz bastante coisa, né? – fora outras coisas que eu fiz para lá e para cá, tá? Os grupos LGBTs, todos eles, os mais tradicionais nunca, nunca, nunca ajudaram. Eu ofereci de comprar livro, de distribuir livro e ajudar, [mas] nunca fizeram porra nenhuma. Nunca compraram os livros! Imagina!

Pelas edições GLS, eu publiquei uma série de livros que… Assim, não é porque fui eu, mas, porra, são livros que são essenciais para as pessoas se entenderem. Eles, ainda assim, são bons. As capas são velhas, as edições são antigas, mas os livros ainda são bons! Eu comecei as edições GLS com um livro chamado *Tornar-se Gay*, que é essencial para a pessoa entender que ela precisa trabalhar a autoaceitação. Se ela não trabalhar a autoaceitação, ela só vai se ferrar na vida. Tá lá! Não sou eu que estou dizendo, é o Richard A. Isay [autor do livro], um trabalho belíssimo que ele fez. Tudo bem. Grupos gays deveriam dizer: "nossa, esse livro tá

aqui fazendo o trabalho que a gente tá tentando fazer. Deixa eu comprar e distribuir, comprar mais barato e distribuir num lugar…". Nunca fizeram isso, tá? Nunca fizeram isso!

A gente fazia esse trabalho da *Femme*, de fazer contato com as pessoas, permitir que elas relatassem a vida delas, que elas entrassem em contato com outras mulheres. Você pensa que os grupos de lésbicas achavam: "ah, que legal, deixa eu comprar umas revistas, deixa eu distribuir aqui"? Nunca, nunca! Não, não teve apoio, não teve ajuda, não teve porra nenhuma! Nunca. Eu vou repetir: nunca! Então, a pegada dos grupos é aquilo que eles acham importante… Sei lá. Não quero nem falar muito mal para não criar mais inimigos na vida, mas o fato é que eles acham que esse viés cultural e de permitir que as pessoas se expressem, permitir que as pessoas se entendam, eles acham que isso não serve para nada.

P: Mudando um pouco de assunto, as últimas edições da *Femme*, a partir da 7, a Theresa e a Mônica começam a expressar um certo desânimo porque tinha muita gente que procurava a revista só para encontrar uma namorada, como você falou, e depois essas pessoas deixaram de se ocupar da manutenção da *Femme*, de colaborar nos eventos e tudo mais. Por que você acha que isso aconteceu? O que impedia as pessoas de terem essa visão de que era preciso manter um trabalho como esse para que outras pessoas fossem ajudadas, como muitas relataram que foram?

L: Pois é, né, querida? Brasil, né?! (Risos). A gente não tem uma mentalidade de bem comunitário, né? Isso é uma coisa que não existe aqui ou existe muito pouco. Certamente, não [existe] entre LGBTs. Uma coisa que eu vi que existia nos Estados Unidos e que aqui não existe, de jeito nenhum, é uma comunidade LGBT. Nos Estados Unidos, eu fiquei encantada porque você entrava numa livraria… Tem várias, né? Tinha livraria só de mulher. Um negócio fantástico e aqui nunca vi. Vi na Alemanha também, tanto livraria gay quanto livraria das mulheres. Eu adorava as duas, né? Mas o que você via? A livraria não era só um local de venda de livros, era uma comunidade!

Então, tinha local para anúncios de coisas variadas, tinha um painel – onde você podia dizer o serviço que você oferecia ou o serviço que você procurava –, coisas variadas, tinha um monte de coisa. Nossa, encontrei muita gente assim lá. Mas não era só namorada, não, tá? Eram coisas assim: "estou oferecendo um serviço X". E o que eu vi? Gays americanos, lésbicas americanas, eles entravam numa livraria e precisavam de um encanador [por exemplo]. Aí tinha, na livraria gay, "contatos de encanador". Isso pressupunha que era um encanador gay, tá certo? Então, eu vou chamar esse. Não vou chamar o hétero, vou chamar o gay porque é da minha comunidade. Eu não conheço, mas como ele é da minha comunidade, vou dar preferência a ele. Você entende esse raciocínio? Parece lógico, não parece?

P: Sim, completamente.

L: Fortalece a comunidade. Aqui, parece que é o oposto. Incrível, incrível! As pessoas têm tanta homofobia internalizada que quando você anuncia algo e é especificamente gay ou especificamente lésbica, feito por lésbicas, as pessoas dizem "ah, deve ser ruim. Ah, não quero, não quero me envolver com isso". É um processo assim… Elas não se trabalharam internamente, então, elas embutiram toda aquela conversa que as pessoas falam mal de lésbicas desde sempre. Tem gente que não consegue falar a palavra lésbica, né? Então, dentro da cabeça delas, aquilo vira um horror! O impulso para se relacionar, para ter um relacionamento sexual é forte. Algumas conseguem romper o suficiente para achar uma namorada, mas elas não conseguem romper o suficiente para achar que tudo isso é bom, é natural e que deve ser acolhido. Você entende? Uma enorme maioria de pessoas foge daquilo que é de gays, lésbicas, trans, bi, etcétera. Porque há muito, muito preconceito. Então, a Mônica e a Theresa sentiram isso na revista. A revista não tinha um apoio!

Caramba! [Elas] estavam prestando um serviço para não sei quantas mulheres que ficam dizendo que se encontraram e tal, mas não tiveram apoio. Então, assim, elas [as leitoras] não compram, elas não mandam para as amigas, elas não ajudam, elas não mandam cinco reais que seja ou algo assim.

E não foi um evento isolado. Eu senti isso em vários momentos também da minha vida e da minha atuação, sabe? Sentia: "nossa, tô fazendo um serviço que tá mudando a vida das pessoas, muita gente tá não só saindo do armário, mas se entendendo, mas eu não tenho apoio. As pessoas não compram os livros!". Se elas compram, elas não contam para os outros, elas não resenham, elas não falam bem. Ao contrário, elas falam mal, entendeu? Elas falam mal. Tinha gente que dizia: "ai, que revistinha vagabunda! Ai, que bobajada, que coisa fraca", sabe? Cansa um pouco, viu? Cansa, é difícil. Aliás, é isso, né? É um problema interno tão forte que as pessoas não aceitam o que é feito em benefício da comunidade.

P: E como foi quando vocês decidiram parar de publicar a *Femme*? Não sei se vocês fizeram alguma reunião…

L: Fizemos.

P: Como vocês chegaram a essa decisão?

L: Foi triste, foi triste. Porque assim, elas já tinham gasto todo o dinheiro que tinha vindo do Global Fund, já tinham investido um monte de tempo, um monte de dinheiro delas. Já tinham investido tempo, trabalho e tal, e pensaram "poxa, a gente não tá conseguindo avançar, né? A gente não tá conseguindo expandir, a gente não tá conseguindo se equilibrar". E era o pique da época: "ah, se a gente faz um negócio legal, mais bacana, bonito, colorido, a gente vai ter

mais assinaturas, vai ter mais apoio, a gente vai conseguir colocar em bancas, e a gente vai conseguir um patamar do que entra e do que sai". Ok. Não conseguiu.

Então, começou como um negócio deficitário e terminou como um negócio deficitário. Começou com duas pessoas trabalhando por voluntarismo e terminou com pessoas trabalhando por voluntarismo, sabe, assim? Então, voluntarismo é assim: você faz, faz, faz, mas tem uma hora que você diz: "espera aí. Acho que vou fazer outras coisas, acho que vou cuidar da vida, né? Vou viajar, sei lá". Aquela coisa. Então, elas ficaram um pouco nesse pique, ficaram um pouco desalentadas. Aquele otimismo todo que a gente tinha no começo… "nós vamos fazer, nós vamos acontecer, vou mudar a vida, as pessoas vão nos apoiar", não foi [para frente], sabe? Não foi.

E eu descobri isso em vários momentos, né? Eu continuei insistindo. Elas não [continuaram], deixaram de fazer a revista e aí não fizeram mais nada. Mas eu continuei insistindo, tive uma editora, depois ainda tive um grupo, tive outra editora e… É verdade isso. Você não consegue o retorno que você imaginava. E não é que você imaginava ficar rica, nada disso. Rica, famosa, virar a Madonna. Não. É simplesmente a coisa se equilibrar, sabe? É trabalhar e você conseguir pagar [as despesas] sem pôr [dinheiro] do bolso, sabe? Enviar um negócio para a gráfica e conseguir pagar a gráfica com o dinheiro das assinaturas, sabe assim? Não foi. Foi isso. Chegamos a uma reunião triste, chegamos a essa conclusão e falamos "bom, não dá. O que foi feito foi feito. Vamos parar por aí".

P: Depois – não sei se essa informação você vai ter porque você falou que, normalmente, quem respondia as cartas eram elas [Mônica e Theresa]. Depois que a revista acabou você soube de alguém que entrou em contato querendo saber o que houve?

L: Olha, a Theresa continuou recebendo cartas por um tempo. Ela manteve a caixa postal do Afins, então ainda chegavam cartas. Mas chegavam cartas assim de pessoas que queriam contar da vida delas ou querendo encontrar namorada. Não chegava carta dizendo: "cadê a revista? Quero assinar". (Risos). Eu me lembro dela contando isso. Então, é isso, né? O senso do individual, não do coletivo. Realmente, não há senso de coletivo, de coletividade, de "vamos criar algo que seja bom para todo mundo", não há. Nossa cultura é terrível.

P: Laura, acho que tudo o que eu tinha separado de perguntas já fiz. Tem alguma coisa que você ache importante dizer e eu não tenha perguntado?

L: Olha, eu vejo assim, eu acho que as pessoas continuam fazendo, né? Iniciativas variadas. Agora [elas] têm feito pela internet e toda vez elas esbarram nisso. Então, o que eu sugiro, para quem for fazer algo cultural, que tenha um apelo para um segmento, um grupo de pessoas desfavorecidas, leve em conta isso. Quer dizer, o preconceito internalizado – seja de

que comunidade for, tá? –, o preconceito internalizado é tão violento que quem for articular esse evento – seja o que for, show, loja de coisas usadas, sei lá, seja o que for, revista, site, portais –, eles duram um tempo e depois fecham, né? Por isso, não é o preconceito de quem é realmente homofóbico, mas sim um preconceito próprio das pessoas, que fazem com que elas não apoiem os variados empreendimentos até hoje. É 2019. Estamos falando agora e até hoje tem isso acontecendo. Então, quem for trabalhar com cultura, com segmentos oprimidos, sempre [deve] levar isso em conta. Na verdade, tem que trabalhar para mudar essa mentalidade. Se as pessoas não mudarem essa mentalidade, as coisas são impossíveis de serem mantidas, sabe?

APÊNDICE E – Íntegra da entrevista com Bebeti do Amaral Gurgel

Data da entrevista: 07/06/2019
Local da entrevista: Café em Curitiba (PR)
Duração: 46:56
Data da validação da transcrição pela entrevistada: 21/09/2019

B: Então, a *Femme*, que em francês significa mulher, teve duas fases. Na primeira fase, era praticamente artesanal, era bem pobrezinha. As duas, a Mônica e a Theresa, que montaram e me convidaram para escrever. A gente escrevia e não cobrava nada, fazia revisão, fazia tudo. E, depois, teve a segunda fase, que foi quando elas começaram a receber dinheiro do Global Fund For Women. Nesta segunda fase só trabalhei mais duas vezes.
P: Tá, antes de falar especificamente da revista, eu queria que você me contasse um pouco da sua trajetória pessoal. Como se deu o seu primeiro contato com o movimento feminista e lésbico? Foi aqui no Brasil ou quando você viajou para o exterior?
B: Então, eu nasci numa classe, digamos, privilegiada. Tinha um pai amoroso, uma mãe amorosa (risos), tudo aquilo que a gente sabe dentro da classe dominante. Mas a minha sexualidade não era da classe dominante. Então, por causa da sexualidade, eu comecei a frequentar outros lugares, outros meios com pessoas que não tinham muito a ver com a classe que eu tinha nascido. Através dos gays, eu tive contato com o feminismo. Então digo que meu caminho intelectual foi através da sexualidade. E aí me tornei feminista, me tornei de esquerda. Esse é o meu caminho. Depois fui morar em Amsterdã, que era um lugar onde o pessoal tinha a cabeça aberta. Tinha o movimento de mulheres, o movimento gay, drogas… Tudo o que aqui no Brasil era proibido, lá era liberado.
P: E em que ano você foi para lá?
B: Fui em 1982, por aí… 1983, mais ou menos. Depois eu te passo o link que tem todas as minhas informações.
P: Sim.
B: Em Amsterdã, quase não existe mulher que não seja feminista. A maioria das holandesas tem consciência de gênero. Consciência do que ela é, do que ela representa. Isso se aprende no colégio, na faculdade. Então, o movimento feminista era muito comum lá. Toda mulher é mais ou menos feminista. Mesmo quem opta por ficar em casa, cuidando de filho, também tem uma consciência, não é "porque a vida quis assim". Então, através do movimento

feminista na Holanda, que é muito forte, fui me envolvendo nas manifestações, nas livrarias, nas coisas. E aí, quando eu voltei para o Brasil, eu abri a primeira livraria feminista do Brasil.

P: Que é a Lilith.

B: É (risos). E aí eu conheci o pessoal da *Femme* e elas me convidaram para escrever para elas.

P: Mas como vocês se conheceram? Foi depois que você voltou para o Brasil ou vocês já tinham contato?

B: Com as meninas [Theresa e Mônica]?

P: É.

B: Não, eu não tinha contato nenhum. Foi em São Paulo. Acho que numa passeata que a gente se conheceu, lá em São Paulo. Teve uma época que eu morei em São Paulo.

P: Foi na época que você trabalhou na [editora] Brasiliense?

B: Exatamente. Você sabe, né? (Risos).

P: (Risos). Sim, dei uma pesquisadinha antes. Agora, você falou que a questão da sua sexualidade…

B: Estilo de vida.

P: É. Você disse que isso pesou para você se envolver com o movimento social. Teve um fator que foi decisivo? [Houve] algo que fez você dizer "a partir desse momento, tenho que me engajar" ou foi mais pelo momento, pelo contexto em que você estava?

B: Me engajar em quê? No feminismo?

P: Isso.

B: Como te falei, fui morar em Amsterdã e lá não existe mulher não feminista. Toda mulher tem consciência. Aquilo vira natural, né? Quando você vê, você também está ali se envolvendo, marchando, decidindo, concordando, lendo um monte de livros. Porque era praticamente um curso que a gente fazia (risos). Tinha que ler um monte de livros! E li todos os livros das feministas tradicionais, das primeiras. Porque o feminismo… Não sei se você quer que eu fale disso?

P: Pode falar, pode falar.

B: O feminismo teve três ondas. A gente considera três ondas. A primeira onda é das *suffragettes*, que queriam votar. A segunda onda, que sou eu, dizia que a mulher tinha direito a trabalhar, direito a sair de casa. E a terceira onda agora, com a Judith Butler, o feminismo voltou para a moda, e agora inclui o feminismo negro e o trans. Então, a gente considera que nós estamos na terceira onda do feminismo. E essa garotada toda acordou, né?

P: Na época em que você morou na Europa, você contribuiu para revistas lésbicas de lá, certo? Da Holanda e da Alemanha.

B: Certo.

P: Me conta como foi essa experiência?

B: Tinha um jornalzinho que se chamava *Het Schandaal*, que significa *O Escândalo*. Acho que o primeiro jornal lésbico, só de mulheres. E era bem engraçado porque a gente colocava fofoca, quem namorou quem, e tinha o lado político também. Tinha o humor, mas tinha o lado político. Foi o primeiro jornal. Está no Google, se você procurar, você encontra.

P: Uhum. E como foi para você entrar nessa revista? Você conhecia as pessoas…

B: Conhecia, conhecia as meninas.

P: E nessa época você já estava formada em jornalismo?

B: Já estava formada em jornalismo.

P: E o que tinha de diferente em produzir uma revista lésbica lá na Holanda e a *Femme*, aqui no Brasil?

B: Tudo. Lá, o governo até estimula essas coisas. Tem muitas ONGs gays, secretarias patrocinadas pelo próprio governo holandês. Aqui, eram só elas [Theresa e Mônica]. A divulgação também é difícil. E eu tinha livraria. Então, eu vendi muito a revista *Femme*. Uma coisa que eu acho interessante você colocar é que as meninas chegavam à livraria falando baixinho: "você tem a revista *Femme*?" (risos).

P: Era uma coisa proibida, né?

B: Proibidíssima! Pecado, pecado mortal! E quem comprava a revista queria que eu colocasse numa sacolinha para ninguém ver. E, geralmente, elas falavam baixinho. Eu vendi muito a revista *Femme* porque eu era a única livraria que vendia.

P: Não tinha em bancas, né?

B: Não. Eu era o único ponto de vendas. E eu vendia bastante, mandava para o Brasil inteiro! Eu punha [as revistas] no correio, mandava para o Acre, para São Paulo, para todo o Brasil.

P: Você já falou das dificuldades estruturais que a *Femme* enfrentava. Agora, eu queria saber: qual era a diferença de conteúdo da revista holandesa para a brasileira?

B: Acho que, na Holanda, elas já estavam num humor, numa ironia que aqui faltava um pouco. Era muito sério, ainda. Era muito [focada] nos primeiros passos, muito tensa. E a revista de lá era mais relaxada, sabe? Então, lá, você podia brincar. Mas tinha um coletivo aqui, não sei se você conhece, da Marisa Fernandes.

P: O CFL, Coletivo de Feministas Lésbicas.

B: É. E ela lançou uns folhetinhos que eram de muito humor. Não sei você tem esses folhetinhos.

P: Então, eu conversei com a Marisa, em janeiro. Ela me ajudou bastante, em tudo…

B: Mas ela é séria, né?

P: Assim, basicamente, a maior parte do material documental que eu tive para a pesquisa foi cedido por ela. Mas do CFL não peguei muita coisa porque o meu trabalho é focado nos periódicos.

B: Mas a tua pesquisa é só sobre a *Femme* ou sobre todas as publicações da época?

P: Então, é sobre as publicações lésbicas de 1981 a 1995.

B: Todas?

P: Isso, todas que surgiram nesse período. Então, entra o *Iamuricumá*, o *ChanaComChana*, *Femme*…

B: *Um Outro olhar*?

P: *Um Outro Olhar*, o *Deusa Terra*, o *GEM*. Então, no total, acho que são 10 ou 11 títulos. Mas eu tenho uma questão. Quando você estava morando no exterior, você teve contato com o movimento feminista brasileiro ou seu ativismo se restringia ao movimento feminista europeu?

B: Então, é impressionante porque eu estava na Holanda, no movimento feminista da Holanda, e tinha umas portuguesas lá. Elas me falavam de coisas do Brasil que eu nem sabia (risos). O *Mulherio*, o *Mulherio* você já pesquisou também?

P: Sim.

B: Então, daí elas me falavam "tem o *Mulherio*…" e eu dizia "mas o que é *Mulherio*?". Eu nem conhecia! E elas conheciam porque já tinham entrado no movimento antes de mim. Aí, numa das vezes que eu vim de férias para o Brasil, eu conheci a Danda Prado, que estava editando uma revista chamada *Impressões*. Mas a *Impressões* não é gay, é uma revista feminista. E aí eu também escrevi para a *Impressões* e também era a jornalista responsável da revista.

P: Agora, você falou que conheceu a Mônica e a Theresa numa passeata em São Paulo, né? Quando vocês se conheceram, elas já te chamaram para participar da *Femme*?

B: Já. Elas falaram que estavam montando uma revista. Eu acho que já tinham saído alguns números. E eu falei: "vocês precisam ter uma jornalista responsável. Não é só publicar assim". E aí eu me comprometi a assumir.

P: E como era a dinâmica de trabalho? Porque tinha você aqui em Curitiba, a Laura em São Paulo e as duas lá em Santos. Como vocês administravam tudo?

B: A gente já mandava as matérias prontas. A gente conversava, se reunia… Mas, nessa época, eu morava em São Paulo. E aí, quando eu vim para Curitiba, eu passei só a vender a revista. Eu não escrevia mais.

P: Uma das coisas que me chamou atenção no último número da revista, até posso te mostrar aqui, tem um texto seu… O último [número] que eu tive acesso. Não sei se foi a última edição publicada. Bom, tinha um texto seu falando sobre revolução nos relacionamentos. Você começava o texto mais ou menos assim: "A mulher A era casada com a mulher B, uma delas se envolve com outra pessoa, elas ficam chateadas pela traição, terminam e cada uma fica triste em uma cidade diferente". Eu achei aquilo bastante… Como eu posso dizer? Revolucionário, como estava no próprio título do texto. Porque, mesmo dentro de outras publicações que tinham esse caráter não apenas lésbico, mas feminista também, a gente ainda tinha uma valorização de relações monogâmicas, do amor romântico…

B: Eu acho exatamente isso. A gente teve a revolução dos negros, a gente teve a revolução dos gays, a gente teve um presidente negro nos Estados Unidos. Nós tivemos quinhentas revoluções, mas os nossos relacionamentos amorosos são do século XV! Iguais aos do meu tataravô. É heteronormativo, né? Mesmo as pessoas gays, elas têm um relacionamento baseado no molde hétero. Usam aliancinha, fazem um casamento tradicional, fidelidade radical… E eu acho que tinha que modernizar isso. Eu não sou minha tataravó, entendeu? Não posso ter um relacionamento igual ao da minha tataravó.

P: Isso me chamou atenção porque, embora a revista tivesse esse caráter também feminista, quando a gente lia os contos, as poesias, [os relacionamentos] eram todos romantizados, né? Do jeito antigo, como você falou. Isso gerava algum desconforto entre as colaboradoras da revista?

B: Um pouquinho, né? Porque tinham as [mulheres] casadas heteronormativas. Mas é porque esses padrões estão impregnados na cabeça da gente. Então, você nem sabe que tá sendo careta quando tá sendo careta. Você nem sabe por que age assim, tem aquela religião católica na cabeça, os padrões do Brasil… A gente não percebe isso! Mas eu acho que todo mundo devia transar com todo mundo. Tá com tesão? Transa. Não precisa acabar casamento, nem se matar por causa disso, né? (Risos). Mas sempre tem duas opiniões [sobre o assunto]. Mas me lembro que eu fiz esse texto e alguém fez um contra-texto.

P: Uma das coisas que também me fez ficar curiosa, quando eu estava lendo a revista, foi perceber que, depois que você entrou [na equipe editorial], tinha uma coluna que dizia assim: "onde a *Femme* chegou". E entre os locais tinha a biblioteca da Universidade de Amsterdã. Foi você que articulou esse contato?

B: Foi, foi.

P: Como foi? Você continuou mandando para aqueles movimentos ou era uma coisa mais institucional?

B: Não, mas a revista está em português, né? Só quem sabia português ia ler. Mas eu fiz uma doação.

P: Outra coisa que também me fez ficar pensando "talvez tenha sido consequência da entrada da Bebeti [na equipe editorial]"… É que uma das edições anuncia um concurso de contos, acho que, inclusive, é essa, a última. E anuncia também a publicação [dos contos vencedores] por uma editora.

B: Eu fiz esse concurso. Idealizei e coordenei.

P: E aí? Como foi? É que como essa parece ter sido a última edição da *Femme*, não dá para saber pela revista o que aconteceu depois.

B: Então, nessa época eu era companheira da Danda. A Danda era dona da [editora] Brasiliense e a gente fazia um monte de coisas juntas. E aí eu tive a ideia de fazer esse concurso de contos, contos eróticos, né? Contos eróticos escritos por mulheres. E foi uma das experiências mais incríveis que passei na minha vida, porque eu apresentei o projeto, o pessoal topou e eu fiz tudo sozinha. Montei um júri de mulheres para ler os contos. A gente recebeu uma média de dois mil contos e o livro vendeu, em uma semana, a primeira edição inteira. Foi bem bacana.

A gente doou para o GAPA, grupo de mulheres com Aids, os direitos autorais do livro. Foi tudo por ideologia, nada por grana. Mas foi assim… Eu queria ver até onde ia a fantasia erótica da mulher brasileira, até que ponto ia. E surpreendeu a gente porque tinha coisas bem barra pesada, com mortos, com animais, mas isso eu nem lia. Comecei a ler essas coisas e achei barra pesada, nem sabia que existiam essas fantasias. O conto que ganhou o primeiro lugar – que eu não lembro o nome da autora, mas depois eu posso te passar – foi um conto que me impressionou muito, posso contar isso?

P: Claro que pode.

B: Me impressionou muito porque era a história de uma mulher que tinha um casamento marcado com um cara. As famílias tinham arrumado um marido para ela. Então, ela foi, praticamente, virgem para o casamento. Praticamente não, ela foi virgem para o casamento. E aí, na primeira noite, ela gostou do cara. Ela gostou e se soltou, teve orgasmos e o marido nunca a perdoou.

P: Porque ele estava esperando outro comportamento.

B: Exatamente. Ele esperava a virgem e tal. E esse conto eu achei a coisa mais linda do mundo. Era tudo escrito sob pseudônimo. Aí quando aconteceu o prêmio, descobri que a autora do conto era uma cadeirante. Então, foi outra surpresa, sabe? Até me arrepia porque a gente recebeu muitos contos de cadeirantes, que contavam que eram cadeirantes… Não, não, ela não era cadeirante. Ela tinha um problema na perna. Agora me lembrei. E a gente não sabia quem eram as mulheres. Era tudo com pseudônimo, mas a gente tinha medo de que algum homem escrevesse como mulher. Então, a gente pedia uma foto da carteira de identidade dentro de um envelope. Mas foi muito bacana esse concurso. É um dos trabalhos que eu tenho muito orgulho de ter feito.

P: E no caso da Danda, a participação dela na revista se deu também por sua causa? Foi você que a convidou para participar?

B: Não. A gente já tinha terminado e as meninas [Theresa e Mônica] foram atrás dela. E foi ela que conseguiu o Global Fund For Women. Ela que conseguiu o dinheiro.

P: Bom, você já tá dizendo que foi a Danda quem correu atrás, mas como foi? Como vocês ficaram sabendo desse apoio? Como foi a articulação para conseguir?

B: Eu não sei porque aí eu já não estava mais com ela. Foi ela que conseguiu. Me lembro que elas [Mônica e Theresa] me telefonaram para contar. Eu já estava morando em Curitiba. Elas falaram: "olha, a gente tem boas notícias. A gente conseguiu o [apoio do] Global Fund For Women e tal. Agora vai ser mais fácil para a gente vender a revista em Curitiba". Me lembro que elas me telefonaram bem felizes porque a revista seria feita com mais qualidade.

P: Bebeti, em algum momento, quando você tinha a livraria Lilith, as pessoas demonstravam algum constrangimento, algum preconceito por ver uma revista feita de lésbicas para lésbicas sendo vendida?

B: Totalmente, totalmente! Tanto que a revista não ficava muito exposta. Eu tinha uma prateleira [com livros] de mulheres negras, que foi a primeira do Brasil, eu tinha [uma prateleira com livros] de mães e tinha uma prateleira em que estava escrito "mulheres lésbicas". Mas o pessoal associa lésbica com sexo, né? (Risos). Eles achavam que era uma revista pornô. Para evitar isso, eu deixava [a revista num lugar] bem discreto, mas eu vendia muito, vendia bastante.

P: Agora, o Afins, que era o grupo responsável pela publicação, também tinha outras atividades. Os lançamentos da revista na sede do CIM, por exemplo. Você participava dessas outras atividades?

B: Participava. Participei, sim. A gente fazia umas reuniões. O CIM ainda existe.

P: Sim. Foi lá que eu consegui o número 9 da *Femme*.

B: Você conseguiu com a Martinha Baião?

P: Sim.

B: (Risos). É tudo uma panela só, né?

P: Ela é uma pessoa maravilhosa.

B: Você esteve com ela?

P: Sim.

B: Ah, pois é. A gente fazia encontros no CIM, toda semana.

P: Como era? Me conta, porque a Marisa não conseguiu me dar muitos detalhes sobre essa dinâmica do Afins.

B: Eu me lembro de uma vez que teve uma conversa entre mulheres gays, lésbicas. É que essas palavras gay e lésbica têm uma diferença. É importante dizer (risos). Existe a mulher homossexual. A mulher homossexual dorme com outra mulher, mas todos os valores dela são héteros. Ela apenas dorme com outra mulher, mas ela se comporta como uma hétero na sociedade. Ela se porta de modo tradicional, se veste de modo tradicional. Ela não gosta muito de usar a palavra gay, lésbica. Ela não usa! Ela não é militante e vota em homens. Aí você tem a mulher lésbica, que já é uma mulher mais politizada, que já sabe bem o que está representando. Ela gosta de usar a palavra lésbica, ela é militante, ela não aceita os valores heteros. E você tem a mulher gay, que é mais andrógina. Eu acho que ela tem uma relação mais solta com o sexo. Eu consigo ver nitidamente a diferença entre uma e outra. A mulher gay vai mais em balada, gosta de música eletrônica, sabe? Ela tem um comportamento mais típico do homem gay. Por isso, ela gosta de usar a palavra gay. A homossexual não. Até o gosto musical, música, é diferente. Ela gosta de escutar Bethânia, Simone (risos). A mulher homossexual apenas dorme com outra mulher, mas na sociedade ela se comporta como uma hétero.

Então, aí a gente teve uma reunião no CIM que era para "mulheres gays", mas acabou englobando mulheres heterossexuais, homossexuais e também mulheres negras. [Tratamos] da dificuldade de ser uma mulher negra, mesmo que fosse hétero. Eu me lembro de uma menina que disse assim, uma coisa que impressionou muito – ela era uma mulher negra e disse "primeiro, a lésbica pode fingir que é hétero, a negra não pode fingir que é branca". Então, a homossexual se finge de hétero. A lésbica não, mas a homossexual sim. Finge para ser aceita. É uma defesa dela também, né? Não tenho nada contra. Às vezes, ela quer ser aceita no trabalho, então ela se porta como careta. Mas a negra não pode fingir que é branca. E outra coisa que uma mulher negra me disse foi que ela tinha muita dificuldade em arrumar namorado negro. Porque o negro que era mais intelectualizado, mais culto, mais inteligente,

mais rico, queria uma branca. Eu me lembro que ela falou isso e eu fiquei muito impressionada. A dificuldade dela não era arranjar trabalho. Ela não sentia preconceito nisso. Ela sentia preconceito no amor. Isso me marcou. Deve ter lá nos arquivos do CIM.

P: Voltando um pouco. Como eram as reuniões do Afins, em São Paulo? Aquelas que você pôde participar?

B: Reunião de pauta?

P: Isso. Como vocês definiam as pautas?

B: Não tinha muita reunião de pauta. Eu me lembro que eu era bem livre para escrever o que eu queria. Eu falava, por exemplo, "posso escrever sobre revolução nos relacionamentos?". Aí diziam: "pode". Entendeu? Então, claro, a gente perguntava, né?

P: Era negociado, né?

B: É. A gente pedia permissão para escrever e se elas deixassem… Bom, elas sempre deixavam, mas eu sempre perguntava.

P: Agora, sobre eventos com leitoras. Como era o retorno que elas davam para vocês?

B: Eu me lembro delas falando isso, que era tudo escondidinho. Era tudo por carta. Não era aberto, era tudo por carta. Elas mandavam cartas pedindo a revista e pediam para que a revista fosse embrulhada. Agora, lançamento mesmo, eu não me lembro.

P: Quero falar sobre uma coisa que você estava comentando, sobre a dificuldade delas para comprar revista e tudo mais. Uma das coisas que eu notei, quando estava analisando a *Femme*, é que um dos temas mais presentes era a autoaceitação. Isso aparecia praticamente em todos [os números da revista]. E eu fiquei me perguntando… Enfim, porque não era a primeira revista lésbica, o movimento de gays e lésbicas já tinha outras publicações, mas essa questão da autoaceitação era muito presente. Aparecia sempre…

B: Até hoje…

P: É. [Aparecia] ou por parte das leitoras ou, às vezes, as próprias colaboradoras da revista tentavam abordar o tema. Por que você acha que naquela época ainda era tão difícil essa questão?

B: Ainda é, Paula. Ainda é e acho que agora piorou. A gente tá voltando. Acho que ainda é [difícil]. Porque enquanto não tiver uma lésbica bacana na política, na novela, sabe? Tem que ter! É o que você falou: representatividade. Você tem que ter um modelo. E as lésbicas das novelas são todas caricatas. Os gays também. Os gays são todos caricatos, falam assim, assim [gesticulando]. O Silvio Santos deu uma entrevista uma vez, dizendo que no SBT podia tudo, podia gay, mas desde que fosse bicha, estereotipado. Um gay sério ele não aceitaria.

P: Mas aquele momento tinha umas particularidades que tornavam tudo ainda mais difícil, né? Porque naquela época, falava-se muito…

B: Quem era o presidente da república?

P: Collor?[103]

B: É, acho que sim.

P: É, Collor.

B: Mas o Collor não tinha muito preconceito…

P: Não tinha, mas ainda havia um estigma pairando no ar em relação à Aids. Tanto que esse tema era muito abordado na revista.

B: Mas o Collor não tinha essa preocupação como o atual presidente tem. Ele não tinha essa preocupação, não tava nem aí. Eu não me lembro, assim… Eu me lembro que tinha uma novela, né? Tinham duas lésbicas e o autor teve que matá-las num shopping.

P: Torre de Babel (risos).

B: É! (Risos). Matou as duas no shopping, né?

P: É, num incêndio.

B: Que horror, né? (Risos). E livros [com representatividade lésbica], você conhece? Eu escrevi um livro…

P: Que você assinou como Betti Brown, né?

B: Não. Teve um [lançado] antes. O primeiro livro da literatura brasileira que tem uma personagem homossexual, lésbica, gay, é da Cassandra Rios.

P: Isso.

B: E o segundo é meu. O segundo e o terceiro. É o *A quem Interessar Possa* e o *Pecados Safados*.

P: Isso. Aproveitando que a gente tocou nesse assunto… Uma coisa que me chamou atenção na revista é que, antes de você lançar o *Pecados Safados*, a revista publica uma matéria, avisando que você vai lançar o livro. E dá o seu nome completo "a jornalista tal, tal, tal…". Aí, depois que já teve o lançamento, [sai outra matéria que] diz que você optou por lançar com esse pseudônimo [Betti Brown]. O que aconteceu?

B: Aconteceu o seguinte: meus pais eram vivos, minha mãe não queria que eu assinasse o livro e eu fiquei muito na dúvida. E a Rose Marie Muraro, que era feminista, a Marta Suplicy – que, na época, era bacana (risos)… Ela foi a primeira que levantou a bandeira do arco-íris.

[103] Na verdade, durante o período de circulação da *Femme*, o Brasil teve dois presidentes: Itamar Franco e, em seguida, Fernando Henrique Cardoso.

Naquela época, a gente gostava dela… As duas me aconselharam a não publicar, porque elas acharam que eu ia ficar o resto da vida como "a escritora lésbica". E eu não sou uma escritora lésbica. Eu sou uma escritora que escreve sobre qualquer coisa. Minha sexualidade não tem nada a ver com o que eu escrevo. E elas me aconselharam. A Marta Suplicy, no começo, queria que eu fosse a grande representante do Brasil. O Luiz Mott, dos homens [gays], e a Bebeti das mulheres [lésbicas]. Ela sonhava com esse casal porque ela levantou muito a bandeira gay, né? Então, ela queria, mas, depois, ela mesma achou que eu iria ficar como o Luiz Mott é visto até hoje. Você pensa nele e pensa que ele é gay. E também por causa da minha mãe. E aí a Rose Muraro achou que também seria uma jogada de marketing. "Quem é a escritora?", sabe? Eu dei umas entrevistas com o rosto assim tapado [gesticulando], sabe? Isso foi coisa da Rose. E aí foi por isso. Mas foi um pouco por causa da família, um pouco para não ficar com esse adjetivo o resto da vida. E tem outra coisa. Eu escrevi livros infantis. Então, os livros infantis podiam se comprometer. Foi por isso.

P: E como foi a aceitação [do romance]? Eu lembro que a matéria publicada na *Femme* dizia que o livro esgotou rapidíssimo!

B: O da Betti Brown?

P: É.

B: Vendeu bem, vendeu bem. Vendeu super bem. Era a Editora Record, né? Eu tive muito apoio da Marta Suplicy, da Rose Muraro. A Marta Suplicy era a nossa grande representante. E olha no que deu, né? Mas ela, na época [década de 1990], foi muito bacana para o movimento. Ela e o Eduardo Suplicy, que, na época, eram casados. Tanto que a gente brincava que GLS era gays, lésbicas e Suplicys (risos).

P: Dessa eu não sabia! (Risos).

B: Eles eram super militantes. Nunca, ninguém saía na Parada Gay, mas ela [Marta] saía com ele [Eduardo]. Mas hoje? Nem vamos falar, né? Mas o livro vendeu bastante. O primeiro vendeu mais intelectualizado, mais para a academia, mais para a faculdade. Foi estudado na Universidade Tuiuti, Universidade de Niterói e tal. O segundo eu peguei mais para o lado comercial, mesmo. Sexo. Mas vendeu bem, graças a Deus.

P: Agora, tem uma coisa que eu até fiquei pensando e comentei com a Laura [Bacellar]. Eu conversei com a Laura no início da semana.

B: Ela lembra de mim?

P: Lembra, claro! Como ia esquecer?

B: Faz trinta anos que eu não vejo a mulher! (Risos).

P: Ah, mas vocês trabalharam juntas!

B: É, mas faz trinta anos.

P: Então, uma das coisas que ela me falou foi sobre a diferença que a revista tinha em relação a outras publicações. Ela disse que a *Femme* tinha uma pegada de trazer uma visibilidade positiva [sobre as lésbicas]. Isso me gerou uma dúvida no sentido de que como os outros grupos lésbicos, alguns que eram até um pouco mais antigos [do que o Afins, responsável pela publicação da *Femme*], receberam. Tinha algum tipo de rixa entre as publicações, entre os grupos de militância por causa disso?

B: Eu acho que a *Femme* tinha uma pegada um pouquinho mais literária.

P: Mais cultural…

B: É, e as outras não tinham. Era literária. A gente falava de conto, de livro. Tinha o [boletim] *Um Outro Olhar* né? Eu acho que *Um Outro Olhar* era político e tinha os anúncios [para correspondência entre mulheres]. E a nossa tinha uma pegada mais literária. A gente falava de livros, de contos, de literatura. Essa era uma diferença.

P: Agora, uma outra questão. Você também participou de uma revista lésbica na Holanda, né? Quando eu estava pesquisando sobre você, apareceu isso, que você contribuiu para publicações lésbicas na Holanda.

B: Nossa! (Risos) Faz tantos anos…Você lembra o nome?

P: Não lembro o nome, mas enfim. Diz que foi no período em que você morou lá na Europa. Você lembra como foi essa experiência?

B: Na Alemanha escrevi para uma revista do Partido Humanista. Eu escrevia para a essa revista, que era outra proposta.

P: O que você trouxe dessa experiência?

B: Na Holanda eu escrevi para duas revistas holandesas! Uma revista que se chamava *Casa José Martin*, que era uma revista de sulamericanos de esquerda que moravam na Europa. E eu escrevi para uma outra que se chamava *Lust en Gratie*, tipo "*Desejo e Graça*". Essa era uma revista lésbica holandesa. Para essa revista eu escrevia também.

P: Certo. E o que você trouxe dessa experiência para o Brasil, quando você começou a participar da *Femme*?

B: Em matéria de texto?

P: Isso.

B: Eu acho que a gente, sempre que escrever texto, deve terminar com uma mensagem para cima.

P: Por quê?

B: Porque é bom para a leitora, né? Não fica aquela coisa pesada. Eu me lembro que fiz uma matéria para uma revista feminista lá da Holanda, *Opzij*, sobre a situação do aborto no Brasil. Aí eu contava como era difícil e tal, mas terminava dizendo "mas as coisas vão melhorar". Sabe, assim? É melhor, é mais otimista. Senão, você tá vendendo só a tristeza, a tragédia. E eu lembro que ela [editora] falou assim: "vamos reformular, porque vai melhorar". Sabe? É ruim, mas a gente tem que ter esperança, ter sonho.

P: A visibilidade positiva que a Laura falou.

B: Exatamente. A gente fazia isso. Você contava algo assim, mas terminava com uma coisa bacana. Até o Jornal Nacional faz assim. A última notícia é sempre sobre esporte, uma coisinha leve, uma copa. Dá-lhe tragédia e termina com uma coisinha engraçada. Acho que é uma técnica do jornalismo.

P: Outra coisa que me chama atenção é que a *Femme* começa a circular em 93. Era o período em que o Brasil estava vivendo o auge da hiperinfalação. E, enfim, queria que você contasse um pouco sobre as questões financeiras. Como era gerir a revista nesse contexto de caos econômico?

B: É, cada uma tinha que botar seu próprio dinheiro. Principalmente as duas [Mônica e Theresa]. Elas punham o dinheiro delas. Elas conseguiram um anunciozinho, um aqui, outro ali.

P: Tinha anúncio das agências [de turismo], que tinham departamentos para gays e lésbicas, e acho que um ou outro daquelas agências virtuais, sabe? As primeiras que surgiram para promover encontros entre lésbicas.

B: Não tem nenhum comercial aqui [aponta para a edição 7, que estava sobre a mesa]?

P: Que eu me lembre não. Deixa eu olhar aqui [edição 9, que estava no *notebook*].

B: Olha aqui, o livro *A quem Interessar Possa* [na edição 7]. É, mas não tem nenhum comercial.

P: Não.

B: É, mas essa já era com o [apoio do] Global Fund For Women.

P: Sim.

B: Nessa época aqui, elas [Theresa e Mônica] moravam em Santos…

P: Isso. Depois, elas foram para São Vicente. É, essa edição aqui também não tem [anúncio comercial].

B: É, não tem. E de mim elas não cobravam, claro [referindo-se aos anúncios dos livros e da livraria Lilith].

P: Claro, você era colaboradora da revista (risos).

B: É (risos).

P: Bebeti, eu acho que eu já perguntei tudo o que queria saber. Já foi tudo.

B: Se eu me lembrar de mais alguma coisa, eu falo para você. É… Se você pensar assim "quem é O gay no Brasil?" Você pensa no Luiz Mott. Mas e A lésbica? [Pausa] Tá vendo? A gente não tem!

P: É difícil, né?

B: Se você pensar numa negra, pensa na Djamila [Ribeiro], né? Mas lésbica não tem. E era isso o que a Marta Suplicy queria. Mas eu achei meio barra pesada. Porque ia virar uma profissão, entendeu?

P: É, o Mott carrega isso até hoje, né?

B: É. Aquele daqui [Curitiba] também. O Tony Reis. É a profissão dele. Ele ganha dinheiro sendo gay. Não tenho nada contra também, mas não é a minha praia.

APÊNDICE F – Íntegra da entrevista com Míriam Martinho

Data da entrevista: 08/06/2019
Local da entrevista: Skype
Duração: 01:26:52
Data da validação da transcrição pela entrevistada: 04/10/2019

P: Antes de falar especificamente dos grupos e dos boletins, eu queria que você me contasse como surgiu seu interesse por política. Era uma coisa comum no seu ambiente familiar? Ou se teve algum acontecimento pessoal que motivou seu interesse…
M: Eu sempre tive um pouco de interesse por política de maneira geral. Eu cresci na época da ditadura militar. A gente estava a par da situação toda que o país vivia. O meu pai era mais ou menos politizado… Então, sempre tive um pouco de interesse em política geral. Participei daqueles momentos icônicos da luta contra a ditadura, da missa do Herzog, morto naquela triste história, fui presa na invasão na PUC-SP, pelo famigerado coronel Erasmo Dias.
Mas no caso específico da militância lésbica, homossexual, foi meio que por acaso. Eu tinha uma colega que me falou de um debate sobre homossexualidade nas Ciências Sociais da USP, em 78. Então, fui assistir esse debate e assim soube do Somos, que naquele momento ainda era bem incipiente. Através deles, eu comecei a participar das reuniões do Somos e aí iniciei minha carreira de ativista.
P: Quando você se descobriu lésbica, houve situações que você viveu que tenham te motivado a entrar no movimento social?
M: Ah, sim. Com certeza. Com toda a repressão… Naquele período, a sociedade brasileira era muito conservadora, na década de 70. A gente tava na passagem daquele conservadorismo hegemônico para as mudanças sociais que a gente tinha, tem até hoje. A gente tava vivendo sob a égide da contracultura, quer dizer, desafiava todas aquelas normas, todos aqueles modelos de mulher e de homem; aparecia a androginia… A contracultura trouxe a questão da androginia e a questão da homossexualidade veio meio que na carona de todas as modificações do período. Mas no contexto geral, havia muita repressão. A sociedade era muito conservadora. A homossexualidade era considerada doença ainda. Só sai da patologização em 1990. Então, eu sofri muita repressão, eu introjetei muita culpa por ser lésbica. Isso também contribuiu muito para eu ter me interessado pelo debate da USP e depois ter entrado no Somos/SP e depois ter fundado o Lésbico-Feminista e toda a carreira… Mas assim, talvez, se eu não tivesse sabido desse debate na USP, eu não teria me encaminhado

para a militância. Então, é uma coincidência de fatores. A minha própria consciência sobre a repressão… Eu só fui me sentir à vontade como lésbica a partir do Somos/SP e do Lésbico-Feminista. Antes, eu me sentia muito mal, era muito conflituoso, para mim, ser lésbica. E como eu sempre detestei mentiras, eu vivia um conflito muito grande: ou mentir e me sentir culpada ou me assumir e sofrer a consequência.

Mas eu sempre optei por me assumir, sempre de maneira muito desconfortável. Só passei a me sentir menos desconfortável quando entrei no Somos/SP. Foi essa junção de fatores: a minha própria experiência como lésbica, muito reprimida, muito autorreprimida, e o contato do Somos no debate da USP, que me levou à participação no grupo e depois ao Lésbico-Feminista, ao GALF, à Um Outro Olhar…

P: Míriam, queria que você falasse um pouco da sua formação. Olhando os periódicos, dá para ver que você tinha atuação em diferentes áreas. Traduzia textos, editava, desenhava, escrevia poesia, de tudo um pouco. O que você estudou?

M: Eu fiz Letras – Espanhol/Português na USP, eu fiz tradução também, um curso específico. Trabalhei um pouco como tradutora. Também fiz um pouco de Artes Plásticas. Talvez isso explique um pouco essa minha heterogeneidade. E fui jornalista meio que na marra, sem diploma. Mas editei todas essas publicações, embora não tenha tido uma formação específica em jornalismo.

P: Entrando na questão das publicações. Naquele texto *Amor entre Mulheres*, que sai no *Lampião* em 79, a matéria diz que as lésbicas estavam atrasadas em relação a outros grupos que já tinham formado seus próprios. Hoje, quando você olha para trás, considerando toda a sua experiência como ativista, o que explica essa demora das lésbicas em construir o seu próprio meio de comunicação?

M: Na verdade, o *Lampião*, que foi o principal veículo homossexual, é de 78, um ano anterior à publicação do "Amor entre Mulheres". Então não é tanto tempo assim que as lésbicas demoraram a aparecer. Mas a demora das lésbicas pra ter sua própria publicação naquela época era falta de dinheiro, realmente. A questão de ser mulher e não ter condição financeira, de ser mulher e homossexual, a dupla discriminação, a questão econômica também. O Lésbico-Feminista era um grupo muito jovem. Nós estávamos todas na faixa dos 20 anos. A maioria era estudante. Então, ninguém tinha grande capital para fazer publicação. Aliás, falta de capital foi um problema sempre.

O *ChanaComChana* zero saiu de uma doação da Teca, se não me engano, que permitiu que fosse publicao em formato tabloide. O histórico do *ChanaComChana* zero eu não saberia te contar direitinho, porque não participei dele, mas me falaram que ele saiu graças a uma

doação da Teca. Depois, a gente não vai ter mais esse tipo de apoio. Você vê que os boletins do *ChanaComChana* são precariozinhos. Era aquela coisa de fanzine mesmo, de colagem, porque a gente tinha muita dificuldade de imprimir. Hoje em dia, tudo é infinitamente mais fácil.

P: Tem uma coisa que me chama atenção nos vários textos escritos por você e por outras ativistas sobre o *ChanaComChana*, vocês falam da necessidade, que havia naquele momento, nos anos 80, de autoafirmação. E isso teria justificado a escolha daquele nome. Mas eu queria saber como foi a reunião, o momento que vocês decidiram esse nome. Quero saber se tinha outros nomes em questão, quem sugeriu esse nome, enfim…

M: *ChanaComChana*?

P: Aham.

M: Foi a Teca que sugeriu esse nome. Foi numa reunião, não havia outros nomes alternativos. Ela simplesmente saiu com essa ideia e, naquele ambiente tão contracultural, a ideia pareceu bem interessante. Muito chamativo, assuntoso até. Agora, Um Outro Olhar já é um outro departamento.

P: Quando vocês decidiram fazer o *ChanaComChana*, já em formato de boletim, a partir de 82, tinha algum jornal em que vocês se inspiravam como modelo?

M: Jornal não. Quando a gente começou a produzir o *ChanaComChana* em 82, já tava mantendo muita comunicação com grupos do exterior. Então, a gente trocava muito boletim. Mas eu não sei te dizer se tinha uma inspiração porque a precariedade do *ChanaComChana* tem mais a ver com a falta de capital, a falta de recursos, recursos técnicos. A gente fazia os primeiros *ChanaComChana* datilografados, com aquelas máquinas que não eram nem elétricas. Então, era uma coisa precária, tinha que fazer colagem.

Agora, o conteúdo, sim. Tinha muita inspiração do pessoal do exterior. A gente tinha contato com grupos do Canadá, da Itália, dos Estados Unidos. As europeias fundaram uma organização chamada Serviço de Informação Lésbica Internacional, o ILIS, que durou toda a década de 80 e 90. Cada vez que elas faziam rodízio para sediar a organização – porque havia rodízio entre os países europeus – cada grupo se encarregava de fazer um boletim. Esse boletim vinha para nós. Então, em termos de conteúdo, sim, você pode colocar que a gente tinha influência dessas publicações lésbicas do exterior.

P: Quando o *ChanaComChana* surge naquele formato especial, que foi único, também coincide com o início de circulação daquele boletim *Iamuricumá* do Rio. Vocês chegaram a ter contato com as produtoras daquele boletim?

M: Eu, pessoalmente, não. Eu tenho uma cópia aqui nos arquivos da Um Outro Olhar, mas pessoalmente não tive contato com elas. Não sei se elas chegaram a produzir mais de um boletim, eu tenho apenas uma cópia.

P: Produziram. Eu consegui achar o 2 e o 3 lá na sede do CIM, o Centro de Informação da Mulher, mas não sei se teve mais.

M: Ah, sim.

P: E como vocês decidiam as pautas que iam sair no *ChanaComChana*? Como eram as reuniões para organizar o boletim?

M: Ah, os primeiros boletins… Eu falei sobre isso para uma outra menina que também pesquisou o boletim. O Lésbico-Feminista se diluiu em meados de 81. Aí ficamos eu e a Rosely naquela situação de não saber se continuava ou não… E a gente resolveu continuar. Só que a gente tava num número muito pequeno de pessoas, naquele primeiro momento, em 82. Então, a gente simplesmente perguntava pras presentes: "você tem alguma coisa escrita?". Era mais ou menos uma coisa de quem tinha um texto para colocar, e a gente publicava. Ou fazia entrevistas também, mas sempre com o mesmo núcleo de pessoas que vinha participando do GALF desde o começo da produção do *ChanaComChana* boletim.

Agora, com o tempo, com o número de pessoas aumentando, graças à participação da Rosely Roth no programa da Hebe Camargo, a gente começou a ter um volume muito maior de correspondência. E aí sim eu comecei a editar o que tinha de contribuição. Nem tudo que a gente recebia era publicado, mas aí a gente já tinha um papel maior de edição, lá para 85. Em 85, começa o trabalho de edição mais tradicional, vamos dizer assim. Antes, era uma coisa de divisão entre as próprias ativistas do grupo.

P: Depois que o GALF fica mais forte, consegue se rearticular, qual fica sendo o perfil das lésbicas que compunham o grupo? Em termos de classe, de escolaridade, qual era o perfil delas?

M: Era heterogêneo, mas não tão heterogêneo como foi o Lésbico-Feminista porque o Lésbico-Feminista chegou a ter umas 25 pessoas. Se bem que 15 eram mais circulantes e 10 mais militantes, mas o perfil do LF era bastante heterogêneo, em termos de classe. O GALF já vai ter um perfil mais homogêneo. Mais homogêneo no sentido de que perdurou mais o pessoal de classe média, apesar de algumas integrantes do grupo serem de classes populares, como a gente costuma dizer. Predominava mais o pessoal de classe média mesmo. Também tinha muitas estudantes, gente começando a carreira profissional, por aí…

P: Se eu não me engano, é só na quinta edição do *ChanaComChana*, que saiu em maio de 84, que começam a aparecer anúncios, como o do Ferro's e de outros lugares conhecidos como

parte do gueto lésbico de São Paulo. Queria que você me contasse se eles pagavam por esses anúncios e, se sim, como vocês firmavam essas negociações.

M: Então, após a invasão do Ferro's Bar, o próprio Ferro's passou a publicar anúncios no *ChanaComChana*. Então, você pode reparar que havia anúncios do Ferro's e de outros bares e de outros locais que ajudavam a gente. Mas era uma coisa mais informal. A gente se encontrava com os donos dos locais, propunha um valor, que eu não vou lembrar, e eles pagavam o anúncio.

P: Uma coisa que me chama atenção também é que, desde o começo, vocês incentivavam que outras lésbicas de outras regiões do país formassem os seus grupos autônomos. Vocês tiveram contato com outros grupos de lésbicas do país? Eu pergunto porque eu vi algumas menções muito pontuais sobre o Amazonas, que era do GLH, lá de Salvador, e lembro muito mais de contribuições do exterior do que de dentro do Brasil.

M: Eu acho que a gente sempre teve contribuições de lésbicas de todo o Brasil. A partir do momento em que a Rosely divulgou a caixa postal do GALF no programa da Hebe Camargo, a gente teve um fluxo muito grande de pessoas nos escrevendo. E quando começa o boletim *Um Outro Olhar* – eu tava revendo agora –, rolam algumas edições com contribuições só de mulheres de outras partes do Brasil. Tem algumas edições que a maior parte dos artigos é de pessoas de outras partes do Brasil. Ainda pelo GALF. Então, acho que a gente sempre teve participação razoável de lésbicas brasileiras. Apenas não naquele primeiro momento, em que eram só as militantes do GALF que escreviam mesmo. Mas depois tem um crescendo de mulheres de todo o Brasil participando, mandando depoimento, mandando entrevista, bastante heterogêneo.

P: Mais para o final do *ChanaComChana*, até pela questão de proximidade de datas, a Constituinte passa a ser muito discutida dentro dos textos de vocês. E a impressão que fica, num primeiro momento, era que aquele era um período de esperança porque havia um movimento para garantir na Constituição o respeito à livre orientação sexual. Então, queria que você contasse como foi a articulação para produzir esses textos e também se, além das publicações no *ChanaComChana*, vocês, enquanto GALF, fizeram alguma atividade para engajar as lésbicas nessa discussão.

M: A gente teve alguma discussão interna, mas os textos da Constituinte são mais uma coisa da Rosely mesmo. Ela fez pesquisas sobre isso. Mas a gente – o GALF – também enviou propostas junto com outros grupos de São Paulo, para o movimento. A gente também encaminhou propostas no sentido de colocar um dispositivo contra a discriminação por

orientação sexual na Constituinte. A gente trabalhou junto com o Triângulo Rosa e o GGB nesse sentido.

P: Vocês mesmas, nos artigos que refletiam sobre a trajetória do movimento lésbico no Brasil, identificam que os grupos que permanecem são poucos. Não só de lésbicas, mas também os grupos mistos. A que você atribui o fato de o GALF ter sido praticamente o único grupo lésbico que sobrevive à década de 80?

M: Olha, é difícil de dizer. Acho que vontade mesmo, resistência. Não tem outra palavra para dizer porque ali a situação era totalmente adversa. Por que era adversa? Bom, veja… Pessoas, hoje em dia, vêm falando que o movimento homossexual não surgiu antes, na década de 70, por causa da ditadura militar. Mas a verdade é que o movimento homossexual, incluindo aí a organização lésbica, surge ainda no período da ditadura militar, cresce em 79, atinge o pico em 80 e já em meados de 81 começa a refluir. E vai refluindo até chegar exatamente na redemocratização. Quando a gente entra em 85, o número de grupos se conta nos dedos de uma mão. Então, quando nós voltamos à democracia, temos o momento em que a gente tá mais fragilizada, pelo menos numericamente. Apesar de os poucos grupos fazerem bastante coisa de qualquer forma. Daí ter sido uma grande resistência.

E eu atribuo essa retração a duas coisas. Primeiro, uma discussão meio bizantina que surgiu sobre a identidade homossexual, trazida pelo Peter Fry – que era um dos colaboradores do *Lampião da Esquina*. Passou-se a dizer que assumir a identidade homossexual era uma forma de cercear a fluidez da sexualidade humana, que era normatizar a sexualidade humana. Pode parecer meio bizantino… Já era bizantino naquela época, deve soar muito estranho hoje em dia. Mas essa história pegou naquele período, e eu acho que foi um dos grandes contribuintes para aquele refluxo. E depois a chegada da Aids. Essas duas questões se imbricaram para levar muita gente de volta para o armário, gerando aquele grande recesso.

Também teve aquele tipo de política que faziam o GGB e o Triângulo Rosa, uma política de fundamentalmente reformista e legalista, que era vista pelo movimento de antes de 1985 como uma coisa muito careta. O pessoal do início do movimento queria fazer uma grande revolução, mas não sabia como. E, como não sabia fazer a tal revolução, resolveu ficar em casa – com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar… (Risos). Ainda mais porque nesse período chega a Aids, que, no começo da epidemia, foi chamada de peste gay, câncer gay… Isso causou um grande impacto na vida dos gays, que sempre foram a base do movimento daquele período, protagonizado mais por eles.

Então, na minha opinião, acho que foram essas duas questões que levaram ao refluxo do movimento nos anos 80. Tanto que, depois que a Aids deixa de ser o bicho-papão do início,

não é mais uma questão só dos gays, começa a haver uma lenta recuperação do ativismo. E a ideia de não se assumir homossexual para não cercear a sexualidade humana vai se diluindo também. A partir da década de 90, você volta a ter uma afirmação da homossexualidade, da identidade homossexual e um novo ciclo do movimento, um novo crescimento[104]. Sinceramente, não acho que o refluxo do movimento e a efemeridade dos grupos da época tenha a ver com a ditadura. Ao contrário. Na época da ditadura, o movimento cresceu. Quando voltamos para a democracia, o movimento refluiu. Foi bem assim.

P: Eu vou voltar à questão da Aids mais para frente. Antes disso, eu queria falar um pouco sobre a relação com o movimento feminista. Eu lembro que, no último texto que você escreveu sobre o LF, você definiu a tentativa de aproximação como uma roubada, uma coisa que não foi tão exitosa. Eu fiquei me perguntando… Nos textos de vocês, no *ChanaComChan*a, sempre havia um nível de politização, de conscientização da condição lésbica como algo que é muito mais do que uma preferência sexual. E isso demonstra um contato bem grande com produções feministas. Só que eu fiquei me perguntando: como vocês estabeleceram esses contatos, como vocês tiveram acesso a essas teorias e a esses movimentos? Porque dentro do Brasil a recepção às lésbicas, em geral, não era boa.

M: Na verdade, essa má recepção aconteceu no mundo inteiro, não foi só no Brasil. Cada país tem uma história para contar. A princípio, a recepção foi muito ruim em todos os lugares. Não tem exceção. Agora, eu acho que tem muita diferença no posicionamento das próprias lésbicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a famosa Betty Friedan queria expulsar as lésbicas da organização nacional de mulheres. Chamou as lésbicas de "ameaça lavanda [*lavender menace*]". Não sei se você conhece essa parte da história. E elas resistiram, não aceitaram, bateram o pé.

Aqui, não. Aqui houve uma dissipação de forças porque uma parte do Lésbico-Feminista migrou para o SOS Mulher, que foi um grupo pioneiro na abordagem da violência contra as mulheres, mas só da violência contra as mulheres heterossexuais. Falar da violência contra as lésbicas, não podia. E essas lésbicas do SOS Mulher introjetaram muito aquela discussão que eu lhe falei da afirmação da identidade homossexual como cerceadora da sexualidade humana. Então, não se assumiam e procuravam diluir a identidade lésbica na identidade

[104] Ao validar a transcrição da entrevista, Míriam Martinho acrescentou o seguinte comentário em relação a esse tema: "Vale lembrar que, se, na década de 80, a chegada da Aids contribuiu para o refluxo do movimento, na década de 90, o combate à epidemia, com o início do financiamento dos grupos pelo governo federal, vai levar a uma nova expansão da organização homossexual. Em contrapartida, atraiu também uma multidão de oportunistas atrás dos financiamentos do Ministério da Saúde".

feminista. No SOS Mulher, elas passaram a fazer uma oposição à gente, ao GALF – que permanecia politizando a questão lésbica. Foi uma grande fonte de conflito esse posicionamento, e a gente ficou muito sozinha nesse período, exatamente por causa dessa história da identidade homossexual. As lésbicas que estavam no feminismo, dentro do movimento feminista, não politizavam a questão lésbica.

O movimento aceitava a lesbianidade como "opção sexual". Então, todo mundo sabia que você transava com mulher etc e tal, mas você não podia encaminhar questões a respeito, salvo uma ou outra reunião, oficina, do movimento feminista internacional. Não havia um apoio do movimento, um acolhimento. Era uma coisa muito complicada também em relação aos partidos políticos de esquerda que, na época, eram bem homofóbicos. Elas achavam que a questão lésbica afastava as mulheres da periferia… Um monte de desculpas. Na verdade, eram desculpas, entendeu? Então, todo esse contexto se tornou muito contraproducente para nós. A gente falava de feminismo, queria levar o feminismo para as lésbicas, e o movimento feminista rejeitava a politização. A gente colocava que as lésbicas tinham que se assumir, que se assumir era melhor, para a integridade pessoal. E o movimento feminista dizendo que era só uma questão sexual, que tinha que ficar no armário e lutar só pela questão de gênero, que eram as questões da vida das mulheres heterossexuais. Essa era a situação naquele período.

Então, é por isso que eu digo que, no caso, o GALF foi um grupo de muita resistência. Eu não sei nem como a gente aguentou todo aquele tempo. Eu acho que se não fossem os encontros internacionais, o relacionamento com os grupos de fora, a gente não teria resistido. O que deu muito suporte para o GALF foram exatamente esses contatos com grupos lésbicos que estavam surgindo na América Latina e na Europa, sobretudo. Elas deram muito apoio. Estava todo mundo mais ou menos na mesma situação, então esse apoio mútuo é que segurou as pontas. Se dependesse do movimento feminista estava todo mundo de volta ao armário. Por isso eu falei que foi uma roubada, porque serviu apenas para dividir as lésbicas e empurrar todo mundo para dentro do armário de novo. Foi isso o que aconteceu.

P: Eu acho que sobre o *ChanaComChana* e o GALF era isso o que eu tinha para perguntar. Se você não acha que eu esqueci de abordar algo importante, vou passar a tratar mais especificamente da Rede.

M: Tá. Do boletim *Um Outro Olhar*? Porque você falou que era até 95. E 95 é o boletim *Um Outro Olhar*, né?

P: Isso. Tem alguma coisa sobre o *ChanaComChana* e o GALF que você considera importante e eu não abordei?

M: Não. Acho que você pegou pontos-chave. Eu tô desenvolvendo essa questão da influência que teve aquela discussão bizantina do ser ou estar homossexual, de a gente não poder assumir a identidade homossexual porque cerceava a fluidez da sexualidade humana. Esse é um ponto que eu acho bastante importante colocar. E isso a gente falou. Então, acho que sim. Você abordou os pontos importantes mesmo.

P: Bom, entrando na trajetória do Um Outro Olhar. Primeiro, eu queria saber: de onde veio a inspiração para esse nome "Um Outro Olhar?"

M: Então, o boletim *Um Outro Olhar* surge como uma publicação do GALF, ainda, né? Ele vem substituir o *ChanaComChana*. Esse nome surgiu da tradução errada de um filme húngaro chamado *Um Outro Jeito* (*Another Way*)[105]. Se não me falha a memória, foi a Luiza Granado que chegou com essa história do olhar, mas ela estava se remetendo a esse filme húngaro chamado *Um Outro Jeito*. Aí eu achei interessante. Pensei: "olha, tem umas possibilidades (semânticas) interessantes aí! Diferentes perspectivas para esse 'um outro olhar': uma forma diferente de ver as coisas e a maneira diferente com que as lésbicas se olham". E aí o nome emplacou como nome do boletim, que depois daria origem ao nome da Rede de Informação Um Outro Olhar.

P: E aí quando vocês mudam, quando deixa de ser boletim *ChanaComChana* e passa a ser boletim *Um Outro Olhar*, isso implica numa rearticulação, numa mudança de atuação, ou é algo que só se consolida quando vocês registram a instituição?

M: Não. Como eu te falei, a relação com o movimento feminista veio se deteriorando. A gente foi percebendo que era muito contraproducente estar lá insistindo em participar de encontros feministas, em reuniões feministas, pra ficar discutindo só questões das mulheres heterossexuais sem nunca ter uma contrapartida. Não era uma relação horizontal. Era uma relação realmente muito ruim. Então, a gente foi se voltando cada vez mais para o público lésbico, mais exclusivamente para as lésbicas. A *Um Outro Olhar*, já com o boletim, está nessa perspectiva. Já é o começo da saída do feminismo como movimento.

O feminismo como produção teórica a gente nunca deixou. Até hoje eu acho que ele permanece fundamental para as lésbicas, inclusive para a construção do seu próprio movimento, que foi o que a gente quis fazer. Mas o feminismo como movimento não… A gente já estava se encaminhando para essa nova postura, uma postura mais focada na questão

[105] Ao validar a transcrição da entrevista, Míriam Martinho acrescentou o seguinte comentário: "o filme é de 1982, foi indicado à Palma de Ouro, e uma das atrizes ganhou o prêmio de melhor atriz no Festival de Cannes daquele ano. Aqui no Brasil passou no fim da década de 80".

homossexual mesmo. E a Rede de Informação Um Outro Olhar também teve a grande influência do livro *Lesbian Ethics* (1988), de uma feminista lésbica chamada Sarah Lucia Hoagland. Ela trabalha muito com esse conceito de rede. Então, ela foi uma grande influência na formação da Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, que deriva seu nome do boletim *Um Outro Olhar*.

No próprio *Um Outro Olhar*, tem artigo meu em que digo que a gente tá realmente se separando do movimento feminista. E isso vai se concretizar com a morte da Rosely, bem traumática. Após a morte dela, em 90, aí sim acontece a ruptura total com o movimento feminista. A morte dela foi traumática em si mesma, pela tragédia da perda uma pessoa tão jovem que ficou mentalmente doente e se suicidou. E pela atuação de parte do próprio movimento feminista que, só para variar, trocou os pés pelas mãos novamente nesse caso da Rosely. E foi a gota d'água, vamos dizer assim. Então, são esses fatores que levaram o boletim *Um Outro Olhar* a ter uma perspectiva diferente do *ChanaComChana*, que ainda tinha muita coisa ligada ao feminismo, como você deve ter observado.

P: Como as leitoras do boletim, nas reuniões que vocês tinham, receberam essas mudanças? Quais foram os benefícios que elas reportavam dessa nova configuração? Porque deixa de ser um coletivo mais informal e passa a ser uma instituição, com registro em cartório, a partir de 89.

M: Registro em cartório o GALF já teve. Ele já começa com registro em cartório. Claro que com o nome fantasia de Grupo Ação de Liberação Feminista porque ninguém queria assinar o nome como Grupo de Atuação Lésbica-Feminista. Mas ele foi registrado em 17 de outubro de 1981. Posteriormente, houve nova ata, mudança de cargos e tudo.

De fato, a gente não dava muita importância para o registro em cartório. A gente achava que era uma coisa muito mais pragmática, para ter conta em banco, para receber o dinheiro das assinantes, contribuições, coisas desse gênero. E também porque não era possível você colocar o nome do Grupo de Atuação Lésbica-Feminista com as mulheres tendo que assinar um cheque com a palavra lésbica… Ninguém se assumia naquela época. Eram raríssimas as pessoas que se assumiam. A palavra lésbica era um tijolaço. Então, a gente usou essa estratégia. Mas o GALF teve registro também.

A Um Outro Olhar, quando surge, a gente, quase de imediato, já registra em cartório. Mas ela só vai se tornar ONG mesmo a partir de 95. De 90 a 95, a Rede é fundamentalmente um grupo lésbico, trabalhando com as lésbicas em geral, e sem maiores contatos com o movimento feminista. A gente não deixou de ir a encontros feministas para levar a questão lésbica. O que a gente deixou de fazer foi ficar participando de várias atividades do movimento feminista,

que giravam só em torno das questões das mulheres heterossexuais, sem ter contrapartida nenhuma. Pelo contrário, só arrumando um monte de problemas para o nosso lado. A gente chegou a ir em outros encontros feministas e tudo o mais, mas, aí, sempre, única e exclusivamente, para levar a questão lésbica.

P: Eu queria saber se você lembra a tiragem do *Um Outro Olhar* no formato boletim.

M: Era mais ou menos a mesma coisa do *Chana*. Ficava entre 200 e 500. Não chegava a mais do que isso.

P: Uma coisa que me chama muita atenção no *Um Outro Olhar* é aquela seção, que vocês criam depois de alguns números, que é a *Deu no Jornal*. Nela, as integrantes sempre comentavam publicações que saíam na imprensa tradicional. E isso pareceu interessante para mim porque além de vocês, que eram da equipe responsável pelas atividades da Rede, vocês também incentivavam que as leitoras mandassem. Meio que criando uma cultura de ficar atenta sobre o que sai nos meios de comunicação sobre a comunidade lésbica. Eu queria que você me contasse como surgiu a ideia de acompanhar os jornais de maneira sistemática. Porque virou uma espécie de observatório lésbico da imprensa e acho que é a parte que mais me chama atenção no boletim.

M: Na verdade, já na época do GALF, a gente fazia uma pequena hemeroteca. Mas acontece que na década de 80 não saía muita coisa no jornal sobre a questão homossexual, mas a gente já vinha arquivando. A partir da década de 90, você vai ver cada vez mais matérias sobre a homossexualidade em geral, sobre as questões lésbicas um pouco menos, mas já aparecem também. Então, a gente começou a publicar muitas das coisas que coletava para a hemeroteca da organização e pedia que as pessoas nos enviassem. A gente pedia que as pessoas colaborassem.

O boletim *Um Outro Olhar*, ainda pelo GALF e já passando para a Rede Um Outro Olhar, vai ter uma colaboração bastante expressiva das pessoas que entravam em contato com a gente. Nós tínhamos, inclusive, uma integrante do GALF que era lá de Pernambuco, a Naná Mendonça. Ela escreveu textos em alguns dos números do *Um Outro Olhar*. Tinha gente de todos os estados colaborando, era nacional mesmo.

P: Voltando à questão da Aids. No *ChanaComChana*, vocês já tinham publicado alguns textos, algumas informações sobre maneiras de prevenção, encontros que aconteciam para informar a comunidade de lésbicas e gays, em geral. Só que, no boletim *Um Outro Olhar*, isso fica ainda mais presente. Na lista de publicações recebidas, lá no final, tinha até uma seção exclusiva sobre periódicos que tratavam desse assunto. Eu queria saber como vocês chegaram a um denominador comum para lidar com essa questão. Porque existia uma demanda por

informação, havia muita estigmatização das pessoas que tinham Aids, mas, ao mesmo tempo, dá para notar que vocês tinham uma preocupação em não criar um ambiente de pânico, que era muito comum nos meios de comunicação tradicionais.

M: Então, no que diz respeito às lésbicas, né?

P: Isso.

M: Na verdade, a informação que se tinha na década de 80 é que lésbica não pegava Aids, que era uma coisa só de gays. Os gays é que eram as vítimas e os vetores. Era o "câncer gay". Lésbicas eram consideradas praticamente imunes. Se não me engano, tem um artigo de uma das associadas que trabalhava em área de infectologia e dizia que lésbicas não pegavam Aids, etcétera e tal. Depois, começaram a chegar informações de que não era uma imunidade assim tão absoluta. Apesar de o contágio ser mais difícil, havia uma possibilidade, a depender do tipo de sexo que as mulheres faziam. Então, a gente começou a passar essas informações na medida em que a gente as obtinha.

Depois de um tempo, as mulheres passaram a ser consideradas também um grupo de risco. Então, se mulheres em geral são um grupo de risco… Lésbicas, bissexuais são mulheres. Como é esse milagre que elas não passam o vírus da Aids? Então, elas não podem ser completamente imunes. Aí começou toda uma discussão em cima dessa questão. Então, era melhor a gente se prevenir do que remediar. Se bem que, na verdade, como a história mostra, de fato, as lésbicas nunca se tornaram um grupo particularmente afetado pela síndrome. Talvez pelas características de vida, dos relacionamentos entre lésbicas que são mais estáveis, mais duradouros. O fato é que não aconteceu, mas naquele período a gente tava naquela dúvida.

A gente começou a trabalhar com a questão da prevenção, com o GAPA [Grupo de Apoio à Prevenção da Aids] aqui de São Paulo, começou a fazer encontros, algumas reuniões mais focadas nesse assunto. A questão da saúde lésbica começou a contar bastante também no início da década de 90, já tratando também da Aids. Até a gente começar a desenvolver um trabalho em 95, uma campanha de conscientização sobre saúde lésbica, com financiamento do Ministério da Saúde.

P: Que é quando começa a sair aquela cartilha *Ousar Viver*, que acompanha também a mudança de formato do *Um Outro Olhar*.

M: Exatamente. Aquele material foi produzido dentro do projeto de prevenção às DSTs/Aids para mulheres lésbicas e mulheres em geral. Então, a gente começa a fazer oficinas de como improvisar preservativos, sempre enfocando a saúde integral das mulheres. Porque, na realidade, a Aids, nunca foi um real… um grande problema para as lésbicas. Há outras DSTs

que são bem mais comuns nas relações entre mulheres. Essa questão toda foi discutida naquele período.

P: Certo. Na década de 90, ao contrário dos anos 80, a gente tem uma maior quantidade de grupos lésbicos e eles têm uma duração maior do que se observou nos anos 80. Um deles, que é contemporâneo da Um Outro Olhar, é o Deusa Terra. Ele tinha algumas integrantes que já tinham participado do GALF anteriormente. Você acompanhou a formação desse grupo? Queria saber suas impressões. Sei que você estava na Rede, mas como existem poucas informações sobre o Deusa Terra na literatura acadêmica, sempre que entrevisto alguém, pergunto se as pessoas sabem alguma coisa.

M: A gente tem aqui no arquivo publicações, o boletim. A gente trocava publicações com elas, mas eu não sei realmente da formação. Acho que a Célia, ex-GALF, foi uma das fundadoras do Deusa Terra com a namorada dela… Cristina. Elas tinham uma linha meio espiritualista… Elas acreditavam no feminismo da diferença, da essência feminina. Tinha até uma coisa meio mística que envolve o trabalho delas. Diferente da minha perspectiva, por exemplo.

A gente trabalhou juntas quando organizamos o Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas de 1993. Mas não poderia te falar muita coisa a respeito do grupo. Só essas relações que a gente tinha intergrupo. Só se você conseguir falar com a Célia, o que é um pouco difícil, mas você pode tentar, né?

P: E aproveitando que você falou sobre atividades que vocês faziam. Quais eram os grupos mais próximos da Rede, com quem vocês tinham mais contato para fazer ações para lésbicas?

M: Em que período?

P: Nesse período da Rede, no começo da década de 90.

M: Fundamentalmente o Deusa Terra. Quem mais? A minha memória… (Risos). Pois é! Mas eu lembro mais do Deusa Terra. Tinha mais alguém, mas eu não lembro…

P: O D'Ellas, lá do Rio, da Yone…?

M: O D'Ellas, mas foi depois. O D'Ellas é de 95, né?

P: Acho que o D'Ellas é de 93 ou 94.

M: É por aí… Porque foi depois daquele encontro, do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, que o movimento volta a crescer. E aí surgem outros grupos lésbicos. A gente tinha contato com o grupo que se formou lá na Bahia, o Grupo Lésbico da Bahia, e Yone, com quem a gente teve mais contato, fora o Deusa Terra. Naquele comecinho, né?

P: E tem uma coisa que não é nova no *Um Outro Olhar*, mas que começa a ficar mais evidente, até porque não é só a Rede Um Outro Olhar que vai falar sobre isso, é a dificuldade

de articulação política das lésbicas. Existem muitos artigos tanto no *Um Outro Olhar* como na *Femme*, em outras revistas sobre muitas mulheres que procuravam as publicações e os grupos, mais na tentativa de socializar, de encontrar uma namorada e menos de pensar a articulação política. Que estratégias vocês usavam, enquanto Rede Um Outro Olhar, para tentar minimizar esse problema?

M: Olha, a gente tentou de tudo. Realmente, a maioria das lésbicas sempre procurou grupos para socialização e para tentar encontrar namorada. Apenas uma ultra minoria tinha mais interesse em fazer algum tipo de ativismo. No boletim *Um Outro Olhar*, a gente vai trabalhar muito com isso, insistir muito com isso. Insistir que as pessoas ajudassem na diagramação, por exemplo.

Tem algumas edições da *Um Outro Olhar* que estão bem ruinzinhas. Eu estava vendo agora e acabei lembrando do porquê. Foi uma pessoa que se ofereceu para fazer a diagramação, então a gente topou. Então, a gente fazia questão que as pessoas colaborassem, que tivessem uma atuação mais de militância. A gente incentivava muito a colaboração em nível de conteúdo, de textos, de depoimentos, mas sempre foi uma coisa muito complicada.

Eu não sei como é que está hoje, mas, realmente, as lésbicas têm que mudar de cabeça. Se não, fica difícil. Tem que politizar o rebuceteio, como vocês dizem hoje em dia, né? Não pode ficar procurando organização só para isso porque senão a coisa não anda. Você acaba desgastando aquelas que querem trabalhar, porque ficam sobrecarregadas. Realmente, eu me cansei. Eu me afastei de qualquer trabalho de interação direta porque minha paciência se esgotou definitivamente. Não sei. Hoje, eu tenho visto mais grupos de lésbicas se formando. Talvez daí surja essa conscientização da necessidade de se ter um movimento específico e de que as pessoas precisam politizar a sua própria vivência. Porque enquanto as lésbicas estiverem entre o movimento feminista e esse movimento hoje abecedário, elas vão continuar levando.

P: Agora, aproveitando que você tocou nessa questão da politização da condição lésbica. Tem uma coisa que eu acho que vocês fazem muito bem, tanto como GALF e depois enquanto Rede, que é exatamente promover discussões sobre a condição de ser mulher e lésbica ser muito mais do que uma preferência sexual. É uma coisa que atenta exatamente contra as bases do patriarcado. Como vocês eram recebidas pelas leitoras nessa abordagem? Porque eu vejo que tinham textos, primeiro do GALF e depois da Rede, nessa pegada mais política, mas, quando vamos para as cartas que as leitoras mandavam ou os romances, pequenas poesias e tudo o mais, ainda existia uma perspectiva bem romanceada das relações lésbicas. Como era essa relação? Tinha algum desconforto?

M: Não. Não tinha desconforto. O que eu acho é que não tinha grande interesse em relação às discussões mais politizadas. Então, a gente procurava exatamente equilibrar textos mais politizados e textos mais genéricos, vamos dizer assim, do ponto de vista das mulheres não-ativistas para ver se ajudava a fazer o intercâmbio entre textos mais teóricos e vivências dessas pessoas. Que eram vivências nossas também, mas a gente vinha de uma formação mais de militância. Então, é diferente.

Na verdade, principalmente na época do GALF, a gente tinha como interlocutoras as lésbicas do Primeiro Mundo (chamado Primeiro Mundo na época, desenvolvido). E algumas lésbicas latino-americanas, que, por sua vez, também tinham muito mais relação com as lésbicas dos Estados Unidos e da Europa do que com as lésbicas latino-americanas. Na verdade, a gente foi vanguarda meio pela força das circunstâncias. A gente não tinha com quem conversar aqui no Brasil, né? A gente acabava tendo conversas e uma série de discussões que não eram discussões das lésbicas brasileiras, mas sim de outros países. As discussões da militância brasileira eram aquela coisa super pequenininha, super limitada. Por isso, a gente procurou sempre se aproximar dos temas mais gerais, pra ver se funcionava como um gancho para os temas mais políticos. Era uma forma também de tentar politizar. Eu não sei o quanto a gente conseguiu, creio que um pouco.

De uma maneira geral, porém, sempre prevaleceu na cabeça das lésbicas essa questão da socialização e da busca de namoradas. A fissura. A velha fissura lésbica. Tem muita procura e pouca oferta. Situação complicada, mas é preciso politizar isso também. Como politizamos sempre. Se ficar só no rebuceteio, não anda. Fica muito ruim fazer um movimento lésbico, tentar fazer um movimento lésbico se as pessoas ficam só nessa relação pessoal, só nessas ambições individuais. Eu não sei como está hoje, mas acho que tem um pouco de mudança nesse sentido. Tem um número maior de mulheres, de jovens lésbicas, que eu vejo que estão mais conscientes, mais do que antes. Agora, eu não sei se é suficiente para mudar o quadro anterior.

P: Bom, voltando mais especificamente para o boletim. Conforme o tempo vai passando, dá para notar que ele vai crescendo em termos de páginas, em termos de participação das leitoras e das outras associadas. E aí eu queria que você me contasse como foi o processo de transição do formato boletim para revista. Como vocês chegaram a essa decisão? Parece ter sido resultado de um maior engajamento das leitoras.

M: Não foi. Não foi uma questão de engajamento das leitoras. Foi, realmente, a questão de mais capitalização da nossa parte. Com os projetos de DSTs/Aids, a gente entrou numa fase mais profissional. Então, a gente passou a receber, através dos projetos, salário para fazer o

que a gente estava fazendo, podendo dedicar parte do que recebia para melhorar a qualidade gráfica da revista. E foi isso o que foi acontecendo.

Também teve a facilidade de produção. A questão técnica melhorou muito. Você vai ter os computadores, você vai ter os PageMakers da vida e vai melhorando. Depois, começa a profissionalizar a parte gráfica também, com a diagramação e a impressão sendo feita em gráficas. Isso tudo tem a ver com questão financeira. Mais com a questão financeira do que a participação das associadas. Se bem que a gente sempre recebeu doação de algumas lésbicas, mas não o suficiente para bancar uma publicação como a *Um Outro Olhar* se tornou. Foi ficando cada vez mais aprimorada, foi possível melhorar a qualidade gráfica, conseguir mais anúncios.

A gente começou a vender em banca de jornal, vender em algumas livrarias, na Fnac de São Paulo. A gente tentou por essas vias mais formais de produção de revista, mesmo. Mas, de grana, ficou muito pesado. O custo-benefício acabou não valendo a pena. Por isso, eu parei de fazer.

P: Bom, Míriam. Eu acho que, sobre o boletim, isso é tudo. Não sei se tem alguma coisa que você acha importante falar sobre essa trajetória e eu não perguntei. Tenho outras coisas para perguntar, mas acho que sobre a Rede era isso.

M: Não. Pode perguntar. Como eu estava te falando, eu estou fazendo um trabalho de resgate. Então, tem muita coisa que eu estou reaprendendo, relembrando. Então, é um pouco difícil estar falando sobre o que mais a gente pode conversar. É mais fácil você me perguntar mesmo.

APÊNDICE G – Íntegra da entrevista com Ann Puntch

Data da entrevista: 03/09/2019
Local da entrevista: Skype
Duração: 01:35:43
Data da validação da transcrição pela entrevistada: 05/01/2020

P: Antes de começar a falar especificamente do *Lesbertária*, eu queria que você me contasse sobre a sua formação acadêmica e também sobre o que te levou a se envolver em grupos de militância lésbica e feminista.
A: Eu me formei em 71. Era uma época de muita agitação social, aqui tinha o grande problema sobre os direitos civis [da população negra nos Estados Unidos], além da Guerra do Vietnã. Então, todo mundo era mais ativo. Acho até que tinha mais movimento do que hoje.
Quando eu saí da faculdade, eu queria buscar revolução. Então, eu pensei: "precisa ser uma coisa ativa, precisa envolver gente de cor, por motivos evidentes". Fui buscar todo esse pessoal e acabei trabalhando durante cerca de cinco anos com um grupo de camponeses. Eu diria que a maioria era de mexicanos, mas tinha um grande grupo de filipinos e outras pessoas trabalhando na área rural daqui [Estados Unidos]. Teve, inclusive um movimento de boicote.
Então, o lance foi: "se nós fazemos a coleta de uva, uma arma que podemos empregar para conseguir uma vida mais justa é organizar um sindicato". O nascimento do sindicato aqui é diferente do que ocorreu no Brasil, né? Tínhamos que começar do zero, não tínhamos uma CLT aqui. Então, eu fui participar primeiro do boicote e, depois, fui para a Califórnia para participar das greves.
Sempre tive um interesse pela militância, mas não estava atuando diretamente no movimento lésbico naquela época. Não sei nem se existia em 71. Lembro que havia uma organização nacional de mulheres, mas as lésbicas eram bem discriminadas dentro desse grupo que se chamava organização nacional de mulheres [NOW – National Organization For Women, fundada em 1966 no Distrito de Columbia, EUA].
Daí começaram a surgir coisas, juntamente com esse movimento que se chama Stonewall e que você deve conhecer. Uma reação ao ato de repressão policial que foi o começo de um movimento gay e lésbico.
P: Só uma questão. Você disse que foi para a Califórnia depois. Qual foi a cidade em que você estava quando soube dos movimentos de camponeses?

A: Eu estava na Costa Leste, Pensilvânia. Mas eu ainda morava em Washington, DC, perto da capital. Isso foi só para comentar o início, quando eu deixei tudo para tentar fazer uma vida de militância, mas nada disso é relacionado ao movimento lésbico.

Então, eu trabalhei no movimento de camponeses por cinco anos. Era muito difícil porque você trabalhava muito e ganhava cinco dólares por semana. Então, você saía de lá meio esgotada, né? E eu queria conhecer a América Latina. Por isso, eu peguei um trabalho numa fundação em que eu podia visitar vários países. Mas ainda não conhecia o Brasil. Eu era representante de uma fundação e voltei ao *closet*. Não era um momento de ativismo lésbico. Só quando saí dessa fundação é que eu podia ter mais liberdade. Além disso, sempre existiu uma tensão entre os Estados Unidos e outros países. E eu estava bem consciente de que era uma pessoa de fora.

Em 87, muitos anos depois, eu fui morar no México, na Cidade do México. E era um ano de muita atividade. Foi quando teve o IV Encontro Feminista. O primeiro foi na Colômbia, depois no Peru, depois no Brasil e então o México. E as pessoas que tinham participado do encontro no Brasil estavam ajudando a organizar o encontro do México. Ao mesmo tempo, havia um festival de vídeo e filmes de mulheres latino-americanas e do Caribe. Dentro desse encontro feminista, houve também o primeiro encontro que era somente para lésbicas[106]. Foi até meio clandestino. Alguém te contou sobre esse evento?

P: Eu acho que em entrevista não. Mas eu li a respeito dele nos periódicos.

A: É? Eu estou muito triste porque a minha companheira Míriam [Bottassi] não está mais aqui para contar direito toda essa história. Eu estava entrando e tentando conhecer o movimento naquela época, mas ela já participava há mais tempo. Eu acho que ela participou da organização do encontro anterior, que foi no Brasil. E foi super bem feita, com muita participação e igualdade para todo mundo. Talvez ali tenha sido o começo das lésbicas começarem a se organizar por conta própria. Não sei, mas a primeira manifestação que eu conheço foi esse encontro. O lugar era uma espécie de fazenda com piscina. Para chegar, você tinha que ir para o México e ligar para alguém, para saber onde era o encontro, era tudo clandestino, meio hilário (risos). Então, a gente pegava um ônibus para ir para Cuernavaca [município que fica a cerca de 87 km da capital mexicana]. Só que nós tínhamos contado para os proprietários da fazenda que era um encontro de professores. Por esse lado, o encontro foi

[106] Os eventos relatados por Ann estão organizados cronologicamente no site Mulheres e Movimentos. A relação completa está disponível em: <http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_livro_infos03.html> . Acesso em: 5 nov. 2019.

fantástico. Foi fantástico ter conseguido organizar o evento. Por outro lado, teve muita, muita, muita briga. Não sei o motivo. Talvez por causa do poder. Começou com poucos grupos e depois se espalhou. Houve tanta briga que o movimento se dividiu muito. Você entrevistou a Amália Fischer?

P: Não.

A: Então, ela é a historiadora dos encontros. Ela mora no Rio e era professora da Universidade Nacional do México. Se você conseguisse falar com ela seria muito bom. Ela sabe muito bem dessa história. E ela também tenta documentar coisas e tem escritos sobre os encontros.

Mas continuando. A Míriam [Bottassi] sempre organizava mulheres, ela fez um projeto num bairro de São Paulo, o Jardim Míriam. Ela também era muito ativa nos movimentos de esquerda. E até participou daquele jornal *Movimento*.

P: Antes de falar dessa organização aqui no Brasil, eu queria que você contasse como vocês se conheceram. E também queria saber se o seu contato com o Brasil foi só a partir da Míriam ou se você já tinha contato com os grupos organizados daqui antes de conhecê-la.

A: Então, eu encontro a Míriam naquela encontro lésbico em Cuernavaca em 87. Foi anterior ao encontro feminista internacional. Eu lembro o momento em que ela entrou e começou a falar e ver as pessoas que já a conheciam no Brasil. Então, eu conheci algumas brasileiras em função desse festival de cinema e vídeo. Tinha o grupo COMULHER. Você conhece esse grupo?

P: Sim, sim. Eu falei com a Maria Angélica [Lemos, cofundadora do COMULHER] nesse fim de semana.

A: Ah! Uma coisa importante que pode interessar a sua pesquisa é VII Encontro Homossexual do Brasil. A Marisa [Fernandes] estava lá, com certeza. Ela foi uma das pessoas que defendeu a inclusão do nome “lésbica” nos encontros homossexuais. Esse foi um grande momento.

P: Na década de 90, né?

A: Sim, foi. Depois de 92. Talvez 93 ou 94, não lembro bem. Sei que seu trabalho é só sobre publicações, mas esse foi um grande evento. Faz parte da história, né?

P: Sim, sim, com certeza. Voltando um pouquinho às perguntas. Você tava falando sobre como conheceu a Míriam e de como vocês decidiram vir para o Brasil. Quando você vem e fica participando do movimento definitivamente?

A: Bom, estávamos lá [no México] em dezembro de 87. Depois, fomos para o Uruguai e, na volta, um policial marcou mal meu visto e eu tive que sair do país em abril de 88. Depois, eu volto, mas fico pouco tempo. E então nós fomos passar três anos nos Estados Unidos. Só

voltamos em maio de 92, quando o CIM [Centro de Informação da Mulher] estava participando da ECO-92 [Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que aconteceu junho de 1992, no Rio de Janeiro].

P: E aí, como vocês decidiram começar o *Lesbertária*? De onde veio essa ideia?

A: Eu lembro que foi com Marisa [Fernandes] e a Rosana [Zaiden], que era sua parceira naquele momento. Mas não sei quando foi… Qual é a data do *Lesbertária*?

P: 93. Se não me engano, maio de 93.

A: Então, estávamos tentando fazer isso com poucos recursos e pouco tempo. Essa era uma grande dificuldade. Havia muitas outras coisas acontecendo. Acho que foi o ano do encontro feminista em El Salvador.

P: E por que vocês escolheram esse nome, "*Lesbertária*"?

A: Era um jogo de palavras, com as palavras lésbica e libertação. E nós sentíamos a necessidade de colocar coisas especificamente lésbicas. Nem no movimento homossexual havia lugar para o nosso nome, para o que nós somos. Então, acho que foi uma resposta a isso, foi também um resultado desses encontros [feministas]. Estávamos tentando preencher essa lacuna porque não havia muitas publicações lésbicas. Agora, você deve saber que desde o começo o movimento teve muitas brigas, muitas mesmo. E isso sempre afetava as possibilidades de atuarmos em conjunto. Havia brigas pessoais e políticas.

P: Quais eram os grupos especificamente lésbicos com quem vocês tinham contato? Ou vocês atuavam isoladas?

A: Boa pergunta. Eu acho que nos sentíamos dentro do movimento geral [de mulheres]. Tivemos diferenças com a Rede Um Outro Olhar. Estou tentando lembrar de outros grupos, mas acho que não consigo agora. Penso que nós tínhamos uma atuação separada, mas não isolada, entendeu? A intenção era abrir mais o movimento e promover mais coisas para as lésbicas. Não lembro muito de outros grupos dessa época. Lembro do nome do Deusa Terra, mas não sei quem estava nele.

P: Pela pesquisa, eu soube que estavam a Célia e a Cristina, que acredito que eram namoradas naquela época.

A: Você vai me fazendo pensar e lembrar mais (risos).

P: Qual era a dificuldade que havia para atuar com outros grupos?

A: Eu cheguei depois, então já havia acontecido muitos rachas e eu não presenciei tudo. A única dificuldade que eu tinha foi quando havia gente de fora [do país] que queria divulgar coisas e era muito difícil. Eu lembro de um livro somente para lésbicas, que deve estar lá no arquivo do CIM [Trata-se do livro *For Lesbians Only: A Separatist Anthology*, escrito por

Sarah Lucia Hoagland e Julia Penelope, e publicado em 1988]. As mulheres que escreveram eram lésbicas separatistas, que era um movimento muito forte nos Estados Unidos, mas não tanto no Brasil. Eu lembro que aí havia muita dificuldade de explicar por que as mulheres queriam se reunir sem a presença dos homens.

Então, nós queríamos trazer o material que encontrávamos lá fora e fazer essa discussão sobre separatismo. Mesmo que não fosse algo que combinasse muito com a realidade do Brasil, mas a gente queria pelo menos abrir a discussão, ter material para debates etc. E eu lembro que era difícil. Só não lembro os detalhes dos embates.

P: Quando vocês decidiram começar o *Lesbertária*, havia alguma publicação que vocês tomaram como modelo? Não precisa ser necessariamente uma publicação lésbica, mas algum periódico que você e o seu grupo acompanhavam.

A: Eu conhecia publicações que eram somente lésbicas. Estou pensando… Tinha aquela *Lesbian Connection* [revista lésbica, editada bimestralmente nos Estados Unidos, desde 1994 até a atualidade], você conhece?

P: Aham.

A: Então, essa eu conhecia. E eu acho que a nossa ideia era parecida com essa publicação porque era um espaço em que todo mundo podia participar, divulgar informação, reagir politicamente, dialogar, tudo isso. Então, eu diria que o *Lesbertária* foi inspirado no *Lesbian Connection*. A nossa ideia era abrir mais um espaço, dialogar mais e de um ponto de vista lésbico. E essa revista era muito vinculada a outros movimentos sociais, principalmente de igualdade racial e de defesa da livre orientação sexual.

P: Você teve alguma outra participação em jornais lésbicos antes do *Lesbertária* ou ele foi o primeiro em que você colaborou?

A: Para mim, foi o primeiro. Mas a Míriam [Bottassi] era outra história porque já existia o boletim do CIM, trabalhou no jornal *Movimento*[107]. Míriam era documentalista, de formação, mas um pouco jornalista também, pela atuação nos movimentos.

P: Você falou também que o jornal tinha poucos recursos. E 93 foi o ano em que o Brasil estava vivendo o auge da hiperinflação. E eu queria saber se a questão financeira foi o motivo que levou a descontinuidade do jornal. Eu conversei sobre ele com a Marisa Fernandes [por telefone], mas ela disse que a iniciativa não prosperou. Só que ela não deu mais detalhes. Mas lendo o exemplar eu notei que a última informação dele era uma nota dizendo o quanto vocês

[107] Jornal alternativo que circulou entre 1975 e 1979, idealizado por Raimundo Rodrigues Pereira, conforme *Jornalismo de Guerrilha:* a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet, de Rivaldo Chinem (2004).

gastaram para produzir. Vocês também pediam para que a leitora atualizasse esse valor pela inflação quando fosse pedir a assinatura. Então, eu queria que você falasse um pouco da questão econômica.

A: Bom, eu vivo sempre com dificuldade econômica. Mas eu lembro desse aviso. E eu lembro também que uma coisa que a gente não contemplava era o espaço de anúncios para as mulheres se corresponderem. Eu lembro que algumas pessoas mandaram dinheiro para nós, mas pediam especificamente isso – um espaço para se corresponder. O que eu lembro mais do que da dificuldade de dinheiro, que sempre existiu, era o problema de tempo. Eu lembro que havia muitas tensões sobre isso e muita pressão sobre o nosso trabalho não estar sendo feito rapidamente. Para mim, foi mais o excesso de trabalho e a falta de tempo do que a falta de recursos econômicos.

P: Tem uma coisa interessante que você falou sobre as referências teóricas que eram importantes para o grupo naquela época. Tem um trecho do editorial do *Lesbertária* que diz assim: “não queremos a linha do pronto-socorro, vitimismo”. Claro que lendo sobre a história das lésbicas no Brasil dá para ter uma ideia do que isso significa, mas eu queria que você detalhasse, se você se lembrar, se essa posição tão demarcada tinha relação com algum evento mais específico da década de 90. Nessa época, a gente tinha um clima de terrorismo em relação à Aids e quando eu li essa afirmação eu fiquei pensando se vocês estavam tentando criar uma imagem positiva das lésbicas para poder se contrapor a esse discurso, que colocava as lésbicas e os gays sempre como vítimas, como pessoas vulneráveis.

A: É, você está me fazendo lembrar. Foi um terrorismo em torno do tema da Aids mesmo. A gente tinha muita solidariedade com os companheiros que tinham Aids porque era uma época muito difícil. E a nossa ideia não era fazer algo que dissesse: “por favor, tenha pena de nós”;. A ideia era criar uma identidade com perspectiva mais otimista. Nossos princípios eram autonomia, inclusão e criar uma identidade positiva dentro das mídias.

Nossa, você me fez lembrar daqueles dias em que se perdiam as pessoas tão rápido. Foi terrível! E os hospitais não sabiam o que fazer, não havia alternativas, foi terrível. E isso era uma coisa importante para as lésbicas porque quando elas começaram a se organizar a ter visibilidade surgiu esse problema. A partir daí, muitas lésbicas foram se dedicar à militância anti-Aids. O Brasil, como você deve saber, se sobressaiu no tratamento e na organização. E havia muitas lésbicas nesse movimento.

Então, nossa ideia era formar uma identidade, independente do movimento homossexual maior, sem uma voz única, particular. A gente era mais do que um grupo que podia estar mais suscetível a Aids. Nós tínhamos outros problemas, outras demandas. Mas os discursos que

circulavam eram de que nós éramos vulneráveis e doentes. Também queríamos que as mulheres se interessassem por outras coisas além de namoro e festa, que trabalhassem as teorias, mas com uma ótica particularmente lésbica. E acho que isso era uma coisa que estava acontecendo no mundo inteiro.

Voltando um pouco, naquele primeiro encontro lésbico [em 1987], havia participação de europeias, que foi importante para motivar e também para nos guiar um pouco. Mas não tivemos muito sucesso naquele ano, no México, por causa das brigas – que eu era incapaz de entender. Eram longas discussões até tarde da noite, em que as pessoas se machucaram, não havia clima para boas conversas. O que foi uma lástima. Eu era nova nesse mundo, mas lembro de Míriam [Bottassi] e eu sentadas fora da tenda, onde estavam acontecendo as brigas, e escutamos o teor da discussão. Foi feio, magoou as pessoas, não acrescentou nada às nossas causas. Gastaram muita energia e não conseguiram avançar. Então, o encontro lésbico foi uma das poucas coisas positivas dentro desse evento feminista.

Se bem me lembro, eram brigas entre os grupos feministas do México. Eram grupos novos, recém-organizados. E, claro, havia o peso por promover um evento até então inédito naquele lugar. Deve ter havido muita pressão sobre elas também.

P: E também porque, pensando na realidade dos países latino-americanos, era um momento muito particular que a gente, como América Latina, estava vivendo. Era muito diferente, talvez, do que seria prioridade em outros países. Na América Latina, a gente tava tentando se reorganizar, era a transição democrática, várias questões para pensar ao mesmo tempo.

A: É. E em 94 o Fernando Henrique reorganiza a economia e foi muito complicado. Foi um processo que causou muitas perdas para pessoas como eu, da minha classe social, que não tinha muito dinheiro. Normalmente, quando faziam esses ajustes econômicos, tentavam repor as perdas. Mas nesse ajuste de 94 não fizeram isso e nós perdemos muito. A partir desse momento, o Brasil se tornou bem mais caro. Em tudo, transporte, bens comerciais… Então a dificuldade econômica não só permanecia, como também se agravava. E países como o Brasil sempre tiveram uma democracia frágil. Era outro mundo.

P: Voltando um pouco para o *Lesbertária*, se não me falha a memória, só a Marisa Fernandes assina o artigo que ela escreveu com nome e sobrenome. E eu queria saber, por que, na sua opinião, mesmo depois de alguns anos de militância lésbica aqui no Brasil, as mulheres que colaboravam para o *Lesbertária* não se expunham, não colocavam seus nomes e sobrenomes nessa publicação?

A: Vou ter que pensar… Nem Míriam [Bottassi] colocava? Só Marisa [Fernandes]?

P: Só a Marisa.

A: Nossa, eu teria que conversar com a Marisa para lembrar. Mas acho que só podia ser medo, né, Paula? Mas a Míriam não era uma pessoa de muito medo, então… Não sei porque ela não assinou. Mas no meu caso, não coloquei, talvez por ser estrangeira, seria facilmente identificada. Eu queria rever esse material, mas eu perdi muita coisa quando saí de São Paulo. Tive que abrir mão de muita documentação. É uma lástima! Se eu tivesse, teria lido antes da entrevista para ir lembrando e ser mais útil para a sua pesquisa.

P: Eu devo terminar a pesquisa até o final do ano. Tem mais três meses, mais ou menos. E conforme a gente for encontrando material, ou eu, ou você, ou outras pessoas que a gente tem contato, não tem problema…Enquanto eu tiver com o processo em andamento, tudo o que a gente puder trocar em termos de informação, pode me passar. Não tem nenhum problema. A gente não precisa esgotar tudo agora.

A: Que bom, que bom! E eu devo estar no Brasil no final do ano. Talvez a gente possa se encontrar.

P: Ah é? Quando você deve vir?

A: Não sei. Ia ser em setembro, mas não deu. Talvez em outubro. Mas nós trocamos *e-mail*, então eu te aviso quando eu for.

P: E quando você vem você fica em São Paulo, mesmo? Em São Paulo, capital?

A: Isso, mas eu tenho uma visita pendente em Brasília. Então, pode ser uma oportunidade para nos vermos. Você mora em Brasília?

P: Moro em Brasília, mas posso dar um jeito de vir a São Paulo, se você só for ficar aqui.

A: Ah, mas eu nem sei se sou uma boa fonte para você.

P: Claro que é (risos).

A: É uma lástima que a Míriam [Bottassi] não esteja mais aqui. Mas essa é a vida, né, Paula? A vida e a morte.

Quando a gente falou sobre a Aids, eu fiquei lembrando disso. Muitas lésbicas trabalharam nessa questão, mas enquanto isso muitas mulheres estavam morrendo de câncer e sem nenhuma organização de apoio [do movimento]. E aqui, nos Estados Unidos, nós começamos a trabalhar com um grupo para oferecer recursos às mulheres com câncer. Não era uma oposição ao trabalho com Aids, mas era uma organização específica para responder às necessidades das mulheres. Não fui uma das fundadoras, mas sempre achei muito interessante. Era uma tentativa de dar atenção às necessidades específicas das mulheres.

Por exemplo, nós encontrávamos lésbicas jovens chegando a São Francisco e elas acabavam tendo câncer. Eram mulheres novas que não tinham nenhum apoio emocional nem físico etc. Então, essa organização teve sucesso aqui. Era um grupo dirigido por lésbicas, mas não era

voltado exclusivamente para elas, era para todas as mulheres. E, claro, sempre teve muita tensão entre os movimentos e a instituição…

P: Claro. Aqui também.

A: Em todo o mundo. Alguém falou para mim outro dia: "nossa, hoje só temos ONGs, né? E pouco movimento". Eu acho que isso é interessante porque parece que aí no Brasil demora uns dez anos para acontecer os fenômenos que acontecem nos Estados Unidos.

Então, voltando ao assunto, vamos ter muitas mulheres com câncer e estamos despreparados para isso. Quando voltamos para o Brasil… Estou pensando se foi mesmo em 92, mas acho que foi por aí mesmo. Nós tínhamos organizado o CIM e a cada duas semanas ou a cada mês acontecia o Café Feminista[108]. Já ouviu falar?

A: Então, normalmente, era alguém que lançava um livro ou queria tratar de algum tema de interesse. Aí nós propusemos fazer um Café Feminista sobre mulheres e câncer. Normalmente, o evento era bem frequentado por pessoas dos movimentos e nesse, de mulheres e câncer, tivemos de plateia exatamente zero pessoas. Ou seja, esse tema era uma coisa que só incitava medo, pânico, desinformação, despreparo. E foi uma lástima porque não conseguimos apoio de forma organizada para essas pessoas. Eu lembro que essa foi uma grande diferença com os outros grupos. Nós estávamos meio que prevendo o futuro, mas as pessoas não queriam ver. Porque é algo que assusta, né? E agora olha quantos companheiros nós temos perdido para o câncer. Inclusive, a Míriam [Bottassi][109]. Mesmo no caso dela foi muito difícil conseguir apoio organizado.

P: É. O Brasil tem uma dificuldade histórica no que se refere ao acesso à saúde e quando se trata de saúde das mulheres então…

A: É isso mesmo. Exatamente. Normalmente, quando alguém fica doente, com câncer, ela fica isolada com a pessoa responsável por cuidar dela. E ainda tem toda a falta de recursos e o terror que existe sobre o tema. Então, essas pessoas precisavam de mais apoio. Eu acho que podia existir um serviço desse tipo, de cuidadoras lésbicas atendendo pacientes lésbicas. Pessoas que podiam vir e conversar com você e dar apoio mútuo, sabe? Até porque os tratamentos para o câncer eram péssimos e continuam sendo péssimos, né? Então, a pessoa

---

[108] Trata-se de evento organizado às quarta-feiras, duas vezes por mês – uma com discussões livres sobre feminismo e outra com apresentações escolhidas a partir de sugestões de integrantes ou do público externo. Normalmente, a agenda do Café Feminista era divulgada pelo *Enfoque Feminista* – publicação semestral, de distribuição gratuita e tiragem média de cinco mil exemplares. A coordenação editorial ficava a cargo de Regina Rodrigues de Morais, Sonia Alves Calió e Amelinha Teles (ENFOQUE FEMINISTA, n. 4, abril/1993).

[109] Ao validar a entrevista, Ann relatou que Míriam Bottassi foi diagnosticada com câncer em julho de 1999. Faleceu em 04 de agosto de 2000, aos 53 anos.

sofre muito. E quem cuida dela enlouquece. Ter esse serviço que eu falei seria muito legal, seria uma boa contribuição para o Brasil. Se unir para tratar de um problema particular, sabe? Cuidar de si mesmo enquanto estava cuidando do outro. Mas eu lembro que nós assustamos as pessoas porque elas não queriam conversar sobre isso, pelo menos naquela época.

Isso tudo deve estar documentado. Ah! E uma vez trouxemos um pessoal de um arquivo lésbico de Nova York. Você conhece?

P: Sim, sim. Mas nunca tive a oportunidade de ir.

A: O pessoal de lá veio para o Brasil para fazer uma apresentação de como fazer arquivo lésbico e a importância disso. Foi muito legal. Acho que isso foi em 95.

P: Será que isso fazia parte da conferência da ILGA? Porque a conferência daquele ano foi no Brasil, no Rio de Janeiro.

A: Estou pensando, tentando lembrar como conhecemos a Max [Maxine Wolfe, cofundadora do *The Lesbian Herstory Archives*[110]] e também da ILGA. Ah! Acho que nos conhecemos em São Francisco. Bom, normalmente, lésbicas em nenhum lugar do mundo têm muitos recursos. Então, por muitos anos o arquivo lésbico foi o apartamento de uma escritora lésbica, militante, que chamava Joan Nestle. Ela saiu em campanha para comprar um prédio, um edifício para manter o arquivo. Quando esse pessoal saiu em campanha, foram para São Francisco e como nós estávamos aqui, nós as encontramos e convidamos Max para ir ao Brasil. Então, foi uma atuação mais independente e voltada só para lésbicas. Ela deu palestras, conheceu várias pessoas. Foi bem legal.

P: Voltando para o *Lesbertária*. Não sei se você vai se lembrar disso, mas quantas cópias foram feitas e para quem vocês enviaram naquela época?

A: Não, acho que não lembro. A gente tinha listas com endereços de grupos de vários lugares. Acho que nos baseamos nisso para fazer o envio, mas não lembro exatamente quantas cópias. Será que a Marisa [Fernandes] não sabe?

P: Acho que não. A Marisa me deu poucas informações sobre o *Lesbertária*.

A: Por isso fazer essa conversa em grupo seria mais fácil porque conforme uma fala, as outras vão lembrando das coisas, dos lugares, sabe? Mas eram poucos. Não sei exatamente quantos, mas acho que 100, 200, por aí. Não foram milhares (risos).

Era só o começo de uma coisa que queríamos continuar, mas a conjuntura não nos favoreceu.

---

[110] Organização dedicada ao tratamento e preservação das memórias lésbicas, fundada em 1972. Mais informações sobre a entidade podem ser encontradas em: <http://www.lesbianherstoryarchives.org/history.html> Acesso em 5 nov. 2019.

P: E como foi a recepção das leitoras? Vocês chegaram a receber cartas com opiniões sobre o material?

A: Sim, mas não lembro quantas. O que eu me lembro era das pessoas querendo essa coluna pessoal, para conhecer outras mulheres. Também tivemos um bom retorno sobre a coluna que tratava de espiritualidade. Acho que o texto era assinado por *La Strega*, né?

P: Isso. Significa bruxa em italiano, né?

A: Exato. Então, essa era uma tentativa de ir por outras dimensões que não fossem somente políticas. E eu lembro que havia toda uma discussão entre nós sobre como íamos lidar com essas mensagens pessoais, mas não conseguimos avançar. Não lembro exatamente o porquê. Só lembro que vivíamos esgotadas porque tinha o emprego fora do movimento. E aquela era a época de organizar o encontro de El Salvador, em 93.

P: E 94 também era ano de eleição, outra coisa que dá trabalho.

A: É. Foi a eleição em que ganhou o Fernando Henrique.

Eu lembro que tinha duas mulheres bem interessantes da Argentina. Acho que o nome do grupo era ATEM [Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer]. Chegamos até a visitá-las em Buenos Aires. Não sei como conseguimos, mas fomos lá. A ida foi tipo numa quarta-feira. E na volta, que foi num domingo, o dinheiro tinha mudado. Foi o momento do plano real. Isso nos impactou bastante. Eu lembro de ficar apertada economicamente. Mas não acho que tenha sido por falta de recursos econômicos [a descontinuidade do *Lesbertária]*. Era mais pela conjuntura, pela forma que estávamos em geral e esse fator tempo e energia. E olha que nós éramos bem jovens, comparando com a idade que temos hoje (risos).

P: Eu acho que já fiz todas as perguntas que tinha preparado sobre o *Lesbertária*. Tem alguma coisa que você acha importante e eu não tenha perguntado? Se tiver mais alguma coisa que você queira falar, pode ficar à vontade.

A: Eu acho que quero refletir um pouco e seria legal ter uma conversa conjunta com a Marisa [Fernandes], né? Para lembrar e comparar as lembranças. Ver se conseguimos tirar mais dessa história. Eu acho que não é possível que a Miroca não tinha arquivos sobre o *Lesbertária* no CIM. Com certeza tinha. Ela era uma documentalista incrível.

P: É, como eu falei, eu passei uma lista dos periódicos que faltavam para a Marta [Baião, coordenadora do CIM]. Como eu já tinha o *Lesbertária*, não perguntei. Já tinha conseguido o exemplar com a Marisa [Fernandes]. Como você disse que teve que abrir mão de muita coisa quando se mudou, posso te mandar a cópia digitalizada que eu tenho. Não sei se você ainda tem.

A: Ótimo! Eu não tenho. Bom, vamos trocar *e-mail* e continuar a conversa. Você acha que te ajudei um pouco?

P: Sim, com certeza. Depois, eu mando a transcrição da conversa para você. Vai que você lembra de mais alguma coisa e quer acrescentar ou corrigir alguma informação. Então, eu te mando e você vê se tá tudo ok para deixar disponível.

APÊNDICE H – Questionário enviado por *e-mail* para Lourdinha Motta[111]

1- Antes de falar do GLH e do Amazonas, gostaria que contasse um pouco sobre sua trajetória pessoal. Como e quando você começou a se interessar por política?

2- Houve algum acontecimento que foi decisivo para determinar sua entrada na militância política? Qual?

3- De fato a Libelu foi o primeiro grupo em que você atuou como ativista? Se houve algum antes, pode relatar como foi a experiência?

4 – Na tese de Eide Paiva, ela relata que você participou do diretório acadêmico do curso de Letras. Quanto tempo durou sua atuação no diretório? Quem eram os colegas que estavam ao seu lado nessa atividade (sexo, faixa etária, tinham relação com outros movimentos sociais etc)?

5 – Qual foi o período exato em que você foi aluna da UFBA?

6 – Os grupos lésbicos do Brasil têm a trajetória marcada por tensões com o movimento feminista e também com as organizações de esquerda. Parece que na Bahia não foi diferente. Na sua opinião, por que a homossexualidade era vista como algo contra- revolucionário?

7- A professora Margot Piva é apontada como uma referência para as fundadoras do GLH. Como foi o seu primeiro contato com ela? Como você a descreveria (interesses acadêmicos, atuação política, idade, personalidade etc)?

8 – Margot Piva chegou a participar das atividades do GLH ou atuava apenas como uma espécie de "orientadora"?

9 – Quando você e suas colegas decidiram fundar o GLH, havia algum outro grupo que foi tomado como referência? Qual?

10 – Que pesquisadoras e ativistas feministas e lésbicas inspiravam o grupo?

11 – Em alguns boletins do GALF, o *ChanaComChana*, há registros sobre o GLH. Como era a relação de vocês com o grupo? Quando e como foi o primeiro contato?

12 – Quantas eram as estudantes que participaram da fundação do GLH? Como elas eram? (idade, classe social, raça etc.)

13 – Qual era a dinâmica de funcionamento do grupo (periodicidade dos encontros, atos públicos etc)?

[111] Enviado para a interlocutora em 9 de abril de 2019.

14 – As integrantes do GLH exerciam a chamada “dupla militância”? (atuavam no grupo e também em partidos ou outras organizações políticas). Em caso positivo, sabe dizer quais eram esses partidos/organizações?

15 – Embora o GLH tenha surgido no período da chamada “abertura política”, sabemos que o regime militar continuou praticando violações aos direitos humanos após 1974. Em algum momento, o grupo ou alguma de suas integrantes foi diretamente atingida pelo regime? Se sim, pode contar essa experiência?

16 – Como surgiu a ideia de publicar o jornal *Amazonas*? Vocês se inspiraram em alguma iniciativa?

17 – Quem sugeriu o nome Amazonas? E por que ele foi o escolhido?

18 – Quais eram as temáticas abordadas no jornal? Como elas eram decididas?

19 – Que tipo de gêneros textuais eram publicados no *Amazonas*?

20 – Como era a relação com as leitoras?

21 – O periódico era distribuído gratuitamente?

22 – Como vocês o mantinham?

23 – Quantas pessoas participavam da produção do jornal? Havia alguém ligada a área de editoração/jornalismo envolvida na publicação?

24 – Qual era a periodicidade do jornal? Como e onde era distribuído?

25 – Tem ideia de qual era a tiragem média do *Amazonas*?

26 – Por quanto tempo ele circulou? Lembra quantas edições foram publicadas?

27 – No período de 1980 a 2000, praticamente todas as organizações lésbicas de que se tem registro optaram por produzir algum periódico informativo. Na sua opinião, o que motivou isso?

28 – Na entrevista que você deu para Eide Paiva, consta que o GLH atuou entre 1979 e 1985. A que você atribui a desarticulação do grupo?

29 – Como já falamos em outra oportunidade, não há registros do *Amazonas* e de outras produções do GLH. Você poderia indicar outras colegas que atuaram com você nessa organização e que poderiam dar entrevista?

30 – Há alguma coisa que eu não tenha perguntado e você considera importante dizer?

APÊNDICE I - Resposta de Lourdinha Motta ao questionário enviado por e-mail[112]

O relato a seguir, temporalmente falando, está entre 1976-1982.

Depois disso me formei fui trabalhar e fiz o concurso para a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Entrei em 1987 e me aposentei em 13 de Julho de 2018.

1 – O meu interesse por política começou em 1976 ano em que entrei para a Universidade. Fiz o Curso de Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Lá, conheci o pessoal do Diretório Central dos Estudantes-DCE. Todos militantes de movimentos políticos. Não havia uma militância, como hoje, com uma agenda social: Minorias, negros, imigrantes etc. Todos tinham um objetivo comum: Lutar contra os militares.

2 – O acontecimento que me levou à militância foi o Grupo de Poetas da UFBA. E, logo após, o movimento poetas na praça. Foi o LIBELU meu primeiro movimento político. Participei do Diretório Acadêmico de Letras. Lá, discutíamos currículo, poesia concreta, festival de música popular, jovem guarda, intelectuais na literatura- exemplo de Capinam e Ildásio Tavares.

A idade girava em torno de 21 a 30 anos. Trabalhavam em escolas, empresas estatais (turnos vespertino –noturno) como USIBA, Caraíba Metais, LIMPURB – Empresa de Limpeza Pública de Salvador. Eu trabalhava Free Lancer como tradutora e revisora de textos. Era época do Centro Industrial de Aratu e Polo Petroquímico de Camaçari. A Bahia se modernizava.

3 – Tomei contato com os grupos lésbicos do Brasil no GGB [Grupo Gay da Bahia]. Luiz Mott foi meu grande incentivador para fundar o GLH [Grupo Libertário Homossexual]. Algumas meninas que participavam das reuniões do GGB migraram para o GLH. A faixa etária não lembro bem. Havia jovens universitárias – basicamente o grupo era formado por universitárias – havia solteiras e desquitadas.

4 – Na realidade, foi a literatura que inspirou o grupo. *The Well of Loneliness* é um livro de ficção lésbica da autora inglesa Radclyffe Hall, originalmente publicada em 1928. Depois, *Viva Sapata*, da Rita Mae Brown e outros. Balzac, Foucault – *Vigiar e Punir*- e outros tantos. Não nascemos do senso comum ou de ideologia partidária. Foram movimentos libertário-anarquistas que nos moveram.

[112] Enviado pela interlocutora em 10 de abril de 2019.

5- O problema é que durante os anos 70, havia a divergência entre os libertários americanos e os marxistas latinos. Os movimentos de liberação sexual surgem nos EEUU e tomam conta do mundo nos anos 70. Os marxistas acreditavam que esses movimentos estariam na razão burguesa capitalista. Havia uma forte rejeição dos militantes em relação ao tema da sexualidade. Veado e sapatão eram termos correntes nos movimentos de esquerda. Não posso dizer que não agrediam pois esses termos são agressivos, pelo menos no meu ponto de vista.

6 – O regime militar foi muito duro com os grupos políticos. Até o final do grupo não posso dizer que fomos incomodadas. Havia o medo, a desconfiança. Aqui na Bahia, nesse período, foi muito fértil os movimentos culturais. Novos Baianos, Tropicália, Hippies em Arembepe. Acredito que o livro *Verdade Tropical* possa te ajudar nesse tópico.

7- As demais questões postas por você, podem ser encontradas na tese de Eide. Está tudo muito bem elaborado.

8 – Quero chamar a atenção sobre a nossa preocupação com nossas companheiras com baixa escolaridade. Fazíamos Congressos, Seminários de Leitura, viagens – foi assim, numa dessas viagens a São Paulo, que fizemos contato com o GALF e o *ChanaComChana*.

APÊNDICE J – Relatório de consulta a arquivos

Nome do arquivo	Material consultado	Data da consulta
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	jornal *ChanaComChana* – (edição única)	13/04/2018
Biblioteca Nacional do Brasil	revista *Femme* (edições 5, 6, 7 e 8)	17/09/2018
Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp	boletim *Um Outro Olhar* (edições 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9)	10/01/2018
Centro de Informação da Mulher	boletim *Iamuricumá* (edições 2 e 3); revista *Femme* (edição 4 e 9)	17/05/2019

Fonte: da autora (2019)

APÊNDICE K – Relatório das fontes documentais

Nome do documento	Forma de obtenção	Data da consulta
VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais – Registro e Memória (1993)	Arquivo virtual de Míriam Martinho, disponível em: <https://pt.slideshare.net/miriammartinho/vii-encontro-brasileiro-de-lsbicas-e-homossexuais)> Acesso em: 7 nov. 2018.	07/11/2018
Mulheres Violentadas	Arquivo pessoal de Marisa Fernandes	11/01/2019
Resposta ao questionário sobre o GLH e o *Amazonas*	Documento enviado por *e-mail* por Lourdinha Motta	10/04/2019
Certidão de registro civil do Grupo Estação Mulher (1994)	Requisição de cópia no 6º Cartório Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídicas de São Paulo	05/09/2019
Lésbicas no Brasil: contribuição para avaliação da década da mulher, 1985-1995	Arquivo pessoal de Bebeti do Amaral Gurgel	25/09/2019

Fonte: da autora (2019)